

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCENCIAS
PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM ECOLOGIA**

Tese de Doutorado

**SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS:
REINVENTANDO A VIDA NA TESSITURA DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS
RURAIS NO BIOMA PAMPA, SUL DO BRASIL**

JUDITE GUERRA

Porto Alegre, fevereiro de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA**

Tese de Doutorado

**SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS: REINVENTANDO A VIDA NA
TESSITURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS RURAIS
NO BIOMA PAMPA, SUL DO BRASIL**

JUDITE GUERRA

Porto Alegre, fevereiro de 2012

**SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS: REINVENTANDO A VIDA NA
TESSITURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS RURAIS
NO BIOMA PAMPA, SUL DO BRASIL**

Judite Guerra

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia, do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências com ênfase em Ecologia.

Orientadora: Profa. Dra Teresinha Guerra

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Profa. Dra. Maria Eloisa Farias

Profa Dra. Rumi Regina Kubo

Porto Alegre, fevereiro de 2012

“O eterno retorno à natureza, visto sob o aspecto do desejo, significa voltar com nossos corpos ao corpo dos corpos, a terra, onde cada um encontra sua morada, nosso *oikos* desde a origem dos tempos” (Moscovici, 2007).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem o mérito de ser uma produção coletiva e individual pela oportunidade de fazer parte do Núcleo de Estudos em Educação Ambiental, e minha inserção no Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais no município de Santana do Livramento, RS, Brasil. A realização de uma pesquisa envolve muitas pessoas, e nessa investigação, participaram pessoas que apoiaram diretamente, ou indiretamente com amizade, incentivo e apoio, o que contribuiu para a conclusão dessa etapa. A todas as pessoas, embora não estejam aqui citadas e que contribuíram, de forma singular, para a concretização dessa pesquisa, o meu reconhecimento e muito obrigada!

O caminho percorrido envolveu uma gama de acontecimentos e atividades das quais foram ajudando a tecer e desafiar os meus limites tais como: a preparação de aulas a serem ministradas, participação no planejamento e execução do programa, as trocas nos eventos acadêmicos, os conflitos das escolhas do percurso e os autores convidados ao diálogo, juntamente com a atividade profissional, me propiciaram vivências e aprendizagens significativas para a construção da pesquisa. Por isso sou grata, especialmente a minha orientadora Dra.Teresinha Guerra, pelo seu conhecimento, reflexões e aprendizagens, e uma orientação atenta e confiante, o que tornou possível todas as etapas do percurso; ao Dr. Álvaro Heindrich, pela indicação de leituras e trocas importantes; ao professor Heinrich Hasenack do Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela contribuição nas informações e elaboração dos mapas; à Danielle Martins pela amizade e parcerias na elaboração das figuras das trajetórias; aos colegas que fizeram parte do Núcleo de Estudos em Educação Ambiental (NEEA) e que estiveram juntos nos primeiros desafios: Marcelo, Luana, Lucas, Márcia, Evandro, Mariana, Tobias, Marília e Caroline; às famílias de agricultores dos treze assentamentos que participaram do processo de construção do Programa de Educação Ambiental, em especial àquelas que se envolveram diretamente na pesquisa; ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) por oportunizar a execução do Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais e a concretização da pesquisa. Ao representante do INCRA, Marcelo A. Bastos por tornar possível a realização do programa; ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e seus docentes, pelo intercambio de conhecimentos, aos funcionários e em especial à Silvana Barzotto e aos colegas. Também agradeço a minha família, sempre esteve presente, podendo contar com o carinho e amparo em todos os momentos importantes para a construção do meu conhecimento.

LISTA DE ABREVIACÕES

APP – Área de preservação Permanente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
COPTec - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FZB - Fundação Zoobotânica do RS
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento Sem Terra
NEEA – Núcleo de Estudos em Educação Ambiental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aperfeiçoamento e Consolidação
PAC - Programa de Aperfeiçoamento e Consolidação
PDA - Plano de Desenvolvimento para o Assentamento
PEA - Programa de Educação Ambiental
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
RL - Reserva Legal
SEMA/RS – Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
UC - Unidade de Conservação
UDR - União Democrática Ruralista
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WCU – World Conservation Union

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Dimensões enfatizadas nas narrativas das famílias a respeito do grupo social de origem, migração e grupo social atual.	30
Figura 2	Rota migratória da família Souza	33
Figura 3	Rota migratória da família Sgarbi	34
Figura 4	Rota migratória da família Dambros	35
Figura 5	Rota migratória da família da Costa dos Santos	36
Figura 6	Rota migratória da família Antunes de Oliveira	37
Figura 7	Rota migratória da família Dias	38
Figura 8	Rota migratória da família Pereira da Silva	39
Figura 9	Rota migratória da família Rocha	40
Figura 10	Rota migratória da família Silva Matias	41
Figura 11	Rota migratória da família Cupsinki	42
Figura 12	Rota migratória da família Silva	43
Figura 13	Rota migratória da família Seffrin	44
Figura 14	Rota migratória da família Mota	45
Figura 15	Localização do município de Santana do Livramento, RS	52
Figura 16	Localização dos treze assentamentos no município de Santana do Livramento, RS.	55
Figura 17	Bioma Mata Atlântica e Pampa Gaúcho, diferenças ambientais e socioculturais	86
Figura 18	Localização dos treze assentamentos no município de Santana do Livramento, RS	109
Figura 19	Localização dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Santa Rita no município de Santana do Livramento, RS.	138
Figura 20	Convite para o lançamento do documentário	157
Figura 21	Capa da Carta Ambiental da Terra – Assentamento Coqueiro	159
Figura 22	Capa da Carta Ambiental da Terra – Assentamento São Joaquim/Santa Rita	160
Figura 23	Capa do documentário	161

Figura 24	Assentados na formação no período da manhã	190
Figura 25	Grupo 1. Discussão PEA	192
Figura 26	Grupo 2. Discussão PEA	192
Figura 27	Representante recebendo material do assentamento	192
Figura 28	Paisagem do assentamento São Leopoldo/Jupira	194
Figura 29	Grupo de discussão 1	196
Figura 30	Grupo de discussão 2	196
Figura 31	Socialização e discussão das propostas	197
Figura 32	Participantes da Formação	197
Figura 33	Apresentação do Diagnóstico socioambiental	198
Figura 34	Discussão PEA	198
Figura 35	Representante recebendo material do assentamento.	198
Figura 36	Grupo participante do assentamento Frutinhas	205
Figura 37	Apresentação do Diagnóstico socioambiental	207
Figura 38	Assentados reconhecendo lotes no mapa	207
Figura 39	Jairo localizando lote e barragem	207
Figura 40	Participantes do assentamento na composição da Carta Ambiental do Pampeiro	210
Figura 41	Desenhos de Andiará	212
Figura 42	Desenho de Everton Luiz Cardoso Madruga	212
Figura 43	Entrega do material para os coordenadores dos assentamentos Bom Sera, Santa Rita e Capivara	213
Figura 44	Assentados Construindo PEA	216
Figura 45	Participantes da Formação do assentamento Santo ngelo	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Entrevistados participantes e os respectivos assentamentos	25
Tabela 2	Roteiro das entrevistas realizadas com os assentados	27
Tabela 3	Categorias para a organização das Histórias de Vida	30
Tabela 4	Marcas temporais e contexto histórico dos assentados	32
Tabela 5	Assentamentos Rurais em Santana do Livramento - INCRA/RS	54
Tabela 6	Uso das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Fragmentos de vegetação na paisagem antes (1996) e depois (2003) de implantados os assentamento	121
Tabela 7	Percepção da Natureza pelos assentados de treze assentamentos em Santana do Livramento, RS	178

SUMÁRIO

RESUMO GERAL	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO GERAL	15
PRIMEIRA PARTE	19
SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS E A TESSITURA DOS SIGNIFICADOS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	
1. AS HISTÓRIAS DE VIDA COMPONDO AS TRAJETÓRIAS DE TREZE ASSENTAMENTOS NA CAMPANHA GAÚCHA NO SUL DO BRASIL	20
Resumo	20
Introdução	20
Caminho Metodológico	22
Organização das Histórias de Vida: famílias envolvidas	25
Entrevistas com Profundidade	26
Análise e Interpretação dos Dados	31
Grupos Sociais: a comunidade e o assentamento	31
Contextualizando as Histórias de Vida das Famílias: marcas temporais	31
Histórias de vida das famílias: rotas familiares	32
História de vida: família Souza	33
História de vida: família Sgarbi	34
História de vida: família Dambros	35
História de vida: família da Costa dos Santos	36
História de vida: família Antunes de Oliveira	37
História de vida: família Dias	37
História de vida: família Pereira da Silva	38
História de vida: família Rocha	40
História de vida: família Silva Matias	41
História de vida: família Cupsinki	42
História de vida: família Silva	43

História de vida: família Seffrin	44
História de vida: família Mota	45
Grupo Social de Origem	45
O Processo Migratório: acampamento, lugar de aprendizagem	47
Grupo Social Atual: o assentamento	51
Processo de Organização dos Assentamentos	54
Troca de Lotes	59
Um Caminho Sem Volta: a construção do novo lugar	60
Ecologia e as Situações Socioambientais: passado revisitado	66
Considerações Finais	72
Referencias Bibliográficas	73
2. IDENTIDADES CONSTRUÍDAS: CULTURA E ECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUL DO BRASIL	76
Resumo	76
Introdução	76
Caminho Metodológico	80
Resultados e Discussão	83
Os Migrantes	83
Identities Culturais e Representações em Movimento	87
Fusões entre Diferentes Culturas: identidades em negociação	93
Considerações Finais	95
Referencias Bibliográficas	96
SEGUNDA PARTE	98
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS SENTIDOS DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE	
3. CONFLITOS NA PROTEÇÃO LEGAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BIOMA PAMPA NA REGIÃO SUL DO BRASIL	99
Resumo	99
Introdução	99
A Área de Estudo e os Migrantes	107

Caminho Investigativo	109
Resultados e Discussão	112
Compreensão dos Agricultores sobre a Qualidade do Solo e o Cultivo Agrícola	114
Recursos Hídricos nos Assentamentos	117
Áreas de Preservação Permanente	119
Paisagem na Região do Pampa Gaúcho	121
Conflitos no Uso dos Recursos Naturais: ações para proteção das áreas de preservação permanente	124
Considerações Finais	128
Referencias Bibliográficas	130
4. CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS COQUEIRO E SÃO JOAQUIM/NOVA SANTA RITA NA REGIÃO SUL DO BRASIL	135
Resumo	135
Introdução	135
Área de Estudo	137
Caminho Investigativo	139
Metodologia	139
Procedimentos Metodológicos	140
Resultados e Discussão	142
Educação Ambiental: análise de uma experiência em construção	144
Construindo o Programa de Educação Ambiental Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita	153
Apresentação do Programa de Educação Ambiental	158
Carta Ambiental da Terra do Assentamento Coqueiro	158
Carta Ambiental do Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita	158
Lançamento da Carta Ambiental e do Documentário	159
Considerações Finais	162
Referencias Bibliográficas	163
5. ANÁLISE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BIOMA PAMPA, REGIÃO SUL DO BRASIL	166

Resumo	166
Introdução	166
Caminhos Investigativos	168
Metodologia	168
Procedimentos Metodológicos	169
Resultados e Discussão	171
Concepções de Educação Ambiental dos Agricultores	173
Concepções de Natureza	176
Uma Experiência em Construção: Programa de Educação Ambiental (PEA)	179
Aprender a Olhar o Assentamento: diagnóstico socioambiental	181
Estabelecendo Conexões: espaço de vida e conhecimento/saber	184
Assentamento Reinventado	187
Formação em Educação Ambiental nos Assentamentos	189
Formação Ambiental no Cerro dos Munhoz	190
Formação Ambiental no São Leopoldo/Jupira	194
Formação Ambiental no Apolo, Recanto e Posto Novo	197
Assentamento Recanto	199
Assentamento Apolo	200
Assentamento Posto Novo	201
Formação Ambiental no Frutinhas	202
Formação Ambiental no Pampeiro	205
Formação Ambiental no Bom Será, Santa Rita e Capivara	211
Formação Ambiental no Santo Angelo	214
Considerações Finais	218
Referencias Bibliográficas	219
6. FIOS ENTRELACADOS - Considerações Finais	222
ANEXO	226

RESUMO GERAL

A região de campanha no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul é marcada, historicamente, pela atividade econômica em uma estrutura fundiária concentrada na pecuária sobre o campo nativo. A partir da década de 90, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) instalou, no bioma Pampa gaúcho, assentamentos rurais que estão mudando a paisagem local pela atividade dos pequenos agricultores e pelo aumento populacional. Os agricultores migraram da região do Alto Uruguai, bioma Mata Atlântica e se inseriram na luta para conquistar um espaço social no bioma Pampa, no município de Santana do Livramento, na região sul do Brasil. Este estudo com treze assentamentos se vale das narrativas das trajetórias de vida dos agricultores para compreender os saberes culturais e ambientais, a partir das suas experiências e vivências na relação com o meio ambiente para a construção de um Programa de Educação Ambiental. A concepção que perpassa as análises está imbricada em paradigmas na perspectiva sócio-histórico-cultural, entrecruzando os modos de ser e se perceber no ambiente anterior, nas vivências e experiências na região de floresta se confrontando com a região de campo, com uma nova cultura, linguagem, costumes, ambiente e ecossistema diferenciado. Em meio à disputa de poder nesse território um novo pertencimento e identidades foram se constituindo, descobrindo as diferenças e buscando as semelhanças com o antigo, transformando seu jeito de ver e perceber o novo espaço onde vivem. A intervenção no ambiente, sem os conhecimentos da região e sem a demarcação das áreas de preservação permanente, resultou no aumento do impacto humano com o desmatamento, erosão, poluição dos recursos hídricos, queimadas e uso intenso de agrotóxico. A construção do programa de educação ambiental propiciou compartilhar conhecimentos, criando diferentes momentos para a reflexão que pudesse explicitar o que fora apreendido e estabelecer relações com as proposições de alternativas ecológicas para a qualidade ambiental. Os assentados, ao expressarem a concepção de educação ambiental, transitaram entre uma educação ambiental voltada aos conhecimentos ecológicos, resolução de problemas e análise crítica. Quanto à concepção de natureza estavam associadas às normatizações ambientais, principalmente as áreas de preservação permanente e às proibições de queimada e caça. As formações revelaram a importância da apropriação do conhecimento da legislação ambiental, os problemas causados pelos agrotóxicos, a problemática dos resíduos e a agroecologia como prática alternativa de agricultura. Um espaço singular de formação foi o momento específico com as mulheres para que elas pudessem expressar suas idéias e desejos para o programa de educação ambiental. As metodologias participativas foram ferramentas importantes para a condução de um processo educativo de produção coletiva, para a construção de educação ambiental em comunidades rurais na elaboração de alternativas específicas de preservação ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental, metodologias participativas, área de preservação permanente, conflitos ambientais, assentamento rural.

ABSTRACT

The campaign in the southwest region of the state of Rio Grande do Sul is marked, historically, by economic activity in a concentrated land ownership in the cattle on native pastures. From the 90's, the National Institute of Agrarian Reform (INCRA), installed in the Pampa biome gaúcho, rural settlements that are changing the local landscape by the activities of small farmers and the population increase. The farmers have migrated from the upper Uruguay, the Atlantic Forest biome and were inserted in the fight to win a social space in Pampa biome, in the Santana do Livramento municipality, in southern Brazil. This study of thirteen settlements draws on the narratives of the trajectories of life for farmers to understand the cultural and environmental knowledge, from their experience and familiarity in the relationship with the environment to build an Environmental Education Program. The concept that pervades the analysis is embedded in paradigms in socio-historical-cultural, crisscrossing the ways of being and perceiving in the previous environment, the experiences in the forest region confronting the field region with a new culture, language, customs, environment and differentiated ecosystem. Amid the power struggle in a new territory belonging and identities were being constituted, seeking to discover the differences and similarities with the old, making his way to see and perceive the new living space. The intervention in the environment, without the knowledge of the region and without the permanent preservation areas demarcation resulted in increased human impact to deforestation, erosion, water pollution, forest fires and heavy use of pesticides. The construction of the environmental education program led to share knowledge, creating different moments for reflection that could explain what was learned and establish relations with the propositions of green alternatives for environmental quality. The settlers, to express the concept of environmental education, environmental education moved from one focused on ecological knowledge, problem solving and critical analysis. About the conception of nature were associated with environmental norms, especially the permanent preservation areas and bans on burning and hunting. The training highlighted the importance of ownership of knowledge of environmental legislation, the problems caused by pesticides, the issue of waste and agroecology as a practice alternative agriculture. A unique space training was the specific time with the women so that they could express their ideas and wishes for the environmental education program. Participatory methodologies were important tools for conducting an educational process of collective production, for the construction of environmental education in rural communities in developing specific alternatives for environmental preservation.

Keywords: environmental education, participatory methodologies, permanent preservation area, environmental conflicts, rural settlement.

INTRODUÇÃO GERAL

A política ambiental tem apontado, para a agricultura, novas estratégias centradas no discurso da preservação do ambiente. Este discurso tem-se modificado de acordo com a ênfase nas causas da degradação ambiental. O meio ambiente surge como preocupação na agricultura, principalmente, após a utilização de métodos modernos no desenvolvimento da produção agrícola, com base nos ideais da revolução verde¹, na década de 60, que geraram efeitos não somente no meio ambiente como no âmbito social e econômico. Estes efeitos, na década de 80, se tornaram mais evidentes, pois com o avanço da monocultura houve o desmatamento desordenado das florestas, a erosão e a perda da fertilidade natural dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a perda da biodiversidade. Os efeitos socioeconômicos contribuíram para a expulsão dos pequenos agricultores do campo, com a perda da terra, as famílias migraram ou se tornavam empregados nas grandes plantações (Brandenburg, 2005)².

As críticas do movimento social e ambientalista ao desenvolvimento da agricultura moderna estavam associadas ao discurso da preservação ambiental, pelos impactos sociais e ambientais com agressão à integridade dos ecossistemas e o empobrecimento dos agricultores familiares. Estes problemas que envolvem o desenvolvimento da agricultura são mais abrangentes e, a solução dos mesmos, não pode ser simplesmente, com práticas de redução ou substituição dos insumos químicos por insumos orgânicos. É preciso, portanto, refazer as relações de produção, tendo em vista que esta forma não dá conta dos problemas ambientais na agricultura e que, no contexto, seja considerada a proteção dos recursos naturais, a integração entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente para contemplar as questões ambientais, sociais e econômicas de maneira viável e compatível (Atieri, 2004). Por isso, as reivindicações do movimento para a agricultura se tornam mais amplas, do que, propriamente a proposição de práticas menos agressivas ao meio ambiente, uma prática reinventada com sustentabilidade ecológica e socioeconômica.

Na década de 90, com a influência da Conferência de Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92), o discurso da preservação passa a ter um novo contorno. O desenvolvimento econômico e as questões ambientais precisam ser pensados de forma

¹ GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

² BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente e Sociedade**. Vol. VIII n. 1, 2005, p.51-64.

intrínseca, pois a solução dos problemas do meio ambiente reside na adoção de uma política ambiental com ênfase no desenvolvimento, com base na concepção de agricultura sustentável e nos programas de desenvolvimento agrícola (Carvalho, 1996)³. É pelo viés da sustentabilidade que, na atualidade, as discussões de preservação ganham visibilidade como possibilidade de encontrar caminhos para a crise ambiental. A noção de sustentabilidade no desenvolvimento rural para os autores Caporal e Costabeber (2004)⁴ insere-se na aplicação de princípios básicos da agroecologia conectados aos contextos da sustentabilidade e fundamentadas nas dimensões ecológicas, econômicas, social, cultural, política e ética, considerando que essas dimensões devem estar relacionadas entre si. A dimensão ecológica e social forma uma das bases da sustentabilidade, pois a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais adquirem sentido quando a produção nos agroecossistemas em bases renováveis seja apropriada e acessada por toda a população. A dimensão econômica na sustentabilidade dos agroecossistemas deve considerar os resultados econômicos dos agricultores, estabelecendo relação entre produção agropecuária e o consumo energético não renovável, invertendo a lógica do custo econômico sem a preocupação com a depredação dos recursos naturais. Na perspectiva da dimensão cultural, os agricultores devem ser respeitados pelos saberes, conhecimentos e valores por sua relação com o meio ambiente nos processos de desenvolvimento rural. É pelo processo de problematização dos elementos culturais de um grupo social que haverá o engajamento na elaboração de estratégias de manejo, considerando a especificidade biofísica e cultural de cada agroecossistema. Os processos participativos e democráticos estão presentes na dimensão política da sustentabilidade no contexto da produção agrícola e na importância das redes de organização social e de representação da população rural. A dimensão ética da sustentabilidade exige o pensar e o exercício de novos valores na relação com o meio ambiente para que todos possam viver com dignidade, inclui a segurança alimentar, com usufruto de alimentos saudáveis para todos. Conforme os autores acima citados, a construção do desenvolvimento rural sustentável passa pela prática dos princípios da agroecologia na busca de contexto de sustentabilidade fundamentado na relação de interdependência entre sistema social e ecológico para a promoção de um estilo de agricultura sustentável, comprometida com valores ético e socioambiental. Essa abordagem de preservação ambiental exige um processo de desenvolvimento da agricultura com

³ CARVALHO, M. A. “A competitividade da agricultura”. **Pesquisa e Debate**. São Paulo, Vol. 7 n° 2 (9), 1996, p.51-74.

⁴ CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade**. In: RUSCHEINSKY, A. Porto Alegre: Sulina, 2004, 181p.

mudanças significativas nas políticas agrícolas e do meio ambiente de maneira que haja integração e compromisso social com um novo enfoque de desenvolvimento rural efetivado nas diferentes instancias institucionais, com vista à preservação ambiental.

Na Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981)⁵, a preservação aparece como recuperação da qualidade ambiental, visando o desenvolvimento socioeconômico e à dignidade da vida humana, a partir de ações governamentais, com o objetivo de manter o equilíbrio ecológico. O meio ambiente é percebido como um patrimônio público que deve ser protegido para o usufruto coletivo. Como uma das proposições de trabalho, a educação ambiental, também prevista na Constituição Federal, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 1988, é indicada para ser desenvolvida em todos os níveis de ensino e na educação da comunidade, com o intuito de capacitá-la para a proteção do meio ambiente.

Os projetos de assentamentos de reforma agrária estão inseridos na normatização (Brasil, 2006)⁶, que dispõe sobre a promoção dos sistemas de vivência, de produção de sustentabilidade econômica e sociocultural dos trabalhadores rurais. Com a finalidade de garantir a sustentabilidade dos assentamentos são propostas ações, planos de desenvolvimento de recuperação de áreas degradadas e educação ambiental. Os assentamentos rurais de reforma agrária foram incluídos na exigência de licença ambiental (Brasil (2001)⁷ e deverão ser inseridos em ações de preservação do ambiente com o desenvolvimento de programas de educação ambiental. Estes programas têm significado se os espaços pedagógicos destinados à construção de conhecimentos e práticas orientados para o convívio dos humanos e da natureza se constituir na preservação da vida. Uma educação ambiental com base no diálogo e na reflexão dos conhecimentos científicos com os saberes dos agricultores, pois ao longo da vida foram construindo seus próprios conhecimentos pela experiência na relação com a terra e pela troca de informações. Este seria o ponto de partida de um programa de educação ambiental para buscar soluções aos problemas ambientais nos assentamentos. A elaboração de alternativas para manter o equilíbrio ecológico através de práticas produtivas sustentáveis compatíveis com os

⁵ BRASIL. **Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2 de setembro de 1981.

⁶ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 387 de 27 de dezembro de 2006.** Procedimentos para o licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 29 dezembro de 2006.

⁷ BRASIL. **Resolução n. 289, de 25 de outubro de 2001.** Diretrizes para Licenciamento Ambiental. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 21 dezembro de 2001.

agroecossistemas será produtivo se houver a participação dos assentados como protagonistas no processo do desenvolvimento rural sustentável e de mudança social.

A primeira parte deste estudo busca compreender as memórias dos assentados rurais, tomando as narrativas biográficas como condição na interação com o referencial teórico e análise das histórias de vida. As narrativas revelam uma memória familiar e do seu grupo social, que ultrapassa o limite da memória pessoal, pois as lembranças envolvem a comunidade anterior, a trajetória de migração e a comunidade atual (Bioma Pampa).

As teorias subjacentes às análises são advindas das ciências sociais, das contribuições dos métodos biográficos, que me auxiliaram na compreensão das narrativas para organizar e estruturar as histórias de vida, enquanto processo dinâmico circunscrito nas relações sociais situadas historicamente. Nessas interações as identidades dos assentados se constituíram atravessadas por processos de rupturas com antigas identificações, pertencimentos à comunidade caracterizada como agricultura familiar e pelo deslocamento geográfico, em decorrência da política de desenvolvimento agrícola. Novas identidades e pertencimento se constituem no novo território, em meio à disputa de poder, transformando o jeito de ver e perceber o lugar onde vivem.

A segunda parte deste estudo aborda a discussão conceitual inscrita no campo ambiental e as interpretações que produzem significados do meio ambiente, considerando as experiências vividas, pessoal e coletivamente, dos assentados. No campo socioambiental busco evidenciar a maneira do uso dos recursos naturais e os conflitos gerados no confronto com as normatizações ambientais e os sentidos constitutivos das relações assentado e sociedade, principalmente por predominar a cisão entre sustentabilidade e preservação. O entrecruzamento entre as questões de proteção das áreas de preservação ambiental permanente (APP), produção agrícola e a compreensão de natureza e educação ambiental configuram o horizonte interpretativo para a construção de um programa de educação ambiental em assentamentos rurais, sem perder de vista a complexidade envolvendo todo este estudo. A construção do programa de educação ambiental considerou, prioritariamente, as metodologias participativas, na perspectiva da produção de novos saberes e conhecimentos implicados na reflexão da práxis em um processo dialógico. Ao longo deste estudo, o processo educativo de construção coletiva está marcado pelas tensões, contradições e compreensões sobre o uso dos recursos naturais que incorporam práticas de agricultura aprendidas na região de origem (Bioma Mata Atlântica) e transposta para a região atual (Bioma Pampa).

PRIMEIRA PARTE

SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS E A TESSITURA DOS SIGNIFICADOS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

1. AS HISTÓRIAS DE VIDA COMPONDO AS TRAJETÓRIAS DE TREZE ASSENTAMENTOS NA CAMPANHA GAÚCHA NO SUL DO BRASIL

Resumo

Os assentamentos rurais investigados estão localizados na área do Bioma Pampa Gaúcho no município de Santana do Livramento. Este estudo se vale das narrativas das trajetórias de vida dos assentados, agricultores que têm em comum a expulsão da terra, “os sem terra”. Eles migraram da região do Alto Uruguai, Bioma Mata Atlântica, e se inseriram na luta para conquistar um espaço social “com terra” no Bioma Pampa, no município de Santana do Livramento, na região sul do Brasil. O objetivo deste trabalho é compreender os saberes culturais e ambientais a partir do registro de suas narrativas e, por meio delas, o pensamento e a vida dos sujeitos que trabalham na terra. As narrativas registradas revelam uma memória que ultrapassa o limite da memória pessoal, mas uma memória familiar e do seu grupo social. A concepção que perpassa as análises está imbricada em paradigmas na perspectiva sócio-histórico-cultural, entrecruzando os modos de ser e se perceber no ambiente anterior, ou seja, as vivências e experiências na região de floresta se confrontando com a região de campo. Refere-se a um sujeito histórico cultural que se reconstitui e constitui no novo espaço, descobrindo as diferenças e buscando as semelhanças com o antigo, transformando seu jeito de ver e perceber o novo espaço onde vive.

Palavras-Chave: história de vida, migração, memória, trajetórias

Introdução

A memória do indivíduo vincula-se às relações de especificidade que estabelece com os grupos de convívio dos quais faz parte. As lembranças permanecem coletivas e é pelos outros que elas são lembradas, mesmo que sejam acontecimentos com que somente nós estivemos envolvidos, e com coisas as quais apenas nós vimos (Halbwachs, 1990). As recordações, nos indivíduos, ocorrem porque as outras pessoas e os acontecimentos atuais fazem-nos recordar. Quando é evocada a lembrança de circunstâncias vividas, isso não significa revivê-las, mas repensar os fatos passados com as experiências e imagens atuais. A memória coletiva relaciona-se com determinado grupo social que evoca os acontecimentos e as experiências de sua própria vida ou das suas relações com o seu grupo de pertencimento. A memória de um grupo, em primeiro plano, destaca “as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam, quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos” (Halbwachs, 1990, p. 45).

As lembranças são construídas na interação entre os grupos sociais e instituições e, mesmo que a memória esteja vinculada a particularidades individuais, está intimamente relacionada ao grupo social ao qual alguém pertence. O indivíduo pode evocar duas espécies de memórias: a individual ou a coletiva. A memória individual corresponde às lembranças exclusivas das vivências e experiências que pertencem a cada indivíduo: “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo, e este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p.51). As duas memórias, com frequência, se inter-relacionam. A memória individual, ao confirmar uma das suas lembranças para preencher uma lacuna, ou para precisá-la, busca na memória coletiva apoio, deslocando-se, e, por um momento, confunde-se com esta, mas independente disso segue seu próprio caminho. A memória coletiva pode envolver a memória individual, mas se diferencia dela. Há um processo de inter-relação entre a memória coletiva e as memórias individuais. A memória está em constante processo de transformação com a renovação permanente das lembranças, de acordo com as transformações do indivíduo e do grupo social. Le Goff (1990, p.46) aborda a memória coletiva como:

[...] parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. Mas memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objetivo de poder. São as sociedades cuja memória coletiva sobre tudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, de acordo Pollak (1992), são os acontecimentos vividos e aqueles não vivenciados pela pessoa, aqueles que geram sentimento de pertencer a um grupo ou coletividade. São acontecimentos que se tornaram relevantes para alguém, mesmo que deles não tenha participado. A memória tem diferentes elementos, como o fenômeno da projeção ou identificação com determinado acontecimento, com lugares ou personagens marcantes no passado, o que será transmitido por meio da socialização. A memória pode ser quase que herdada, ou seja, a pessoa não estava presente aos acontecimentos, mas lhe foram passados a relevância do lugar, a superação de um conflito ou algumas datas e, mesmo com o passar de séculos, continua a existir uma identificação. A memória é construída social e individualmente com relação estreita com o sentimento de identidade. Esta vai se constituindo tendo como referência os outros, uma relação de luta e contestação. A constante reconstrução da memória significa a contínua reconstrução do sentimento de identidade, que não pode ser compreendida como

essência de uma pessoa ou de um grupo. No caso do meu estudo, a geração posterior àqueles que vivenciaram os conflitos na luta pela terra, os diferentes acampamentos até o momento da conquista de terra será transmitido para os descendentes, como foi a migração e a participação no Movimento Sem Terra (MST).

A memória é constituída por pessoas e personagens. Estas podem ser encontradas ao longo da vida: personagens que indiretamente se transformaram, quase que conhecidas, e personagens que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa. Os acontecimentos, personagens e lugares reais conhecidos pessoalmente ou indiretamente relacionados a fatos concretos são critérios constitutivos da memória individual ou coletiva. O fenômeno de projeção e transferência são fatos que ocorreram em diferentes épocas, que deixaram marcas profundas gerando confusão entre os fatos, registrando lembranças da junção de fatos. Pollak (1992) exemplifica que pode acontecer a transferência, ao se inter-relacionarem acontecimentos, como no caso das entrevistas realizadas com pessoas sobre a guerra na Normandia, que foi invadida pelas tropas alemãs no ano 1940. Tais pessoas, na época, tinham em torno de 15 a 17 anos e se lembravam dos soldados de capacetes pontudos. Este tipo de capacete era prussiano, do tempo da Primeira Guerra Mundial, quando os soldados alemães eram apelidados de “capacetes pontudos”. Neste caso, houve uma transferência de memória da Primeira Guerra, na época dos seus pais, para a ocupação alemã na Segunda Guerra. Uma das características da memória é ser seletiva, pois nem tudo fica registrado.

O estudo realizado tem centralidade na construção das biografias dos agricultores assentados que realizaram uma revisita ao passado, trazendo à memória as marcas que consideram mais significativas. Maurice Halbwachs (1990) nos estudos dos quadros sociais da memória demonstra que as lembranças são evocadas adotando como referência os meios sociais como a família, as instituições e a religião na reconstrução da memória.

Neste trabalho, busquei contribuições nos estudos sobre o fenômeno da memória e das biografias para a compreensão dos saberes sócio-culturais e ambientais nas narrativas dos migrantes, que permitiram a organização de suas histórias de vida.

Caminho Metodológico

O método qualitativo de abordagem biográfica se configurou como a opção mais apropriada nesta pesquisa, considerando as características próprias do objeto de estudo. Tendo em vista que a intenção é compreender os saberes culturais e ambientais, a partir da

interpretação da relação dos migrantes com seu lugar de origem e a inter-relação com o lugar atual, desde uma perspectiva biográfica evocada e manifestada pela memória, esse foi o mais adequado percurso metodológico a ser assumido. As histórias de vidas são a via principal desta investigação que visa compreender como os processos foram se constituindo ao longo da trajetória que envolve diferentes contextos históricos culturais em determinados espaços e tempos, permitindo realizar análise das apropriações e inserções nestes contextos.

O método de investigação de histórias de vida se constitui em um processo de reconstrução da biografia individual e coletiva, entendendo que as experiências vividas pelo indivíduo, envolvem relações complexas presentes nas estruturas sociais e grupais. A história de vida é um método de pesquisa biográfica que tem por objetivo a reconstrução de uma experiência vivida em grupo de tendência universal, a partir do discurso específico de um indivíduo (Marre, 1991). Nessa perspectiva, as histórias de vida e as biografias são recursos que não podem ser tomados apenas como uma técnica de pesquisa, mas parte integrante do método biográfico. Este método "engloba-se na expressão história de vida (*life history*), tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos" (Marre, 1991, p. 90). Nos dados biográficos, o importante é construir, por meio dos relatos, das trajetórias, da historicidade, da cultura de um determinado grupo, narrativas a serem entendidas no contexto social e histórico. Segundo Chizzotti (1998, p.47).

A história de vida ou relatos podem ter a forma obrigatória onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência, ou os acontecimentos vividos no contexto de sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer às fontes documentais, as afirmações e relatos pessoais.

Os estudos das histórias de vida, de acordo Riemann (2003), têm como base os diferentes materiais biográficos e a busca para descobrir e registrar como radicais mudanças sociais são compreendidas e experimentadas pelas sociedades contemporâneas. De igual modo, buscam entender como aquelas se inserem e moldam circunstâncias nas vidas dos indivíduos e em suas trajetórias.

Na história de vida, é importante que seja considerado o aspecto singular das trajetórias de vida presente, independentemente da profundidade. Significa dizer que os indivíduos interpretam os acontecimentos e eventos vividos de uma maneira singular; vivenciam e interagem de modo diferente no grupo social ao qual pertencem. Desse modo,

o relato da trajetória do grupo será de acordo com sua identificação e apropriação. Para Marre (1991):

(...) não se atinge a experiência histórica de um grupo e, além dele, a história de uma sociedade, se não se passa através e mediante a leitura de histórias singulares, descontínuas entre si. Não há um elo fácil de continuidade entre cada história de vida. É preciso ter conceitos, critérios operacionais para reconstituir, através da descontinuidade de cada história, um certo curso contínuo ou descontínuo da história e da sociologia de um grupo. Por este lado, o método biográfico trabalha, portanto com a ou as rupturas existentes em cada história e entre cada história de vida.

Ferrarotti (2007) argumenta que os métodos qualitativos são fundamentais para estudos dos aspectos sociais, principalmente nas histórias de vida, justificando que os seres humanos não são dados, se constituem em processos que atuam de maneira criativa no seu cotidiano. É no cotidiano que reconhecem os sentidos e os elementos que implicam a possibilidade de autopercepção de sujeito da história de vida na sua relação de experiência com o ambiente contextual. As histórias de vida expressam e formulam o cotidiano vivido pelo grupo social, suas estruturas formais e informais e, por isso, sua contribuição para a investigação social. O autor mencionado afirma que a história de vida é um texto com origem e desenvolvimento e que há progressões e regressões de contornos precisos, com os seus valores e significados.

Na percepção de Gültekin *et al.* (2003), a análise biográfica é uma abordagem interpretativa de pesquisa com a intenção de compreender como os indivíduos participam e dão sentido aos contextos sociais. A análise das entrevistas biográficas tem como objetivo mostrar as estruturas dos processos pessoais e sociais da ação e também os recursos encontrados para o enfrentamento e as mudanças. Ao longo da narrativa, os acontecimentos se desdobram revelando a vida, a experiência passada e as perspectivas atuais. Percebi que as emoções eram mais intensas quando se referiam ao lugar de origem e os primeiros momentos vividos no lugar atual, pois a expressão do rosto de quem falava ficava diferente. Dependendo do que estavam relatando, expressavam tristeza e alegrias nas manifestações de problemas de saúde ou mesmo nas contradições.

É interessante como a memória vai aflorando, se tornando cada vez mais viva. Isso era manifestado após a entrevista, quando era convidada a conhecer alguns espaços da propriedade (horta, plantação, as flores ao redor da casa, o parreiral e o curral), elementos que continuavam a trazer suas recordações. Nesses momentos, faziam confidências sobre a família, a solidão, de não ver saída para realização de alguns sonhos, as dificuldades e alegrias com os filhos, que estavam estudando e/ou trabalhando em cidades mais distantes,

a satisfação de ter encontrado um lugar para construir suas vidas. Os fragmentos que foram revelados pela memória, por meio das narrativas, foram constituindo as trajetórias de vida.

Organização das Histórias de Vida: famílias envolvidas

A definição da população na abordagem qualitativa relaciona-se com a representatividade do grupo dos sujeitos participantes do estudo. Nessa perspectiva, o interesse da investigação e os pressupostos teóricos foram determinantes para a escolha da amostragem. Os critérios adotados nesta investigação de abordagem biográfica seguem os pressupostos do enfoque da pesquisa qualitativa que considera uma série de condições a partir da intencionalidade do investigador. O relevante na seleção dos informantes são os critérios que permitam definir os sujeitos que contribuirão, de forma significativa, para a pesquisa, informantes que possam revelar os contextos familiares e o do grupo social, de forma a contribuir para a interpretação, em profundidade, de como o sujeito significa os saberes culturais e ambientais, na relação com o lugar de origem e o lugar atual como os critérios de validade e definidores da amostragem e dos pressupostos da pesquisa qualitativa. Para a reconstrução das biografias, foram selecionadas treze famílias migrantes (Tabela 1) que se deslocaram do território do Planalto norte, centro e noroeste para região da Campanha Gaúcha, sudoeste do Rio Grande do Sul.

Tabela 1. Entrevistados participantes e os respectivos assentamentos de origem.

ENTREVISTADOS	ASSENTAMENTOS
Alcindo Souza	Pampeiro
Atilio Sgarbi	Bom Será
Éder Dambrós	São Leopoldo/Jupira
Elisete Farias Rabelo	Santo Ângelo
Ildo Roque Antunes de Oliveira	Santa Rita
Jairo Dias	Capivara
João Pereira da Silva	Coqueiro
Júlio Alcides Rocha	São Joaquim/Nova Santa Rita
Leni da Silva Matias	Posto Novo
Marilene Cupsinski	Cerro Munhoz
Olavo Pereira da Silva	Recanto
Telmo Sefferin	Frutinhas
Claudair Mota	Apolo

As famílias participantes deveriam poder descrever as experiências e acontecimentos no lugar de origem e no lugar atual, considerando que tivessem vivenciado o processo de migração.

As famílias envolvidas na pesquisa faziam parte do projeto de intervenção em que o investigador estava inserido. Este momento foi de importância ímpar para a aproximação com os grupos familiares, fator que permitiu uma relação de empatia e comprometimento.

Entrevistas com Profundidade

A entrevista é um momento de troca de experiência entre duas pessoas, uma relação que se constitui entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas pertencentes a faixas etárias, condições socioeconômicas, e culturais diferentes que dialogam e interagem a partir de uma mesma questão (Riemann (2003).

Na abordagem biográfica, é relevante que o sujeito tenha autonomia para narrar sua vida sem muita interrupção do pesquisador, exceto quando não se sabe do que o narrador está falando ou está se perdendo na sua narrativa. O pesquisador, para obter informações mais específicas para esclarecer determinados pontos, pode fazê-lo posteriormente para não interferir na narrativa principal.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com treze famílias, na suas residências, de acordo com a disponibilidade do participante, no período de fevereiro a novembro de 2008. No entanto, saliento que o contato com os entrevistados permaneceu ainda nos anos seguintes (2009 e 2010), em encontros de formação em educação ambiental, reuniões na comunidade e confirmações de dados nas famílias. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos informantes (Anexo1) e tiveram a duração aproximada de 90 a 110min. Para atingir os objetivos da pesquisa, que é reconstruir a trajetória individual no grupo familiar, foi preciso organizar, em um roteiro, elementos importantes como origem, migração e lugar atual, questões culturais e ambientais (Tabela 2). Os motivos da pesquisa foram explicados para os sujeitos investigados de forma clara, e que, a qualquer momento, poderiam realizar alterações sobre o registro de suas narrativas, pois as lembranças a eles pertenciam como parte da trajetória de suas vidas. Não pretendo confrontar as narrativas recolhidas com as inúmeras publicações sobre os Sem Terra e a história do MST, para fazer comparações entre os fatos no intuito de descobrir distorções ou novos elementos. As publicações relatam os fatos a partir de um ponto de vista e não farei análise desses para verificar a existência de omissões ou confirmação destas. O que me interessa são as lembranças que os sujeitos, desde o seu lugar de origem até o lugar atual, ou seja, desde a infância à idade adulta e, à medida que narram os acontecimentos e as experiências, foram registrando, pelo resgate evocado da memória que constitui as histórias de vida.

Tabela 2. Roteiro das entrevistas realizadas com os assentados

OBJETIVO	QUESTÕES
Contexto individual e social tanto para o lugar de origem como o atual	
<p>Identificar as narrativas das experiências e vivências da família nos grupos sociais e as experiências individuais.</p> <p>Descrever a organização social e as percepções da convivência social nos diferentes grupos.</p>	<p>Poderia falar sobre a sua história de vida e da sua família?</p> <p>Poderia me contar desde a sua infância ao momento atual de sua vida?</p> <p>Como era a comunidade?</p> <p>Como era a organização da comunidade e sua participação e da sua família?</p>
Contexto ecológico tanto para o lugar de origem como o atual	
<p>Identificar as narrativas que trazem a descrição do ambiente, a relação pessoal e familiar com o ambiente.</p> <p>Obter informações sobre quais os conhecimentos e sentimentos envolvidos na relação com o ambiente e sua conexão.</p>	<p>Descreva como era o ambiente.</p> <p>Quais os sentimentos que trazem as lembranças do ambiente?</p> <p>Como a família se relacionava com o ambiente? E a comunidade?</p> <p>Poderia contar sobre acontecimentos associados ao problema ambiental que sua família ou próximo tenha vivenciado?</p> <p>Já ouviu falar em Reserva Legal? E de Área de Preservação Ambiental?</p>
Contexto da migração	
<p>Identificar as narrativas que trazem a descrição do ambiente, da relação pessoal e familiar com o ambiente.</p> <p>Obter informações sobre quais os sentimentos envolvidos na relação com o ambiente.</p> <p>Descrever como foi a inserção social nos diferentes grupos.</p> <p>Identificar a organização social nos grupos de convívio.</p>	<p>Poderia descrever como foi o processo de migração da sua família?</p> <p>Ao lembrar-se de acontecimentos no processo da migração, quais são os sentimentos que estão associados?</p> <p>Como foi a articulação da família e da comunidade nesse processo?</p>

No método de abordagem biográfica, é fundamental o estabelecimento de um vínculo de confiança e um compromisso com os sujeitos entrevistados. Esse vínculo não significa apenas momentos de relato espontâneo, que, ao longo da investigação foi ocorrendo, mas de um comprometimento de quem retoma fragmentos de sua história e deseja compreender a própria trajetória de vida. Nesta pesquisa, também como sujeito da investigação interagindo com as indagações, buscava saber e, ao mesmo tempo, era instrumento de quem ouve e registra as recordações das pessoas que recorrem à memória reconstituindo a história de vida.

As narrativas têm seus limites, pois as pessoas que foram narrando não tiveram tempo de registrar os fatos e percepções para, posteriormente, ao retomar o registro e narrar de outra maneira algo que considerasse não satisfatório. Assim, esse narrar era como uma pintura em construção, na qual o pintor, com pinceladas, vai delineando o que pretende

expressar e à qual tem a oportunidade de retornar, muitas vezes, até chegar ao momento em que considera ter atingido seu intento.

As lembranças contadas oralmente foram transcritas da mesma forma como foram registradas, transformando-se num texto contendo os dados que foram organizados de forma a constituir um *corpus* para análise e interpretação. Ressalta-se a preocupação de articular aspectos importantes no processo biográfico (Riemann, 2003; Flick, 2009; Gibbs, 2009), para o estabelecimento de categorias associadas às vivências e experiências socioculturais e ambientais na identificação dos significados atribuídos ao grupo de origem e ao grupo social atual.

A observação participante se caracteriza como um instrumento do contato direto com os sujeitos, observando e registrando as vivências e os acontecimentos presenciados (Neto, 2004; Chizzotti, 1998). É uma forma de aproximação para examinar manifestações e formulações dos participantes não só em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também para perceber particularidades que podem conduzir a novas formulações e perspectivas de análise.

Organizei um Diário de Campo para registrar as situações e observações. Anotei as interlocuções do corpo expresso pelos gestos, silêncios e emoções, quando foram evocadas lembranças de determinados acontecimentos durante as entrevistas, como as expressões de ansiedade, preocupações e emoções, pois o corpo é um instrumento de comunicação importante. As anotações ali registradas podem ser retomadas sempre que necessário. A história de vida relaciona-se com um sujeito e as singularidades são manifestadas nas narrativas biográficas individuais e coletivas. As experiências vividas nos contextos familiar e social pelo sujeito são relatadas a partir da reinterpretação de forma singular. Em particular, nesta pesquisa, o processo de migração se tornou um elemento importante para a reconstrução das histórias de vida dos sujeitos. Sendo assim, a reconstrução da trajetória familiar não foge à interpretação do pesquisador das vivências narradas, de modo a evidenciar as experiências e a reinterpretar seu significado. Isso se deve ao fato de que são compreendidas nesse contexto como significativas na vida dos sujeitos e definidoras na construção e transformação da sua identidade cultural. O propósito é entender como as vivências no grupo de pertencimento se articulam e de que forma interferem no processo de (re)construção dos sentidos e significados que o sujeito atribui aos saberes socioambientais e culturais, com o amparo na perspectiva sócio-histórica cultural.

A intenção é compreender as possíveis relações que o sujeito estabelece com o lugar de origem, a partir das suas vivências e como a ressignificação desses saberes influenciam as vivências na ocupação do espaço atual. Portanto, é na diversidade de interpretação de modo singular, muitas vezes descontínua, incongruente e sentimental que as inter-relações entre as experiências vividas anteriormente se confrontavam com as do lugar atual, de modo que os significados foram se reconfigurando a cada nova experiência vivida. Nesse processo, é identificado e analisado como o grupo social estabelece e faz uso social e ambiental do território. De igual maneira, são examinadas as relações de afeto que essa pessoa mantém com o território anterior, isto é, é investigado como ocorreu a perda do território (lugar de origem) e como ocorreu a reconstrução do novo território (lugar atual), compreendido na perspectiva de “domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva” (Haesbaert, 1997, p. 41).

Sendo assim, o processo de descrição e análise do contexto social e da vida familiar se constitui parte integrante de um todo (*corpus*), para evidenciar as complexas relações e articulações que influíram na maneira de se posicionar frente ao contexto socioambiental onde o indivíduo está inserido atualmente.

A construção das interações do espaço ocupado pelo sujeito no contexto social não é algo definitivo e nem define uma posição fixa na estrutura social; a posição que o sujeito ocupa está em constante construção (Bauman, 2005). Isso significa dizer que a análise das trajetórias de vida dos agricultores remete à construção do grupo de pertencimento e está relacionada ao espaço social no qual se desenvolvem suas experiências e acontecimentos. Uma relação de afeto com o ambiente é visualizada, seja por ser sua morada ou mesmo porque é o meio de sobrevivência. Assim: “(...) o lugar ou meio ambiente é o vínculo de acontecimentos emocionantes fortes ou é percebido como um símbolo” (Tuan, 1980, p. 107).

A análise das entrevistas, por sua vez, não pode ser tomada como uma simples fonte de informação, mas se faz necessário entendê-las como um texto materializado do social. A interpretação deve buscar uma estrutura que ordena as categorias de análise, que organiza a construção das narrativas, estabelecendo a inter-relação com o contexto social narrado (Ferrari, 1993; Marre, 1991). Por isso, saliento a importância de construir categorias, *a priori*, para nortear as entrevistas realizadas, assim como para ordenar a organização do material empírico. Foi tomada a dimensão temporal, a partir do processo migratório, como

experiência singular dos entrevistados. O quadro temporal das histórias foi organizado em três categorias, a saber: **A**, correspondendo ao Grupo Social de Origem; **B**, relacionada à Migração e **C**, ligada ao Grupo Social Atual (Tabela 3 e Figura 1).

Tabela 3. Categorias para a organização das Histórias de Vida

Categoria A	Grupo Social de Origem	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade: As relações socioculturais • Ecologia e Situações Socioambientais
Categoria B	Processo Migratório	<ul style="list-style-type: none"> • Itinerante, nômade
Categoria C	Grupo Social Atual	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento: As relações socioculturais • Ecologia e as Situações Socioambientais

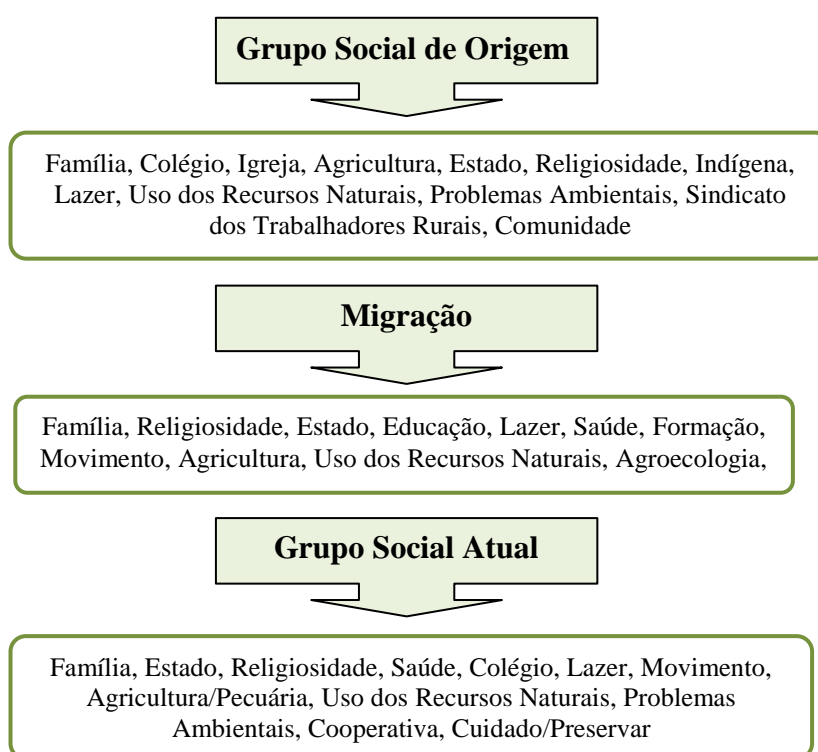


Figura 1. Dimensões enfatizadas nas narrativas das famílias a respeito do grupo social de origem, migração e grupo social atual.

A cada categoria, estão associadas temáticas que favoreçam a melhor compreensão do grupo pesquisado. Para o Grupo Social de Origem, as temáticas determinadas foram: questões socioculturais, ecologia e situações socioambientais. Quanto à Migração, foi considerada a itinerância e o nomadismo e, para o Grupo Social Atual, foram apontadas

temáticas como o assentamento e as relações socioculturais, ecologia e situações sociais e ambientais.

Análise e Interpretação dos Dados

Grupos Sociais: a comunidade e o assentamento

A comunidade refere-se ao espaço de convivência social, no qual as experiências familiares ocorrem implicadas em sentimentos de pertença (construção de território). Consubstancia-se, por isso, um grupo comunitário que partilha características e interesses comuns em um processo interativo de relações afetivamente alicerçadas.

O grupo social de origem (comunidades coloniais) e o grupo social atual (assentamento) mostraram que os sujeitos, nos grupos sociais, interagem com fortes laços de pertença e partilham uma forma de vida com referências comuns. A comunidade / o assentamento são as temáticas descritas que envolvem as formas de vivência social experimentadas pelas famílias na comunidade. Essas colaboram para entender os atores envolvidos na tessitura da história de vida familiar.

A ecologia representa as interações com o ambiente no espaço em que as famílias estão inseridas. Essa temática é importante para que sejam visibilizadas as experiências das famílias com relação ao ambiente. A descrição da relação com o lugar e as diferentes formas de vida são significativas para compreender como as famílias interagem com a natureza e de que maneira se posicionam frente a uma série de situações como a agricultura, o uso dos recursos naturais, os problemas ambientais, a preservação ambiental e a legislação ambiental, bem como de que forma as suas ações produzem ou evitam a degradação do ambiente.

Contextualizando as Histórias de Vida das Famílias: marcas temporais

As informações das famílias foram dispostas em um formato que possibilitasse a visibilidade dessas de forma mais abrangente. Para evidenciar, a partir das narrativas, as relações e as situações sócio-históricas, foram organizadas as marcas temporais na vida familiar (Tabela 4). Estão registrados os acontecimentos relacionados à vida individual e familiar, mostrando algumas situações de migração e as participações nos movimentos sociais, um quadro que apresenta diferentes tempo e espaço nas Histórias de Vida.

Tabela 4. Marcas temporais e contexto histórico dos assentados

ENTREVISTADOS	ASSENTAMENTO	MARCAS TEMPORAIS
Alcindo Souza	Pampeiro	Nasceu e morou em Miraguí/RS na década de 1960. A família migrou para o Paraná (1970) e para o Pará (1980).
Atilio Sgarbi	Bom Será	Nasceu Marau/RS (1951). Casou-se com Bernadete em 1978.
Éder Dambrós	São Leopoldo/Jupira	Foi gerado no município da Mata/RS e nasceu em 1985, em Santana do Livramento/RS.
Elisete da Costa Santos	Santo Ângelo	Nasceu em Redentor, município de Tupanciretã/RS. Seu pai arrendava terras dos índios.
Ildo Roque Antunes de Oliveira	Santa Rita	É natural de Palmeira das Missões/RS. Participava do sindicato dos trabalhadores rurais desde 1986.
Jairo Dias	Capivara	Nasceu em 1979, na localidade Capão do Cipó, atual município de Santiago/RS.
João Pereira da Silva	Coqueiro	Nasceu em Getulio Vargas/RS em 1964.
Júlio Alcides Rocha	São Joaquim/ Nova Santa Rita	Nasceu em 1958, em Linha Polita, no município de Rodeio Bonito/RS, mudou-se para Constantina/RS, em Serrinha, área de conflito com índios desde a década de 40.
Leni da Silva Matias	Posto Novo	Nasceu no município de Vicente Dutra/RS. Aos 20 anos, casou com João.
Marilene Cupsinski	Cerro Munhoz	Nasceu no estado do Paraná em 1976. A família mudou-se para Iraí (1981).
Olavo Silva	Recanto	Nasceu em Vicente Dutra/RS município de Iraí em 1941.
Telmo Sefferin	Frutinhas	Nasceu em Caibaté (1970), município de Palmeira das Missões/RS próximo a São Miguel.
Claudair Mota	Apolo	Nasceu no Paraná (PR) em 1960. Foi adotado em 1967.

Histórias de Vida das Famílias: rotas familiares

A construção das histórias de vida das famílias não foi realizada somente pelas vivências familiares narradas a partir de uma ótica, mas também pela interpretação subjetiva da vida das famílias, concretizada pela pesquisadora. Nas narrativas das trajetórias, são apresentadas a interpretação e a percepção dos acontecimentos do passado, as perspectivas futuras, o jeito de perceber no mundo de cada sujeito. Portanto, como pesquisadora, atuo como reconstrutora subjetiva das experiências individuais das famílias. Foram selecionadas vivências significativas na produção de marcas e na construção das identidades dos sujeitos.

Apresento, a seguir, um conjunto de Histórias de Vida das Famílias e a espacialização das Rotas Familiares, destacando que, nesse processo, os sujeitos foram se constituindo por meio de diferentes dimensões socioculturais, econômicas e ambientais, em diferentes grupos sociais, modificando e ressignificando as relações de pertencimento e de identidade.

História de vida: família Souza

Eles nos chamam de colono. Pra mim não tem problema nenhum, eu não me sinto inferiorizado por causa disso, eu acho que não é feio ser colono, mas eles falam de uma maneira pejorativa. Qualquer coisa, como um cavalo mal atrelado, é colono. Daí é uma questão do crédito, eu não sofro muito, pois graças a Deus, eu tenho boas referências de onde eu vim. Mas quando fala que mora em assentamento, já muda a fisionomia das pessoas. Até por parte de autoridades, se aborda agente pra pedir documento. Daí se é assentado eles procuram averiguar com mais detalhes (Alcindo Souza, 2008).

Alcindo Souza nasceu em 1968, em Miraguaí, no município de Tenente Portela. Na década de 70, seus pais deixaram a propriedade em Miraguaí e migraram para o Paraná, pois havia incentivo do governo com doação de terras. Quando tinha 16 anos (1980), sua família, com novo incentivo governamental do estado de Pará, com a doação de 100 hectares migrou novamente. Em Belém do Pará, trabalharam com serraria na retirada das florestas, com pecuária e comércio (Figura 2).

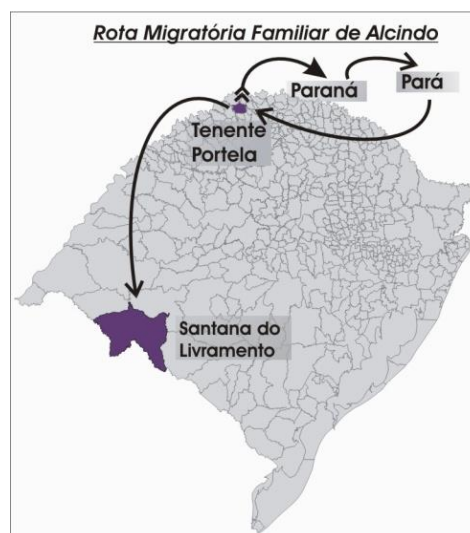


Figura 2. Rota migratória da família Souza

Alcindo casou com uma maranhense e, com esta, teve a filha Aline (1990). Em 1992, com a perda de um tio com quem trabalhava no Pará, resolveram retornar ao Rio Grande do Sul. Em Miraguaí, se instalaram nas terras que haviam deixado. A família tem comércio em sociedade; mesmo assim, Alcindo tinha terras e cultivava. O pai seguiu a carreira política e os filhos ficaram administrando uma casa de comércio com variedade de materiais (açúcar, roupas etc.). Ele ficou somente seis meses no acampamento e, em 2006, ocupou o lote, juntamente com seu irmão, no assentamento Pampeiro. Este lote era ocupado por Luiz e Enilse, que não quiseram mais permanecer no assentamento, em vista das dificuldades de das estradas e acesso ao assentamento e ao lote. A esposa só viria para o assentamento no ano seguinte, quando finalizaria a faculdade de Ciências Biológicas. Atualmente (2008), trabalha como professora em Miraguaí. Eles têm mais dois filhos: Mateus (1996) e Andrei Guilherme (2004). Tanto Aline como Matheus vão permanecer morando com os avôs em Miraguaí, para continuarem os estudos, pois, no assentamento não tem escola e o deslocamento até a cidade torna-se inviável, porque não tem ônibus diariamente. Ele é Adventista do Sétimo Dia e participa das festividades da comunidade, mas sem ferir os

princípios da sua religiosidade que é não beber nada alcoólico e nem se envolver em brigas. Nas horas vagas, aproveita para ler os livros religiosos e a bíblia. Estava lendo uma Lição da América Latina.

História de vida: família Sgarbi

A coisa mais estranha pra mim aqui, porque tu olhava em volta não enxergava nada era só capinzão, é só capim, agora hoje se tu chega aqui vê tá cheio de árvores, agora é totalmente diferente (Atílio Sgabi, 2008).

Atílio Sgarbi é filho de agricultores descendentes de italianos, nasceu no interior de Marau em 1951, uma cidade agrícola pertencente ao município de Passo Fundo/RS. Foi para o município Entre Rios para ajudar o cunhado e lá conheceu Bernadete (nasceu em 1958) em uma festa-baile da igreja católica. Eles casaram em 1978 e tiveram 3 filhos (dois meninos e uma menina). Adquiriram sete hectares de terra na localidade de Linha Barca, próxima à barragem do rio Passo Fundo (Figura 3).

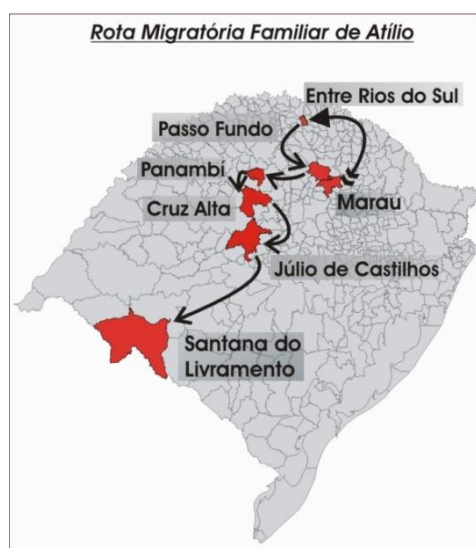


Figura 3. Rota migratória da família Sgarbi

Quando chovia muito, as comportas da barragem eram abertas, alagando a propriedade a ponto de invadir a casa, o que causou a necessidade de removê-la para outro lugar. Cansados de perder a produção pelo alagamento, com os filhos crescendo e a propriedade pequena, Atílio decidiu que era preciso buscar mais terras e a forma encontrada foi acampar. O primeiro acampamento foi no Trevo de Panambi, por dois dias. Depois, foi para o município de Cruz Alta, acampando quarenta dias. Ao visitar a família, pensava em não voltar mais para o acampamento, mas, como tinha a promessa de conseguir terras, prosseguiu. Passaram oito meses, e nada de terra. Por esse motivo, para chamar atenção das autoridades, o grupo de acampados invadiu a fazenda Boqueirão e, com isso, as atenções se voltaram para esses, principalmente os meios de comunicação (televisão, jornal e rádio). Em seguida, os acampados conseguiram terras para o assentamento no município de Júlio de Castilhos. Atílio, juntamente com outras famílias, foram para o acampamento Alvorada, em Júlio de Castilhos, permanecendo ali por mais um ano. Foi sorteado para o assentamento Bom Será no município de Santana do Livramento. Aceitou, a fim de

encerrar este período de acampado. O seu sonho não foi realizado plenamente porque não conseguiu terras próximas a sua região.

História de vida: família Dambros

Tem o meu tio que já é assentado aqui há mais tempo, né ele já tinha ido acampar. Aí eu conversando com ele um dia pensei pra quem tá quebrado sem um pila no bolso, melhor é ir pra o acampamento, aí eu conversei com o pai aí nós decidimos ir (Eder Dambros, 2008).

A família de **Éder Dambros** é natural do município da Mata, que pertence à região de Santa Maria. Resolveram migrar para Santana do Livramento a fim de trabalhar com plantação de arroz em terras arrendadas. A mãe de Éder estava grávida dele quando se mudaram. Ele nasceu em Santana do Livramento, em 1985. Após terminar o segundo ano do 2.º grau, foi fazer um curso de mecânica no SENAI. Permaneceu até os dezessete anos junto a sua família (Figura 4).

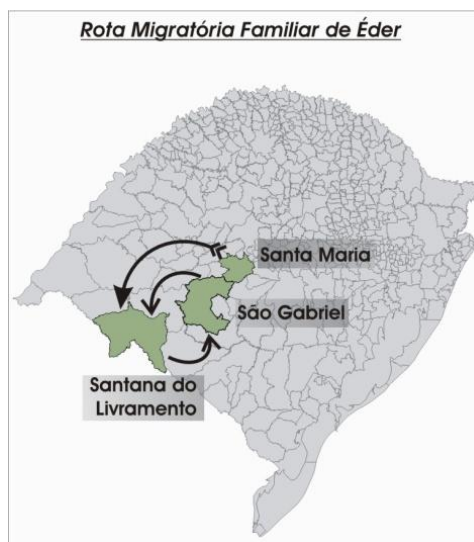


Figura 4. Rota migratória da família Dambros

Com a perda do tio que ajudava na plantação, e sem um emprego na cidade, Éder foi ajudar seu pai na lavoura de arroz. Estavam enfrentando problemas com a rentabilidade da produção de arroz, em função dos períodos de seca e de chuva intensa. Não reverteram a situação e perderam os bens. Éder e seu pai, nessa ocasião, decidiram acampar, já que estavam sem terra e sem dinheiro.

O primeiro acampamento em que estiveram foi o assentamento Torrão. Depois deste, foram para o acampamento no município de São Gabriel, período de grandes conflitos com os fazendeiros que não aceitavam os Sem Terra. No acampamento, Éder participava de estudos de formação política e fazia parte da equipe de Educação. A maior aprendizagem nesse local e nesse tempo foi expor suas ideias e defendê-las em grande grupo. Deixou de ser introvertido e aprendeu a trabalhar com o público. Após um ano de acampamento, foi designado para o assentamento São Leopoldo, também chamado de Jupira. Este assentamento já existia desde 1997, porém Éder está assentado ali desde 2008.

História de vida: família da Costa dos Santos

Trabalhava por dia nas granjas, arrancava feijão, capinava soja, nós ganhava por dia. Buscavam a gente lá, a gente ia, trabalhava e de tarde vinha pra casa de novo, pro barraco. Colhia pinhão nos matos para vender, colhia, fazia cuia de nós de pinhos, coisas assim (Elisete da Costa dos Santos, 2008)

Elisete da Costa dos Santos nasceu em 1975, em Redentor, no município de Tenente Portela, permanecendo nesse lugar até os onze anos. Seus pais tinham dois hectares de terra na área indígena e plantavam milho e arroz.

Eles ficaram lá até 1985 e, após, foram acampar na Fazenda Annoni. Depois de dois anos, o pai de Elisete conseguiu terras em Tupanciretã. Elisete trabalhou como empregada doméstica para ajudar na renda familiar e, nessa época, já tinha o filho Alessandro (1993). Ao 23 anos, foi acampar com o objetivo de conseguir terras para ela e seu filho, mas sem intenção de casar novamente. No acampamento Palmeirão, conheceu Alcindo (1972), que nasceu em Passo Real, que se localiza no município de Cruz Alta (Figura 5).

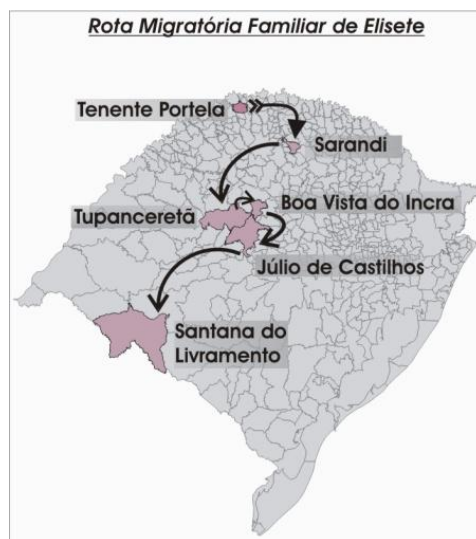


Figura 5. Rota migratória da família da Costa dos Santos

A família, em 1979, foi transferida para Boa Vista do Ingra, por estar na área da barragem. O casal realizava o trabalho de coordenação, um pensando que o outro era casado. Quando Alcindo observou o cadastro dela, descobriu que não era casada, e, a partir de então, começaram a ficar juntos. Para Elisete, foi muito difícil abrir mão de seu lote para morar com Alcindo. Ela chorou ao assinar a desistência de sua terra, porque sua intenção era ficar no assentamento Pinheiro Machado, porque sabia que as terras de lá eram diferentes das terras na campanha. Também tinha medo de sua relação com Alcindo não dar certo e temia pelo futuro, depois de tanta luta. Teria que recomeçar ou, então, voltar a trabalhar para outros, o que a angustiava. Foram momentos de insegurança. Em 1995, vieram para o assentamento Santo Ângelo, e tiveram dois filhos: Robert (1998) e Taís (2003).

História de vida: família Antunes de Oliveira

Chegamos em Livramento e tudo era contra, o prefeito da época, em 91, o prefeito teve até uma carreata contra os assentados, porque o nosso assentamento foi o primeiro assentamento a chegar no Livramento (Ildo R.A.Oliveira, 2008).

Ildo Roque Antunes de Oliveira é natural de Palmeira das Missões e, na comunidade, participava do sindicato dos trabalhadores rurais e do Partido dos Trabalhadores desde 1986. Com a idade de 20 anos, tinha o sonho de conquistar a sua terra. Em 1989, foi acampar em Palmeiras e, depois, foi para Cruz Alta e Bagé. Ficou acampado um ano e nove meses.

Em 1990 e 1991, trabalhou como monitor de Alfabetização de Jovens e Adultos nos assentamentos de Cruz Alta, Bagé e Sarandi. Desenvolveu um trabalho religioso com o frei Sérgio. Em 1991, foi sorteado para o assentamento Cerro dos Munhoz. Nessa mesma época, foi designado pelo movimento para realizar curso no município de Dom Pedrito. Em 1995, tornou-se responsável por um minimercado na cidade, um espaço para revender os produtos dos assentados (Figura 6).

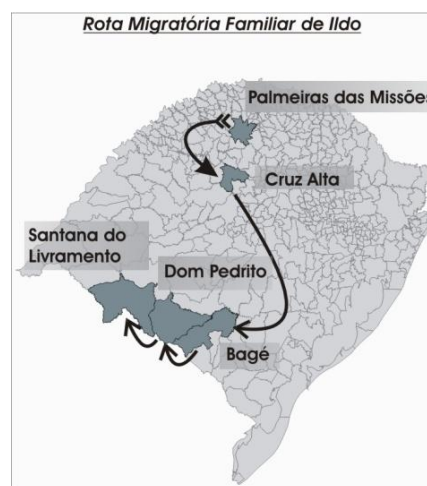


Figura 6. Rota migratória da família Antunes de Oliveira

Ildo conheceu sua esposa Alci quando ela estava hospedada em sua casa durante uma semana, após uma chuva intensa que não permitira acesso ao assentamento de seus pais. Em 2001, Ildo e Alci foram morar juntos no assentamento Santa Rita. Em 2003, ele entregou o seu lote no Cerro dos Munhoz. O casal participava ativamente das representações regionais e estaduais pelo movimento (MST) no assentamento. Há dois meses, se retiraram das representações no assentamento para se dedicar mais ao cultivo e à organização do lote.

História de vida: família Dias

Então se botava fogo no campo e isso e aquilo. Então hoje, já o pessoal, já não tá mais fazendo isso né. E até a terra mesmo, queira ou não queira, o povo liquida com a terra né. Então, nós mesmo (Jairo Dias, 2008).

Jairo Dias é filho de agricultores e descendente de italiano com bugre (mistura de índio com português), nascido em 1979. É natural de Capão de Cipó, que pertence ao

município de Santiago. Seus pais migraram para Palmeiras das Missões e, como a família era grande (11 irmãos), sem terra para produzir, decidiu acampar na Fazenda Anoni.

No começo, só foram à fazenda seu pai e ele. Depois de cinco meses, a mãe e os irmãos vieram se juntar a eles no acampamento da Fazenda Anoni, onde a família permaneceu por sete anos (Figura 7). Essa família cultivava um pequeno pedaço de terra e trabalhava para granjas próximas à fazenda. Foi, então, sorteada com terras em um assentamento em Santiago. Após seis anos, Jairo e sua namorada, Fátima da Rocha, foram acampar para conseguir suas próprias terras.

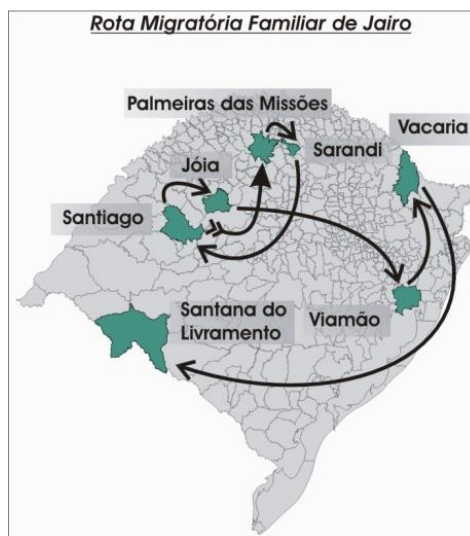


Figura 7. Rota migratória da família Dias

Fátima, nascida em 1978, é de uma família que passou pelo processo migratório de acampamento. Os dois se dirigiram para o acampamento em Jóia, juntando-se a mil e quinhentas famílias. Depois, foram para Viamão, onde permaneceram oito meses acampados. Nesse período, realizaram trabalho temporário em Vacaria. Após nove meses de acampamento, foram sorteados para o assentamento Capivara, no ano de 1999. Neste mesmo ano, nasceu a primeira filha, Vanessa e, em 2006, a segunda, Natasha. Ele ainda sonha em poder retornar, um dia, para terras mais próximas da sua região, ao contrário de sua esposa Fátima, que está adaptada às diferenças regionais, e não tem intenção de migrar novamente. Ele entende que sua anterior região desenvolveu muito e que poderia conseguir um emprego na cidade, para ganhar mais, visto que conhecidos estão muito bem financeiramente, realizando uma atividade urbana.

História de vida: família Pereira da Silva

Achavam porque nós com vinte e cinco hectare de terra não ia produzi muita coisa, eles (nativos) acreditaram que nós não viemo pra cá, mas não lidemo com a cultura que eles lidavam, nós não era fazendero, então, gado de campo já não existia pra nós, plantá arroz também não existiu porque nós não era lavoreiro de arroz (João, Pereira da Silva, 2008).

João Pereira da Silva nasceu em Getúlio Vargas, em 1964, e, quando contava sete anos, a família mudou-se para Três Palmeiras. Ele vem de uma família de 12 irmãos (6 meninas e 6 meninos). Aos 22 anos, foi para a cidade de Erechim trabalhar em uma fábrica de móveis. João se denomina brasileiro, filho de português com negro. Estudou até a quarta-série, pois tinha que andar a cavalo para ir à escola a uma distância de 30 km, o que dificultou a continuidade dos estudos (Figura 8).

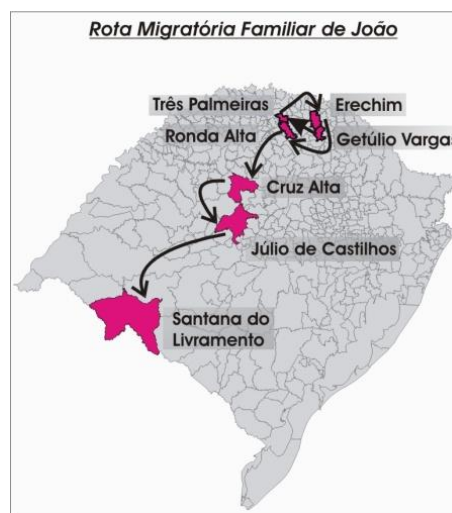


Figura 8. Rota migratória da família Pereira da Silva

A família era associada à comunidade católica em Vila Progresso. Nessa comunidade, sempre havia festa, baile e jogo de bola. João conheceu Maria, sua esposa, na cidade, quando ela cuidava dos filhos da sua irmã. No entanto, começaram a namorar depois que foi trabalhar como diarista na casa do seu irmão. Ela é natural de Cascavel, Paraná, e veio com sua família para Erechim quando tinha apenas dois anos de idade. João e Maria já estavam morando juntos, quando resolveram trabalhar nas terras de seu irmão, depois de seis anos (1986), na cidade. Nesse período, João foi indicado para a direção estadual do Movimento Sem Terra por conhecidos assentados de Trindade do Sul, a fim de que lá realizasse um trabalho de base. Essa tarefa consistia em mobilizar pessoas para entrar no movimento. Ao visitar outros assentamentos na região de Ronda Alta, foi incentivado a acampar para conquistar sua terra. Como a produção nas terras do irmão não condizia com o esperado e enfrentavam as dificuldades de cultivo, resolveram retornar para a cidade. Em vista das pessoas que participavam do movimento insistirem para ele atuar mais ativamente no acampamento, resolveu que valia a pena tentar. Quando João foi acampar, seu filho mais velho, Giovanni, tinha um mês de idade (1994). Maria se juntou ao acampamento depois de oito meses e, com João, teve mais três filhos: Giane (1995), Giovanna (2000) e Gianquiel (2003). Depois de passar pelos acampamentos de Cruz Alta e Júlio de Castilhos, no período de um ano e oito meses, foi sorteado para o assentamento Coqueiro.

História de vida: família Rocha

Daí nós graças a Deus nós fomos bem, não morreu ninguém na ocupação, ninguém se feriu vortemo pro acampamento, fizemo outra ocupação de novo i daí nós ganhemo a terra, daí nós ganhemo essa aqui (Júlio Rocha, 2008).

Júlio Rocha nasceu em 1958, no município de Rodeio Bonito. Sua família migrou para a localidade da Linha Polita no município de Constantina, comunidade próxima à área indígena da Serrinha, onde ocorreu conflito indígena na década 40. Ele é descendente de brasileiro (português com negro e índio). Sua mãe teve catorze filhos dos quais somente sete sobreviveram, dentre eles, dois meninos e cinco meninas. Julio conheceu sua esposa no enterro do pai dela. Nair Frederichi (1954) é natural de Erechim (Figura 9).

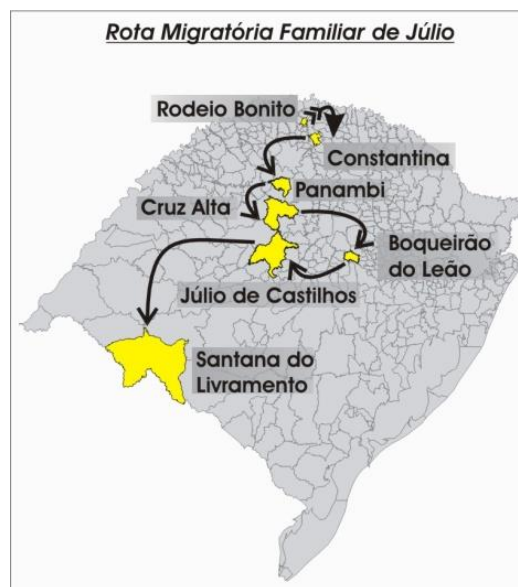


Figura 9. Rota migratória da família Rocha

A família de Nair mudou-se para Linha Polita; ela trabalhava como empregada doméstica em Santa Maria. Júlio, a princípio, queria namorar a irmã de Nair, mas ela não demonstrara interesse. Ficou sabendo que Nair não tinha namorado e, ao encontrá-la em uma festa da comunidade, começaram a namorar. Nair precisava voltar a trabalhar fora e ele, para não deixá-la partir, propôs casamento. Júlio se emociona, ao relatar que Nair aceitou seu pedido e diz que agradece a Deus por estar vivendo até hoje com sua esposa. Apesar de todas as dificuldades que viveram juntos, passando, muitas vezes, fome, tudo valeu a pena, já que ela é sua companheira. A filha, Rosicler, nasceu em 1978. Eles cultivavam em terras indígenas e tiveram que sair desse local. Trabalhavam como agregados, quando seus cunhados os convenceram de que seria melhor acampar. Assim, em 1995, Júlio foi sozinho para o acampamento situado no trevo da Panambi. Sua esposa e filha, depois de cinco meses, juntaram-se a ele. Já em Cruz Alta, ao lado de duas mil e quatrocentas famílias, dirigiram-se para Boqueirão (Ponte Queimada), onde ocorreu um grande conflito com os policiais. Estes bateram e atiraram nas pessoas, inclusive Nair foi atingida por um estilhaço de bala na mão, causando leve ferimento. Após o conflito, os acampados retornaram para Cruz Alta. Como a tentativa de invasão em Boqueirão foi violenta, muitas famílias ficaram assustadas e desistiram de acampar. O acampamento foi

para Júlio de Castilhos, com um total de mil e seiscentas famílias. Foram sorteados para o assentamento Nova Santa Rita, denominado também de São Joaquim.

História de vida: família Silva Matias

Pior foi quando nós chegemo, não tinha nada, nós pra sai pra cidade não tinha ônibus não tinha nada, difícil, foi difícil eu até queria vorta de um mês pro outro, é foi difícil quando nós chegemo aqui (Leni Silva Matias, 2008)

Leni Silva Matias nasceu em Boa Esperança, no município de Vicente Dutra. Ela vivia com seus pais e cinco irmãos. A escola era longe e seu pai, constantemente, impedia os filhos de estudar e, por isso, conseguiu finalizar a segunda série somente aos 12 anos. Ela é descendente de alemães e de bugre (índio com português). Leni conheceu o marido porque ele foi trabalhar junto com seu pai e seus irmãos no Mato Grosso. Depois de dois anos de trabalho neste estado, retornaram, quando Leni e João começaram a namorar (Figura 10).

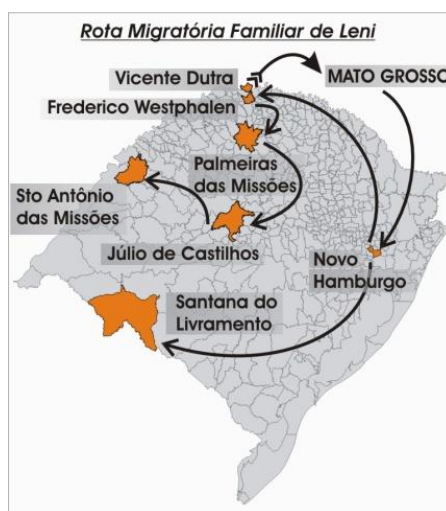


Figura 10. Rota migratória da família Silva Matias

Aos 20 anos, Leni casou e foi morar no mesmo terreno da mãe de João. Trabalharam um tempo nas terras que sua mãe administra para um vizinho morador da cidade. Depois de dois anos, Leni e o esposo foram trabalhar nas terras do pai dela. Com o nascimento das filhas, resolveram mudar-se para a cidade de Novo Hamburgo, a fim de que João trabalhasse em uma fábrica de couro. Depois de três anos nessa cidade, chegada a época de as meninas frequentarem a escola, e dada a iminente doença causada pela química do couro a acometer João, retornaram para as terras do pai de Leni. Foram acampar para conseguir terras e passaram pelos acampamentos de Frederico, Palmeiras, Júlio de Castilhos e Santo Antônio. O fato de mudar de acampamento possibilitou que ela perdesse o medo de viajar sozinha. Antes, não viajava sozinha nem por seis km, distância a que fica a cidade vizinha onde morava. Agora, diz que poderia viajar o mundo todo, pois não tem mais medo do desconhecido. Para ela, o acampamento foi uma verdadeira escola. Sorteado o lote, em 1998, a família mudou-se para o assentamento Posto Novo. O esposo ainda não se

acostumou com as diferenças da região e seu sonho é, um dia, retornar à região de origem. Leni se adaptou e gosta da vida no assentamento.

História de vida: família Cupsinki

A gente se criou nos campos, comendo fruta, a gente não comia muita coisa comprada, vamos dizer né. A gente ganhava uma chinela havaianas, era a maior felicidade, porque a gente não chegava a ter um tênis, a ter um sapato (Marilene Cupsinki, 2008).

Marilene Cupsinki é neta de russos por parte materna. Seu avô fugiu da Rússia por causa da guerra, se instalando no município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul. Seu avô casou-se com uma mulher descendente de italianos. Ele faleceu muito jovem, vítima de contaminação na guerra. Seu pai, descendente de italianos, conheceu sua mãe, casaram e, no final da década de 60, a família mudou-se para o Paraná (Figura 11).

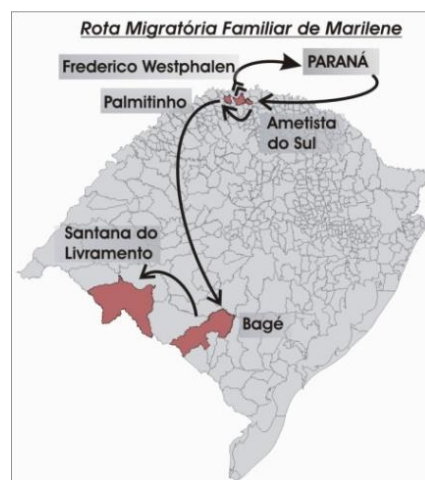


Figura 11. Rota migratória da família Cupsinki

O pai de Marilene trabalhava como educador leigo, na década de 70, com o método de Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos. Ela nasceu em 1976, no Paraná, e viveu nesse estado até os cinco anos de idade. A família voltou para o Rio Grande do Sul, onde foram morar com os avós porque não tinham onde ficar. Na época, seu pai comprou nove hectares de terra em Iraí, região que, atualmente, se localiza no município de Ametista do Sul, permanecendo ali por dez anos. Não conhecia a cidade porque vivia somente na colônia. Quando finalizou a quarta série, não tinha mais onde estudar e, por isso, foi morar com os tios na cidade de Palmitinho, à época contando dez anos de idade, para continuar os estudos. Seu pai sempre estivera envolvido com o sindicato dos Trabalhadores Rurais e com partido de esquerda. Por viver em uma situação precária em nove hectares de terra com mata nativa, um lugar difícil de trabalhar a terra, o pai de Marilene foi acampar. Na casa da tia, onde ela se estabelecera, precisava fazer a limpeza e cozinhar em troca de comida e de um lugar para estudar. Passava as férias escolares no acampamento junto com a família; ali participava das brincadeiras com as crianças, ajudava a lavar a roupa e buscava água. Participou da ocupação da Fazenda Santa Fé, juntamente com cinco mil pessoas. Seu pai trabalhava como monitor de alfabetização no acampamento em Bagé e, na formatura dos monitores, Paulo Freire esteve presente. Juntaram-se às famílias de municípios diferentes por afinidades e foram sorteadas para o assentamento Cerro dos

Munhoz. Marilene retornou para o assentamento quando finalizou o Ensino Fundamental. Conheceu Itacir Martinele (nascido em 1968), que já era do assentamento e, em 1995, nasceu o filho Jeferson Martinele. Atualmente (2008), está fazendo faculdade e trabalha para o movimento na organização das famílias que estão inseridas no Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária (PAC).

História de vida: família da Silva

Pra gente que mora longe, qualquer coisa é esses remédios ai, procura aqui e a primeira coisa que precisa vai pra horta. A tansagem também é muito bom, qualquer coisa que se tem e não se acha bom, toma tansagem (Olavo da Silva, 2008).

Olavo da Silva nasceu em 1941 em Vicente Dutra, município de Iraí. A família de Olavo é descendente de índio, português e negro. Ele sempre trabalhou na terra de seu pai. Sua esposa, Vera, é natural de Candelária e, certa ocasião, mudou-se para Vicente Dutra. Eles participavam das festas na comunidade e foi assim que se conheceram. Casaram e foram morar nas terras do pai de Olavo (Figura 12).

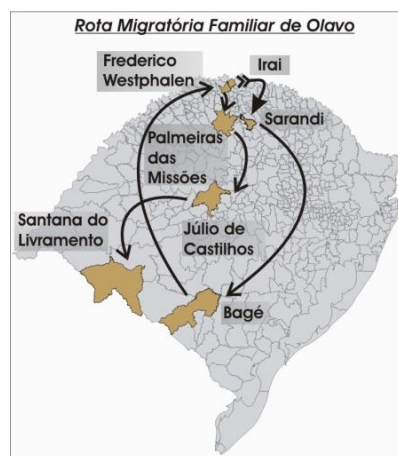


Figura 12. Rota migratória da família da Silva

Olavo e sua esposa eram participativos na comunidade, mais precisamente, na associação da igreja católica e no colégio. Foi presidente da Associação de Pais por quatro anos e sua esposa Vera assumiu a presidência por mais quatro anos. Ela também foi educadora leiga de alfabetização de Educação de Jovens e Adultos. Com o passar do tempo, e os filhos crescendo, precisavam de mais terra para aumentar a produção. A forma encontrada foi se juntar ao movimento dos acampados. Assim, foram para a Fazenda Anoni e, depois de um certo tempo, conseguiram terras em Bagé. Porém, ali não permaneceram porque havia pouca água na propriedade. Abandonaram o lote e foram trabalhar nas terras de um irmão de Olavo, onde permanecem por cinco anos. Motivado a conseguir terra, foram acampar novamente. Passaram pelos acampamentos de Frederico, Palmeiras e Júlio de Castilhos; neste último, foram sorteados para o assentamento Recanto.

História de vida: família Seffrin

Tinhas uns matinhos ai, tem árvore que eu nem sei o nome. Da minha região eu sei uma por uma. Corticeira, pezinho de guabiruba, canela, pinus não sei se é da boa. Eu

não sei muito os nomes, na nossa região a árvore que tu me mostrar eu conheço, por que lá é tudo árvore de lei (Telmo Seffrin, 2008).

Telmo Seffrin nasceu em 1970, em Caibaté, também chamada Colônia Brasileira, pertencente a Palmeiras das Missões, próxima a São Miguel. Ele foi criado em uma família com 12 irmãos. Ao lembrar daquele tempo, assinala que o trabalho na terra era muito pesado. Relata que saía cedo de casa para ir ao colégio a pé e só retornava às 13h30min, cansado da caminhada e com muita fome.

À tarde, levava merenda e água para seu pai, na roça, onde o ajudava na limpeza da terra. Relembra as festas que ocorriam na comunidade e sente saudades, já que, onde moram atualmente, são raros os momentos de confraternização comunitária. Era um grupo de origem alemã e, tradicionalmente, realizavam a festividade do *Kerb*. Na família de Telmo, tinham o costume de festejar os finais de semana um dia em cada casa de parentes (Figura 13).

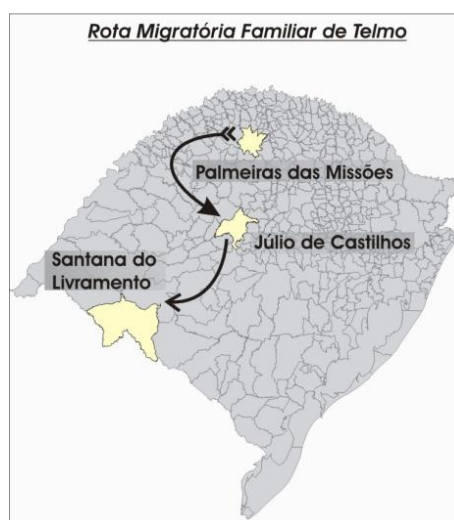


Figura 13. Rota migratória da família Seffrin

Sua esposa, Rosane (nascida em 1974), é da mesma comunidade e tem origem indígena e portuguesa. Ele acampou sozinho; a esposa não queria que ele saísse de casa porque o filho Mauricio era recém-nascido (1995). Os acampamentos por onde passou foram Palmerão, Santo Antônio e Júlio de Castilhos. Após um ano e nove meses, foi sorteado para o assentamento Frutinhas. Chegou ao assentamento em 1997 e ali tiveram mais dois filhos: João Luís (2001) e Frabricio (2003).

História de vida: família Mota

É desumano levar a família pro acampamento, é desumano, principalmente os filhos, é muito desumano, é cruel, é o pai ser muito cruel levar as criança pro acampamento, ta loco, se passa trabalho (Claudair Mota, 2008).

Claudair Mota nasceu em 1960 no estado do Paraná na cidade de Jacarezinho quando ainda era bebê foi entregue para o colégio interno agrícola na cidade de Castro/PR. Conheceu somente um dos avôs que o visitou poucas vezes e contou que seu bisavô pertencia ao partido comunista e foi exilado no Paraguai. Seu avô parou de visitá-lo, então, presumiu que havia falecido, pois era velho.

O seu avô foi o único parente que conheceu e nunca soube ao certo o motivo de ter parado num colégio interno. Aos sete anos foi adotado por uma família de Curitiba e aos nove anos fugiu de casa e foi trabalhar de bóia fria na colheita de cana-de-açúcar e na plantação de abacaxi. Morava numa barraca de lona coberta com folhas de palmeira. Com treze anos foi para o circo e lá era responsável pelos animais. Aprendeu a fazer número com elefantes no picadeiro (Figura 14).



Figura 14. Rota migratória da família Seffrin

O circo veio para Santana do Livramento e estava na época de se alistar entrou para o exército e permaneceu no Sétimo Regimento de Cavalaria Mecanizado por seis anos. Casou-se em e teve uma filha e um filho. Trabalhou quatro anos na multinacional Swift Arm, que produzia conserva de carne. Quando a empresa fechou, ficou desempregado. Passou a fazer changa (consertos)⁸, trabalhou numa veterinária e também com sonorização em festas e eventos religiosos. Encontrou o deputado federal Adão Preto na cidade de Santana, e, ele explicou o que era o Movimento Sem Terra, o porquê da luta da terra. Ficou convencido que deveria acampar por um tempo, foi para o acampamento na cidade de Encruzilhada do Sul, trabalhava na área da saúde e depois foi para comunicação na rádio comunitária do acampamento. Saíram de Encruzilhada do Sul e foi para Pântano Grande no acampamento Bom Jesus, entre os dois assentamentos ficou acampado por um ano e oito meses. O INCRA foi até o acampamento procurando famílias que fossem da região da campanha para o assentamento Apolo e Recanto por que tinham dezessete lotes vagos. O INCRA definiu que Mota receberia lote no assentamento Apolo onde havia assentados há seis anos. Como a esposa não quis morar no assentamento eles se separaram. Atualmente está morando com Solange.

Grupo Social de Origem

De acordo com Correa e Bublitz (2006), o governo brasileiro incentiva a ocupação da região de floresta para o estabelecimento de colônias, inicialmente com a imigração alemã, em 1824, que oportunizou se estabelecerem alemães na Depressão Central e da Encosta da Serra, no Rio Grande do Sul, local em que habitavam grupos indígenas. Em 1875,

⁸ Changa significa fazer pequenos trabalhos informais.

chegaram os imigrantes italianos que aceleraram o processo de ocupação da região serrana da província, coberta pela mata de Araucária. O final do século XIX foi marcado pela ocupação das últimas áreas florestais da província, com a implantação das chamadas “colônias mistas”, fundadas por colonos egressos das chamadas “colônias antigas” e por imigrantes europeus. Ao abordar a segunda metade do século XIX, Woortmann (1988, p. 99) mostra que havia interesse na ocupação pelos colonos, dadas a valorização das terras e a comercialização dos produtos. A colonização transforma terras devolutas em mercadoria definida na Lei de Terras (1850), criando um campesinato parcelar e eliminando os grupos indígenas, os primeiros ocupantes da terra, passando a ser propriedade subordinada ao capital.

No início do século XX, ao longo do tempo, foram sendo povoadas, pelos migrantes e seus descendentes, as áreas de florestas com a consequente exclusão dos indígenas remanescentes e dos caboclos. Estes eram assim chamados aqueles que tinham sua origem de miscigenação entre portugueses, negros e índios. Nas colônias, a produção agrícola consistia de policulturas para sobrevivência e de um excedente, que contribuía para o abastecimento interno de Porto Alegre. Os migrantes italianos, na sua maioria, eram católicos; e os alemães, protestantes. Todos esses buscavam transpor a sua cultura e os seus valores de forma adaptada para a região de floresta. Construíram capelas para a manifestação da sua religiosidade e a fim de manter vivos os seus rituais. Para Caume (2006, p. 104),

A religião constituía o principal instrumento de interpretação do mundo à disposição das primeiras gerações de colonos imigrantes. Era a partir de uma leitura fundamentalmente religiosa e cotidiana marcado por dificuldades e sofrimento, impostos por condições naturais inóspitas, era articulada a uma perspectiva mais ampla da existência da sociedade.

A religião situava-se como elemento importante na constituição das comunidades, pois o isolamento geográfico e social permitiu que a colonização fosse sendo organizada pelas igrejas e religiosos. Sem o suporte governamental, os imigrantes precisavam assumir a organização social das comunidades, de acordo com suas crenças, seus valores e sua cultura. As lideranças emergiram das associações das igrejas, pois, ao redor das capelas, o modo de vida social tornou-se quase absoluto para o desenvolvimento cultural, político, econômico e religioso (De Boni, 1982).

A terra, para o colono, simbolizava muito mais do que um lugar para viver e trabalhar, representava a autonomia econômica e a ascensão social. O trabalho agrícola, como valor mítico é relacionado à liberdade, à possibilidade de serem proprietários, porque

trabalhar como empregado significa uma perda da autonomia. Por isso, há crença no trabalho como uma condição para vencer as adversidades e as dificuldades, porque é pelo trabalho que o sucesso econômico pode ser alcançado. Também o isolamento e a necessidade de sobrevivência contribuíram para a constituição da valorização do trabalho, da propriedade e da solidariedade. A necessidade de ajuda mútua e a solidariedade no convívio familiar e com a vizinhança estão relacionadas à sociabilidade construída na organização da vida e pela coesão do grupo. A solidariedade se construiu como um valor moral no sentido de identificação e de compromisso com o grupo social.

O Processo Migratório: acampamento, lugar de aprendizagem

O modelo de modernização da agricultura adotado pelo governo na década de 60, prosseguindo sua expansão na década de 70, provocou mudanças no espaço agrário brasileiro. Com a modernização, houve aumento da produção agrícola, que contribuiu para a exportação e o crescimento econômico nacional, porém trouxe consequências para os trabalhadores do campo que precisaram migrar para os centros urbanos ou para as regiões norte e oeste do Brasil. No Rio Grande do Sul, a pressão exercida nas pequenas propriedades rurais impulsionaram a migração pelas precárias condições de se manter em uma economia voltada às grandes propriedades, com a finalidade de abastecimento interno e exportação. O deslocamento dos agricultores se tornou inevitável para a garantia da sobrevivência familiar, na busca de áreas onde pudessem recomeçar, tanto no próprio estado como fora deste.

As famílias, ao entrarem no processo migratório, criam expectativas de um novo recomeço como agricultores proprietários de terra. Algumas famílias migraram para outros estados brasileiros na esperança de aumentar sua lucratividade, participando de incentivos governamentais na ocupação do território nacional nas décadas de 70 e 80. Esse é o caso das famílias Cupinski, Matias e Souza, que foram para o estado do Paraná, Mato Grosso e Pará. Alguns membros das famílias buscaram espaços de trabalho nos centros urbanos para sua autonomia econômica ou, então, para aumentar o orçamento familiar, como no caso das famílias Pereira da Silva, Dreher e Santos. Todas as famílias assentadas passam pelo processo migratório em épocas diferentes, no mínimo, três vezes. No entanto, narram que o processo mais difícil, e com características marcantes, foi a participação no movimento (MST), pelas experiências profundas de sofrimento nas caminhadas e invasões, principalmente nos locais onde houve conflitos e violência na desocupação, realizada pelos policiais. No período de acampados, houve muita tensão e risco de vida nos encontros

com as autoridades, as longas caminhadas com pouco alimento, as doenças pela exaustão, o desgaste emocional no aguardo das promessas de terra, o medo e insegurança do que poderia acontecer com suas vidas e as de seus familiares. Essas vivências estabeleceram laços de afetos e solidariedade entre o grupo, motivando cada pessoa a seguir em frente. Marilene⁹ narra uma situação de experiência de acampamento:

Quando os pais foram acampar, eu sempre sofria muito, muita discriminação, porque o pessoal, Deus o livre falar em sem terra, naquela época. Os meus próprios parentes. Na época tinha doze a treze anos... eu tinha nessa época. No acampamento ficava um mês e pouco, dois meses lá no acampamento e depois voltava a estudar. Como eu era muito adolescente ainda, eu participava da vida, vamos dizer da vida ativa do acampamento como criança. Brincando, buscando água, indo lavar roupa no rio, porque não tinha, não tinha nada estruturado. Mas assim eu não me envolvia em praticamente nada do acampamento. Até porque na época não participava de grupo nenhum e só o que lembro que eu participei foi de uma ocupação eu participei, onde a gente caminhou toda a noite pra fazer uma ocupação. Foi a ocupação Fazenda Santa Fé. Bah, foi assim, essa ficou guardada pra sempre, porque a gente caminhou a noite toda no meio do soja, carregando mochilas, toda noite no meio do sojal, chegamos na área e entramos na área então entre polícia e depois já tinha alguns capangas dos fazendeiros. Ai, nós passamos a noite toda deitado no chão, principalmente as mulheres e as crianças, tinha umas árvores e não sobrou folha das árvores de tanto tiro, dia e noite, dia e noite dando tiro. E foi, ficamos quatro dias ai foi feito negociação, foi retirada pacífica e tudo assim. Aí os fazendeiros, nós não tinha, nós só tinha arroz pra comer, né, não tinha nada pra comer e ai os fazendeiros rodearam nós, cercaram nós com um churrasco, com churrasco e nós só sentia o cheiro da carne assada, e as crianças, ninguém tinha nem o que comer mais. Que eles cercaram o acampamento e ninguém saia pra buscar comida e quem tinha comida do lado de fora não entrava. Então pro primeiro dia, o pessoal trouxe e tal e depois conseguiu comer, né (Entrevista, 03 de maio de 2008).

Para Telmo, a participação no acampamento gerou muita tensão por isso narra que, em vários momentos, precisou vencer os medos e a insegurança nas manifestações que realizavam. Não podendo se alimentar adequadamente e enfrentando as intempéries, depois de seis meses, adoeceu e precisou de cuidados médicos. No período em que permaneceu em casa para recuperar-se do problema de saúde, perdeu o entusiasmo e o interesse em permanecer acampado, porém, com o incentivo do cunhado, retornou ao acampamento.

Eu fiquei num palito, me deu uma câimbra de sangue e vomita, eu já tava morto quase. Câimbra de sangue tu só reza e não vem mais nada só sangue. Tu só vomita, o que tu botava, como entra volta. Chuva e chuva, barro e barro, os guris me ergueram, me levaram pendurado para a direção, não, não temos condições de sair, a polícia não deixa sair, como é que vamos sair com ele para o hospital? Se vocês não levarem agora, nós vamos levar ele a pé para Palmeiras, era mais quatro ou cinco dias que eu aguentava. Não tinha mais o que aguentar, eu tava nos ossinhos já, e oh sem comer sem beber. E aí se obrigaram a levar, os milicos deixaram passar. Daí do hospital, quando me liberaram sumi do mapa. Daí já tava recuperado fiquei quase um mês em casa. Um mês, eu me recuperei e meu cunhado tanto que incomodou eu voltei. Ele sabia que a gente merece mesmo. Sofremos, um monte de agricultor, não tinha como levantar mais mesmo (Entrevista, novembro de 2008) .

⁹ As narrativas dos agricultores mencionadas, ao longo do texto da tese foram escritas conforme a reprodução da transcrição realizada pelas gravações, com expressões próprias de cada entrevistado.

O retorno dos acampados para rever a família provoca dúvidas e questionamentos sobre se realmente valem tanto esforço e desgaste. O processo de acampamento é uma experiência de resistência e superação constante; são meses e anos de mobilização e de enfrentamento frente ao governo e às autoridades. Essa mesma situação também foi vivida por Atílio que, ao retornar para a família em Linha Barca, ficou com dúvidas sobre se deveria continuar ou se haveria outra solução para os seus problemas. Entretanto, com a promessa de conseguir terras, prosseguiu na luta, mesmo com um forte sentimento de incerteza e angústia povoando seus pensamentos. Logo após o seu retorno ao acampamento, participou da invasão de uma fazenda para chamar atenção das autoridades. A ação realizada pelos acampados teve grande repercussão e, depois de oito meses, conseguiram terras. O acampamento é percebido como um espaço/tempo suspenso no sentido de provisório necessário para a conquista da terra. Ferreira (2005, p. 39) aponta que os agricultores têm o objetivo de serem proprietários de terra, por isso enfrentam as dificuldades do acampamento em busca de um lugar para viver, mesmo que signifique “o rompimento ou o amortecimento temporário, de certos valores de sua cultura”.

Os acampados, muitas vezes, realizavam trabalho temporário para a obtenção de rendimento para a sobrevivência familiar e a do acampamento. A família de Júlio, durante o tempo de acampamento, trabalhou em Bento Gonçalves, Vacaria e Pantano Grande na colheita de maçãs e no corte de acácia. A esposa era responsável por fazer a alimentação para as pessoas que trabalhavam e sua filha auxiliava nessa tarefa.

Mas do trabalho nós fomos tirados, nós trabalhávamos na maçã lá em Bento, em Vacaria, ficamos quarenta e poucos dias lá, eu trabalhava e a Nair fazia comida pra quarenta pessoas, passava direto dia e noite fazendo comida pra esse povo, tá um sacrifício terrível, lá nós passamos, lá sim foi pavor. É pra nós sustentar o acampamento, então na frente de trabalho quem tá acampado assim ele sai trabalhar mas uma parte ele vai contribuir, né? Porque o pessoal do acampamento, também os dirigentes tão ali não tem da onde sair, tem que, o que trabalha lá, ajuda esses aqui, esses trabalham aqui ajuda eles lá, então o cara vai te que contribui com tudo, tem que pra poder se manter (Entrevista, 02 de fevereiro de 2008).

Rocha relembra o tempo em que passaram fome no lugar de origem, porque recebia muito pouco e, ainda mais, tinha gastos com a doença da esposa, o que tornou difícil a sobrevivência, em vista de tantos problemas econômicos. Antes de se inserir no movimento, considerava as ações dos Sem Terra uma situação horrível. Mas, com o passar do tempo e com os problemas aumentando, resolveu conhecer o movimento e entrar na luta por terras.

Eu era contra o acampamento, nós passando fome, eu dizia os locos no meio do barraco tu vai passar fome dizia eu, o pai também dizia, o pai achava que isso aí era um absurdo porque era contra nós mesmo e hoje tá aí. O pessoal reunido pra discutir, que tinha terra a vontade, tinha recurso, a gente vinha acampar, pega a lona, um ano, dois anos, daí eu entrei na

ideia mas eu acho que foi na dificuldade que eu andava, trabalhava não superava umas meia com os cara, a minha terra hoje lá perdemo pros índio, não peguemo nada também. Fico com os índios, pra eles, daí perdemo tudo (Entrevista, 02 de fevereiro de 2008).

O acampamento foi um espaço de experiência, de aprendizagem e formação que marcou de forma significativa as pessoas que vivenciaram tal processo. Havia uma programação de estudos durante a semana, com pequenos grupos, visando estudar a formação política e cultural em diferentes civilizações, dentre outros temas. Os acampados também tinham a oportunidade de realizar cursos fora do acampamento. A formação possibilitou ampliar os conhecimentos e mudar a visão de mundo, de acordo com o relato de agricultores. Ildo, por exemplo, realizou vários cursos de formação e trabalhou na alfabetização de Jovens e Adultos. Elisete aproveitou todos os cursos que foram oferecidos e ampliou seu conhecimento na área da saúde. Para ela, o acampamento foi um colégio onde “se aprende uma série de coisas”. Éder, por meio da formação e da participação em atividades, conseguiu superar a timidez e expressar seu pensamento e defender suas ideias em grande grupo. Esse narrador faz uma análise da sociedade e critica os grupos mediante a forma de perceber dos acampados, pois entende que a visão que circula nos meios de comunicação parte do ponto de vista dos fazendeiros. Para ele, as pessoas desconhecem as necessidades dos acampados e não compreendem as manifestações do movimento:

Vamos lá e dizemos não, essa terra é do povo, o mundo precisa trabalhar, o povo precisa comer, a terra tem que ser distribuída pra todo mundo, então fica aquele conflito que a sociedade em si tem muitos que param pra pensar, mas tem muitos que só escutam o que tão falando e vão de atrás não é uma coisa que falta muita informação do fato ainda por que a mídia por mais que queira colocar o certo eles sempre puxam um pouco pra lá, ou pouco pra cá, e a questão de confronto o que manda mais é o dinheiro hoje em dia, então quem tem mais pra botar faz (Entrevista, 13 de julho de 2008) .

A convivência no acampamento foi complicada pelas diferenças de percepção, pelo desânimo e pelas condições mínimas de sobrevivência. No início, era necessário um trabalho de motivação para que as pessoas fossem protagonistas do processo de mudança de perspectiva de vida. Havia atividades religiosas (missa ecumênica, cultos e catequese) e lazer para vivência das crenças religiosas, além de diversão, para tornar o ambiente mais descontraído. Elisete relembra os momentos de lazer:

De vez em quando faziam um baile, quando vinha uma notícia boa, que ia sair terra, que o governo mandava dizer, daí tu fazia um baile pra comemorar, no fim não era verdade. Tinha jogo de futebol. As mulheres jogavam, a gente jogava noventa minutos correndo. Para não se tornar cansativo, se não se torna cansativo estar ali parado, se não a maioria desiste (Entrevista, 13 de julho de 2008).

A mística vivida nos acampamentos significa manter acesa a esperança, a união do grupo e a animação para suportar o longo tempo de espera pela terra. Os acampados

experimentam uma série de aprendizagens como: a participação de reuniões, a coordenação, a transmissão de informações, a representação, a negociação, a emissão de opinião, a socialização com outras pessoas de mundos diferentes, a participação em cursos, manifestações públicas e outras. A autora desta investigação observou que a participação das pessoas no MST trouxe mudanças para suas vidas “no aspecto político e no campo das relações sociais, em termos de abertura de horizonte, da quebra do isolamento em que viviam, dos intercâmbios e, fundamentalmente, do aprendizado e da consciência adquirida, da mudança de comportamento e de ideias” (Vendramini, 2005, p. 76).

Para os agricultores, a passagem pelo acampamento foi um lugar de aprendizagem em muitos aspectos, um exercício de cidadania na luta pelos direitos de retomar suas atividades na agricultura, um crescimento pessoal, um momento de desenvolver habilidades, de aprender a liderar grupos, de refletir sobre a realidade a partir do estudo das questões políticas, econômicas e sociais do país, de superação do medo de expressar o pensamento em público, da constituição de família entre outras. Caldart (2004, p. 178) salienta que o acampamento tem um caráter educativo e de socialização do sujeito social e “pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade”.

Grupo Social Atual: O assentamento

O município de Santana do Livramento está localizado aproximadamente a 498 km de Porto Alegre. Foi criado em 1823, emancipando-se do município de Alegrete em 1857. Está inserido no bioma Pampa e apresenta uma paisagem campestre com vegetação herbácea, arbustos e pequenas árvores (Figura 15). A estrutura fundiária, desde a colonização europeia, é caracterizada por grandes propriedades de terra destinadas à pecuária extensiva (bovinos e ovinos), com baixa densidade populacional. Heidrich (2000) demonstra que é a maior extensão em área de ocupação nessa região em todo o Estado, em vista de ser utilizado o solo para a pastagem, mesmo que, gradativamente, a área de lavoura se encontre em expansão, pelo cultivo de soja.



Figura 15. Localização do município de Santana do Livramento, RS

A partir de 2003, o governo estadual promoveu uma nova forma de desenvolvimento econômico para a região, com o incentivo da silvicultura. Essa política gerou conflitos pela introdução da monocultura do eucalipto que induz à mudança da matriz econômica em desacordo com o Zoneamento Ambiental proposto pela SEMA/FEPAM/FZB (2007), o qual restringe a silvicultura para a região (Suertegaray & Silva, 2009).

Com a instalação dos assentamentos rurais na década 90, o município de Santana do Livramento passa a ter uma nova configuração, em vista da ocupação de pequenas parcelas na paisagem de campo. O processo de constituição de novos assentamentos, no final da década de 80, pela pressão do MST para a reforma agrária, caracterizou-se pelo deslocamento geográfico dos assentamentos rurais para duas regiões: a região metropolitana de Porto Alegre e a Campanha gaúcha, nos municípios de áreas fronteiriças com o Uruguai. Entre esses municípios, está Santana do Livramento (Navarro et al., 1999). No Rio Grande do Sul, foram implantados 187 assentamentos rurais, beneficiando 8.887 famílias que tiveram acesso à terra. No município de Santana do Livramento, foram instalados 21 assentamentos rurais de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SIPRA, 2011)¹⁰.

As famílias que passaram a habitar a Campanha gaúcha deslocaram-se do noroeste do estado, principalmente da região do Alto Uruguai, com características de práticas de

¹⁰ SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/ Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA.

agricultura familiar. A migração dessas famílias ocorreu graças à falta de condições de subsistência, motivada pelas características do solo e da topografia. Outro fator para se tornarem migrantes foi a exclusão dos agricultores de terras indígenas Caingangue (Reservas Nonoai e Serrinha), das áreas de barragem (hidrelétricas) e do trabalho de arrendamento de terra (regime de agremiação, meeiros), os quais moravam e trabalhavam na terra de terceiros, preparando a terra, plantando e fazendo a colheita que era dividida “a meia” com o proprietário da terra. Para Navarro *et al.* (1999), com o aumento da falta de condições sociais de ocupação e emprego rural, os preços elevados das terras, a intensa mecanização dos processos produtivos, criaram-se condições para a formação de uma população excludente nas áreas rurais, tornando esta um alvo da organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais.

Os treze assentamentos em Santana do Livramento formam uma comunidade de 419 famílias que entraram no movimento da reforma agrária para lutar por terras. Os motivos que os levaram a aderir ao grupo foram: abandonar o lugar onde se encontravam por serem excluídos de áreas de barragem/índigena; sair da situação de serem agricultores meeiros; sofrer influências dos parentes para participar da reforma agrária, saindo de propriedades familiares, já muito pequenas para a subsistência das famílias. Um grupo minoritário de trabalhadores do meio urbano entrou no movimento porque precisou abandonar o campo em busca de emprego para sustentar a família que ainda vivia da agricultura com muitas dificuldades.

Os assentamentos rurais investigados em Santana do Livramento (Tabela 5) foram implantados na década de 90 (Figura 16). O assentamento Capivara foi o primeiro a ser instalado em 1991. No ano seguinte, em 1992, o Cerro dos Munhoz, e, depois de quatro anos (1996), foram instalados mais cinco (Apolo, Bom Será, Coqueiro, São Joaquim/Nova Santa Rita, Santo Ângelo). No ano seguinte (1997), somaram-se mais cinco instalados (Frutinhas, São Leopoldo/Jupira, Santa Rita, Posto Novo, Recanto) e, em 1998, o assentamento Pampeiro.

Os assentamentos Coqueiro, São Joaquim/Nova Santa Rita localizam-se ao nordeste da sede municipal de Santana do Livramento, ao leste da BR 158 e têm acesso pela rodovia. A localização do assentamento São Leopoldo/Jupira fica a 34 km ao sul da BR 158 e tem acesso por meio dessa rodovia. Esses três assentamentos têm acesso fácil para deslocamento. Os assentamentos Frutinhas e Pampeiro estão localizados a noroeste da sede municipal de Santana do Livramento, são, por essa razão, de difícil acesso pela estrada municipal a oeste da BR 293. Os assentamentos Apolo, Recanto e Posto Novo localizam-se

a 38 km a nordeste da sede municipal de Santana do Livramento, ao norte da BR 158 e têm acesso por essa rodovia e por estradas de terra. Os assentamentos Capivara e Santo Ângelo localizam-se ao leste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 293 e da linha férrea. O assentamento Santa Rita localiza-se a sudeste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 293 e da linha férrea. O assentamento Bom Será fica a 25 km a leste da sede do município de Santana do Livramento, ao sul da BR 158 e da ferrovia, com acesso por vias municipais sem pavimentação. Cerro dos Munhoz localiza-se a leste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 293 e da linha férrea.

Tabela 5. Assentamentos Rurais em Santana do Livramento - INCRA/RS

	Nome do Assentamento	Data de Criação	rea (ha)	Famílias
1	Santo ngelo	21/11/96	481,4	17
2	Apolo	11/11/96	982,6	35
3	Bom Será	05/12/96	747,9	26
4	Coqueiro	10/12/96	980,1	35
5	Capivara	11/07/91	649,6	26
6	São Leopoldo/ Jupira	04/06/97	1.274,4	44
7	Pampeiro	17/12/98	1.339,1	46
8	São Joaquim/Nova Santa Rita	11/11/96	1.044,1	37
9	Recanto	29/08/97	665,3	23
10	Cerro do Munhoz	10/06/92	1.754,5	67
11	Frutinhas	14/10/97	565,4	20
12	Posto Novo	14/10/97	665,3	21
13	Santa Rita	14/10/97	697,1	22
Total				419

Processo de Organização dos Assentamentos

Os agricultores, ao entrarem para o movimento da reforma agrária "vivenciam impasses, demoras e contradições que os acompanham desde o tempo do acampamento até o acesso ao lote e às políticas sociais destinadas aos assentados" (Martins, 2009, p. 83). A convivência coletiva nos acampamentos e nos primeiros anos na sede das fazendas significou prolongar a ansiedade de reconstruir suas vidas e de ocupar o seu lugar nos lotes. As lembranças desse tempo da convivência coletiva consubstanciam-se nas dificuldades que sofreram pela precariedade na moradia, como revela a narrativa de Atílio:

Eles deixaram nós um ano na sede, morando na sede onde era a sede da fazenda. Veja bem, então o nosso grupo que eram oito nós tinha um lugar na cozinha para fazer comida e uma sala na casa e nós dormia tudo no chão um perto do outro, e os outros as outras famílias que tinham esposas e tal. Então pegava uma peça, numa casa, naquela casa fazia comida e dormia tudo ali naquela peça. Imagina, era vinte e cinco família morando tudo lá (Entrevista, 02 de maio de 2008) .

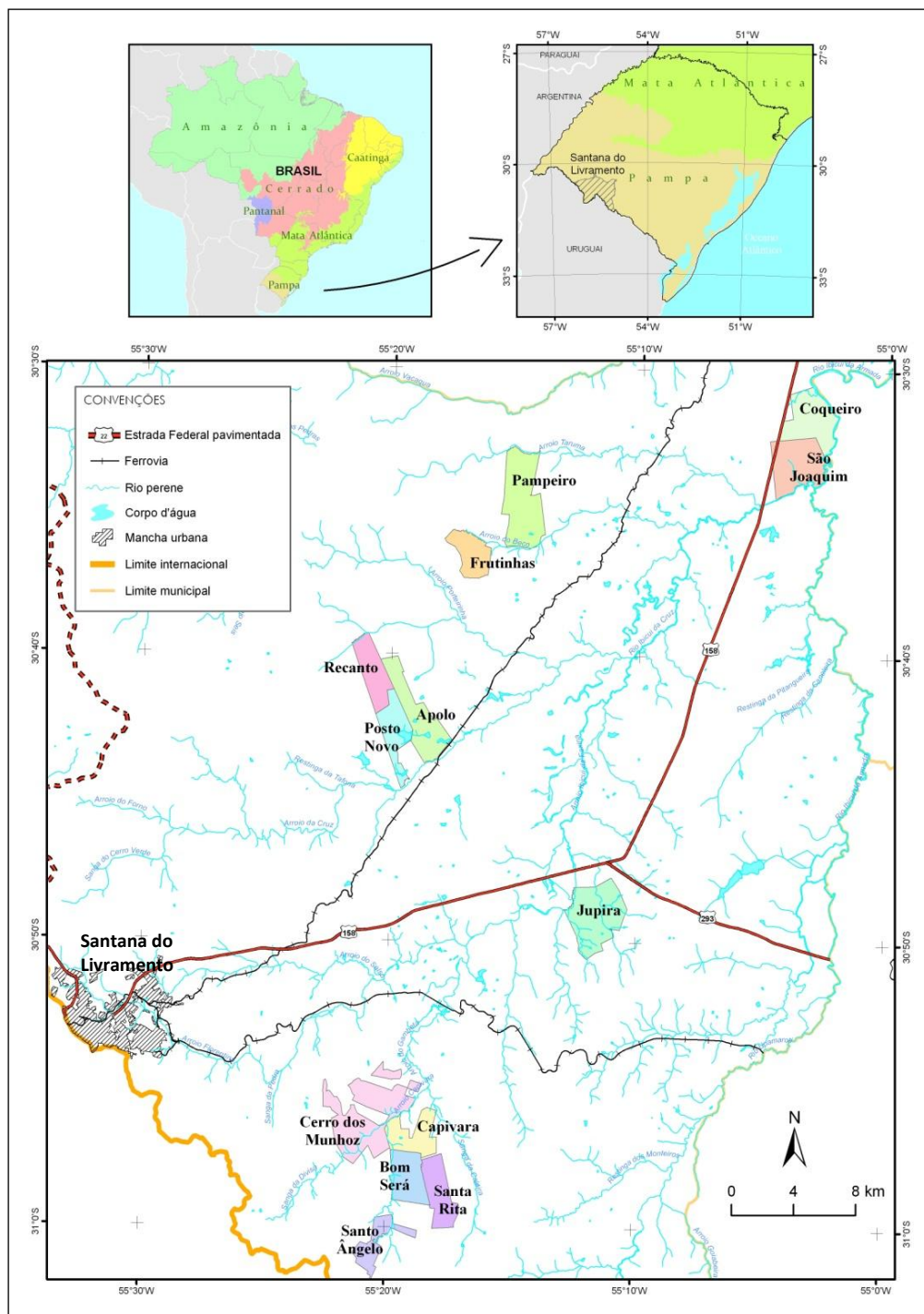


Figura 16. Localização dos treze assentamentos no município de Santana do Livramento, RS.

A demora na divisão dos lotes contribuiu para que as diferenças entre as famílias fossem afloradas, pois, na convivência cotidiana, as animosidades entre o grupo ficavam acirradas. Marlene afirma que é muito difícil as pessoas conviverem juntas quando são de origem e de culturas diferentes, cada família tem hábitos e costumes diferenciados e precisa da individualidade para preservar a tradição do seu grupo familiar. Para as famílias, era

importante ocupar imediatamente o seu lote e reestruturar suas vidas, imprimindo o seu saber fazer, trazendo elementos da sua cultura.

No acampamento, muitas vezes, a participação era feita somente por um membro da família. Júlio considera que as pessoas que participaram do acampamento estabeleceram laços de solidariedade, diferentemente daquelas que não estiveram no acampamento. Para ele, as mulheres que não acamparam não compreendem as dificuldades enfrentadas pelo grupo e desvalorizam o trabalho coletivo. Não fazem ideia do sofrimento que todos passaram, inclusive, não se dão conta de que os familiares foram acolhidos por todos e, por isso, conseguiram permanecer na luta pela terra. O assentamento não é valorizado por essas pessoas, no sentido de ser uma contribuição para a construção da comunidade, porque não reconhecem o quanto foi difícil chegar onde estão. Desconhecem o medo e o perigo enfrentado no acampamento e nos confrontos com as autoridades. Nas caminhadas e invasões, eram as mulheres e crianças que seguiam na linha de frente, como barreira.

Alguns grupos de famílias se organizaram para trabalhar de forma coletiva, mas os assentados não conseguiram permanecer por muito tempo nessa organização. Eles apontaram diferentes causas para que essa proposição não tivesse sucesso. Entre essas, os investimentos equivocados como compra de equipamentos visando grande produção de grãos geraram dívidas e isso fez com que as diferenças fossem evidenciadas, de tal forma que não foi possível solucionar os problemas em conjunto. Também justificaram insucessos com a falta de conhecimento e de estrutura para gerenciar as dificuldades e particularidades que envolvem a produção coletiva. As aprendizagens e formações realizadas no acampamento não foram suficientes para conduzir o processo coletivo no assentamento.

Júlio faz uma análise da organização do núcleo coletivo e narra que havia um grupo fechado (condomínio), desde a época do acampamento. Relata que, quando vieram para o assentamento, o grupo já tinha se organizado para formar a cooperativa da qual ele fazia parte. Nas reuniões no acampamento, ficou definido com que bens cada família iria participar da cooperativa (carroça, bois, dinheiro, entre outros). Como ele não tinha nada para oferecer, foi substituído por outra família. Com a cooperativa organizada, ao chegar ao assentamento na divisão dos lotes, o núcleo da cooperativa formou uma agrovila. Depois de alguns anos, as famílias foram se retirando da cooperativa e retornando para o trabalho familiar em seus lotes, permanecendo na cooperativa somente as famílias com grau de parentesco.

Desde o acampamento, os grupos eram orientados pelo MST a se organizarem em núcleos para a realização das diferentes tarefas. Os agricultores se reuniam de acordo com o lugar de origem, os familiares com vínculo de parentesco, a vizinhança e as relações de amizade que realizavam na convivência cotidiana do acampamento. O trabalho coletivo era incentivado por ser uma ideologia do MST, principalmente a organização da produção coletiva. Essa proposta, ao se tornar uma diretriz para os assentamentos “entrou em confronto com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos agricultores, com dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agropecuária” (Navarro *et al.*, 1999, p. 51).

A narrativa de Marlene mostra as dificuldades da organização coletiva e justifica os motivos porque não teve sucesso essa forma de produção. As setenta e sete famílias ocuparam três sedes e os galpões das fazendas. No início, formaram uma Associação e, posteriormente, algumas famílias formaram uma cooperativa e outras foram trabalhar em seus lotes, formando grupos de cooperação; outras famílias formaram outra associação. Na cooperativa, o trabalho era dividido em setor de leite, do porco, do milho, da horta e o setor responsável pelas crianças. A cooperativa tinha quatro pessoas que faziam parte da diretoria e estas eram responsáveis pelo gerenciamento. Essas pessoas faziam proposições de aquisição de materiais que, naquela época, não fazia sentido. Exemplo foi a compra de uma ceifadeira, já que havia muitas pessoas para realizar a colheita. As propostas feitas por alguns membros não eram vistas como significativas, por exemplo, a compra de caminhão para escoar a produção ou mesmo o investimento na compra de ônibus. Além disso, as famílias eram originárias de dezenove municípios e a alimentação era coletiva, ou seja, o mesmo tipo de alimento era partilhado para famílias de diferentes culturas, com necessidades diversas e com ideias de investimentos diferenciados, fatos que se transformaram em elementos que contribuíram para a decisão de as famílias se retirarem da cooperativa.

Um fato determinante para a cooperativa esfacelar-se foi o auxílio-moradia que receberam para a construção das casas. A direção da cooperativa fez um contrato verbal com JK & Ltda., pagando à vista pelos materiais de construção de dezesseis casas. Assim que receberam o pagamento, o grupo (JK & Ltda) declarou falência no Brasil e mudou-se para o Uruguai, sem a concretização dos serviços contratados. As pessoas ficaram sem as casas e não tiveram mais expectativa de seus sonhos serem realizados por intermédio da

cooperativa. As famílias perderam as esperanças nessa forma de organização e se retiraram.

Marlene analisa a cooperativa da seguinte maneira:

No meu ponto de vista, olhando de fora um pouco né, uma análise que se tem é que as cooperativas dessa época tiveram muita dificuldade por falta de administração. Tinham bastante pessoas que trabalham, trabalham bastante mas com pouca capacidade administrativa e as pessoas que talvez falam melhor, falam mais bonito, tinha que dizer, você vai coordenar, você vai cuidar o dinheiro, você vai ser o presidente né. Porque fala mais bonito e, na verdade talvez, aqueles não souberam administrar como deveria ser. Além disso, porque é do coletivo, o que é do coletivo é meu e também não é meu, eu não vou cuidar porque é de todos, ou não vou me esforçar porque é de todos. Porque muda quando a coisa é minha né, eu vou cuidar mais porque ela é minha, eu conquistei ela, parece que aquilo que é do coletivo não fui eu quem conquistei. A sociedade capitalista é assim, o que é meu, ainda mais o que é privado é mais valorizado do que é coletivo (Entrevista, 03 maio de 2008).

A cooperativa funcionou durante quatro anos e, nessa época, os assentados receberam muitos recursos que não foram bem administrados. Júlio compara o tempo de acampamento e de assentamento. Ele considera que, no acampamento, as pessoas são mais unidas em torno de uma causa. Por isso, todos contribuem para a organização e levam o trabalho a sério. Quando vão para o assentamento, já não têm o mesmo interesse inicial pela organização da comunidade. Resulta que cada um vai individualmente buscar seus interesses. Nesse sentido, Valdir compartilha da mesma opinião de Júlio: a de que o trabalho coletivo no acampamento ocorreu porque estão unidos pela necessidade, pois todos têm em comum um objetivo definido. Ele explica que as discussões no assentamento são diferentes porque as pessoas têm outros interesses e as divergências tomam uma dimensão maior. Atualmente (em 2009), no assentamento, congregar as pessoas em torno de um propósito comum se tornou uma missão quase impossível porque essas não querem se envolver com as questões da comunidade.

Pelas narrativas dos assentados, a produção coletiva que foi orientada pelo MST não se manteve nos assentamentos ou por grupos de assentados que acreditavam ser possível experimentar uma nova proposta produtiva. Alguns fatores não foram considerados como relevantes nessa proposição pelo MST, tais como os aspectos socioculturais, a distribuição de ganhos em relação à produtividade, a importância de autonomia do agricultor, a produção familiar e o desejo de ser tornar proprietário da terra. Os que, na organização dos grupos coletivos, não se sentiam como um sujeito agricultor participante do processo como um todo, porque associavam as grandes produções o intento dos grupos coletivos e isso descaracterizava as suas origens de pequenos agricultores (Navarro et al,1999).

Troca de Lotes

Nos assentamentos, após a demarcação dos lotes pelo INCRA, em uma assembleia, são definidas as regras e a forma como será a divisão dos lotes. Geralmente, a escolha tem sido pelo sorteio. Com o passar do tempo, as famílias se reorganizaram espacialmente, formando uma rede social entre seus parentes e a vizinhança do local de origem, ou decidindo pela não permanência no assentamento, efetuando troca e venda de lotes em assentamentos diferentes ou no próprio assentamento. Mesmo que o INCRA tenha uma política contrária a essa prática, as decisões são tomadas nos núcleos familiares dos assentamentos. Esse processo ocorreu em todos os treze assentamentos com, no mínimo, uma família em cada assentamento. De acordo com Caume (2006, p. 267) “ainda que o INCRA reivindique o monopólio do controle administrativo sobre as vendas de lotes no assentamento, é inevitável a capacidade das instâncias organizativas do MST, enraizadas no assentamento através dos “núcleos de gerenciar e controlar esse processo”.

Outra situação muito comum é a entrega de lotes, pois cada família só pode ter um lote nos assentamentos. As pessoas, quando foram para o acampamento, estavam solteiras. Antes de serem assentados, casam ou, no assentamento, com alguém que também tem lote, precisam abrir mão de um. Esse processo de entrega não tem sido fácil como narra Ildo: “Eu tinha lote em Cerro dos Munhoz e a esposa, um lote no assentamento Santa Rita, então tivemos que escolher. Entreguei o lote no Cerro dos Munhoz em 2003”. Ele não considera justo que tenham participado em acampamentos, tenham passado dificuldades e só porque casam com alguém que é assentado, precisem perder o direito de sua terra, considerando que foram feitos investimentos e muitos, ainda, não terminaram de pagar as dívidas. Essa mesma situação foi vivida por Elisete no assentamento Santo Angelo. Ela precisou abrir mão do seu lote para se casar com Alcindo. Este explica que o movimento não aceita que haja o que chama de “acúmulo” de terra. Elisete relata que os dirigentes do MST conversaram com ela, para fazer com que entendesse o processo, mas o que gerava insegurança em sua decisão era seu relacionamento com Alcindo. Por ser recente, poderia não dar certo, por consequência, abrir mão do lote representava, para ela, abrir mão de seu sonho que ainda não tinha se concretizado, sem contar com o medo de ter que recomeçar tudo de novo como expressa: “rolando por aí como empregada doméstica”, o que já não fazia mais parte de sua vida. Ela tinha feito uma promessa de nunca mais trabalhar para os outros, ao entrar para o movimento de reforma agrária. Narra que, quando chegara ao acampamento, tinha um propósito bem definido: lutar para nunca mais ser explorada,

ganhando apenas meio salário. Daquele momento em diante, seria uma mulher com posse de sua própria terra, reconstruiria o seu modo de vida, trabalhando de forma autônoma.

Um Caminho Sem Volta: a construção do novo lugar

Durante o caminho percorrido, desde o acampamento que representava um espaço comunitário transitório, ao assentamento, simbolizando a conquista da terra tão esperada, a longa espera pela terra nos acampamentos parece semelhante ao caminho feito pelas famílias até ao assentamento; isso parece não ter fim. O deslocamento gera um misto de emoções provocadas pelo sentimento de recomeçar e pelo não saber como será o novo território.

As primeiras percepções do espaço ocorrem ao longo do caminho feito pelas famílias, que o percebem como desconhecido, hostil e não habitado. O primeiro contato com a paisagem de campo, a perder de vista, com arbustos pequenos e gramíneas, significa chegar, talvez, a um lugar isolado e abandonado. Nesse sentido, as famílias trazem na memória as experiências de sua chegada ao assentamento, as quais ainda hoje provocam emoções desse tempo de dificuldades e de muita luta para se estabelecerem. Quando chegam ao assentamento, as famílias que ocuparam de forma coletiva as sedes das fazendas, não sentem nada muito diferente do que percebiam quando estavam acampados. À medida que as famílias vão se apropriando do lugar, isso significa o recomeço de suas vidas, momento marcado pelas dificuldades e pela solidariedade entre o grupo, mas também indica um tempo de conflitos entre eles e os habitantes da região.

Os assentados, ao ocuparem os lotes, imprimem sua marca com seu modo de ser e de vivenciar o novo ambiente. A construção do lugar emerge das relações estabelecidas entre o grupo social e o ambiente. Telmo lembra que, ao chegar ao assentamento Frutinhas, ali não havia estrada. O acesso se fazia pelo corredor de manejo de gado, e, como havia chovido muito, foi preciso fazer um caminho mais longo para chegar ao assentamento. Algumas pessoas ficaram desesperadas com a situação e choraram durante o caminho. Ele conta que as dificuldades de se locomover ainda hoje são grandes e brinca, dizendo: *“aqui o diabo perdeu as botas e ninguém pôde achar até agora, é a história antiga né, onde o diabo perdeu as botas, mas dá para ir levando”*. No começo, as vinte famílias ficaram em um galpão velho de chão batido e cheio de pulgas. Para sobreviver, realizaram trabalho temporário para os fazendeiros como, Telmo explica a seguir:

Tudo junto, tudo junto por que nós não tínhamos conhecimentos da área, na época não era loteado ainda. O que deu que o INCRA demorou dois meses para trazer bóia. A sorte que nós vínhamos com um troquinho daí nos fomos vivendo. Daí apareceu [...] um fazendeiro deu uma empreitada pra limpar os eucaliptos, cuidar os eucaliptos, cuidar as formigas, mas não tinha dinheiro, ganhamos uma ovelha. Daí ele tinha gado arrendava o terreno, deixamos uns três meses, nós pegávamos 2 vacas por mês dele para carne de arrendamento (Entrevista, novembro de 2008).

A relação dos agricultores com a comunidade no entorno ainda é muito complicada. Ficam chateados com a postura dos vizinhos que não desejam cultivar amizade. Acredita que não têm motivos para as pessoas não se relacionar amigavelmente com os assentados, principalmente os trabalhadores das estâncias. Entende que essa postura é decorrente da interferência dos patrões que não aprovam uma relação de proximidade.

Tu te sente ruim, a gente fica chateado. Tem peão das estâncias ai que não tem aonde cair morto. Tão pior que nós, eles não te dão nem adeus, uns nojentos. Daí a gente fica desgostado, os vizinhos não te tratam bem assim. É que os patrão são cheio de dinheiro, são ricos daí, eles convencem eles, enquanto tão na mão deles, são bonzinhos, peão é tudo, se não tem peão para trabalhar para eles, eles vão ter que pegar no cabo da enxada, o trabalho não anda, então tem que agradecer aos peões mesmo e eles convencem os peões para seguir as ordens deles e a gente pensa que os peões deveriam ser iguais a nós. A realidade, o pior é quem tá na mão de patrão sabe, não é o meu destino não (Entrevista, novembro de 2008) .

Considera a comunidade desunida e a religiosidade, que outrora contribuía para a permanência do grupo coeso, não exerce mais essa função, pois muitas famílias mudaram suas crenças religiosas. A comemoração do aniversário do assentamento é o elo que mobiliza o grupo:

Aqui o problema é o seguinte: começou todo mundo era católico, chegou os crentes e tomaram a maioria. O pessoal veio dentro da cabeça e foram tudo atrás da conversa deles e hoje tamo ai, tem 3 religião dentro do assentamento. Eu fico quieto para não discutir porque amizade é uma coisa e religião é outra. Filho de Deus, eu não sei qual no final vai ajudar mais (Entrevista, novembro de 2008).

Atílio, ao chegar ao assentamento Bom Será, foi morar na sede da fazenda juntamente com vinte e cinco famílias em uma casa com dois quartos, uma cozinha e sala de estar, por um período de um ano. Narra que não havia estrada, somente corredores para o gado. Ele afirma que não era apenas um sentimento de estarem ilhados, mas de fato estavam, pois, quando chovia, uma sanga (curso da água) inundava tudo e ninguém conseguia passar. Lembra de um fato que marcou todo o grupo, quando uma senhora precisava ir para a cidade ter seu bebê e já estava anoitecendo, com a chuva forte, estava tudo alagado. Mesmo assim, os homens se mobilizaram, colocando tábuas e colchão na carroça para levá-la à cidade. No entanto, não tiveram tempo suficiente, e a mulher acabou

tendo o filho ali no galpão do lote de Atílio. Depois disso, realizaram um protesto, jogando o carro do INCRA no banhado para chamar a atenção das autoridades.

A organização do assentamento foi muito difícil porque lutaram durante um ano por estradas e comida. No início, precisaram caçar e pescar a fim de obter alimento para o sustento das famílias. Precisaram fazer vários protestos na cidade. Chegaram sem nada do acampamento e precisavam viver; além disso, os lotes do assentamento ainda não tinham sido divididos. A esposa e os filhos só vieram morar com Atílio depois de três anos em que estava assentado, quando já havia estrada. Por ser um lugar de difícil acesso, os filhos em idade escolar preferiram ficar onde estavam e vir mais tarde. Participam somente na festa de aniversário do assentamento e não têm muito contato com as pessoas da região. Ele diz que “aqui, para sair do assentamento é difícil, precisa sair de manhã para ir à cidade e voltar à noite por causa do horário do ônibus; e a passagem é cara”. Diferente era na região de origem: havia mais facilidade para se deslocar. Atílio declarou que sentia muita falta da comunidade organizada que tinham no lugar de origem.

Elisete chegou ao assentamento Santo Angelo em 1996. Dividia um galpão com mais dezesseis famílias. Lembra que as terras onde vivia com seu pai eram mais produtivas e dezoito hectares eram de mato, porém as terras pertenciam aos índios e foram obrigados a desocupar a área. Narra também que a comunidade de fora do assentamento não tem uma boa impressão dos assentados e que só com o passar do tempo conseguiram estabelecer amizade com algumas pessoas.

Júlio chegou em 1996, ao assentamento São Joaquim para morar na sede com outras famílias. Relata que foram mal recebidos pelas pessoas da campanha. Narra que, quando precisaram do sistema de saúde na região, foram tratados muito mal. Explica que, no hospital, havia um médico que debochava de sua condição de ser assentado e pobre.

De não se atendido até agora vai lá no hospital tem dotor que não te atende bem, te distrata até porque tu é assentado... trata a gente mal até... tem uns que são bom, mas tem uns que... É tem o dotor Tiago ali, o dotor Rodemburgo, Deus o livre. Aquele lá eu fui lá consultá e ele disse que área de terra tu tem, quantidade daí eu já disse pra ele eu tenho vinte hectare, vinte e três hectare de terra, pois é ele disse com vinte e três hectare eu tenho o meu burro, eu tenho o meu cavalo, o meu cavalo, eu mantenho o meu cavalo com esses vinte e três, vinte e quatro hectare de terra. Então, é o tratamento de um dotor né, o cara se ofendeu com ele ali né, mas fumo pobre e a vergonha e o respeito tem que se dá, o cara não disse nada pra ele, ta o senhor tem isso aí tem vai faze o que vai distrata ele fica mais ruim, então aguento dele dize isso aí (Entrevista, 22 de fevereiro de 2008) .

Conta que sua filha gostava muito do lugar de origem porque havia mais atividades para fazer nos finais de semana, como festas e jogos na comunidade. Na região de agora, é mais difícil fazer amizade.

João e sua família chegaram em 1996 ao assentamento Coqueiro e traziam consigo quatro bolsas de roupa. Perderam muitas coisas no acampamento por causa da chuva. Às vezes, enfrentavam vendaval e precisavam mudar a barraca de lugar. A esposa precisou aprender um pouco de tudo para sobreviver, então começou a plantar e a pregar os pregos, ou a enrolar a lona da barraca. No início do assentamento, relatou João que as pessoas eram muito próximas e faziam muitas festividades. Porém, como houve conflitos entre os agricultores assentados, a configuração do assentamento foi ficando diferente. Nos finais de semana, os homens se reuniam para jogar bocha e a gurizada jogava futebol. Como algumas pessoas se excediam na bebida alcoólica, as brigas começaram ser constantes. As paredes da sede e o telhado ainda têm as marcas de tiro, continuou ele. Como, nos finais de semana, a violência estava presente nas diversões, as famílias, aos poucos, foram se afastando da sede. Preferem ficar em casa ou fazer visita a outros assentados.

Mota chegou ao assentamento Apolo depois de seis anos de instalação em 2002, e ainda havia 17 lotes desocupados. As famílias que vieram inicialmente não ficaram porque não se adaptaram à região, pela distância dos centros urbanos, pelas estradas em péssimas condições e por não haver nenhuma assistência do município. Quando precisam de atendimento médico, se dirigem ao hospital e, pelo fato de serem assentados, são os últimos a serem atendidos, conta ele. Então, representante do INCRA estiveram no acampamento em busca de famílias que são da região ou do município de Santana do Livramento/RS e as famílias de Rosário do Sul, de Cacequi foram convidadas para os lotes no assentamento Apolo e Recanto. Foi dessa maneira que cheguei ao Apolo. Mota é presidente da associação e responsável por coordenar algumas etapas do PAC no assentamento, como licitação e acompanhamento do desenvolvimento das metas que são conclusão de estradas, projeto fruticultura, a construção de açudes e a distribuição de calcário. Explica que as maiores dificuldades encontradas no seu fazer comunitário foi agregar as pessoas em torno de um interesse comum. Enfrentaram sérios problemas de alcoolismo na comunidade e isso contribuiu para afastar as pessoas de lazer na sede comunitária. Ele acredita que no acampamento o trabalho coletivo acontece porque seguem o mesmo propósito, mas no assentamento, as pessoas querem fazer do seu jeito e da maneira como aprenderam com seus familiares.

No acampamento, a gente é instruído a pregar a cartilha do Che Guevara, que eu sempre digo, que o Che Guevara é um mito né, então, a gente se baseia, o MST, o Movimento dos Sem Terra se baseia na cartilha do Che Guevara, só que no acampamento é uma coisa: lá não podemos brigar, não podemos xingar, não pode haver prostituição lá dentro, é proibido droga, não pode andar armado, lá a gente anda no companheirismo e o que é pra um, é pra todos, só que na realidade, como Che Guevara sempre pregou, quando em Cuba ele instalou aquele regime lá em Cuba de socialismo e companheirismo, o acampamento funciona, só

que nos assentamento não funciona, não funciona porque quando é assentado, quando a gente é assentado, o assentado, ele é dono de si, dentro do assentamento ele é dono de si, cada um vai cuidar do seu lote, só que o mais grande com o mais pequeno como eu lhe digo, né, o mais grande come o mais fraco não há companheirismo no assentamento, é muito pouco companheirismo no assentamento, é aquela história que direitos iguais, o socialismo mesmo não existe, dentro do assentamento não existe e, assim como viver dentro do assentamento, aqui dentro do assentamento a gente vive porque é o único lugar que a gente tem pra morar, que a gente tem problema com vizinho do lado, com o vizinho dali, o vizinho de lá é muito problemático, traz problema pra gente, incomoda, então, a gente agüenta, só não eu mesmo tenho um caso de um vizinho meu que me incomodou, me incomodou aqui, veio depois e volta e meia me ameaçava, sem eu fazer nada, só porque ele queria um pedaço a mais do meu lote (Entrevista Mota, 14 de maio de 2008).

Jairo chegou ao assentamento Capivara em 1991, juntamente com vinte e seis famílias, as quais permaneceram na sede durante um ano, até receberem os incentivos governamentais. Logo perceberam que não tinha estrada. Na época, explica ele que o grupo pescava e caçava. No início, plantavam em conjunto com a comunidade, mas, depois de dois anos, cada um foi para seu lote. O clima foi a maior diferença que percebeu com relação à região de origem. Diz que foi mais fácil para eles porque os problemas de estranhamento haviam sido maior com o primeiro grupo de assentados. Faz uma comparação entre as comunidades, dizendo que, no lugar de origem, participavam todo final de semana de festas nas comunidades.

Eder chegou ao assentamento Jupira (São Leopoldo) em 1997. Relata que sua família é católica, mas não se considera um participante e não tem convicção de religião, porém até participa, às vezes. No assentamento, eles realizam a festa de aniversário do assentamento e alguns torneios de futebol, os únicos acontecimentos de lazer para as pessoas. Ele coordena um núcleo de família no assentamento. Fala da dificuldade de as crianças frequentarem uma boa escola, porque aquela em que as crianças estudam não tem as mínimas condições de funcionamento; essa escola conta com duzentas crianças:

Foi feita uma parceria com uma conversa com o prefeito da cidade, que nós necessitava de uma escola, só que na época eles não tinham recurso pra fazer a escola, aí nós cedemos uma parte da sede do assentamento pra eles fazerem a escola, só que por dentro disso, naquele mesmo ano que nós cedemos aquela parte, era pra eles começarem a levantar uma escola, nós já tinha demarcado a área, tava a área lá certa pra eles levantarem a escola, e só que até agora nada, isso fazem 4 ou 5 anos, não faz 3 anos que foi feita essa proposta e até agora nem um tijolo eles não colocaram, que foi uma área que foi doada pro município, pro município pra elas ter como dar aula pras crianças decentemente, e ali aquela sede que nós temo é antiga, era da antiga fazenda daqui, então se fosse pra seguir dando aula, teria que quase botar abaixo aquele prédio, e levantar outro no lugar, tá velho é pouca iluminação, é pouca sala, é pouco arejado também, então foi feita essa escola com, como é que eu vou dizer pra ter como dar aula mesmo, só que provisório, e o governo municipal. Os professores vêm das cidades. Pegou fogo na seção da escola, aí ficaram lá um tempo sem aula. Ainda bem que não tinha criança, o governo então tu imagina se tivesse aula, as crianças não teriam nem por onde sair tem salas que não tem porta única que liga uma sala a outra (Entrevista, 24 de maio de 2008).

Olavo chegou, em 1998, ao assentamento Recanto. Sua família não teve dificuldades em fazer amizade com as pessoas da comunidade local. Ele acha estranho a maneira de cumprimento das pessoas da campanha, porque usam sempre a palavra *tchê* primeiro. Ele ficava encantado ouvindo as pessoas da região *falando* “o tipo de sotaque deles que a gente até achava bonito e a gente ficava curioso pra saber, e quando eles iam falar ‘Mas tu não é daqui, dá onde é que tu é?’ Então a gente ia conversando e entrava o assunto e a gente ia fazendo amizade assim”. Lembra que, no início, para se deslocar à cidade era muito difícil, agora tem ônibus e podem se dirigir para lá com tranquilidade.

Hoje nós estamos mais tranquilos, mais acostumados com a região. Se eu vou na cidade hoje fazer um rancho eu sei qual é o mercado mais barato, qual é o mais caro. Se tenho batata doce pra vender, eu sei qual o mercado que vai me pagar mais e qual vai me pagar menos, como levar e como trazer. Antigamente, muitos não sabiam certo isso, tinham alguma coisinha pra vender e não sabiam que queria comprar ou de quem tu ia comprar lá. E lá na cidade não se conhecia praticamente nada, não tinha, e esse tipo de coisa a gente já tem aqui. Hoje, na verdade, se tivesse meios e recursos da gente ter uma coisa mais, conseguir desenvolver um outro tipo de coisa a mais, porque agricultura a gente tem, entende de lavoura, o pai sabe fazer tudo aqui, qualquer uma das crianças sabe. Então hoje se tivesse um tipo de recurso para fazer isso, eu acredito que hoje as coisas mudavam muito, as coisas aqui pra nós, mas como não tem, a gente vai vivendo como dá (Entrevista, 13 de junho de 2008).

Olavo aponta a saúde como um problema sério a ser enfrentado ali, principalmente quando precisam de atendimento médico ou dentista. Dependem de ônibus para ir à cidade e, quando lá chegam, já não há mais atendimento para o dia, então:

Ai tu chega na cidade e não consegue. Daí tu não tem uma casa, um irmão, um filho, um pessoa assim que mora lá e tu pode ficar dois, três dias pra poder fazer este tipo de coisa. Se uma pessoa adocece, esta parte médica pra nós aqui é muito complicado. Ou tu pega e venda um terneiro, uma galinha e vai lá e paga o particular, porque recurso do município ai não tem. Não tem como se prevenir. Se prevenir com chá que a mãe e o pai que no tempo deles, daí nós se prevenimos com isso, mas fora isso não tem assistência. Até mesmo uma mulher grávida é muito complicado. Não tinha como ir mais cedo não tinha. O ônibus chegava lá mais tarde, a questão da saúde é muito complicado aqui pra nós. Mas a gente vai levando devagarzinho (Entrevista, 13 de junho de 2008).

A família de Marilene chegou ao Cerro dos Munhoz em 1992, juntamente com setenta e sete famílias. Ficaram na sede e em um galpão onde cada família tinha uma peça pequena. Ela lembra pouco dessa época porque estudava fora e só veio para ficar com a família quando terminou o Ensino Fundamental.

Leni chegou com sua família no Posto Novo em 1997. A família sente falta da organização da comunidade no lugar de origem, dos encontros frequentes em festas e jogos. “Aqui, diz ela, há poucos encontros da comunidade e não há muita união” (Entrevista, 15 de junho de 2008).

Alcindo chegou, em 2006, ao assentamento Pampeiro, inicialmente sem a família. A esposa estava estudando e trabalhando em Tenente Portela e precisava finalizar o curso de Ciências Biológicas. Apenas a filha mais velha preferiu ficar com a avó paterna para continuar seus estudos. Fala que seu lote ainda não está legalizado. Ocupa o lote de um antigo assentado que resolveu ir embora. A família participa de festa no assentamento sem beber nada alcoólico por causa da religiosidade (Evangélico do Sétimo Dia). Relata que as pessoas da cidade têm preconceito com os assentados e chamam de “colonos” de forma pejorativa. Indica que essa visão está associada às ações realizadas pelos acampamentos.

Ildo lembra quando chegou à Santana do Livramento, em 1991. O prefeito organizou uma carreata contra os assentamentos: eram os primeiros a chegar ao município no Cerro dos Munhoz. Na época, era solteiro e não tinha como se divertir, pois a cidade ficava a uma distância de 30 km. Ele realizou um trabalho para reduzir a mortalidade na infância nos assentamentos e foi obtido sucesso nessa proposição. Também auxiliava nas relações interpessoais do grupo para evitar brigas no assentamento. Os agricultores assentados tinham um regimento interno que previa, inclusive, sanção para roubos. Fala que, atualmente, não existe mais regimento interno e isso significa que as diferenças são resolvidas pacificamente. Conseguiram uma escola para as crianças dos assentamentos no entorno. Desde 2001, mora no assentamento Santa Rita.

Ecologia e as Situações Socioambientais: passado revisitado

Nos tempos atuais, o grupo social faz uma revisita ao passado, buscando resgatar suas raízes na tentativa de reproduzir o lugar de origem. Constroem pequenas igrejas, salão de festa, campo de futebol e cancha de bocha. Ao reproduzir o espaço da região de origem, buscam reviver o passado pela construção de significados que o tempo não pode trazer de volta. Segundo Pollak, (1989, p. 7) a memória coletiva implica na permanente interação entre o vivido, individual, coletivo, familiar e de pequenos grupos.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (Pollak, 1989, p. 7).

As memórias dos assentados têm referência em lugares que habitaram e nas relações construídas nesses lugares. Os lugares são referências dos sujeitos; desse modo, os acontecimentos e as mudanças que ocorreram nesses espaços estão presentes na memória

dos grupos sociais. A memória coletiva tem a função de contribuir para o sentimento de pertencimento ao grupo comum do passado junto àqueles que partilham lembranças. Estas propiciam o sentimento de identidade do indivíduo firmado em uma memória compartilhada. Para Tuan (1980), os humanos estabelecem laços afetivos com o ambiente e isso difere em intensidade, sutileza e na forma de expressão.

A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética; em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (Tuan 1980, p. 107).

A exploração da natureza pelos agricultores fundamenta-se-se em um conjunto de saberes, crenças e conhecimentos no uso dos recursos naturais adquiridos pela tradição cultural e na relação concreta com o ambiente. Os conhecimentos vão sendo construídos ao longo da vida, no processo interativo de experimentação e de troca de informações imprescindíveis para a sobrevivência no cultivo agrícola.

As histórias de vida dos agricultores, narradas, se constituíram na relação com o ambiente, vegetação, comunidade, recursos hídricos e o lugar onde nasceram. Em suas narrativas, portanto, fazem comparações com o lugar atual e se reportam ao ambiente do lugar de origem com nostalgia. Como não podem retornar ao passado como forma de preservá-lo, trazem para o presente uma reprodução do ambiente com a plantação de árvores ao redor das suas casas, bem como evocam a organização da comunidade. Esta é uma paisagem que rememora a imagem das florestas, os sons dos pássaros, as águas batendo nas pedras, o vento sibilando entre as árvores. Tais informações permitem a sensação de acolhimento para os assentados no lugar desconhecido. Para Bosi (1994, p. 447),

Ao perdermos uma paisagem sonora sempre poderemos evocá-la através de sons que suscitam ou na conversa com testemunhas que a viveram. Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio.

Atílio revela que a família estranhou muito o lugar, principalmente sua esposa, que, até hoje (2008), não se acostumou a viver no assentamento. Explica que olhava ao redor e não enxergava nada, era só capim, não havia árvores, era só aquele amarelo, era só campo. A esposa achou a paisagem estranha e não queria nem descarregar a mudança. Para trazer um pouco do verde da mata, fizeram um pomar ao redor da moradia, plantando árvores

frutíferas (pêssego, pêra, uva, entre outras). Sentem orgulho das modificações que estão realizando, trazendo um pouco do verde da região de origem.

Para Elisete, a paisagem da campanha era muito diferente e a mata com as grandes árvores trazia boas lembranças, então foi à terra de seus pais e trouxe mudas de árvores da mata de região de origem (cedro, guajuvira, coqueiro), para transformar a sua moradia num lugar aconchegante. Essas famílias buscaram recriar o novo território para sua permanência, pois, como afirma João *“a necessidade fais com que a gente fique, porque quem tem uma família não pode sair assim de mão abanando, ele tem que tar amparado, de um jeito ou de outro ele tem que produzi. Nois aqui ainda temo mais ou menos, a gente vai levando”*. Os agricultores assentados da campanha, segundo Medeiros e Junior (2006), procuram uma nova forma de produzir e de organização no campo, de se relacionar com o ambiente, de resgatar conhecimentos esquecidos e de retomar por meio da produção, da cultura e da organização político-econômico social de seu território, uma autonomia que lhes foi tirada.

A ocupação da terra, inicialmente, era realizada somente pelo cultivo agrícola, porém houve uma série de problemas com a produção e, ao longo dos anos, foram se buscando outras formas de subsistência, tais como a produção de leite, de mel e o plantio de árvores frutíferas. No entanto, muitas famílias não conseguiram permanecer no assentamento por um conjunto de dificuldades de sustentabilidade ligadas ao tipo de solo. Além disso, os conhecimentos sobre o trabalho com a terra não se mostraram suficientes para a produtividade, e houve aspectos emocionais, que remetem à não adaptação ao clima e à cultura da região da campanha. Para essas famílias, o impacto da vida no novo território foi demasiado para permanecerem.

Telmo, com os primeiros recursos, construiu uma casa no lote e começou a trabalhar com cultivo de milho, feijão e arroz, mas não teve sucesso. Então, começou a comprar gado e investiu na produção do mel:

Não aguentei. Beco pequeno, colhia pouco, daí levar lá em Rosário é caro tudo. Plantei soja, um ano plantei seis hectares de soja, tive um prejuízo, não mandou bem, comecei só dá pra traz. Dinheiro do banco, e depois tinha que pagar, né? Começou a pegar, ir mal as plantas, deu seca um ano também, judiou nós, ai depois comecei a comprar gado, um velho me disse aqui tu muda o ramo, aqui o lugar é do gado e comecei a comprar vaca e vaca, e hoje, graças a Deus, tenho. Tenho meu gado e planto minhas hortas, mas é bem pouco, eu não tenho vergonha de dizer, já mudei meu ramo (Entrevista, novembro de 2008).

A ocupação humana no pampa gaúcho, há muito tempo, vem alterando a paisagem, inclusive a vinda dos assentamentos rurais para essa região tem contribuído para que essas

modificações sejam intensificadas. Os agricultores, quando chegaram, fizeram uso de recursos naturais para a sobrevivência. Os entrevistados relatam que precisaram caçar, pescar e retirar lenha da mata para a sobrevivência nos primeiros anos. Atílio explica:

E se fazia um molho, porque naquele tempo carne não dava pra comprar, não dava, galinha não tinha. Nós matava muito, tinha muita pomba e perdiz no matinho na baixada. Na época tinha tatu bastante mais a gente não gostava de fazer isso. Tem um riacho ali em baixo, tem uma lagoa, tem muito peixe, o pessoal pescava muito, mais que pegavam era traíra e jundiá (Entrevista, 02 de maio de 2008).

A narrativa de Olavo mostra que o processo de degradação da ocupação desse território está ocorrendo faz muito tempo. Os peões de uma fazenda contaram que, antigamente, havia muito peixe no rio. Eles pegavam os peixes (pintado, jundiá, traíra) com caniço e nem precisavam de rede. Mas, depois que os fazendeiros começaram a retirar água do rio para plantar arroz, e por causa do veneno, os peixes e as lontras foram desaparecendo. Hoje, praticamente só se consegue pescar lambari e outros peixes pequenos. Ele narra que, quando chegaram ao assentamento havia poucos animais no riacho (capivara, veado) e, seguidamente, estes eram encontrados próximo ao açude e no mato. Saíbiam da presença desses animais porque encontravam pegadas nesses locais.

Telmo não gosta do tipo de mata que existe nessa região de campo; diz que o matinho dali é uma “porqueira”: *“tinhas uns matinhos ai, tem árvore que eu nem sei o nome”*. E retoma que, na região de origem, ele sabe os nomes de todas as árvores. Tem plantadas árvores (acácia, eucaliptos), o suficiente para não consumir a lenha retirada das matas. Conta que, quando começou, era um capinzal (gramíneas nativas do bioma Pampa) e, nos três primeiros anos, colocava fogo para ficar limpo; agora o gado conserva bonito. A prática da queimada foi aprendida com seus descendentes desde o tempo das colônias, nos quais aprenderam com os indígenas a queimada para o cultivo. O significado da limpeza está associado ao período em que a mata cortada representava a ocupação da terra e a fertilidade do solo. Segundo Boldrini (2009) os campos têm como característica fisionômica as gramíneas que apresentam um grande número de espécies. A vegetação campestre, ao longo do tempo e com o aumento da produção agrícola, por meio da silvicultura destinada à celulose, com a aplicação de herbicida para introduzir espécies forrageiras, o manejo inadequado com alta carga animal e o uso sistematizado do fogo, tudo isso tem contribuído para a destruição do ecossistema campestre.

No assentamento, as famílias se deparam com problemas ambientais e não sabem como resolvê-los. Elisete conta que está muito preocupada com a erosão (voçoroca) próxima ao córrego de sua morada e que vem aumentando a cada ano. Solicitou ajuda

técnica junto ao INCRA para solucionar o problema e ainda está aguardando retorno. Na tentativa de conter o desbarrancamento de terra, decidiu plantar gengibre e inhame, mas não foi bem sucedida no seu intento. Valdir também não sabe o que fazer com as erosões em seu lote, pois perdeu animais que ficaram atolados nas voçorocas. Pires *et al.* (2004, p. 28) alega que “as paisagens de baixa integridade ecológica perdem a capacidade de realizar plenamente os processos ecológicos básicos e em absorver os impactos resultantes das atividades humanas, tornando-se economicamente fragilizadas”.

Outra situação preocupante é o aumento de caturritas e lebres que estão destruindo as plantações de grãos. Os agricultores buscam formas de eliminar o problema pelo uso de produtos químicos para matar as aves e animais que possam interferir na produtividade, para que seus prejuízos sejam minimizados. Porém, é preocupante a forma como o fazem, sem consultar técnicos que possam ajudá-los a pensar em uma solução menos agressiva aos animais, aves e ao meio ambiente. Telmo explica como resolve o problema:

Eu vou no Uruguai e trago aquele leitinho em pó para caturra é o remédio. Ela come e fica de baixo, estoura a goela, pó branco do Uruguai. Mas vai no Uruguai, comprar uns tambor de pó de 50 litros. Ali você bom umas três gotas numa garrafinha da água, no que ela roer morrer somem do mapa nem dá para o cheiro mais. Isso é a salvação nosso. Lebre e caturritas comeu a lavoura inteira, vê só sabugo (Entrevista, novembro de 2008).

Quando ele narra sobre o verde da mata nas terras de seu pai, fica emocionado, se reportando a sua infância e à adolescência. Porém, ao se referir às caturritas e lebres que destoem o milho, sua relação de sensibilidade com a natureza desaparece. Agora, entra em cena o domínio da natureza pelo homem, diante dos problemas ocasionados pelas aves e animais na produção agrícola, motivo pelo qual precisam ser eliminados.

As narrativas dos agricultores expressam o entendimento sobre a natureza como subsistência, como um lugar para viver e também como um valor econômico. Para eles, a natureza representa um lugar para viver relacionado ao bem estar, as lembranças da infância, o convívio com os elementos da natureza como as matas, a água e os animais. A natureza como valor econômico, pois pode ser retirado delas muitas coisas para comercializar, como a madeira, as frutas e alimentos. A natureza de subsistência, para eles, é a transposição da concepção de natureza, construída no lugar de origem no ecossistema de floresta readaptado, agora, para o ecossistema de campo. Um exemplo disso é o banhado¹¹. A importância do banhado não está relacionada com sua função no ecossistema,

¹¹ Termo utilizado no Rio Grande do Sul para se referir a áreas úmidas. O banhado consiste em um ambiente úmido, com macrófitas aquáticas em sua extensão e, geralmente, com solo não drenado. É uma formação comum dos pampas gaúchos, caracterizada também por ser área de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres, garantindo a sobrevivência desses.

até porque nem todos têm esse conhecimento científico. Para os assentados, o banhado se constitui em um problema para o cultivo, pois representa perda de terra. No caso de Telmo, o banhado se constitui como natureza de subsistência porque o visualiza como importante potencial na sobrevivência familiar nesse território. Ele narra que, desde que chegou ao assentamento, pensou em ficar com o lote número dois por causa do banhado.

Eu sonhava com o mato, porque quando eu enxerguei o mato, tinha aí um lugar para criar abelha. Por que eu já era criador de abelha lá. E eles não queiram, e eu puxando para o meu lado. E por fim eles não aceitaram a proposta e eu cai no sorteio aqui. Não adianta, era para mim. E o banhado eu dizia para ele, no inverno, cai geada, não mata o banhado, que tem a umidade que chega e não deixa matar. O gado tem aonde comer na seca, o gado tem aonde comer ali. Pode cuidar isso daí. E no campo alto aonde eles criam coxilha, na seca eles ficam olhando para o teu potreiro, tá verde (Entrevista, novembro de 2008).

É interessante perceber que os conhecimentos adquiridos nem sempre são utilizados para a preservação do ambiente. Valdir relata que foi a Bagé para realizar um curso de agroecologia. Ele aprendeu como fazer um banheiro ecológico e também conheceu uma casa feita de barro. Ele relembra que, no lugar de origem, havia casas de capim e que, para ele, não foi novidade; acredita que, se todos implantassem o banheiro ecológico, seria muito bom. No entanto, em sua nova casa, não utilizou seus conhecimentos para construir o banheiro ecológico e nem as determinações sobre a distância que deve ter de Área de Preservação Permanente (Diário de Campo, maio de 2008).

De acordo com Charlot (2000, p. 80), “a relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender”. O conhecimento é uma experiência pessoal que envolve as relações que este sujeito “mantém com tudo quando estiver relacionado com o ‘o aprender’ e o saber”.

Uma reflexão possível sobre a situação expressa por Valdir, quanto a não utilização dos conhecimentos sobre agroecologia, talvez tenha sido somente a transmissão de informações que não se caracterizaram como construtiva de um saber. Implicado nessa construção, está relacionado com as identificações e as referências socioculturais e econômicas. A casa de capim, geralmente, foi construída por pessoas que tinham menor poder aquisitivo e não porque estava relacionada a construções ecológicas. Para Charlot (2000, p. 72), “(...) qualquer relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade: aprender faz sentido por referência à história do sujeito, as suas expectativas, suas referências, a sua concepção de vida, as suas relações com os outros, à imagem que tem de si mesmo a que quer dar de si”. Infere que as concepções e as referências precisam ser problematizadas para que haja rupturas com algumas identificações simbólicas que fazem parte das relações que são estabelecidas com os outros e consigo mesmo. Portanto,

as aprendizagens são realmente efetivadas quando os sujeitos estabelecem relações com o mundo e produzem significados e sentido para eles. Mesmo tendo informações sobre área de preservação permanente, estas não foram suficientes para deter a construção da moradia de um agricultor assentado. Isso significa que apenas informações sobre a legislação ambiental não será suficiente para que seja efetivada na prática dos agricultores, é preciso que sejam construídos saberes que tenham sentido e significado para a preservação do ambiente.

Considerações Finais

As histórias de vidas dos assentados mostraram que as lembranças que foram sendo narradas tiveram relação estreita com a memória do grupo social quanto às questões de vivência e de organização da comunidade, do seu fazer agrícola e da relação com a natureza. Todos os participantes buscaram, de alguma forma, se constituir no novo território a partir das marcas que trouxeram do território anterior, tanto nas relações sociais e afetivas, quanto na forma de organizar o lote e a comunidade.

A migração conservou uma memória positiva da comunidade anterior e, depois de alguns anos, ao retornar para esse lugar, provocou mudança na forma de perceber o ambiente e as relações sociais. Essas percepções podem ser positivas ou negativas e foi o que aconteceu com alguns agricultores, ao retornar ao lugar de origem. Ao rever que houve transformação no desenvolvimento econômico da região, o indivíduo sente que, talvez, pudesse ter reconstruído sua história de maneira diferente. Ao ver que os problemas ambientais e sociais tomaram uma dimensão maior, ficou mais fácil aceitar que não há mais como retornar para a comunidade de origem. A migração provocou mudanças, o lugar de origem não permaneceu do mesmo jeito que traziam em suas memórias, as imagens do passado foram confrontadas com uma nova realidade.

Os saberes e conhecimentos sobre as atividades agrícolas, que foram construídos anteriormente ao assentamento, foram as mais difíceis de serem transformados para o novo lugar (assentamento), envolvendo especificidades como a diferença no calendário agrícola (tempo de plantio de determinada cultura), o tipo de solo e de cultivo apropriado para essa região. Os indivíduos acreditavam que sabiam lidar com a terra e que os conhecimentos tradicionais seriam válidos para toda e qualquer região. Aos poucos, perceberam que sua forma de realizar as atividades agrícolas foram fracassando e tiveram que interagir com os agricultores do lugar atual a fim de aprender com eles as especificidades da região.

Os assentados perceberam a natureza como um valor de subsistência entendido como a sua sustentabilidade econômica. As áreas úmidas são percebidas como um problema ou como uma possibilidade de atividade econômica por poucos agricultores. Tal terra úmida é percebida como um problema, quando a consideram inviável para o cultivo, o que leva, na maioria das vezes, os assentados a drenarem essas áreas. Ao ser entendida viável para uma atividade geradora de renda, como, por exemplo, a apicultura, passou a ser compreendida como subsistência. Todavia, eles não têm o conhecimento científico sobre a importância da função da área úmida no ecossistema, até porque tal conhecimento não foi considerado relevante no momento da ocupação do assentamento.

Para finalizar, foi possível perceber que a memória pessoal e do grupo social foram constitutivas para a construção do pertencimento ao novo território. Essa transposição do vivido na região anterior nem sempre contribuiu para solucionar os problemas na nova cultura. Portanto, considero relevante para a realização de trabalhos junto a comunidades de assentamentos ou mesmo nas propostas de Educação Ambiental, que sejam previstas atividades com revisita ao passado nas diferentes dimensões, a fim de compreender melhor as construções feitas até então, como instrumento de reflexão acerca do presente, o que pode auxiliar na organização de novas propostas para a sustentabilidade do assentamento.

Referencias Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, 110p.

BOLDRINI, I. L. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V.P; MULLER, S. C.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Editores Brasília: MMA, 2009, p.42-59.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.484.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 440p.

CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006, 304p.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber - Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000, 96p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, 163p.

CORREA, S. M. BUBLITZ, J. **Terra de Promissão: Uma introdução á Eco-história do rio Grande do Sul**. Editora UPF/EDUNISC, 2006, 142p.

- DE BONI, L. A., COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1982, 244p.
- FERRAROTTI, F. História de Vida como Método. **Convergência**, México: UAEM n. 44, 2007, 15p.
- FERREIRA, L. de F. O tempo da política: A construção do voto no assentamento 18 de maio. **Dissertação de Mestrado em Sociologia Política**, PPG em Sociologia Política, Florianópolis, UFSC, 2005, 147p.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198p.
- GÜLTEKIN, N.; INOWLOCKI, L. e LUTZ, H. Quest and Query: Interpreting a Biographical Interview with a Turkish Woman Laborer in Germany [55 paragraphs]. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, 4(3), Art. 20, 2003, 21p.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997, p31-91.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, 189p.
- HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed.Universidade, 2000, 212p.
- LE GOFF, J. Memória. In: **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p423-483.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. V.3, 1991, p55-88.
- MARTINS, V. S. O Lugar da morada: a construção do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos rurais da Reforma Agrária. **Dissertação de Mestrado**, PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Porto Alegre, 2009, 235p.
- MEDEIROS, R. M. VIEIRA, S. J. de O. Desterritorialização e (re) territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra, na campanha gaúcha. Rio de Janeiro, 2006. In: I Encontro da rede de estudos Rurais. Niterói, RJ: **Anais Niterói: UFF**, 2006, p1-18.
- NAVARRO, Z., MORAIS, M. E., MENEZES, R. Pequena História dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; Leite, Sergio (Orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Ed.Universidade/ UFRGS,/CPDA,1999, p.19-68.
- NEGRINE, A. Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: (Org.) NETO V. M.; TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa na educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p61-93.
- NETO, V. M. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física. In: (Org.) NETO V. M. TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa em educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p107-139.
- PIRES, J. S. R., SANTOS, J. E. e PIRES, A. M. Z. C. R. Gestão biorregional: uma abordagem conceitual para manejo de paisagens. In: (Orgs.) SANTOS, J. E., CAVALHEIRO, F., PIRES, J. S. R. OLIVEIRA, C. H. e PIRES, M. Z. C. R. **Faces da**

- polissemia da paisagem – ecologia, planejamento e percepção.** São Carlos: RiMa, 2004, p23-34.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2(3), 1989, p3-15.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5(10), 1992, p200-212.
- RIEMANN, G. A Joint Project Against the Backdrop of a Research Tradition: An Introduction to "Doing Biographical Research". **Forum Qualitative Sozialforschung /Forum: Qualitative Social Research**, 4(3), Art. 18. 2003, 20p.
- SEMA/FEPAM/FZB/RS. Secretaria de Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul (SEMA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB). **Zoneamento Ambiental para atividade da Silvicultura, diretrizes para atividades de silvicultura por unidade de paisagem e base de estudos de fauna e flora e recursos hídricos.** Porto Alegre, 2007, 137p.
- SUETEGARAY, D. M. A; SILVA, L. A. P. Tê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, V.P; MULLER, S. C.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Editores Brasília: MMA, 2009, p42-59.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL - Difusão Européia do Livro, 1980. 288 p.
- VENDRAMINI, C. R. A experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas dos movimentos sem terra do Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n.6. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2005, p67-80,
- WOORTMANN, E. F. Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa. **Tese de Doutorado**, Brasília, UNB, 1988, 336p.

2. IDENTIDADES CONSTRUÍDAS: CULTURA E ECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUL DO BRASIL

Resumo

Este artigo aborda as construções de identidades em assentamentos rurais, a partir da história de vida de treze assentados, considerando relevantes nessa construção os movimentos migratórios realizados anteriormente ao assentamento. A concepção de cultura e as implicações da globalização foram consideradas importantes para as análises das produções identitárias. A construção da identidade dos agricultores na contemporaneidade passou por processos de rupturas com antigas identificações e pertencimentos a uma cultura caracterizada pela propriedade agrícola familiar, principalmente os descendentes das antigas colônias italianas e alemãs de migrantes e os de miscigenação entre portugueses, negros e índios. Esses indivíduos deslocam-se geograficamente em função dos problemas na agricultura ou em decorrência da política de desenvolvimento agrícola. Em razão disso, se organizaram no movimento social de luta pela terra (MST) para chegar ao lugar assentamento. Quando chegaram ao assentamento, Santana do Livramento /RS, os agricultores confrontaram-se com uma nova cultura de linguagem, costumes, ambiente e ecossistema diferenciado daquele a que eram acostumados. Em meio à disputa de poder nesse território, um novo pertencimento e identidades foram se constituindo.

Palavras-chave: identidade, modernidade, diferença e assentamentos rurais.

Introdução

Os diferentes discursos críticos sobre as identidades têm apontado a necessidade de problematizar as produções da modernidade acerca da identificação do sujeito moderno. A concepção predominante relacionada à lógica da racionalidade nega tudo o que esteja fora dessa perspectiva epistemológica. O sujeito universal e hegemônico assume a individualidade com relação à “essência universal” humana, um indivíduo centrado e autônomo.

Segundo Hall (1997), as referências do sujeito moderno foram abaladas pela globalização e as identidades estão sendo fragmentadas e deslocadas por um processo de mudança que “está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall, 1997, p. 09). O autor mencionado argumenta que as identidades modernas estão em crise pelos impactos da globalização e isso representa um processo de transformação abrangente na definição de identidades culturais. Para esse autor:

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (Hall, 1997, p. 09).

Hall (1997) enuncia três formulações consequentes dos efeitos da globalização sobre as identidades: a homogeneização cultural global pela desintegração das identidades nacionais, o fortalecimento das identidades locais como resistência à globalização e as novas identidades híbridas, que se estão constituindo pela fragmentação da identidade nacional. A compreensão sobre os espaços e tempos é um aspecto importante da globalização que tem impacto nas identidades culturais no que diz respeito ao sistema de representação, ou seja, a forma como as identidades são localizadas e representadas.

As pessoas, na vida cotidiana, são interpeladas por uma variada gama de representações simbólicas e de relações sociais advindas de relações econômicas, políticas e dos meios de comunicação, motivos para que as identidades se tornem flutuantes e deslocadas nos espaços e tempos. Na transformação das identidades, há uma tensão nas relações entre o global e o local, produzindo novos modos de articulação e de negociação entre os aspectos particulares e universais. Portanto, a globalização tem o efeito de descentralizar e dissolver as identidades de uma cultura e de romper as fronteiras delimitadas, estabelecendo novas posições de identificação, mais flexíveis e plurais em transição.

Hall (1997) faz análise crítica das identidades, com base na concepção de cultura. Nesse recorte, argumenta que toda prática social tem uma relação com o significado e, por conseguinte, a cultura é constitutiva dessa prática. A cultura passa a ser compreendida de forma mais ampla do que no sentido tradicional da palavra, como um conjunto de crenças, valores, tradições e hábitos dos grupos sociais. Assim, se toda prática social envolve a dimensão cultural, é ali que está implicada a luta pela significação, por meio da qual os grupos sociais disputam e buscam sustentar os seus interesses. Conseqüentemente, a cultura se associa às permanentes tensões e aos conflitos em relações de poder de significação e a tudo que possa ser importante culturalmente para cada grupo. Os significados são construídos nas práticas culturais e contribuem para interpretar o mundo, para classificá-lo e para atribuir sentido às coisas e experiências reais ou não. É no processo cultural que damos sentido às coisas e disso deriva o modo como as representamos (Du Gay *et al*, 1997). A “representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”

(Woodward, 2000 p. 17). A representação, por meio da produção dos significados, dá sentido às experiências e àquilo que somos ou podemos nos tornar. É pelo processo cultural que a representação pode ser compreendida e, por intermédio deste, viabiliza-se estabelecer identidades individuais e coletivas.

Zygmunt Bauman (2005), quando analisa a globalização, prioriza o ponto de vista que considera os efeitos dessa sobre a vida cotidiana. Com a globalização, houve transformação radical nas formatações sociais, o que promoveu mudanças nas estruturas estatais, nas condições de trabalho, na produção cultural e nas relações entre as pessoas. Portanto, a identidade está associada com a crise do Estado e das instituições de referência ao sujeito, ao sentimento de ansiedade gerado pela insegurança e à falta de liberdade no mundo moderno. As identidades sociais, culturais e sexuais tornaram-se líquidas, incertas e transitórias e os sujeitos se encontram à deriva, deslocados, em busca de novas formas de expressão, num mundo em constantes transformações.

Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (Bauman, 2005, p. 18- 19).

Para o autor mencionado, a identidade está intrinsecamente ligada à ideia de pertencimento, pois é possível perceber o fracasso da soberania Estatal (território/lugar) e, conseqüentemente, da identidade nacional constituída pela concepção de povo e cultura construída na modernidade. Os sujeitos passaram a vivenciar o sentimento de ambivalência que pode ser uma experiência desconfortável e, às vezes, perturbadora. Há a sensação de estar parcialmente deslocado em toda parte e não estar totalmente em nenhum lugar, ou seja, o sujeito pode sentir-se em um estado de não pertencimento ou viver a probabilidade de pertencimento a múltiplas identidades.

Pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. Mas também se pode fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido – ainda mais pelos benefícios que tal decisão pode trazer para os que a tomam e a levam a cabo, e pelos prováveis benefícios que estes podem então oferecer a outras pessoas (Bauman, 2005, p. 20).

Com a globalização, houve a perda da solidez da nação, o Estado passou a se preocupar mais com a força do capital global (livre trânsito e fluxo das finanças internacionais) e com a lógica do mercado livre, do que, propriamente, com os direitos sociais. Esses direitos são trocados pelo dever individual do cuidado consigo, para garantir

vantagens para si em detrimento dos demais. O mercado e o consumo passam a ditar parâmetros norteadores da contemporaneidade, do modo de conduzir a vida e das relações estabelecidas entre as pessoas. Tudo isso assume a lógica da economia centrada no consumo, isto é, advoga a necessidade de satisfação instantânea, criando constantemente novos desejos. Diz Bauman (2005, p.72): “Se nossos ancestrais eram moldados e treinados por suas sociedades como, acima de tudo, produtores, somos cada vez mais moldados e treinados como, acima de tudo, consumidores, todo o resto vindo depois”. Com o incentivo da possibilidade de liberdade de escolha da identidade é gerado um sentimento de insegurança e instabilidade por essa liberdade. Isso faz com que as pessoas busquem uma comunidade com as representações de aconchego, de um porto seguro, de interesse mútuo e de uma certa identidade comum com a ideia de pertencimento a essa comunidade.

Woodward, (2000, p. 39), ao discutir as diferentes visões de identidades, enfatizou a produção das identidades pela marcação da diferença: “Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*”. A identidade depende de algo externo para existir, algo que se difere e que dependa dessa outra identidade, ou melhor, que forneça condições para a sua existência. A identidade é entendida, pela autora mencionada, como relacional. Isso significa dizer que uma identidade se constrói relativamente à outra, por vezes aquela sendo aquilo que esta não é.

As culturas têm maneiras distintas e próprias de classificar o mundo. Por meio dos sistemas classificatórios, uma cultura fornece meios pelos quais são construídos os significados e sentido ao mundo social. Os sistemas classificatórios são constituídos em torno da marcação das diferenças e as fronteiras simbólicas estabelecidas pelos sistemas classificatórios marcam a diferença entre o que está incluído ou excluído, definindo o que é uma prática culturalmente aceita ou não. Dado este pressuposto, a diferença é mantida pela exclusão: se não faz parte de uma identidade, é porque pertence à outra. Por isso: “As afirmações sobre a diferença só fazem sentido se compreendidas em relação às afirmações sobre a identidade. (...) Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (Silva, 2000, p. 75). Ao dizer os Sem Terra significa dizer que eles não são os que têm terra e que eles se diferenciam dos outros que têm terra. Essas distinções que indicam as posições dos sujeitos são estabelecidas em relação de poder para atribuir as marcações de identidade.

No caso dos agricultores, ao migrarem de uma região de floresta com vivência em comunidades de descendentes italianos e alemães para a região de campo, para um novo

grupo social com uma cultura própria, a da campanha, esse grupo precisou se valer de negociação entre as identidades. Por esse motivo, necessitou romper com determinadas identificações e se apropriar de uma nova cultura, aprendendo a falar outra linguagem para se relacionar com o novo grupo social. Busco pensar a construção da identidade dos assentados, principalmente a partir das produções de Hall (2000, 1997) na sua abordagem da dimensão cultural e do sujeito; e Bauman (2005) na análise das dinâmicas estruturais e dos contextos do mundo contemporâneo nas questões identitárias. Esses autores partem de perspectivas diferentes sobre a compreensão da identidade na contemporaneidade; ao seguir rumos diversos, convergem; e, paradoxalmente, se complementam em muitos aspectos. Os autores discutem as identidades, tomando a fragmentação do sujeito e a perda das instituições como referência fundamentada na crise da identidade na modernidade e expressam as novas possibilidades na construção das identidades. Na análise destas, entendo que a ideia de diferença se constitui importante para entender os jogos de poder travados para a legitimação de determinadas identidades, e recorro às análises e às discussões feitas por Kathryn Woodward.

Esta pesquisa se insere no Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais, um programa de intervenção com a construção coletiva de propostas alternativas para a qualidade ambiental e ecológica nos assentamentos rurais. Neste artigo, é feita a análise da apropriação de uma nova cultura que passa por negociações entre as identidades e pelo rompimento com determinadas identificações na relação ao ambiente no novo grupo social.

Caminho Metodológico

A investigação tem base na perspectiva teórica e metodológica da pesquisa qualitativa (Strauss & Corbin, 2008, Silverman, 2009, Gibbs, 2009). Nesta abordagem, o método biográfico foi escolhido para recolha das histórias de vida dos agricultores. Tal método valoriza as relações entre a biografia e os processos sociais que são evocados pela memória. Schütze (2007, p. 8) compreende que há “profunda relação entre o desenvolvimento da identidade de um indivíduo e suas versões narrativas de experiências históricas de vida”. Ao narrar a história de vida como um todo, o narrador manifesta uma ordem e estrutura a identidade para a sua vida que é vivida e experienciada. Segundo o autor:

A expressão narrativa da própria vida lida não apenas com eventos externos que ocorrem com o indivíduo, mas também com as mudanças internas que a pessoa deve enfrentar ao experienciar, reagir a, moldar (e até parcialmente produzir) esses eventos externos. E

reconhecendo, através da narração autobiográfica, como alguém se sentiu ao experienciar os eventos externos é um primeiro passo para o indivíduo equacionar a contínua construção e transformação de seus estados internos e sua importância para a estrutura da identidade da história de vida em desenvolvimento (Schütze, 2007, p. 8-9).

O método biográfico, de acordo com Marre (1991), tem o objetivo de reconstruir a experiência vivida por um grupo, a partir do discurso de um indivíduo. As histórias de vida e as biografias são recursos que não podem ser considerados apenas como uma técnica de pesquisa, mas devem constituir parte integrante do método biográfico. Para o autor em foco, esse método "engloba-se na expressão história de vida (life history), tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos" (Marre, 1991, p. 90). A importância dos dados biográficos é construir, por meio dos relatos, das trajetórias, da historicidade, da cultura de um determinado grupo, narrativas a serem entendidas no contexto social e histórico.

Ferrarotti (2007) argumenta que os métodos qualitativos são fundamentais para estudos dos aspectos sociais, principalmente nas histórias de vida. Justifica esse argumento alegando que os seres humanos não são dados, mas se constituem em processos que atuam de maneira criativa no seu cotidiano. É no cotidiano que reconhecem os sentidos e os elementos que implicam na possibilidade de autopercepção como sujeitos da história de vida, na sua relação de experiência com o ambiente contextual. As histórias de vida expressam o cotidiano vivido do grupo social suas estruturas formais e informais e, por isso, é valiosa sua contribuição para a investigação social. A história de vida é um texto que se desenvolve mediante progressões e regressões com contornos precisos, impregnado de valores e significados.

A abordagem qualitativa considera relevante todo o processo de pesquisa, pois o método e as questões do estudo são "compreendidos e definidos a partir de uma perspectiva orientada ao processo" (Flick, 2009, p. 14). Nessa metodologia, a amostra relaciona-se com a representação da diversidade relevante do fenômeno dentro da população em estudo (Jansen, 2010).

Na escolha da amostragem, são determinantes o interesse da pesquisa e os pressupostos teóricos que definem a população. Os critérios adotados permitem definir os sujeitos que contribuem de forma significativa para a investigação (Richardson, 1985). Por essa razão, nesta pesquisa focalizaram-se participantes que pudessem revelar os contextos familiares e do grupo social para a interpretação em profundidade dos saberes socioculturais e ambientais, construtores de uma identidade. As famílias participantes

foram indicadas por representantes da comunidade, agentes de formação inseridos em programas desenvolvidos nos assentamentos.

As famílias escolhidas para fazer parte da investigação deveriam descrever as experiências e acontecimentos no lugar de origem e lugar atual, considerando que essas tivessem vivenciado o processo de migração. Além disso, os participantes deveriam fazer parte do projeto de intervenção em que o investigador estava inserido. A inserção do pesquisador no processo de intervenção possibilitou uma aproximação com as famílias, criando confiabilidade para a pesquisa, por permitir que os diálogos fossem ocorrendo de maneira espontânea. Estes foram os critérios norteadores na definição dos sujeitos participantes da pesquisa, e a partir deste momento, descrevo as estratégias e os instrumentos utilizados no decorrer da coleta de informações.

De acordo com os objetivos propostos, a coleta de dados foi organizada por meio da técnica de entrevista com profundidade na abordagem biográfica (Marre, 1991; Riemann, 2003, Schütze, 2007; Gültekin et al., 2003) e pela observação participante, técnica adequada, pela qual se permite maior envolvimento do pesquisador no mundo social do grupo estudado (Chizzotti, 1999; Negrine, 2004; Neto, 2004). A técnica de entrevista e observação são instrumentos que se distinguem e, ao mesmo tempo, são complementares. A relação de complementaridade dos dois recursos está implicada diretamente com o local do estudo (Zago, 2003).

A entrevista de profundidade é uma abordagem que tem a intenção de estimular o sujeito a narrar a si mesmo, possibilitando aprofundar as informações por meio da sua história de vida. Uma característica dessa entrevista é a rara interrupção do pesquisador, exceto quando ele não sabe do que o narrador está falando ou está confuso. O pesquisador pode, sempre que necessário, fazer esclarecimentos para obter informação mais específica. Para a condução da entrevista, foi organizado um guia com o propósito de compreender os significados atribuídos às representações sociais e culturais e aos recursos ambientais, em particular, narrativas das histórias de vida com relação à identidade, às crenças, ao ambiente, aos mitos, à religiosidade, aos costumes, à linguagem e aos hábitos relativos à cultura do grupo investigado.

As entrevistas de profundidade foram realizadas com treze famílias (uma família de cada assentamento), escolhidas a partir do grupo das 53 famílias selecionadas para entrevista semiestruturada, parte integrante de um diagnóstico socioambiental que, dado o escopo deste trabalho, não será considerado. O critério de escolha dos participantes foi a

vivência no processo de migração, bem como o interesse e a disponibilidade em narrar a própria história de vida. As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias, no período de fevereiro a novembro de 2008, de acordo com a disponibilidade do participante. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, e tiveram a duração aproximada de 90 a 110min. Posteriormente, essas entrevistas foram transcritas e os dados, organizados de forma a constituir um *corpus* para análise e interpretação, tendo a preocupação de articular aspectos importantes no processo biográfico (Riemann, 2003; Flick, 2009; Gibbs, 2009), para o estabelecimento de categorias associadas às vivências e experiências socioculturais e ambientais na identificação dos significados atribuídos ao grupo de origem e ao grupo social atual.

A observação participante se caracteriza como um instrumento do contato direto com os sujeitos; permite observar e registrar as vivências e os acontecimentos presenciados (Neto, 2004; Chizzotti, 1998). É uma forma de aproximação às manifestações e formulações dos participantes em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também de percepção das particularidades que podem conduzir a novas formulações e a novas perspectivas de análise. Para registrar as situações observadas, foi organizado um Diário de Campo, em que as anotações podem ser retomadas sempre que necessário.

Resultados e Discussão

Os Migrantes

A área de estudo compreende treze assentamentos rurais sob a responsabilidade do INCRA-RS, localizados no município de Santana do Livramento, no sudoeste do Rio Grande do Sul. Essa área se insere no bioma Pampa e apresenta uma paisagem campestre com vegetação herbácea, arbustos e pequenas árvores. O desenvolvimento econômico nessa região resulta da produção de pecuária sobre o campo nativo e do cultivo de grãos como arroz e soja.

As famílias migrantes assentadas são provenientes do Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (Figura 17). São famílias excluídas do território indígena Caingangue das Reservas de Nonoai e Serrinha, de áreas de barragem e famílias de arrendatários. Estavam inseridos no território com características ecológicas de floresta, ao norte do estado do Rio Grande do Sul (Bioma Mata Atlântica).

Os treze assentamentos formam uma comunidade de 419 famílias que passaram pelo processo de acampamento em Cruzada Natalina, Viamão, Julio de Castilhos, Boa

Vista do INCRA, Cruz Alta, Palmeira das Missões, São Gabriel, Panambi, Santo Antônio das Missões, Sepé Tiaraju, Sarandi, Santo Sacramento, Pinheiro Machado, Bagé, Encruzilhada do Sul e Pantano Grande. Duas famílias já haviam migrado para outros estados com programas de ocupação de terra. Uma família esteve no Mato Grosso do Sul e, por não receber incentivos do governo, acometidos pela malária e sem condições de investir na propriedade, retornaram. A outra família esteve no Paraná, em seguida, migrou para o estado do Pará e finalmente retornou ao Rio Grande do Sul.

Os agricultores instalaram-se em lotes de, aproximadamente, 24 hectares e construíram casas de madeira, atualmente (2008) sendo substituídas por alvenaria. Ao redor das casas, a ornamentação é realizada com flores e com diversidade de árvores frutíferas, como laranjeiras, pessegueiros, parreira, acácia e eucaliptos, para servir de barreiras ao vento e como reserva de lenha. A horta também fica próxima à casa e apresenta variedade de verduras e legumes (alface, couve, moranga, aipim etc.) para o consumo familiar.

No cotidiano, os agricultores seguem uma rotina de trabalho exercendo atividades agropastoris; no final da tarde, tomam chimarrão, e, à noite, assistem às notícias e novelas na televisão. O lazer está associado aos finais de semanas e feriados, nos quais realizam atividades como: visitar os vizinhos, jogar futebol e bocha, assistir programas na TV, ler, passear e pescar.

As famílias assentadas correspondem, percentualmente, a 60% de descendência europeia (italiana, alemã e portuguesa) e os demais (40%) são descendentes da miscigenação entre portugueses, indígenas e negros. As pessoas que têm a miscigenação em sua descendência são identificadas regionalmente como caboclos, por não serem de origem europeia. Estes, com a ocupação da terra pelos migrantes europeus, tiveram que migrar para outros estados e aqueles que permaneceram foram trabalhar como agregados, empregados assalariados ou como pequenos arrendatários.

Um dos elementos culturais que constituem as famílias assentadas e que fundamenta a vida cotidiana é a religião. Para a continuidade de suas manifestações religiosas, no novo território, os migrantes constroem capelas e igrejas. As experiências vividas nas colônias (território anterior) vinculadas à igreja são reproduzidas na organização da comunidade, na vivência da sociabilidade e lazer. A maioria das famílias (75,5%) é católica; 20,8 % correspondem a evangélicas e 3,7% não se identificam com nenhuma religião. Com frequência, acontecem festas religiosas, comemorativas do assentamento, do movimento MST e esportivas. Os agricultores evidenciam aspectos

culturais semelhantes no que tange à descendência, à religiosidade e ao envolvimento com as atividades produtivas.

Os agricultores percebem a paisagem da região de duas formas: uma está relacionada à percepção do ambiente que passa pelos sentidos, como a tranquilidade e bem-estar e a beleza natural. A outra está associada às relações sociais, materiais e ambientais de forma negativa, que se evidencia pela distância dos centros urbanos, pelos problemas e conflitos sociais, pelo clima, pelo latifúndio e pela monocultura.

Os migrantes sem terra se dirigiram para uma região que foi ocupada pelos militares ligados ao império com a concessão de grande extensão de terras (sesmaria) para a proteção das fronteiras do território em formação. Na época, havia disputa pelas terras por Portugal e Espanha e, a fim de concretizar a manutenção territorial, houve a necessidade de colonizar as regiões fronteiriças do Brasil meridional. A apropriação do território ocorreu pelo processo de ocupação e posse de grandes propriedades de terra. O desenvolvimento econômico da região ocorreu com base na pecuária extensiva, com a criação de gado e ovinos. De acordo com Haesbaert (1988), o sudoeste gaúcho construiu uma identidade cultural-ideológica específica, delineando um grupo social hegemônico com base econômica agropastoril de latifundiários.

Nessa região, emergiu a figura do gaúcho associada ao trabalhador da estância. A representação do gaúcho ocorreu pela captura das peculiaridades regionais ligada ao guerreiro no contexto da paisagem do Pampa, destacando aspectos positivos relacionados à fronteira. O tipo social foi constituído pela exaltação das características de valentia, bravura, fidelidade a uma causa e à paixão de ser guerreiro e livre. Assim, instaura-se a figura do gaúcho, um tipo de estilo rude de reverência à vida pastoril, o qual representa o rio-grandense de influência castelhana, charrua e portuguesa (Heidrich, 2000).

Os migrantes chegaram à nova região com um misto de vitória e sentimento de saudade pelo que deixaram nas áreas de florestas, uma região que, desde os meados do século XIX, com incentivos governamentais, fora ocupada por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. Esses imigrantes organizaram-se em pequenas propriedades familiares, desenvolveram a agricultura de subsistência que também foi denominada de agricultura colonial. Tal agricultura, na pequena propriedade, fundamentava-se no trabalho familiar com a finalidade de suprir as necessidades básicas e a troca dos produtos excedentes.

Rio Grande do Sul: dois biomas, inúmeras diferenças.

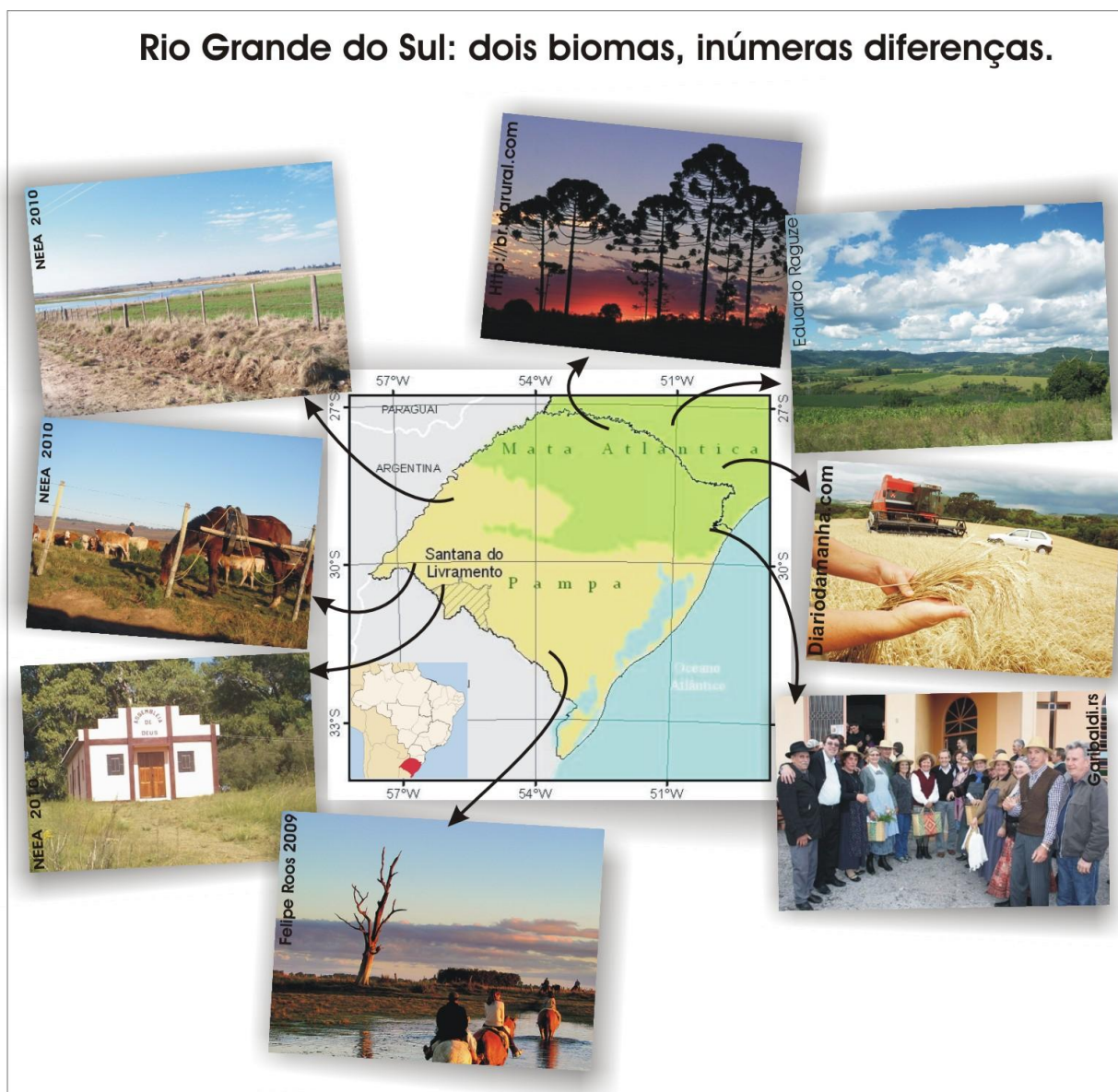


Figura 17. Bioma Mata Atlântica e Pampa Gaúcho, diferenças ambientais e socioculturais.

Nessa região, com o passar do tempo, o processo de modernização tecnológica da agricultura passou a predominar e o sistema de colônias perdeu espaço para os grandes proprietários que investiram na monocultura com o cultivo do trigo e soja. Com o avanço cada vez maior da agricultura mecanizada, os produtores familiares, os arrendatários sem nenhuma forma de incentivo, abandonaram a terra e muitos precisaram migrar para estados com expansão agrícola. Os que permaneceram inseriram-se na luta pela terra.

Duas regiões com origem de ocupação do território distinta e com base econômica sociocultural diferenciada, com características ecológicas próprias, são referências de um grupo de agricultores que migraram de uma região para outra. Um processo migratório marcado pela luta ao direito de ter acesso à terra não se conclui com a conquista de um lote

no assentamento. Há novos desafios a serem enfrentados, no processo de mudança para o novo espaço, como os problemas de adaptação, as questões econômicas, socioculturais e ambientais.

O grupo social que os recebeu também se defrontou com problemas relacionados às necessidades econômicas e às diferenças culturais que nem sempre são similares. Sem dúvida, os problemas e conflitos que os dois grupos enfrentaram não foram da mesma natureza, pois passaram por diferentes processos. Agregada a essas questões, está a identificação do grupo migrante com o Movimento Sem Terra (MST), movimento social de trabalhadores rurais que tem como proposição a luta pela reforma agrária. De acordo com Caldart (2003), o movimento está formando, historicamente, os sujeitos sociais de nome “Sem Terra”, definindo uma identidade coletiva não identificada como um sujeito de condição em falta, não ter terra, mas como um sujeito de escolha que luta por mais justiça social e dignidade para todos.

O MST, no processo de consolidação do movimento de luta contra a concentração de terra, assumiu a posição de questionamento constante do modelo de modernização da agricultura adotado no Brasil. Por meio da articulação de diferentes processos históricos, sociais e culturais implicados nas instituições, nas práticas sociais e nos símbolos, forneceu base para a construção das especificidades da identidade dos trabalhadores rurais que se engajaram ao movimento, e para a produção de uma nova identidade social: os “Sem Terra”. Para Bauman (2005, p. 30), “quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a quem possam pedir acesso”.

Identities Culturais e Representações em Movimento

As experiências, as vivências no lugar de origem, a migração com a inserção no movimento MST e a conquista da terra são particularidades coletivizadas que marcaram o processo de constituição dos sujeitos migrantes. Essas particularidades construídas e coletivizadas passaram a representar os migrantes no Brasil, os quais estão inseridos no movimento, um grupo com práticas sociais e características específicas.

No processo de constituição dos sujeitos, a disputa por significados marcaram as posições e perspectivas na definição da identidade e diferença dentro do grupo e em outros grupos. Silva (2000) define a identidade social e cultural como uma série de características definidas pelos integrantes do próprio grupo, com características que os tornam diferentes

dos de outros grupos. Para o autor, a identidade é produzida pelos grupos em certas condições sociais que fazem com que o este se perceba com características comuns. As marcas simbólicas e identitárias, como as camisetas, as bandeiras e o uso de bonés indicam o pertencimento a um grupo com práticas e relações sociais diferenciadas que mostram a exclusão deste grupo e a não exclusão do outro. Portanto, é nas diferenciações sociais que os grupos são classificados e identificados (Woodward, 2000).

Podemos pensar que, por meio de determinadas condições sociais, foram colocadas em movimento as bases de sustentação das identidades dos agricultores assentados. Este, logo, é um grupo que tem características comuns: são trabalhadores rurais sem terra, expulsos do meio rural e sem condições de exercer sua prática de cultivo. Pertencem ao mesmo movimento social (MST), possuem os mesmos motivos para a migração, vêm da mesma região de sistema de colônias, realizam a chegada ao pampa gaúcho, submetem-se às regras que normatizaram o assentamento e sentem a necessidade de garantir a sobrevivência, fatores que foram constitutivos da articulação que contribuiu para marcar as novas experiências.

Esse processo envolveu um sistema de significados que está relacionado às posições dos sujeitos. De acordo com Woodward (2000, p.17), “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos e posicionando-os como sujeitos”. Os migrantes se defrontaram com condições materiais nas fronteiras das quais deveriam reorganizar suas vidas. As famílias dirigiram-se para uma região com clima, relevo e vegetação diferentes, instaladas em lotes com o mesmo tamanho de área. Inseridas novamente na produção agrícola, retornam ao seu fazer, ao cultivo da terra em torno do qual acionaram os conhecimentos anteriores da região de origem, como se infere de:

Só que foi tão complicado, primeiro lugar a gente não teve orientação de ninguém, e a gente achava que era que nem lá né, nós compremo um trator usado, uma plantadeira, um pulverizador novo. O que nós fizemos, aquele grupo tentemo plantar soja, mais sem conhecer a região, nem sabia de nada, mais foi um fracasso total, não chegemo a colher a semente. Tudo diferente, até na época de plantar nossas coisas, batata, mandioca, isso aí né. Tudo diferente pra se acostumar não é brincadeira. A coisa mais estranha pra mim aqui, porque tu olhava em volta não enxergava nada era só capinzão, é só capim. Não tinha uma árvore, nada era só aquele amarelo, aquele campo né, lá fora era tudo verde, cheio de mato. (Atílio Sgarbi, assentamento Bom Será, 02 de maio de 2008).

Nesse contexto, foram colocados em circulação diferentes significados produzidos pelas representações culturais e sociais que deram sentido às experiências vividas por esse grupo e que determinaram uma possibilidade de viver a nova vida e de se entender nessa nova maneira de vivê-la. Provavelmente, os sentidos acionados precisaram dar conta das

necessidades advindas de um conjunto de novas circunstâncias: ambiental, social e cultural, no novo lugar em que estavam se inserindo. Ao mesmo tempo, foram confrontados com outras representações, com as quais estabeleceram relações e, assim, foram ampliando e modificando os significados, os sentidos, os saberes e práticas, por estabelecer diferenças e semelhanças, ou por articular outros sentidos e experiências considerados importantes nesse contexto. Tal processo envolveu um sistema de significados por meio do qual a identidade e a diferença foram definidas dentro do grupo social. Assim, ao serem enunciadas, traduzem os propósitos do grupo social.

A comunidade e as autoridades de Santana do Livramento receberam os migrantes com a posição e a visão dos latifundiários, contrária à dos agricultores assentados que estão ligados ao MST. Ao chegar ao município (1990), eram percebidos como uma ameaça à democracia e à segurança pública. O prefeito mandou colocar sacos de areia em frente à prefeitura, para evitar a invasão. As autoridades locais se manifestavam contra os assentamentos na região, acirrando a opinião pública e dificultando a instalação dos agricultores.

As pessoas residentes na região urbana, com as quais os agricultores assentados necessitavam ter mais contato pelo acesso aos serviços de saúde, aos aspectos legais e comerciais, identificavam-nos como “baderneiros”, “vagabundos” e forasteiros indesejáveis, incapazes de contribuir para o crescimento socioeconômico da comunidade. Carregavam a marca de invasores, geradores de conflitos e transgressores sociais. A comunidade de Santana do Livramento, ao nomear os Sem Terra como o outro, fazem isto de maneira negativa, traduzindo “em declaração sobre quem pertence e quem não pertence à comunidade e sobre quem está incluído e quem não está incluído” (Silva, 2000, p. 82). De acordo com Woodward (2000, p. 68), “os sistemas sociais e simbólicos produzem as estruturas classificatórias que dão um certo sentido e uma certa ordem à vida social e as distinções fundamentais – entre nós e eles entre o fora e o dentro entre o sagrado e o profano, entre o masculino e feminino que estão no centro do sistema de significação da cultura”.

Essas nomeações mostraram como o grupo social estava sendo representado, neste caso, por uma série de atributos impostos, evidenciando as diferenciações entre os grupos, aqueles que representam a ordem e a estabilidade econômica e aqueles que estavam excluídos do processo, em desvantagem nas práticas de privilégios dos bens sociais. Isso, pode-se observar em:

Na cidade barbaridade, o preconceito é terrível por ser assentado. Eles acham que assentado é tudo ladrão, bandido e vagabundo é isso, eu na verdade eu não digo que sou assentada eu fico na minha, porque eles te olham diferente se tu disser que é do assentamento tal, já te olham com outros olhos. Eu acho que é muita discriminação (Diário de Campo, Bernardete Sgarbi, assentamento Bom Será, 02 de maio de 2008).

(...) quando fala que mora em assentamento, já muda a fisionomia das pessoas. Quando dá o endereço que é de assentamento. Até por parte de autoridades, se aborda agente pra pedir documento. Daí se é assentado eles procuram averiguar com mais detalhes (Diário de Campo, assentamento Frutinhas, de novembro de 2008).

De acordo com Bauman (2005), a identificação é uma condição de poder na estratificação, uma das dimensões decisivas e diferenciadoras. O mencionado autor biparte polos de hierarquia global emergente: aqueles que constituem e desarticulam suas identidades e aqueles que tiveram negada a escolha da identidade e não têm direito de manifestar sua predileção, por isso, se percebem oprimidos pelas identidades aplicadas e impostas. São identidades estereotipadas e estigmatizadas que desumanizam as pessoas e, mesmo que desejem abandoná-las, não conseguem. A maioria das pessoas paira entre os dois polos de forma incerta, entre o tempo em que perdura a liberdade de escolher o que é desejado e a rejeição daquilo que nos desagradam. As identidades, em relação de poder, tanto individual como coletivamente, disputam para conquistar a posição de reconhecimento. O autor aponta um espaço de relação de poder na luta pela identificação que é abjeto, no qual as pessoas não têm o direito de reivindicar uma identidade diferente da classificação atribuída: “Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas” (Bauman, 2005, p. 46).

Os sujeitos agricultores assentados estavam socialmente associados a determinado grupo, tomando como referência as ações, a forma de protestar e de expressar seu pensamento, as críticas e os questionamentos feitos ao sistema agrícola e ao desenvolvimento econômico do país. Nesse processo de construção das representações, os meios midiáticos contribuíram significativamente para que fossem identificados como desordeiros e invasores, pela constante divulgação das ações desse grupo de forma pejorativa, desqualificadora de sua luta, não os considerando como trabalhadores rurais. A mídia contribui na constituição dos sujeitos e de suas identidades pela produção de imagens, de significações e saberes que, de alguma maneira, ensinam modos de ser e estar na cultura (Fischer, 2001). Nessas narrativas da mídia, o ponto de vista se situa sempre de acordo com as representações hegemônicas do sujeito adaptado às regras sociais, e tudo que estiver fora dessa visão política e social é transgressão à normatização da sociedade.

Os migrantes eram identificados pelas representações expressas, pelas marcas simbólicas e discursivas em torno do movimento (MST). Eles eram desconhecidos em suas origens, em seus costumes, pelo seu fazer anterior, pelos seus rituais e por sua religiosidade. Estavam identificados como andarilhos sem a intenção de permanecer em nenhum lugar, porque as pessoas os relacionavam com o período das caminhadas e do acampamento. Isso transparece em:

A sociedade de Livramento o que fazia, o que discriminava os assentado, eram visto como uns badenero bandido entendeu, como refugio de sociedade entendeu, era refugio de sociedade. Sim, sim refugio, sim, a sociedade via o movimento no começo né, não é nada disso que prega até a própria imprensa, a mídia prega isso, viu porque a maioria que acompanha a TV, o jornal né, então eles pregam que o movimento é isso (Diário de Campo, Tomazi, assentamento Coqueiro, janeiro de 2008).

No início, eles iam perguntar se a gente era tipo cigano né, que eles achavam nós... Eles achavam nós, que a gente ficava um pouco aqui, um pouco ali e ia andando. A gente ficava meio pra cá e pra lá. Eles queriam saber quem nós era. Pra eles nós era assim, ser de outro planeta né. Muita gente até pouco tempo tinha essa visão que nós, tinha gente que achava que era só gringo: Bah, mas tem “nego” também. Outros já achavam que era só “nego”, que não tinha gringo, não tinha alemão. Então assim, uma ignorância (Diário de Campo, assentamento Cerro dos Munhoz, maio de 2008).

Os agricultores eram representados como uma ameaça à comunidade, por serem considerados estrangeiros no próprio Estado, e por serem resistentes à sociedade ordenada. Desse modo, as marcas das diferenças entre os grupos eram evidenciadas, desencorajando a aproximação da comunidade. Os empregados das estâncias eram aconselhados pelos patrões a não estabelecer amizade com os assentados, pois poderiam ser interpelados a assimilar os ideários dos Sem Terra. Isso poderia provocar rupturas e conflitos por meio dos quais haveria a perda de poder de definir como estes poderiam ser representados, ou seja, a assimilação poderia gerar transformações alterando as posições dos sujeitos.

As representações se confrontaram dentro do grupo e as diferenças foram evidenciadas nas questões relativas à organização da comunidade, na alimentação, no gosto musical, no lazer e na expressão da religiosidade. Os agricultores se perceberam diferentes do grupo social da fronteira, assim também denominados aqueles que moram no pampa gaúcho, pois, para eles, os sujeitos carregavam as marcas da tradição do coronelismo e era visível na vivência o cultivo ao passado, principalmente aqueles que lidavam com gado e ovelhas. O uso do cavalo no seu fazer cotidiano, a alimentação à base de carne, o hábito do chimarrão, as corridas de cavalos e as comemorações da Revolução Farroupilha como a festa mais importante na região são aspectos que exemplificam isso.

O estranhamento ficou evidente para os agricultores, quando se depararam com esse contexto. Não havia pequenas comunidades organizadas com uma igreja, uma escola e

um espaço de lazer próximo. A comunicação não ocorria de forma fluida, pois os objetos eram nominados de forma diferente e quando os novos moradores tentavam conversar, os interesses e conhecimentos diferentes não auxiliavam nos diálogos travados. Os migrantes tinham conhecimento sobre o cultivo de grãos e os moradores do pampa gaúcho falavam mais das questões relativas à criação de gado, não possibilitando, inicialmente, o estabelecimento de laços entre os grupos.

A cultura é diferente né, aqui tem músicas da tradição gaúcha. O nosso pessoal gosta de dançar bandinha, aqui dança gaúcha. Então tudo é bastante diferente. Nas escolas, as crianças no início era um trauma muito grande, uma por ser sem-terra, outra que tudo que eles falavam não era certo né. Acho que a cultura, por exemplo, se tu pegar lá de fora e aqui, lá fora nós tinha uma comunidade, nós tinha divertimento, tu ria, ia nos bailes. Nós não tinha aonde ir, porque nós não conhecia ninguém, não tinha apoio de ninguém. Então pra nós o período mais difícil foi os três anos que passamos né (Diário de Campo, assentamento Cerro dos Munhoz, 03 maio de 2008).

Pra iniciar, o pessoal quando nós chegamos aqui, não se misturava. Nós falava de um jeito e eles falavam de outro. Coisas assim que eles queriam vender pra gente, que a gente nem sabia o que era. Batata doce pra nós é batata doce pra eles era munhaca e é até hoje. Batatinha inglesa é papa. E nós vamos saber, corda era piola. Nós é corda né. Então é diferente né? Que nem, as mulheres não fazem pão, nós já sabemos fazer pão, fazer doce, artesanato (Elisete Farias, assentamento Santo Ângelo, 13 julho de 2008).

Nesse contexto, as diferenciações foram evidenciadas, mobilizando os sentidos de pertencimento ao grupo específico dos migrantes e estabelecendo fronteiras, quando eram delimitadas as relações com os moradores do pampa. Nessa busca de ajuste, estão implicadas as noções de muitos marcadores sociais, relacionados à cultura, à linguagem, aos costumes, aos hábitos e à religião. Outra questão da identidade e diferença a ser pensada é a relação com a comunidade no sentido de serem vistos como “não assentados”. Aos assentados, foram atribuídas representações nas quais, dependendo da situação, há um sentimento de negar a identificação e o pertencimento aos Sem Terra, principalmente frente à necessidade de uso dos serviços nos centros urbanos. De certa forma, pertencer ao movimento de luta traz marcas negativas de representações como transgressores da lei que são sustentadas por uma visão do sujeito ordenado, ou seja, daquele que se mantém na ordem estabelecida.

Fusões entre Diferentes Culturas: identidades em negociação

Stuart Hall (1997) fala da possibilidade de pensar a formação da identidade que transpassa e intersecta as fronteiras naturais presentes nos grupos que se tornaram multiculturais pela necessidade de imigrar. O autor afirma que essas pessoas possuem fortes laços com o lugar de origem e suas tradições, porém sem esperança de retornar ao

passado. Trazem consigo as marcas da cultura, da linguagem e das histórias singulares e, por isso, são obrigadas a negociar com a cultura em que vivem, sem perder a identidade.

Nesse processo, se articula a identidade dos agricultores, que é híbrida, na tentativa de encontrar pertencimento tanto à cultura de origem (colônias de descendentes italianos e alemães) quanto à nova cultura, relativa às tradições gaúchas e à cultura castelhana, pela proximidade dos assentamentos com o país vizinho, o Uruguai. Esse processo de produção cultural não significa que haja a troca do antigo pelo novo, mas uma tentativa de reconciliar o velho com o novo, a qual supõe a aprendizagem de sintetizar culturas diferentes, sem a substituição de uma pela outra. Essa é uma perspectiva importante para a análise das questões que envolvem os migrantes Sem Terra e a articulação com a cultura do pampa gaúcho. Nessa perspectiva, diz uma entrevistada:

Eu acho que a gente se adaptou e se readaptou, porque, no sentido assim de que nós resgatamos um pouco da nossa cultura, nós não abandonamos toda a nossa cultura, mas também estamos gostando bastante da cultura da região. Então tem uma mistura de cultura e a gente acabou se readaptando aqui. E se uma pessoa diz: se num assentamento tem cemitério, é que já se enraizou, eu vou viver aqui mesmo. Então eu acho que o pessoal que tá aqui tá mais adaptado. Mas não tanto, é uma mistura de cultura. A gente pegou umas coisas deles, algumas coisas a gente passa para eles também, não sei também (Marilene Cupinski, assentamento Cerro dos Munhoz, 03 maio de 2008).

A identidade Sem Terra foi uma das importantes marcas de diferença, geradora de muitas representações acerca dos sujeitos migrantes pelos conflitos e mobilizações que marcaram esses indivíduos, articulados à cultura pampeana, em busca de mobilização de esforços para tornar harmônico o duplo pertencimento a diferentes culturas.

Nossos filhos é uma mistura de cultura. É uma mistura, que tu não queira saber, porque eles gostam um pouco do que a gente tem que gostar, porque a gente cultiva isso, principalmente nas férias comunitárias, cultiva sempre a nossa cultura, retomou isso e eles também pegam na escola, convivência, porque a questão da formação é um direito livre, a gente vive num meio bastante diversificado e é uma mistura de cultura. E contrariaram tudo que estavam dizendo, que eram vagabundos, que os sem-terra eram baderneiros. Então era produzir e mostrar produto, pra ver que estavam fazendo alimento (Marilene Cupinski, assentamento Cerro dos Munhoz, 03 maio de 2008).

Eu to adaptada aqui, já gosto e se fosse embora, até porque a gente já era acostumado lá, mas eu me acostumei aqui, pra mim agora é a mesma coisa que lá, eu me acostumei bem. Aqui foi difícil, até nos mercados, pra gente comprar uma coisa e era outra e a gente não sabia. No começo a gente sofreu, até pra ir na cidade e depois aqui tem a divisa com o Uruguai e eles falam muito em uruguaio e no início foi muito difícil, muitas vezes a gente ia lá comprar as coisas e a gente não sabia o que era e voltava pra casa sem comprar, sem saber, não sabia, não conseguia. Foi bastante difícil por causa disso. Às vezes vai comprar uma coisa e era outro nome (Leni Matias, assentamento Posto Novo, 15 de junho de 2008).

O interessante, no sincretismo cultural que ocorreu nos assentamentos, foi o movimento dinâmico de processos que, ao mesmo tempo, interferem e enfatizam a

identidade. Portanto, a identidade formada nesse contexto hibridizado retém traços relacionados às culturas diferenciadas, produzidas em meio a processos de conflitos em relação de poder. Nessa perspectiva, não só são colocados em movimento os processos de desestabilização e deslocamento das identidades originais, mas um processo que também favorece fortes tentativas de reconstrução da identidade anterior. A tendência do grupo de agricultores em reproduzir as comunidades coloniais como forma de restauração da identidade, mediante uma necessidade de criar novos espaços para uni-los e revitalizar a cultura, os costumes e religiosidade é flagrante. Um local que pode ser percebido como a sua comunidade de origem. Desta forma, o movimento migratório desse grupo, forçado pelas circunstâncias de uma política agrária brasileira, experimentou a instabilidade e insegurança identitária. Para Woodward (2000, p. 21), “A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades”. As pessoas, quando se deslocam por diferentes lugares, produzem identidades que são moldadas, porém as identidades novas podem ser desestabilizadas e também desestabilizadoras, pois essas não têm uma única referência.

Ao retornar a seu lugar de origem, os agricultores refletem sobre o impacto de sua experiência e identidade. Parece que este retorno desempenha um papel significativo na percepção do processo de mudanças como sujeito de identidades. As transformações ocorridas podem ser avaliadas e definidas a partir da dimensão do presente.

Até pouco tempo atrás eu mudaria, dá muita saudade daquela vida, do tipo que era lá. Mas quando eu vi que lá também não é mais como era, eu, não é que as coisas, a gente sai de um lugar, era assim desse jeito, a gente tinha saudade do tempo que a gente vivia lá. E lá não é mais como a gente vivia. Não tem mais aquela natureza que a gente dizia, não tem mais todas as frutas como tinha, não tem mais aquela vida tranquila como era né. Então quando a gente voltou lá e viu que não era mais como quando a gente morou lá, a gente perdeu, eu perdi a vontade de voltar pra lá. Um pouco por isso (Marilene Cupinski, assentamento Cerro dos Munhoz, 03 maio de 2008).

Hoje mudou totalmente, por exemplo, lá de fora né, eu fui um cara que tive catequese no domingo de manhã, tu era obrigado a ir na igreja dez, onze horas, se não o pai não deixava me deixava dormir de tarde. Eu chegue aqui, isso não tinha, não se tem né. Acho que dia a dia tu vai né se adaptando né. Por exemplo: o clima é diferente, mas tu já se adaptou né, então, dia a dia vai mudando. Hoje, por exemplo, se tu ir ver, mesma coisa eu estar aqui ou estar lá com o meu pai, é a mesma coisa. Hoje eu não volto mais né (Diário de Campo, 03 de maio de 2008).

Os agricultores passam a reconhecer que o passado, o seu lugar de origem, foi afetado por transformações e que as identidades ligadas ao tempo e espaço também passaram por um processo de mudança. As identidades, com a migração, foram abaladas, passando pela experiência de não mais sentir-se em casa. Tiveram que cruzar as fronteiras da identidade

segura e estável com o contato com outra cultura que favoreceu o processo de miscigenação. Eles precisaram reconstruir e transformar as identidades relacionadas ao passado, colocando em movimento processos de hibridização, deslocando as feições identitárias anteriores. A hibridização da identidade também está em constante movimento para fixar e estabilizar essa nova construção, mas, no mundo sociocultural, a disputa para que haja novas atribuições de sentido desestabilizam e subvertem as identidades (Silva, 2000).

Considerações Finais

A migração imposta pelo contexto socioeconômico fez com que os assentados, em sua trajetória, vivenciassem as mais variadas dificuldades, eles precisaram construir seu pertencimento junto ao Movimento Sem Terra. Identificados como andarilhos e estrangeiros no seu próprio Estado, compartilham dos mesmos interesses e ideário de seu novo grupo. A bagagem trazida com as identificações não pode mais ser a única referência, pois os caminhos que agora percorrem e a forma de ação, invariavelmente, não podem mais manter a posição de solidez de seu pertencimento e da manutenção das identidades subordinadas e hegemônicas. Passam a viver como nômades, lutando para conquistar um pedaço de terra e se agarram a uma nova comunidade errante com os mesmos propósitos. Eles são percebidos mais do que em assimetria social, são considerados abjetos pela sociedade. Essa posição atribuída pela sociedade é combatida pelo movimento (MST), que exige respeito por sua luta pela cidadania.

Em estado de migração constante, vivenciaram o provisório, buscando negociar, em sua condição de estar suspenso, corajosamente barganhando sob olhares de indiferença, mas ostentando a nova identidade marcada pela afirmação de Sem Terra.

Eles se constituíam como uma comunidade em trânsito, compartilhando da mesma luta e visibilizando seus propósitos, confrontando com o estabelecido e com o ordenamento. Ao conquistar o seu intento, agora assentados, enfrentam novamente o desafio de se constituir no novo território. Não houve trégua, nessa nova cultura, por parte da sociedade que os distingue dos demais de forma pejorativa e que lhes dificulta o acesso aos direitos sociais. Os assentados passaram a ter terra e sua identidade de Sem Terra foi acionada para fazer valer sua presença na comunidade.

A identidade e o pertencimento se fazem na reconstrução de elementos culturais importantes do lugar de origem, árvores da região da mata, organização da comunidade e

outros, indicam que é preciso capturar outra identidade. Não seria esta a mesma do lugar de origem, nem somente aquela adquirida em trânsito Sem Terra, e nem a do lugar de destino. Não haveria substituição de uma pela outra, estavam em movimento e era preciso tecer os fios. Era necessário, por esse motivo, estabelecer conexão entre elementos que fazem parte dessas identidades. Portanto, os agricultores, pelo processo de hibridização, erigem novas construções das identidades. Este é um processo que não acontece de forma pacífica, mas se faz em disputa na relação de poder.

Referencias Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, 110p.

CALDART, S. R. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, 2003, p50-59.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, 163p.

DU GAY, P., HALL, S., JANES, L., MACKAY, H. e NEGUS, K. **Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman**, London, SAGE Publication /The Open University, 1997, 151p.

FERRAROTTI, F. Las Historias de Vida como Método. **Revista Convergencia**, UAEM, México, 14(044), 2007, p15-40.

FISCHER, R. M. B. **Televisão & Educação: Fluir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autentica, 2001, 159p.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198p.

GÜLTEKIN, N.; INOWLOCKI, L. e LUTZ, H. Quest and Query: Interpreting a Biographical Interview with a Turkish Woman Laborer in Germany [55 paragraphs]. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, 4(3), Art. 20, 2003, 21p.

HAESBAERT, R. RS: **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, 104p.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D P & A Ed. 1997, 111p.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: (org.) SILVA, T. T. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p103-113.

HEINDRICH, L. A. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000, 212p.

JANSEN, H. A Lógica da Pesquisa Qualitativa de Pesquisa e sua posição no campo de pesquisa social Métodos [63 pontos]. Fórum Sozialforschung qualitativa / **Fórum: Pesquisa Social Qualitativa**, 11(2), art. 11, 2010, 21p.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de sociologia**. v.3, 1991, p55-88.

- NEGRINE, A. Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: (Org.) NETO V. M.; TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa na educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p61-93.
- NETO, V. M. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física. In: (Org.) NETO V. M. TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa em educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p107-139.
- RIEMANN, G. A Joint Project Against the Backdrop of a Research Tradition: An Introduction to "Doing Biographical Research" [36 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 4(3), Art. 18. 2003, 20 p.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 198, p102.
- SCHÜTZE, F. Hülya's Migration to Germany as Self-Sacrifice Undergone and Suffered in Love for Her Parents, and Her Later Biographical Individualisation. Biographical Problems and Biographical Work of Marginalisation and Individualisation of a Young Turkish Woman in Germany. Part I [33 paragraphs]. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**. 4(3), Art. 23, 2003, 18p.
- SILVA, T. T. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p73-102.
- SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artemed, 2009, 376p.
- STRAUSS, A. & CIRBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: Técnica e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008, 288p.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: (org.) SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p7-72.
- ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In. ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. E.; VILELA, R. A. T. (Orgs). **Itinerários de pesquisa: abordagens qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p287-309.

SEGUNDA PARTE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS SENTIDOS DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE

3. CONFLITOS NA PROTEÇÃO LEGAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BIOMA PAMPA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Resumo

O Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA promoveu a instalação de assentamentos rurais no bioma Pampa do Rio Grande do Sul partir da década de 90. Esses assentamentos estão mudando a paisagem local, com aumento populacional, representado por famílias que passaram a investir no cultivo anual de soja, milho, feijão, na fruticultura e na produção de leite. Este trabalho tem como objetivo abordar as questões que envolvem as demarcações e a proteção das áreas de preservação permanente (APP) em assentamentos rurais de responsabilidade do INCRA. Esta investigação faz parte do Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais no município de Santana do Livramento, RS, Brasil, que tem como proposta construir, coletivamente, alternativas de recuperação e de manutenção da qualidade ambiental em treze assentamentos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os agricultores sobre o uso de APP próximo ou no interior dos lotes. Os resultados indicam que os agricultores não possuem conhecimento sobre APP, nem dos procedimentos legais que garantem a manutenção e uso destas áreas. Os conflitos ambientais estão relacionados a comportamentos que resultam no desmatamento, na erosão do solo, na poluição dos recursos hídricos, nas queimadas e no uso intensivo de agrotóxicos. Este estudo mostra que os critérios de compra de áreas para assentamentos devem ser analisados, considerando as questões ambientais para a escolha de região que tenha características rurais semelhantes às do local de origem dos agricultores, e para a oferta de formação/informação sobre os aspectos ambientais e legais que envolvem a produção agrícola.

Palavras-chave: assentamentos rurais, legislação ambiental, preservação permanente, educação ambiental, conflitos ambientais.

Introdução

Ao longo dos anos o desenvolvimento da agricultura brasileira foi se transformando, influenciado pelo modo de ocupação da terra, pelos movimentos para a reforma agrária, pelos avanços tecnológicos e, nos últimos tempos, pelos movimentos para a preservação do meio ambiente. A seguir, início uma pequena incursão pelas décadas abordando questões sobre a agricultura e a legislação ambiental.

Na década de 50, a reforma agrária era um instrumento central para o projeto desenvolvimentista do governo. Com a crise econômica que assolava o país, no início da década de 60, foi necessário que o governo tomasse algumas medidas para enfrentá-la. O governo propôs alternativas que partiam da regulamentação do Estatuto do Trabalhador

Rural e a criação da Comissão de Defesa da Economia Popular e chegavam a reformas na estrutura administrativa, bancária, fiscal e agrária. Com o golpe militar em 1964, todas as reformas são anuladas. Foi criado o Estatuto da Terra (Brasil, 1964), prevendo uma reforma agrária com a intenção de aumentar a produtividade e consolidar a propriedade privada no campo. Os militares entendiam que o desenvolvimento econômico ocorria por meio da integração da agricultura ao processo industrial. Esse modelo agrícola excluía o pequeno agricultor, pressupondo que ele não se inseria no processo de modernização, direcionado ao mercado internacional. O comprometimento da integridade ecológica dos ecossistemas, nesse período, já podia ser observado pelo desmatamento de grande extensão de terra para a produção de café, cana-de-açúcar, algodão, criação de gado e exploração mineral, culturas e atividades que contribuíram para o esgotamento e contaminação dos solos, fazendo desaparecer espécies vegetais e animais (Neto, 1982).

O Código Florestal Brasileiro (Brasil, 1934), aprovado pelo Decreto n.º 23.793/1934, considerava as florestas como um “bem de interesse comum a todos os habitantes” e, nas propriedades particulares, era permitido dispor das florestas livremente. De acordo com Ahrens (2003), a normatização da proteção e uso da floresta continha um objetivo mais abrangente direcionado à proteção do solo, da água, dos cursos de água, dos reservatórios naturais ou artificiais e à contenção do mercado de madeira. Para que isso pudesse ser efetivado, era necessário limitar o desmatamento mediante a restrição de ações via normatização sendo viabilizado pela revisão do Código Florestal, o qual passa a vigorar, em dezembro de 1965, como o Novo Código Brasileiro Florestal (Brasil, 1965). A propriedade rural está condicionada à normatização e passa a ser um bem jurídico ambiental; assim, o proprietário não pode mais dispor da propriedade livremente. O governo militar, ao mesmo tempo em que aprova uma lei que limita o desmatamento, inicia o Programa de Colonização para a Amazônia, incentivando o desmatamento para ocupação com a criação de gado e a venda de madeira. Há descompasso entre legislação e programas governamentais de ocupação do território, demonstrando que as leis relacionadas ao ambiente são criadas com a intenção de proteção, mas sem o comprometimento na sua execução.

No contexto internacional, na década de 60, o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, escrito por Rachel Carson (1962), aborda os problemas ambientais e a capacidade dos homens para modificar a natureza, surpreendentemente, agindo contra o meio ambiente. De maneira contestatória, a autora explicita as modificações realizadas pelo homem na natureza, como o uso intenso de substâncias químicas (pesticidas, inseticidas e

outros), causadores da poluição, com a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares. Essa autora faz uma crítica à sociedade moderna, direcionada à maneira apressada de resolver as situações com poucos conhecimentos científicos sobre as substâncias criadas em laboratório e, estas, usadas indiscriminadamente, “detêm o pulo dos peixes contra a correnteza e silenciam o canto dos pássaros” (Carlson, 1962, p.195).

O Clube de Roma (Odum, 1985), composto por cientistas, industriais e políticos, foi instituído com o propósito de analisar o crescimento econômico no uso crescente dos recursos naturais. As análises descritas pelos estudos científicos por este clube efetuados destacam a necessidade de ser repensado o conceito de desenvolvimento econômico que tem sua base na exploração dos recursos naturais e na poluição do ambiente. Os maiores problemas a serem enfrentados são atribuídos à industrialização acelerada, ao crescimento demográfico, à escassez de alimentos, ao esgotamento de recursos não renováveis e à degradação do ambiente, os quais atingem toda a humanidade.

Na década de 70, os pequenos proprietários rurais não conseguiram permanecer em suas terras devido à aceleração da expansão agropecuária de grandes empresas, gerando o aumento da concentração de terras. Os pequenos agricultores, sem incentivo, abandonaram a agricultura e migraram para a cidade, ou para estados com programa de ocupação de terras e, muitos destes se transformam em sem terra. O desenvolvimento da agricultura, nesse quadro, priorizava as grandes empresas agrícolas de monocultura que faziam uso intenso de insumos químicos. O movimento ambientalista, se manifestando contra os impactos ambientais produzidos por esse modelo de agricultura, reivindicava mudanças na política agrária, e exigia punição aos responsáveis pelos prejuízos causados ao ambiente.

Na década de 80, a continuidade do investimento tecnológico na agropecuária, visava o mercado internacional da alimentação pelo agronegócio, porém a falta de incentivos governamentais aos pequenos produtores promove a redução da pequena produção no mercado. Em outubro de 1985, foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), por meio do Decreto 91.766/1985 (Brasil, 1985), propondo programas plurianuais e ações específicas para a distribuição de terra, alterando o regime de posse e o uso da terra com fim de extinguir progressivamente o latifúndio e o minifúndio. A meta estabelecida é o assentamento de 1,4 milhões de famílias, no período de quatro anos (1985 a 1989). A Reforma Agrária proposta seria realizada em terras agrícolas, considerando a diversidade e as especificidades locais e regionais, respeitando o zoneamento ambiental. A desapropriação ocorreria por interesse social, e fundamentada no trinômio constituído pela oferta de terras, pelas condições de uso e pela organização do trabalhador. Diante disso, o

Dossiê de 2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil - MD, 2005) mostra o assentamento de 89.950 famílias, atingindo somente 6,4 % da meta proposta pelo I PNRA.

O desenvolvimento da Reforma Agrária enfrentava a oposição da União Democrática Ruralista (UDR), grupo dominante do campo, que defendia a intocabilidade da propriedade se contrapondo às ocupações da terra. A UDR, por este motivo, se organizou para desarticular a Reforma Agrária proposta pelo governo e fez prevalecer seus interesses, utilizando os meios de comunicação para expressar os argumentos contra a desapropriação. Os ruralistas não permitiram que houvesse espaço para a discussão do uso social da terra, pois a desapropriação poderia ser instrumento para a Reforma Agrária. Os donos de latifúndios desapropriados, por sua vez, eram orientados a ingressar na justiça para dificultar o processo. Nesse período, os conflitos no campo se mostraram acentuados e a extrema violência utilizada era justificada, em discursos, pela defesa da propriedade. Representantes ruralistas assumiram cargos governamentais e impuseram limites à Reforma Agrária na Constituição de 1988, favorecendo a política agrícola capitalista (Bruno, 2003; Oliveira, 2006).

Na década de 80, o Código Florestal passou por reformas significativas como a redefinição das Áreas de Preservação Permanente e a obrigatoriedade de licença para uso de motosserra. Tais restrições não impediram o contínuo desmatamento da Amazônia e do Cerrado. A pressão internacional favoreceu a reforma do Código Florestal (Brasil, 1989), tendo em vista a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Brasil, em 1992. No final dessa década, o avanço tecnológico e o consumo cada vez maior por novos bens duráveis aumentaram a degradação ambiental. Mesmo sabendo da finitude dos recursos naturais, prevalece o desenvolvimento econômico e capitalista nas propostas governamentais.

Na década de 90, foi utilizada a estratégia política de criação de empregos não agrícolas e de incentivos às famílias de agricultores com potencial para o mercado agrícola, porém as famílias dos pequenos agricultores em situação de miserabilidade não foram contempladas. Além disso, a abertura para o mercado internacional estimulava as importações de uma diversidade de produtos, competindo com os produtos nacionais, agravando a crise do pequeno produtor. A agricultura, desenvolvida com o uso intenso de agrotóxicos e o incentivo à monocultura, provoca sérios impactos sociais e ambientais, como o aumento da susceptibilidade às pragas e do desmatamento. Esse processo produtivo de modernização na agricultura provocou o desequilíbrio biológico e ecológico, e, com isso, diminuiu a biodiversidade (Graziano Neto, 1982).

Os problemas que envolvem as questões ambientais e a agricultura foram discutidos na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO/92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de propor um programa internacional para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta. Os representantes da sociedade civil, sem terra e pequenos agricultores ali defenderam outro modelo de desenvolvimento, acenando, como uma das alternativas de menor impacto ambiental, a agroecologia, por facilitar a reciclagem de nutrientes do solo e a natural renovação deste, a manutenção da biodiversidade e a racionalidade dos recursos naturais. A Conferência chamou a atenção para os efeitos da destruição no planeta e pela proposição de documentos importantes como: Agenda 21, Carta da Terra, Convenção da Biodiversidade e Mudanças Climáticas Globais, criação da Comissão para Desenvolvimento Sustentável e Declaração dos Princípios das Florestas. Contribuiu, de forma significativa, para o direito internacional do meio ambiente. Ainda que as estratégias de ação não tenham surtido o efeito desejável, esse evento evidenciou um avanço nas propostas das políticas públicas no que tange às questões ambientais com base no desenvolvimento sustentável (Bradenburg, 2005; Almeida, 1999). O desenvolvimento sustentável apontado na Conferência busca entrelaçar as questões de proteção e conservação dos ecossistemas com desenvolvimento socioeconômico. No entanto, na prática, prevaleceu a exploração desordenada da agricultura e a crescente modernização e diversificação das formas de ocupação e de trabalho no campo. Na agricultura brasileira, ocorreram transformações estruturais, no entanto, os conhecimentos científicos relacionados ao impacto ambiental e o alerta dos ambientalistas foram desconsiderados, pois o desenvolvimento via sistema capitalista promoveu grandes concentrações de terra e renda para os grandes produtores agrícolas e aumentou o desemprego e a degradação ambiental. Ainda que tenha havido incentivo para a produção agrícola por intermédio do agronegócio, isso não foi suficiente para resolver os problemas dos pequenos agricultores que sofriam com a aceleração das desigualdades sociais e econômicas, e permaneciam lutando pela sobrevivência.

A partir da década de 90 até o presente, foram feitas reformulações, modificações e complementações do Código Florestal por meio de Resoluções do CONAMA 237/1997 (Brasil, 1997); 289/2001 (Brasil, 2001); 302 e 303/2002 (Brasil, 2002); 387/2006 (Brasil, 2006) e Leis Federais 7.803/1989 (Brasil, 1989); 9.985/2000 (Brasil, 2000).

Pesci (2004) diz que devemos lutar por uma sociedade e uma cultura que avança no respeito por um ambiente de vida que inclua os fatores físicos, bióticos, humanos, históricos e culturais. As interações entre estes fatores e a pressão social de uma sociedade

produtora de objetos de consumo, geradora de problemas ambientais que destroem e eliminam nutrientes, vegetação e biodiversidade, estão criando condições artificiais favoráveis a um grupo muito pequeno, mas desfavoráveis e ruins para a maioria da população.

Em 2003, foi lançado o II PNRA (Brasil, 2004), com o propósito de transformar os assentamentos rurais em espaços produtivos e de qualidade de vida, pela integração do desenvolvimento territorial e viabilidade econômica. Esse plano foi apresentado como um modelo inovador de Reforma Agrária e coloca à disposição das famílias assentadas e futuras, dos posseiros regularizados e dos agricultores familiares, os meios indispensáveis à exploração econômica da terra para que possam obter renda suficiente para viver com dignidade. A meta era o assentamento de 400.000 novas famílias no período de 2003 a 2006, orientado por projeto regional produtivo, associado ao plano de desenvolvimento territorial e assistência técnica. Inserido nesse quadro, o Programa de Aperfeiçoamento e Consolidação é um programa com disponibilidade de verbas para infraestrutura dos assentamentos, assistência técnica e capacitação. Este programa será ampliado com o objetivo de recuperação dos projetos de assentamento. Para alcançar as metas e objetivos do II PNRA, são indicadas modificações de normas jurídicas e administrativas que regem o processo de obtenção de terras, a implantação e o desenvolvimento dos assentamentos e as ações dirigidas aos diversos segmentos que compõem o público-alvo, incluindo comunidades quilombolas e extrativistas, entre outros. No plano, há previsão de emissão do título do lote em nome de casal. O governo não conseguiu cumprir as metas e objetivos propostos do II PNRA, que vão desde a quantidade de novos assentamentos até a alteração da legislação. Os dados divulgados pelo governo, relativos ao número de famílias assentadas, são questionados, tendo em vista que não correspondem somente aos novos assentamentos. Os números disponibilizados pelo INCRA são o somatório de diferentes metas como: novos assentamentos, famílias em terras desapropriadas e famílias em processo de regularização fundiária (Oliveira, 2007).

Por mais que os governos tenham afirmado seu compromisso com a Reforma Agrária, as práticas têm demonstrado que as diferenças regionais ainda não foram consideradas no contexto socioambiental e econômico, pois os assentamentos rurais, muitas vezes são implantados em regiões diferentes daquelas as quais os agricultores são originários. As medidas para a preservação ambiental, como programas de educação ambiental e certificações ambientais, não são suficientes para compatibilizar as questões econômicas com as restrições ambientais. O desafio reside em assegurar o desenvolvimento

econômico, de forma que este não se sobreponha à degradação do ambiente, pois é preciso encontrar formas de preservar a biodiversidade. Uma delas passa por reinventar um jeito de conviver sem causar tantos desequilíbrios entre as tantas formas de vida no planeta.

O desenvolvimento da agricultura e os problemas ambientais caminham juntos, porém as preocupações com a preservação e a conservação dos recursos naturais não tem a devida relevância nos projetos de assentamentos rurais. Medeiros e Leite (1999) afirmam que os assentamentos são respostas às pressões sociais, criados sem planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, e, por isso, enfrentam dificuldades na instalação, pelas precárias condições, as quais repercutem sobre a produção, a forma de sociabilidade e estabilidade. A implantação dos assentamentos segue a lógica da necessidade emergencial de acesso à terra, desprovida de um programa que valorize a proteção ambiental e as atividades produtivas agrícolas.

A reforma agrária tem-se pautado na luta dos trabalhadores rurais para obter acesso à terra, e a resposta governamental tem sido através da implementação de projetos de assentamentos rurais. Na organização e estruturação destes assentamentos, não foram incluídas as definições da Reserva Legal (RL), áreas destinadas ao uso sustentável dos recursos naturais para conservar e recompor os processos ecológicos, e as Áreas Preservação Permanente (APP), que têm a função de preservar os recursos hídricos, a estabilidade geológica, e de conservar a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna, flora e de proteção do solo (Brasil, 1965). Essas áreas exercem funções fundamentais na qualidade ambiental, porque a ocupação humana provoca impactos aos ecossistemas. O conhecimento sobre as condições do ambiente é importante no momento de elaborar estratégias na formação dos assentamentos rurais. No relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), os assentamentos rurais foram apontados como projetos criados sem diretrizes e estratégias, sem informações da capacidade de suporte de atividades produtivas e sem o conhecimento dos ecossistemas (Neto e Doula, 2006).

No final da década de 90, foi publicada a Resolução do CONAMA 237/1997 (Brasil, 1997), que dispõe sobre a revisão e a complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental em atividades ou empreendimentos sujeitos a este, incluindo os projetos de assentamento e colonização. Essa resolução refere-se às novas implantações de assentamentos, à revisão dos procedimentos e critérios no licenciamento ambiental e à designação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e dos órgãos ambientais estaduais como autoridades para criar legislação específica para a concessão de licença ambiental. Segundo Viana (1998), o relatório sobre a

investigação das madeiras asiáticas na Amazônia mostra que faltam estratégias e diretrizes ambientais na estruturação dos projetos de assentamento naquela região, o que se exemplifica pela localização, organização dos núcleos residenciais, divisão dos lotes e abertura de estradas. Ao desconsiderar os critérios ambientais, os processos ecológicos ficaram suscetíveis aos impactos ambientais.

Na década de 2000, mais duas resoluções do CONAMA foram aprovadas especificamente para projetos de assentamentos rurais de reforma agrária. A Resolução 289/2001 (Brasil, 2001) estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental dos assentamentos rurais, incluindo aqueles implantados anteriormente à própria resolução. Finalmente, a Resolução 387/2006 (Brasil, 2006), que define o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária como um conjunto de ações planejadas, multidisciplinar e multissetorial integrado ao desenvolvimento territorial e regional, tem a intenção de orientar o uso racional dos espaços físicos e dos recursos naturais. Para que isso ocorra, são apontados dois planos de desenvolvimento: um mais voltado para o desenvolvimento do assentamento e outro, para recuperação desse, principalmente para os projetos em fase de implantação ou já implantados até dezembro de 2003. O Plano de Desenvolvimento para o Assentamento (PDA) é um plano básico para formulação de projetos técnicos que abrange as diferentes necessidades, sejam elas de ordem produtiva, territorial, sejam de ordem social ou ambiental. O Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) é um conjunto de ações planejadas, complementares ou não ao PDA, para garantir o desenvolvimento sustentável do assentamento. Essas ações visam à restauração de APP, à recuperação da RL e a sua averbação, assim como objetivam a conservação dos solos, da água e a recuperação de áreas degradadas, e também a educação ambiental.

No município de Santana do Livramento, o planejamento dos treze assentamentos implantados desde a década de 90 não foi diferente do restante do país, pois as áreas de RL e APP não foram definidas nos projetos. O processo de diagnóstico dos assentamentos neste município iniciou a partir de 2003, pela pressão do Ministério Público Federal que, por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), estabeleceu um prazo para que o órgão responsável INCRA/RS cumprisse as exigências legais ambientais. Os agricultores que não estivessem no processo de Licenciamento Ambiental não participariam de programas governamentais de financiamentos de recursos via agência bancária. Infelizmente, a função socioambiental da propriedade não foi materializada na implantação dos assentamentos, fato que aumentou a fragilidade das áreas ocupadas.

Esta pesquisa se insere no Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais, o qual realiza uma intervenção com a construção coletiva de propostas alternativas para a qualidade ambiental e ecológica nos assentamentos rurais. Este trabalho propõe discutir os problemas e os conflitos ambientais na organização da licença ambiental relacionado com as Áreas de Preservação Permanente em assentamentos rurais no município de Santana do Livramento, RS.

A Área de Estudo e os Migrantes

Na região de Santana do Livramento, os campos eram usados pelos grupos indígenas caçadores e coletores e, posteriormente, pelos espanhóis e portugueses. O desenvolvimento econômico dessa localidade ocorreu pela pecuária de corte extensiva de bovinos e ovinos, que ocupou grandes extensões de terra e com baixa densidade populacional.

O município de Santana do Livramento, integrante da região sudoeste do Rio Grande do Sul, de acordo com Boldrini *et al.* (2010), apresenta duas unidades fisionômicas com paisagens de campos do centro de estado, uma região de relevo baixo e composto por vales de rio e campos de solos profundos, especialmente os Chernosolos, Vertisolos e Planosolos. Para Schaffer (2008), o bioma Pampa constitui-se de um conjunto ambiental de diferentes litologias¹² e solos recobertos por fítosionomias campestres. A característica do clima é chuvoso e seco não sistemático, marcado pela frequência de frentes polares e temperaturas negativas no período do inverno, que produzem uma estacionalidade fisiológica vegetal típica de clima frio/seco, e intenso processo de evapotranspiração, mais acentuado no planalto da campanha. As formações de floresta não são expressivas, nesse bioma, limitam-se à vertente leste do Planalto e às margens dos rios e seus afluentes.

Os migrantes assentados são provenientes do Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. São famílias excluídas do território indígena Caingangue das Reservas de Nonoai e Serrinha, de áreas de barragem e famílias de meeiros. Estavam inseridos em um território com característica do norte do estado do RS, com extensas áreas de cultivo de soja, milho e trigo, entre outros, em uma paisagem do bioma Mata Atlântica, onde predomina a Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta com Araucária (IBGE, 2004).

¹² Refere-se ao tipo de rocha. Consiste na descrição de rochas com base em características tais como a cor, textura, estrutura, composição mineralógica ou granulometria.

A área de estudo compreende treze assentamentos rurais sob a responsabilidade do INCRA-RS, localizados no município de Santana do Livramento no sudoeste do Rio Grande do Sul. Está inserida no bioma Pampa e apresenta uma paisagem campestre com vegetação herbácea, arbustos e pequenas árvores (Figura 18).

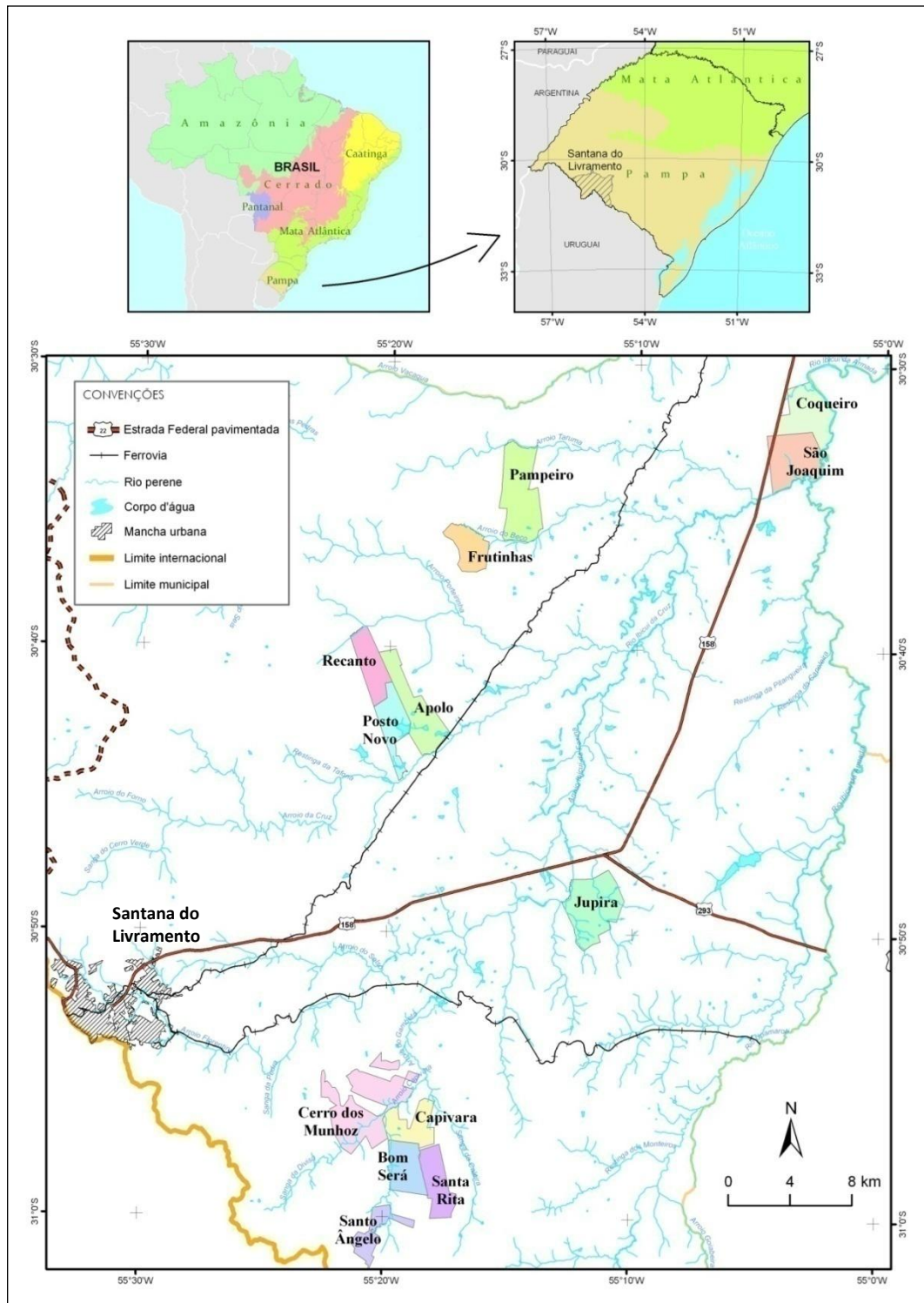


Figura 18. Localização dos treze assentamentos no município de Santana do Livramento, RS.

As famílias instalaram-se em lotes de, aproximadamente, 24 hectares e construíram casas de madeira. A partir de 2008 foram substituídas por construções de alvenaria. Próximo às casas, existe um galpão para guardar os equipamentos e a produção agrícola, e um estábulo para abrigar o gado leiteiro. Ao redor das casas, há flores e variedade de árvores frutíferas como laranjeiras, pessegueiros, parreira, e também outras árvores como acácias e eucaliptos que servem de barreiras ao vento e reserva de lenha. Uma horta com variedade de verduras (alface, couve, moranga, aipim, etc.) e serve para o consumo familiar.

No início da organização produtiva nos assentamentos, alguns grupos começaram a trabalhar de forma coletiva, mas não conseguiram permanecer por muito tempo nesse sistema, tendo como causa principal os investimentos equivocados. Entre estes, um foi a compra de equipamentos visando à grande produção de grãos, o que gerou dívidas. Em razão disso, as diferenças foram evidenciadas de tal forma que não foi possível solucionar os problemas em conjunto. Os entrevistados indicaram a falta de conhecimento para gerenciar as dificuldades e as particularidades da produção coletiva como fatores desencadeadores do insucesso dessa experiência.

Caminho Investigativo

O desenvolvimento da investigação fundamenta-se na perspectiva teórica e metodológica da pesquisa qualitativa (Strauss e Corbin, 2008; Silverman, 2009; Gibbs, 2009). Essa abordagem define as questões de estudo e o método, a partir de uma perspectiva orientada ao processo (Flick, 2009).

Na escolha da amostragem, são determinantes o interesse da pesquisa e os pressupostos teóricos para definir a população. Os critérios adotados permitem identificar os sujeitos que contribuirão de forma significativa para a investigação (Richardson, 1985). Nesta pesquisa, procurei identificar os participantes que pudessem revelar os contextos familiares e do grupo social para a interpretação em profundidade dos saberes culturais e ambientais na utilização dos recursos naturais. Partindo desta premissa, as famílias participantes foram indicadas por representantes da comunidade, agentes de formação inseridos em programas desenvolvidos nos assentamentos e por outras famílias entrevistadas.

As famílias escolhidas para fazer parte da investigação deveriam descrever as experiências e acontecimentos no lugar de origem e no lugar atual, considerando que

tivessem participado do processo de migração. Além disso, os participantes deveriam fazer parte do projeto de intervenção (Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais em Assentamentos no município de Santana do Livramento/RS), em que o investigador estava inserido. A inserção do pesquisador no processo de intervenção possibilitou o estabelecimento de uma aproximação com as famílias e de confiabilidade para a pesquisa, permitindo que os diálogos fossem ocorrendo de maneira a não haver constrangimento.

Apresentados os critérios norteadores da definição dos sujeitos participantes da pesquisa, descrevem-se, a seguir, as estratégias e os instrumentos utilizados na coleta de informações. De acordo com os objetivos propostos, a coleta de dados foi organizada por meio das técnicas: (i) entrevista semiestruturada (Zago, 2003; Trivinos, 1987), para obter informação de questões concretas; a (ii) entrevista em profundidade, para a abordagem biográfica (Marre, 1991; Riemann, 2003; Gültekin *et al.*, 2003) e (iii) observação participante, técnica que permite maior envolvimento do pesquisador no mundo social do grupo estudado (Chizzotti, 1998; Negrine, 2004; Neto, 2004).

As técnicas de entrevistas e a observação participante são instrumentos que se distinguem e, ao mesmo tempo, são complementares. A relação de complementaridade dos dois recursos está diretamente ligada ao local do estudo (Zago, 2003).

A entrevista semiestruturada permite ao pesquisador focar sua temática nos dados concretos e traz liberdade de fazer emergir aspectos fundamentais por meio do diálogo entre o participante e o pesquisador, em uma relação de espontaneidade, transparência e confiança para o enriquecimento da pesquisa. O roteiro possibilita levantar uma série de tópicos essenciais, previamente estabelecidos de acordo com a problemática principal da pesquisa (Trivinos, 2001; Haguette, 1995; Negrine, 2004). De acordo com Zago (2003, p. 306), a entrevista não pode se restringir somente à escuta e ao registro de informações ou ao domínio da técnica, pois “ao coletar os dados, o pesquisador estabelece relações, tira conclusões parciais e, para tanto, é importante submeter seu roteiro regularmente à crítica”.

A entrevista semiestruturada foi elaborada com um roteiro de perguntas, previamente dividido em quatro partes, permitindo maior coerência dos dados a serem coletados. O roteiro inicia com (i) a identificação da vida familiar com informação do lugar de origem, a comunidade atual; (ii) os aspectos da vida cotidiana relacionados à infraestrutura familiar, incluindo a situação da moradia, acesso à água, entre outros; (iii) o sistema de produção e comercialização; e (iiii) o manejo dos recursos naturais, o

extrativismo e a percepção ambiental. No período de oito meses (abril a novembro de 2008), foram entrevistadas 53 famílias nos treze assentamentos. Nesse levantamento de dados, a amostra representativa de cada assentamento correspondeu a 12% da população.

Considerando as peculiaridades que envolvem a análise da pesquisa na abordagem qualitativa, os dados das entrevistas foram organizados e sistematizados pelo Programa Sphinx (Freitas *et al.*, 2002; Freitas *et al.*, 2006), uma ferramenta de apoio para o processo de pesquisa e para a análise dos dados.

A entrevista de profundidade (Ferrarotti, 2007; Marre, 1991) é uma abordagem que tem a intenção de estimular o sujeito a narrar a si mesmo, possibilitando aprofundar as informações por intermédio da sua história de vida. Uma característica dessa entrevista é a rara interrupção do pesquisador, exceto quando a narrativa se mostrar confusa ou quando não se sabe sobre o que o narrador está falando. Sempre que houver necessidade, o pesquisado solicita esclarecimentos a fim de obter informação mais específica.

Para a condução da entrevista, foi organizado um guia, com o propósito de compreender os significados atribuídos aos recursos ambientais, em particular na reflexão sobre o manejo da agropecuária e do conhecimento da legislação ambiental, no que concerne às Áreas de Preservação Permanente.

As entrevistas de profundidade foram realizadas com treze famílias (uma família de cada assentamento), escolhidas a partir do grupo das 53 famílias selecionadas para entrevista semiestruturada. Os critérios utilizados para escolha dos participantes foram a vivência no processo de migração e o interesse e disponibilidade em narrar sua história de vida. As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias, no período de fevereiro a novembro de 2008, de acordo com a disponibilidade do participante. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, e tiveram a duração aproximada de 90 a 110 min. Posteriormente, foram transcritas e os dados foram organizados de forma a constituir um *corpus* para análise e interpretação, mantendo a preocupação de articular aspectos importantes no processo biográfico (Riemann, 2003; Flick, 2009; Gibbs, 2009) para o estabelecimento de categorias associadas às vivências sociais na identificação dos significados atribuídos aos recursos naturais, especialmente com relação à preservação ambiental.

A observação participante se caracteriza como um instrumento do contato direto com os sujeitos, o qual observa e registra as vivências e acontecimentos presenciados (Neto, 2004; Chizzotti, 1998). É uma forma de aproximação para observar manifestações e

formulações dos participantes em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também para perceber particularidades que poderão conduzir a novas formulações e perspectivas de análise. Para registrar as situações observadas, foi organizado um Diário de Campo, no qual as anotações podem ser retomadas sempre que necessário. Nesta abordagem, as questões que envolvem os recursos naturais e seu manejo são importantes e, por isso, foram utilizados dados referentes às áreas de preservação permanente dos diagnósticos dos projetos de assentamentos (MDA, 2005; 2006).

Resultados e Discussão

No início da década 90, foi instituída a Política Florestal no Estado do Rio Grande do Sul Lei 9.519/1992 (RS, 1992) e o Código Estadual do Meio Ambiente, Lei 11.520/2000 (Rio Grande do Sul, 2000) sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As proposições contidas no Código Estadual Ambiental vêm sendo implantadas por um processo moroso, sem conseguir reverter várias agressões ao ambiente. No final do ano de 2009, a população, as entidades, os conselhos e os fóruns que defendem as políticas de preservação ao ambiente do Rio Grande do Sul foram surpreendidos com o Projeto de Lei 154/2009 (Rio Grande do Sul, 2009) que propõe criar um Código Estadual Ambiental único, excluindo sete leis estaduais relacionadas às questões ambientais tais como: Código do Meio Ambiente, Código Florestal, a Organização do Sistema de Proteção Ambiental, Preservação do Solo Agrícola, Regramento de Corte de Capoeira, o Sistema de Recursos Hídricos e a Gestão dos Resíduos Sólidos. Este Plano prevê a não obrigatoriedade do controle social na gestão ambiental, a redução na faixa de vegetação ao longo dos rios e cursos d'água, a indicação de recuperação de áreas degradadas com espécies exóticas e a supressão do acesso às informações sobre os danos causados à biodiversidade. Os movimentos sociais e ambientais, as universidades, as entidades de classes e conselhos manifestaram-se contra o PL 154/2009, pois não houve uma ampla discussão, nem a participação da sociedade gaúcha na elaboração do projeto de lei. Por isso, este representa um retrocesso na preservação do ambiente, pois permite a contínua destruição da mata ciliar, ignorando os problemas advindos da intensa prática agrícola mecanizada com a utilização de insumos químicos que contaminam os solos e a água. Esse projeto foi suspenso temporariamente pela Assembleia Legislativa, porém, como o governo estadual não alcançou seu intuito, em março de 2010, instituiu o Programa Estadual de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal com a publicação do Decreto Estadual 47137/2010 (RS, 2010).

É interessante observar as argumentações do governo do estado do Rio Grande do Sul para realizar as alterações no Código Estadual do Meio Ambiente, as quais foram pautadas no avanço das questões ambientais com a finalidade de harmonizar progresso econômico com preservação ambiental. Essa justificativa não corresponde às proposições a que se designa, mas explicita de forma retórica a preocupação com o meio ambiente, quando se utiliza de mecanismos de poder para legitimar a apropriação dos recursos naturais na maximização da produtividade. Nesse processo produtivo, o meio ambiente é um potencial eminentemente econômico, destinado a gerar desenvolvimento tecnológico para o acesso de bens de consumo. A dimensão dos problemas ambientais é desconsiderada e, cada vez mais, as questões ambientais ficam à deriva de ações determinadas por uma política que reivindica legitimidade como autoridade para definir e modificar sempre que estiver se opondo aos processos econômicos. O Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul foi instituído pela Resolução do CONSEMA 187/2008, também foi gerador de discussão no meio científico, no movimento ambiental e pela população, no que se refere à limitação da silvicultura na região sul do estado (monocultura de *Eucalyptus e Pinus*), fundamentada nas características dessa região.

O Pampa gaúcho é uma região com a maior diversidade de gramíneas do planeta, com mais de 400 espécies de gramíneas nativas, 280 espécies de aves, 75 anfíbios e répteis e mais de 85 mamíferos, representando uma biodiversidade única. Em torno de 40 espécies de animais que habitam os campos estão ameaçadas de extinção, como o veado-campeiro, lobo-guará, gato-palheiro e aves, como a noivinha-de-rabo-preto, águia-cinzenta, veste amarela e a corruíra-do-campo (Benke, 2008). As alterações no ecossistema provocam mudanças na cadeia alimentar e na estrutura das comunidades ecológicas, extinguindo espécies nativas. A região mencionada é parte integrante de um bioma que necessita de estudos, pois ainda há poucos conhecimentos científicos sobre esse ambiente natural. Por isso, há preocupação com esse bioma e, quando em 2005, com incentivo do governo, empresas de produção de celulose começaram a introduzir a silvicultura nessa região, a situação passou a ser delicada. Segundo Behling *et al.* (2009), os atuais ecossistemas florestais e campestre são fortemente influenciados pelas atividades humanas com a agricultura, pastoreio e plantio de *Eucalyptus e Pinus*. As alterações da paisagem têm mudado a vegetação original. A introdução de monocultura de árvores exóticas traz inúmeras consequências nos aspectos tanto de ordem ambiental quanto sociocultural e econômica Chomenko (2008). No aspecto ambiental, essa ação proporciona riscos à biodiversidade e aos recursos abióticos; no de ordem sociocultural, as populações terão que

se adaptar ao novo modelo de uso da terra; no aspecto de ordem econômica, a dependência total do mercado e de outros fatores como a ocorrência de problemas com o clima e doenças. Com a implantação da silvicultura no pampa gaúcho, sem observar as recomendações técnicas específicas para contemplar as características da região, poderão ser conduzidos riscos de perdas irreparáveis para a recomposição do ecossistema campestre.

Compreensão dos Assentados sobre a Qualidade do Solo e o Cultivo Agrícola

Os assentamentos estão situados em ecossistemas de campos subtropicais com diversas formações vegetacionais, em extensas áreas de campo fisionomicamente caracterizado pelas gramíneas que constituem o grupo dominante (Boldrini, 2009, p. 64) e com florestas nas margens de rios. Os solos dos campos são rasos com baixa retenção de umidade e há um déficit hídrico, “principalmente nos decêndios do período de verão, devido à elevada demanda evaporativa atmosférica” (Leivas et al., 2006).

A superfície do solo, nos assentamentos, tem limitações pela alta suscetibilidade à erosão, em função da textura arenosa e da declividade acentuada, ou pelo caráter abrupto. Para a utilização do solo, são recomendadas culturas anuais moderadas e práticas intensivas de conservação, a fim de que sejam evitadas a erosão e a degradação. As recomendações se fundamentam na análise das características do solo com riscos de inundações periódicas e da consequente drenagem deficiente. Os estudos realizados pela SEMA/FEPAM/FZB (SEMA, 2010) para o Zoneamento Ambiental visando à atividade de Silvicultura propõem técnicas específicas para a região e sinalizam o cultivo de arroz irrigado, trigo, sorgo, forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio), videira americana, citros (limão e bergamota) e pessegueiro. Na região dos assentamentos, a indicação é de agricultura moderada pelas características do solo, pois é considerado frágil e tem ocorrência de areais.

Os assentamentos Capivara, Cerro dos Munhoz, Santo Ângelo, Santa Rita e Bom Será têm características indicadas para a exploração da cultura de arroz, porém, em vista da grande quantidade de areia na textura desses solos, os torna susceptíveis à erosão, apesar de sua baixa declividade. No assentamento Apolo e Posto Novo, há restrição a culturas anuais pela saturação com alumínio na característica física do solo (MDA, 2005).

Ao serem indagados sobre a qualidade do solo, 54,5% dos agricultores o consideram de boa qualidade. As definições da qualidade do solo realizadas por eles eram acompanhadas de explicações associadas à fertilidade, à coloração, à capacidade de retenção da umidade do solo, à textura, à degradação e erosão. Os agricultores percebiam a

qualidade do solo de forma positiva, mas apontavam a necessidade de adubá-lo para corrigir a deficiência de fertilidade. Alguns assentados (9,1%) indicaram o solo de qualidade regular, por ser pobre em matéria orgânica, por ter uma textura arenosa e o lençol freático exposto. Aqueles que caracterizaram o solo como ruim (36,4%) justificam essa qualificação descrevendo-o como um solo fraco em nutrientes, com muita areia, improdutivo, com muita erosão, ácido e com baixa fertilidade, indicando necessidade de grandes investimentos para recuperá-lo. As constatações dos agricultores estão de acordo com as análises do relatório técnico do INCRA (MDA, 2005; 2006) no que diz respeito à qualidade do solo e aos problemas resultantes do uso incompatível deste, em função de suas características.

Os agricultores, quando chegaram à Campanha Gaúcha, vislumbravam a possibilidade de realizar grandes produções e traziam na bagagem conhecimentos acumulados sobre o cultivo agrícola na região de origem como pequenos agricultores. Baseados no pressuposto de que a terra é produtiva com base nos conhecimentos da região de origem, investiram na compra de maquinário como trator, semeadeira e pulverizador com o incentivo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA. No entanto, as condições climáticas e a falta de informação sobre a capacidade de uso da terra e a diferença de calendário agrícola em relação à região de origem, trouxeram consequências graves. Isso gerou problemas financeiros sérios e provocou a desarticulação dos agricultores assentados, que trabalhavam coletivamente. Um dos entrevistados faz as seguintes alusões com relação às dificuldades enfrentadas:

Tentemo plantar soja, mais sem conhecer a região, nem sabia de nada, mais foi um fracasso total, não chegemo a colher a semente. E aí no outro ano enchemo a terra de trigo e trigoíça assim né. Aí deu uma chuva de pedra e detonou, não ficou nada. Aí eu tive que começar tudo de novo. Teve uma época depois da soja e trigo daí foi plantado milho e o milho também não deu nada. Aí o meio dissimulou tudo ficou praticamente nada né, aí nos começamos a se orientar com o pessoal da Capivara que eles eram daqui da região, então eles começaram a dizer que o milho planta só no final do ano e no começo do ano. Então, começamos a plantar no fim do ano, começo do ano, começamos a colher milho. Ninguém orientava nada, aí começamos a colher, daí depois da entrada das transgênicas né, então agora, o pessoal começou a plantar soja, essa terra de areia tu abre o campo bruto né, o campo assim bruto, no primeiro ano já enche de inço, erva daninha que prejudica a planta, então, não dava também por isso né. Agora com essa transgênica o pessoal bota o secante e mata a erva daninha, daí a soja vem e agora tá produzindo (Entrevista, Atílio Sgarbi, assentamento Bom Será, 02 de maio de 2008).

Os agricultores começaram a compreender as características da terra após cinco anos de experiências mal sucedidas no cultivo agrícola. Alegaram a falta de orientação técnica para atuar na região como causa das dificuldades enfrentadas no cultivo de grãos. Mesmo assim, afirmaram que a terra é produtiva, embora as expectativas de rentabilidade pelo

cultivo agrícola tenham diminuído. Atualmente, comercializam somente o excedente e buscam sustentabilidade econômica com a produção de leite.

Para o desenvolvimento agrícola, é importante conhecer o solo, porque sua composição vai determinar os organismos vivos e sua produtividade está associada às propriedades físicas e químicas e às relações com os organismos que nele vivem (Sacarrão, 1991). Em relação ao desconhecimento da região, é preciso dizer que os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER estiveram em alguns assentamentos, e as orientações explicitadas não surtiram efeito nos assentados, como podemos observar na fala do entrevistado:

Os técnicos vieram e disseram que essa região não é própria para a produção de todo o tipo de grãos, mas a gente não acreditou, resolvemos plantar de tudo e nois esta certo (Diário Campo, Luiz Frederici, assentamento São Joaquim, 21 de fevereiro de 2008).

As recomendações técnicas geraram desconfiança e ceticismo com relação aos conhecimentos repassados, prevalecendo a concepção que os migrantes traziam consigo sobre a produção agrícola do local de origem. Os agricultores não acreditaram na competência dos técnicos e colocaram em prática suas próprias experiências; foram incentivados a cultivar grãos, por técnicos que conheciam a região de origem, e essas orientações faziam sentido porque iam ao encontro da prática que tinham. Um técnico agrícola explica a situação da seguinte forma: os técnicos que orientavam os agricultores assentados também não conheciam a realidade da região e sua experiência se restringia às regiões onde se cultivam grãos. Quando os técnicos e assentados observaram como os agricultores do Pampa plantavam, ficavam perplexos. Consideravam-na fora do comum e pensavam que essa prática agrícola estava equivocada. Por exemplo: faziam uma vala profunda e plantavam milho na estação do verão. Pensavam ser uma loucura plantar tão profundo, levantando a pergunta sobre como se efetivaria a brotação. Para os técnicos e assentados que seguiam as práticas e o calendário da região de origem, era impossível que outra técnica pudesse ser efetiva. Para surpresa daqueles, os agricultores do Pampa conseguiam colher o que plantavam, enquanto, eles perdiam grande parte da produção (Diário de Campo, julho de 2010). Os agricultores, ao serem questionados sobre a razão de continuarem a cultivar durante cinco anos, se a cada ano perdiam praticamente toda a produção, explicaram que tinham esperança de que essa situação pudesse ser revertida. Assim, preferiram permanecer no assentamento, enquanto outros assentados abandonaram o lote, porque ficaram desestimulados e sem esperança.

Recursos Hídricos nos Assentamentos

A rede de drenagem da região de Santana do Livramento está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Quaraí e Ibicuí da Armada pertencentes à região hidrográfica do rio Uruguai. As atividades econômicas nessa região são para a orizicultura moderna e para a pecuária extensiva tradicional e a extração de areia. Os recursos hídricos que formam a rede de drenagem natural dos assentamentos são provenientes das várias nascentes que formam arroios e rios. As nascentes são intermitentes, o que significa dizer, pela influência do período de estiagem, frequentemente secam. Geralmente, o gado tem acesso às nascentes e existe cultivo agrícola no seu entorno. A vegetação ao longo dos cursos d'água é típica da região de campo, com formação de floresta próxima aos cursos d'água. A água utilizada para o consumo humano é retirada de poços, vertentes e cacimbas. De acordo com os agricultores, 62,3% têm nascentes em seus lotes, e 37,7% não as têm. Existem pequenos açudes e barragens, em alguns assentamentos, destinados à irrigação da lavoura de arroz e para a dessedentação dos animais. Os banhados são acessíveis ao gado, que utiliza a pastagem ali existente.

Para os agricultores de Jupira/São Leopoldo, no período de estiagem, as famílias com menos recursos buscam água na barragem ou no poço do vizinho, porque os poços de menor profundidade secam. Para eles, a água é importante para a sobrevivência. Os agricultores do Recanto entendem que a água é tudo, inclusive mencionam que a terra perde valor, se não há água. Narram que metade do assentamento tem problemas com a falta de água nos lotes, em época de estiagem. Um agricultor expressa sua compreensão sobre a água da seguinte forma: *“Pensava que a água nunca acabava e que nunca ia ter problema de água. Agora me dou conta, caso a seca continue, a nossa sobrevivência como fica?”* (Diário de Campo, julho/2009).

Para os agricultores do Posto Novo, a água é importante para as pessoas, animais e plantas. Alguns donos de lotes têm problema de falta de água para a dessedentação animal no período de seca e, para solucionar o problema, reduzem o consumo neste período. Preocupam-se com a qualidade da água e, por isso, evitam passar agrotóxico próximo aos cursos d'água e nascentes porque essas substâncias poluem a água e matam os peixes. Tais agricultores pensam que estão fazendo o uso correto. Os agricultores do Apolo não têm problemas de água para o consumo humano, mas, no período de seca, há falta da água para a dessedentação dos animais.

Para os agricultores do assentamento Pampeiro, a água é essencial, por isso sentem muito a falta desta no verão. Nesse período, em alguns lotes, a água é imprópria para o consumo por ser salobra. No assentamento Frutinhas, os agricultores mencionam que a água é importante para o consumo humano e afirmam não ter problemas com a falta dela, mas se preocupam com o excesso de água no período de chuvas, quando os lotes ficam alagados, fato que gera problemas para a agricultura e o pastoreio.

Os agricultores do Cerro dos Munhoz, quando perguntados sobre a importância da água, dizem que este bem é fundamental para a sobrevivência. Narram que, quando chegaram ao assentamento, tiveram que construir uma barragem comunitária para que as famílias tivessem acesso à água. Em épocas de estiagem, muitos lotes ficam sem água e algumas famílias, para não perderem o gado, conduzem-no até a barragem. Na percepção dos agricultores de Capivara, Bom Será e Santa Rita, há falta de água, e eles necessitam dela para o consumo humano, para o cultivo e a dessedentação dos animais. Nos períodos de seca, levam o gado para o rio e temem que a falta da água possa se agravar no futuro. Dizem que a terra não tem valor sem água.

Em dois lotes do assentamento Santo Angelo, existem problemas de falta da água no verão; nesse período, conduzem os animais para cursos da água. Apenas um lote tem água salobra. A água é definida como vida e não há vida sem ela. Existe água que é conduzida por mangueiras para os lotes. Estas estão expostas às intempéries e se encontram danificadas, gerando perda do líquido natural precioso ao longo do caminho.

Os agricultores enfatizam a importância da água para os organismos vivos e o quanto é essencial à atividade econômica que desenvolvem. No entanto, aqueles donos de lotes localizados nas áreas mais baixas com banhado (expressão utilizada no Rio Grande do Sul para se referir às áreas úmidas) percebem a quantidade de água como um problema que deveria ser resolvido para ampliar a área produtiva. Sentem-se prejudicados perante os outros que estão em lotes sem banhado. É preciso problematizar essa visão das áreas úmidas associada à inutilidade, pois são áreas que exercem uma série de funções ecológicas, extremamente fundamentais para a região, porque atuam na provisão e na reposição de água subterrânea e no controle das enchentes (WCU, 2004).

Áreas de Preservação Permanente

Os agricultores participantes da pesquisa revelam que não conhecem a legislação ambiental e não sabem o que são Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Essas

denominações não fazem sentido para eles e, quando são informados sobre seu significado, relacionam com as queimadas, com algo que ouviram de seus antepassados, ou com a formação desenvolvida pelo Programa de Recuperação de Recursos Ambientais, como podemos observar nas falas a seguir:

Bah, eu não sabia não, eu já ouvia alguma coisa desde o finado meu avô, é que ele sempre deixava um cantinho lá da área dele não que fosse permanente. Mas 5, 6 a 10 anos fechado, não botava gado, não fazia planta, nada, porque dizia ele como é que é prá terra descansar. Então ele deixava aquela área que ele não mexia, não botava gado, e alguns mato, no mato não tinha nem onde plantar né, mas é isso aí (Entrevista, Eder Dambrós, assentamento Jupira, 24 maio de 2008).

Nunca se teve muito cuidado, parece que o cuidado tem que vir com aquilo que é proibido. O pessoal colocava muito fogo, hoje o pessoal sabe que é proibido, alguns por consciência né de saber que aquilo vai prejudicar a natureza, vai prejudicar um monte de seres vivos que tem naquele lugar, por consciência não põe mais fogo. Outros, a maioria não põe mais fogo por medo da punição né (Entrevista, Marilene Cupinski, assentamento Cerro dos Munhoz, 03 maio/2008).

Foram voceis, portanto se nós erremo não tem como os cara do INCRA cobrá de nós muita coisa, porque se existisse isso daí o assentamento poderia tar melhor, mais organizado né (Entrevista, João Pereira, assentamento Coqueiro, 15 junho de 2008).

É possível perceber, pelas falas dos agricultores, que há certa confusão entre Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, com a prática da queimada, ou com a prática de pousio. O agricultor deixava uma área de terra descansando por algum tempo e, depois que a área estava recuperada, voltava a ser utilizada, podendo ser definida também com o sistema de rodízio. Na ocupação dos lotes, os agricultores acionaram os conhecimentos de prática tradicional agrícola como a derrubada das matas, a prática de queimada e a drenagem de banhados. Um entrevistado explica a situação da seguinte forma:

É porque o desmatamento já proibiram antes né, quando nós viemo já tava proibido né, foi proibido, mais não foi explicado o porque só os envaletamento que nós fazia, isso nós erremo e ninguém veio nos explica que não podia envaletá um horta. O INCRA não oriento ninguém é portanto que o lote que ficou reserva é aquele lote lá embaixo, era um lote que tinha que ter ficado mato e o INCRA mediu aquele e fez como um lote, e daí o cara pra ocupar aquele lugar lá tinha que desmatar. E daí como deu uma inchente e daí veio os cara do INCRA ai, até o Décio tava ai, daí quando ele oiô que o lote foi todo ocupado por água não tinha como sobrevivê em cima e daí foi condenado aquele lote e fico como reserva. O INCRA não tinham visto ainda ai, não daí fico assim é um lote que só tem nascente e em época de seca a maioria dos assentado coloca o gado pra toma água ali, teve gente que corto que tiro tudo, sendo que não poderia ter feito, só que nós não tinha orientação, que nem envaletá os lote tinha gente que as veis tinha uma necessidade de envaletá os lote, porque os lote seria pequeno e muito banhado então foi envaletado, mas mesmo assim sem informação (Entrevista, João Pereira, assentamento Coqueiro 15 junho, 2008).

Na organização dos assentamentos, alguns aspectos técnicos importantes para a divisão da área não foram considerados, principalmente os relacionados à impossibilidade de uso, por ser área de banhado, ou serem áreas próximas às margens de rio ou arroios, com risco de inundações periódicas. Do ponto de vista dos agricultores, o INCRA, como órgão

responsável pelo processo da implantação do assentamento, não realizou as pesquisas, orientações e acompanhamento para garantir que não houvesse exploração inadequada da unidade produtiva individual. Dizem que receberam informações quanto à proibição da prática da queimada, mas não receberam orientação sobre a utilização dos recursos naturais (preservação de APP). Cada agricultor se organizou de acordo com seus saberes e conhecimentos agrícolas. Para eles, não havia restrição ao uso dos recursos naturais. O gado poderia ter acesso às nascentes e aos cursos de água, o plantio poderia ser feito próximo à margem do rio, poderiam drenar o banhando para aumentar a área de cultivo, poderiam pescar, caçar e retirar lenha da mata nativa.

Ao analisar os dados que remetem ao uso das áreas de preservação permanente, é possível verificar que houve um aumento significativo na sua degradação pelo acesso do gado, pela expansão do cultivo e pela retirada de madeira (Tabela 6).

Em seis assentamentos (Coqueiro, Frutinhas, Jupira/São Leopoldo, Pampeiro, São Joaquim e Apolo), verifica-se o aumento do uso da área de APP com atividades agrícolas. Em quatro assentamentos (Bom Será, Santa Rita, Posto Novo e Recanto), nota-se uma redução do uso da APP com agricultura, no entanto, essa redução não significa que os agricultores estejam preocupados com a proteção ambiental, mas se relaciona com a capacidade e a possibilidade de investimentos financeiros na propriedade. Em três assentamentos (Santo Angelo, Capivara e Cerro dos Munhoz), nada consta sobre o uso da APP.

Tabela 6. Uso das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Fragmentos de vegetação na paisagem antes (1996) e depois (2003) de implantados os assentamentos.

Assentamento	Uso da APP antes do assentamento (%)	N.º de fragmentos antes do assentamento	Uso da APP após implantado o assentamento (%)	N.º de fragmentos depois do assentamento
Apolo	0,04	3	4,76	21
Bom Será	1,21	4	0,98	23
Capivara	-	1	-	26
Cerro dos Munhoz	-	4	-	47
Coqueiro	5,30	3	17,37	22
Frutinhas	1,34	3	9,99	9
Jupira/São Leopoldo	1,28	2	17,89	21
Pampeiro	4,82	2	14,54	38
Posto Novo	17,41	5	9,79	21
Recanto	17,41	1	9,79	23
São Joaquim/Nova Santa Rita	1,12	1	7,26	17
Santo Angelo	-	2	-	17
Santa Rita	23,98	2	3,10	31

(-) nada consta sobre o uso de APP

Paisagem na Região do Pampa Gaúcho

A agropecuária faz parte das atividades que dependem dos recursos naturais e das condições de qualidade e disponibilidade de uma região. Os recursos naturais renováveis incluem o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e podem ser reciclados mediante processos naturais, desde que explorados adequadamente. Os recursos naturais podem ser exauridos e degradados por desmatamento da mata ciliar ou drenagem de áreas úmidas, que tornam o solo mais vulnerável à erosão, à contaminação da água por resíduos químicos e ao comprometimento do lençol freático. A intervenção humana inadequada causa problemas ambientais, alterando o ecossistema e causando o desaparecimento de organismos importantes para a manutenção da biodiversidade (Wilson, 1997).

As alterações nos processos e padrões da paisagem pela ação antrópica tem evidenciado problemas ambientais como a diminuição da riqueza de espécies em função da redução ou perda do hábitat (Rambaldi e Oliveira, 2003; Olifiers e Cerqueira, 2006). Por isso, há necessidade de ações de proteção para a manutenção dos processos ecológicos e das funções ambientais.

Os assentamentos rurais, quando implantados na região do Pampa Gaúcho, modificaram a fisionomia da paisagem campestre com a ocupação dos espaços pelos agricultores, fragmentando as áreas de campo, com a divisão em lotes e com o cultivo em campo seco e campo úmido, atividades que ocasionaram alterações significativas na paisagem. Boldrini (2009) diz que, ao modificar a atividade com a substituição da vegetação original, há redução e perda de organismos importantes de uma cadeia trófica, o que provoca modificações na comunidade e gera desequilíbrios. Este desequilíbrio possibilita o aumento da população de algum tipo de organismo de uma espécie oportunista (Ricklefs, 2003; Townsend, Begon e Harper, 2006; Begon, Townsend e Harper, 2007). Tal fator causado pela intervenção dificulta a capacidade natural do ambiente se reorganizar.

Ao comparar o número de fragmentos de vegetação, antes e após a implantação dos assentamentos (Tabela 6), observam-se modificações significativas a partir da instalação dos assentamentos. No período anterior a estes, havia uma variação de um para cinco fragmentos por assentamento. Após a instalação, as alterações no ambiente variaram de nove para quarenta e sete fragmentos, dependendo do assentamento. O território passou a ser reconfigurado com a implantação dos assentamentos e as grandes áreas de campo foram divididas em unidades individuais (lotes), enfatizando que cada assentamento é ocupado

por 26 a 35 famílias com, aproximadamente, quatro filhos. Os casais são relativamente jovens com idade entre 25 a 35 anos.

A instalação dessas famílias modificou o uso da terra e a paisagem de campo foi substituída pelo cultivo agrícola, pelos açudes e pelas barragens de água. Inicialmente, a lenha para uso doméstico era proveniente da mata nativa, mas, na atualidade, a maioria dos lotes tem áreas de plantação de eucalipto e acácia como reserva de lenha, os quais também funcionam como barreira de vento.

Ao serem indagados se existiam problemas ambientais em seus lotes, 64,2% dos agricultores responderam que sim; enquanto, 35,8% dos agricultores não identificam problemas ambientais. Banhados, voçorocas, erosão, queimada, uso de agrotóxico e falta da água foram os problemas mais citados. Os agricultores relacionam o uso desregrado de agrotóxicos como influência à má qualidade do leite produzido nos assentamentos, o que, por conseguinte, ocasiona prejuízo econômico ao produtor. Associam os ambientes de banhados com redução de área para o cultivo. Para alguns desses novos proprietários da terra, os banhados representam um problema ambiental e não a possibilidade de ter reservas de água na propriedade; para outros, a falta de água no lote é de fato um problema. As questões que envolvem proteção ambiental simbolizam barreiras, porque se associam à perda econômica ou à interferência na forma de uso e de disponibilidade dos recursos naturais.

As atividades agrícolas são caracterizadas pelo uso de agrotóxicos sem a destinação correta das embalagens. As atividades como a queimada, a caça, a pesca e a utilização da APP produzem impactos ambientais, comprometendo a integridade dos processos ecológicos, tornando o ambiente frágil e reduzindo a capacidade da terra para agricultura e pecuária.

A reconfiguração da matriz produtiva e o aumento populacional no Pampa gaúcho exigem um olhar mais atento das autoridades governamentais quanto à integridade ecológica. Somente esse olhar pode evitar o aumento de impactos negativos e uma recuperação demasiadamente morosa ou economicamente inviável do ambiente. O ideal seria a conjugação entre atividade econômica e qualidade ambiental, no entanto, essa concepção precisa ser construída para a preservação do bioma Pampa.

O Ministério do Meio Ambiente divulgou que bioma Pampa perdeu 54% da sua vegetação original. Nesse quadro, o município de Santana do Livramento reduziu em 84,8% a cobertura vegetal original no período de 2002 a 2008 (MMA, 2010). Boldrini

(2009) chama a atenção aos impactos sobre a alta diversidade de espécies da vegetação campestre e a substituição dos campos por lavoura e silvicultura. Para essa autora, a descaracterização da paisagem conduz à alteração da grande unidade da paisagem de campo nativo juntamente com a cultura e a figura do gaúcho. De acordo com Bilenca e Minarro (2004) os efeitos da degradação do ecossistema e a perda da biodiversidade nos Campos Sulinos podem ser observados pela identificação de mais de 50 espécies de forrageiras, 16 espécies de mamíferos e 38 espécies de pássaros que foram classificados em diferentes níveis de ameaças pelo manejo inadequado dos recursos naturais.

É urgente e necessária uma política econômica e socioambiental para o desenvolvimento sustentável do Pampa gaúcho, que possa compatibilizar o aumento da população humana com a capacidade dos recursos ambientais, assim como o respeito pelo zoneamento econômico e ambiental, a fim de que os processos ecológicos responsáveis pela produtividade sejam conservados. Significa que a agricultura e o pastoreio, nessa região, precisam ser repensados, para assegurar uma redução da perda da diversidade biológica, pois, de acordo com Rodrigues (2001), na agricultura, as principais ameaças à biodiversidade são a tendência à monocultura, o uso de agroquímicos e a extinção de sistemas tradicionais.

De acordo com Nabinger *et al.* (2009), os Campos Sulinos têm um ecossistema natural pastoril e o mais adequado para o uso sustentável seria a permanência da pecuária como atividade a ser desenvolvida em função das grandes restrições ao uso do solo para agricultura. Para que haja conservação do ambiente, é importante o manejo do campo nativo com a produção de pastagem natural. Os conhecimentos sobre o bioma Pampa precisam ser ampliados e divulgados à população, pois somente com conhecimento e reflexão é possível que haja transformação e mudança na forma de relação com o ambiente. Há necessidade de realizar manejo adequado, com processo sustentável para manter a integridade dos ecossistemas campestres. Portanto, as novas reconfigurações da ocupação humana e a manutenção da biodiversidade devem ser pensadas com base na realidade do Pampa gaúcho, ou seja, devem centrar-se na implantação de uma política econômica e ambiental própria para este bioma.

Conflitos no Uso dos Recursos Naturais: ações para proteção das áreas de preservação permanente

Os conflitos socioambientais podem ser entendidos como acontecimentos que envolvem confronto de interesses entre os sujeitos sociais quanto ao uso e à forma de gestão do ambiente. A interação do sujeito no ambiente produz modificações e o uso inadequado gera a degradação e a poluição. O conflito socioambiental se configura no confronto de diferentes significados que disputam uma visão de mundo, de ambiente e de uso dos recursos naturais. A apropriação dos espaços e a forma de interação com o ambiente estão conectadas com a construção cultural dos sujeitos históricos e com o modo como eles se inserem no mundo. Os sujeitos constroem o significado de utilização dos recursos naturais e de como será feita a apropriação nos espaços do território. De acordo com Acsegrad (2004, p. 26), os conflitos ambientais são:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

Os conflitos ambientais relacionam-se a um “conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (Little, 2006, p. 91). Este autor entende que os conflitos ambientais envolvem múltiplas interações sociais e naturais. A compreensão da dinâmica dos conflitos é importante, pois permeia a interação dos atores sociais e recursos ambientais, assim como a interação com o meio social.

Os conflitos podem ter diferentes dimensões relacionadas aos impactos sociais e ambientais, podendo ocorrer pela degradação ou destruição ambiental, causada pela ação antrópica como a erosão, o desmatamento, a contaminação da água, do solo e do ar, pelo controle sobre os bens naturais tais como recursos hídricos e florestais. Ou, ainda, podem emergir de valores que incorporam elementos cosmológicos, rituais identitários e éticos.

A interação dos agricultores com o novo espaço criou conflitos de diversas dimensões, que foram agravados pela necessidade da adequação à legislação ambiental,

principalmente no que concerne às medidas a serem adotadas para a preservação e recuperação dos recursos naturais. Os conflitos ambientais estão associados ao mundo biofísico e ao mundo social, na medida em que estão implicados o uso dos recursos ambientais e as inter-relações socioculturais. Nos assentamentos, os conflitos ocorrem pelos embates com os órgãos governamentais sobre o conhecimento relativo à prática de manejo, pelo confronto de conhecimento na gestão e exploração dos recursos naturais e pela pressão exercida para o cumprimento da normativa ambiental. Também os conflitos decorrem da falta de política na criação dos projetos de assentamentos, voltada à sustentabilidade do ambiente e às disputas e tensões na apropriação do território. O conhecimento do ambiente é imprescindível para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, já na perspectiva de gestão ambiental na redução de impactos ambientais, no que concerne à viabilização econômica com indicadores de sustentabilidade.

Os agricultores, historicamente, ocupam a totalidade da unidade produtiva, porque, para eles, é incompreensível a restrição do uso da parcela, por ser o desmatamento e o cultivo próximos aos cursos da água um procedimento comum na prática da agricultura tradicional. Um agricultor exemplifica: *“Somos do tempo do machado e enxada, nós derrubava árvores para depois planta, não tinha um canto que não plantava”* (Diário de Campo, maio de 2009).

Para os agricultores, as normativas da legislação ambiental se constituíam em proposições injustas, geradoras de tensão sem benefícios econômicos para os pequenos agricultores. Responsabilizaram o INCRA pelo descumprimento das normativas ambientais na divisão dos lotes, alegaram a falta de orientação técnica sobre o sistema produtivo e a falta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social do assentamento. As relações entre o órgão responsável e os assentados são extremamente difíceis, sempre que envolvem programas destinados aos assentamentos, pois as proposições são vistas com desconfiança e parecem impositivas.

O processo de licenciamento ambiental está sendo realizado em meio à disputa e tensão pelas informações que circulam do ponto de vista de quem não admite interferência na forma de gerir o lote, principalmente os agricultores que drenaram banhados e aqueles que não querem alterar o acesso do gado às nascentes e cursos d'água. Os agricultores que haviam drenado os banhados expressavam sua indignação e justificavam seus atos, afirmando a necessidade de investir na ampliação da área e, para eles, isso não significa degradação do ambiente.

Para os agricultores, a APP é entendida como perda de espaço e de rendimento, já que precisam limitar a entrada do gado aos cursos d'água, às nascentes, às cacimbas e aos banhados. Para os que cultivam, significa diminuição do plantio e redução da área produtiva.

Em muitos lotes, há erosão e voçorocas em maior ou menor proporção. Os agricultores reconheceram que tiveram perdas de animais (bezerros, boi e vaca) que ficaram presos nas voçorocas e nas áreas úmidas. Porém, não estabelecem relação entre os problemas ambientais e a necessidade de recuperação das áreas erodidas para não chegar ao ponto de inviabilizar o lote.

Os entrevistados não consideram como práticas prejudiciais ao ambiente a extração de árvores da mata nativa para lenha, a queimada como prática de limpeza para o plantio, o acesso do gado às nascentes, a cursos d'água, a caça e a pesca predatórias. Entretanto, foi possível perceber que eles sabem que o pisoteio do gado em APP provoca erosão e impede o nascimento de novas plantas, principalmente o gado que fica no interior da mata. Portanto, têm o conhecimento do comprometimento da capacidade regenerativa da vegetação, mas não fazem relação com a necessidade de manter as matas ciliares para não degradar o ambiente. A drenagem do banhado para o cultivo agrícola e a utilização inadequada de agrotóxicos, associado ao uso equivocado para eliminar vegetação rasteira ao redor da moradia, são atividades que aumentam a vulnerabilidade dos lotes.

Os agricultores demonstraram frustração e criticaram o INCRA pelo descumprimento da legislação na organização do assentamento. Dizem que se sentem pressionados a cumprir a legislação ambiental e agora não têm recursos para realizar a recuperação das áreas degradadas. A preservação da APP, para os agricultores, aparece como um problema a ser resolvido por eles, e não conseguem perceber vantagens na recuperação dessas áreas. Afirmaram que a legislação ambiental não deve ser aplicada aos assentamentos rurais, mas aos grandes proprietários, recebedores de incentivos governamentais para produção e comercialização dos produtos. Segundo Gerhardt *et al.* (2006, p.21) “a degradação do ambiente que pode resultar da atuação de mineradoras, papeleiras ou empreiteiras de barragens, em termos de amplitude e risco, não pode, nem de longe, ser comparada com as atividades de pescadores artesanais, seringueiros, agricultores e tantos outros grupos sociais rurais”. Para os autores, a legislação ambiental é para todos, porém aqueles que têm melhores condições econômicas e acesso às informações sobre os direitos e deveres ambientais possuem a capacidade de enfrentar o aparato burocrático

estatal e também há uma diferença na dimensão dos impactos ambientais potenciais envolvidos.

Os agricultores falam da importância de cultivar a terra com cuidados em relação ao ambiente, mas de uma forma genérica, sem pretensão de mudar o modelo de agricultura para a sustentabilidade do assentamento. Nos assentamentos Apolo, Cerro dos Munhoz, Recanto e Posto Novo, algumas famílias participaram do incentivo à produção de frutíferas. Eles foram orientados por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – a utilizar alternativas na adubação para o combate de pragas. Ficaram frustrados por não conseguirem resultados positivos. Um agricultor afirmou que as pessoas não têm paciência para aguardar o resultado de métodos menos agressivos ao ambiente, que desejam resultados rápidos e isso não é possível, quando se pretende usar técnicas referentes ao modelo da agroecologia (Diário de Campo, novembro 2009).

Foi possível perceber que há confronto entre as práticas agrícolas e as questões econômicas. A sobrevivência prevaleceu em detrimento da importância de preservar, até porque preservar ainda não é uma prática aceitável a ser desenvolvida pelos agricultores. A preservação do ambiente é relacionada a grande investimento, é algo grandioso e dispendioso para ser realizado. É preciso desmitificar essa relação econômica, pois, dependendo dos problemas, é possível resolvê-los com mudanças de ações, o que, necessariamente, pode não envolver custos para os agricultores. Outro movimento importante é elencar prioridades quanto aos problemas ambientais, permitindo, assim, a definição de estratégias a serem desenvolvidas para a solução de tais problemas. Essa construção deve ser realizada em conjunto com os agricultores, pois é possível elaborar soluções criativas específicas para sua realidade local.

A compreensão de preservar envolve também negociações que reúnem diferentes atores representantes do INCRA, agricultores, técnicos agrícolas e representantes do movimento (MST). Mais do que negociação entre os diferentes atores, a questão envolve uma nova concepção sobre a relação do homem com ambiente onde está inserido, a partir do entendimento das características do bioma e da percepção do cuidado com o lugar de sua morada.

Os representantes do movimento nos assentamentos nem sempre interferem de forma positiva nas discussões relacionadas à proteção do ambiente. Às vezes, tornam o processo de desenvolvimento da Educação Ambiental lento, em função de interpretações equivocadas. O INCRA, de forma permissiva, aceita intervenções relacionadas às questões

políticas nas decisões que deveriam ser tomadas com base em avaliações técnicas. Essa forma de resolver situações de conflito gera descontinuidade no trabalho que está sendo desenvolvido e mostra, mesmo sem intenção, a falta de comprometimento com os agricultores que ficam aguardando o retorno, desmobilizando as atividades e as ações. Essa prática contribui para a crença de que projetos relacionados a órgãos governamentais são lentos ou ineficientes.

É imprescindível a construção de um novo olhar e novo significado de cuidar do ambiente, pois o avanço da degradação é visível em algumas partes dos assentamentos. Há necessidade de recuperação dessas áreas, especialmente das APP, podendo chegar a um ponto de não ser viável economicamente a recuperação, comprometendo a sustentabilidade do assentamento e o ecossistema campestre.

Considerações Finais

A preservação dos recursos naturais nos assentamentos é complexa, por envolver aspectos legais, históricos, culturais, sociais e concepções de práticas agrícolas. O órgão que promove a reforma agrária no Brasil não teve preocupação com a promoção da proteção dos recursos naturais desde a concepção. Mecanismos importantes, como a legislação ambiental, que poderiam auxiliar os agricultores no uso e na gestão do ambiente não foram considerados na organização dos projetos de assentamentos, principalmente por serem os agricultores originários de uma região cujas características socioambientais eram diferenciadas.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente incluiu o licenciamento ambiental para os assentamentos rurais, incorporando aqueles que já haviam sido implantados, o que representa um avanço, porque possibilita a solução de problemas ambientais. As modificações de intervenção técnica, como a recuperação das áreas degradadas, podem acontecer com maior facilidade do que as mudanças de concepções de cultivo agrícola e preservação dos recursos naturais. Não significa que alguns agricultores busquem desenvolver experiências alternativas de uso de técnicas menos agressivas ao ambiente.

Os conflitos socioambientais passaram a ser visíveis com o processo do licenciamento ambiental e poderiam ser amenizados, caso fossem desenvolvidos programas que garantissem a preservação dos recursos naturais, associados ao desenvolvimento econômico. Se os conhecimentos sobre a região, relativos às características do solo na unidade produtiva, tivessem sido transmitidos nos primeiros anos de assentamento, quando

estavam planejando a dinâmica do uso e do manejo da terra, teriam solucionando problemas e dirimido as dificuldades que foram enfrentadas pelos agricultores. A caracterização do solo e sua capacidade de uso apresentam informações importantes que contribuem para a tomada de decisão dos agricultores, no que concerne ao uso e às práticas de sistema de cultura e de pastoreio, com perspectiva de maior viabilidade econômica na parcela de produção.

Em suma, é necessário repensar e avaliar novas concepções no desenvolvimento de projetos que objetivam trabalhar a questão ambiental, especialmente nas atividades de educação ambiental. Portanto, é preciso que se façam novos arranjos no desenvolvimento de projetos que envolvem diferentes atores como INCRA, agricultores, técnicos e representantes do MST. Este é um processo complexo que envolve as concepções diferenciadas de cada indivíduo, as quais disputam a legitimidade na preservação do ambiente do assentamento. Essas situações de conflitos, nascidas na resistência e necessidade de imprimir um jeito único de se relacionar com o ambiente, não são produtivas, pois é na diversidade que as melhores soluções para a preservação ambiental são encontradas. É fundamental que o órgão gestor dos assentamentos garanta a recuperação dos recursos naturais e incentive o desenvolvimento de práticas de preservação da vida no assentamento.

Referencias Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 294p.

AHRENS, S. O novo código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. VI Congresso Florestal Brasileiro, 2003, **Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais**, São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2003, 15p.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Editora da Universidade, UFRGS, 1999, 214p.

BEHLING, H., PIERUSCHKA, V. J., SCHULER, L., PILLAR, V. De P. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, V. P; MULLER, S. C.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Editora Brasília: MMA, 2009, p13 -25.

BENCKE, Glayson, Ariel. Monoculturas podem decretar o fim do pampa. **A monocultura do eucalipto. Deserto disfarçado de verde?** Cadernos IHU em formação. UNISINOS, Ano 4 (27), 2008, p15-20.

BERGON, M., TOWNSEND, R. C., e HARPER, J. L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. Porto Alegre: ARTMED, 2007, 740p.

BILENCA, D. & MIÑARRO, F. Identificación de áreas valiosas de pastizales en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y Brasil. **Fundação Vida Silvestre Argentina**. Buenos Aires, 2004, 351p.

BOLDRINI, I. I. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. P.; MULLER, S. C.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Editora Brasília: MMA, 2009, p63-77.

BOLDRINI, I. I, FERREIRA, P. M. A, ANDRADE, B. O, SCHNEIDER, A. A, SETUBAL, R. B, TREVISAN, R, FREITAS, E. M. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica**. Porto Alegre: Pallotti, 2010, 64p.

BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e Ambiente Rural: Principais Temas e Perspectivas Analíticas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, 2005, p1-12.

BRASIL. Decreto Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Código Florestal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 21 de março de 1935.

BRASIL. LEI 4.504/1964, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Dispõe sobre o **Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 30 novembro de 1964.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Institui o novo **Código Florestal Brasileiro**. Brasília: Diário Oficial da União, 16 de setembro de 1965.

BRASIL. Decreto nº 91766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: Diário Oficial da União, 11 de outubro de 1985.

BRASIL. **Decreto Lei nº 7803, de 18 de julho de 1989**. Altera a Redação da Lei 4.771, de 15 de Setembro de 1965, Revoga as Leis 6.535, de 15 de Junho de 1978 e 7.511, de 7 de Julho de 1986. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 20 de julho de 1989.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 1997.

BRASIL. Decreto lei 9.985, 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Brasília: Diário Oficial da União, 19 julho de 2000.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) **Resolução n. 289, de 25 de outubro de 2001**. Diretrizes para Licenciamento Ambiental. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 21 dezembro de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 302, de 20 de março de 2002**. Definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Brasília: Diário Oficial da União, 13 maio de 2002.

BRASIL. Republica Federativa do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA: **II Plano Nacional de Reforma Agrária** (2003/2006). Brasília, 2003. www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf Acesso em junho, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Orçamento Federal Dep. de Programas da Área Econômica. **Dossiê Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, 2005, 39p. <http://www.portalsolf.planejamento.gov.br>. Acesso em agosto 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 387 de 27 de dezembro de 2006**. Procedimentos para o licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária. Brasília: Diário Oficial da União, 29 dezembro de 2006.

- BRUNO, R. A. L. Nova Republica: violência patronal rural como prática de classe. In: **Sociologia**. UFRGS, PPG em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS/ IFCH, 2003, p284-310.
- CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramento, 1962, 327p.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, 163p.
- CHOMENKO, L. Um panorama sobre o cultivo de monocultura de árvores. **A monocultura do eucalipto. Deserto disfarçado de verde?** Cadernos IHU em formação. UNISINOS, Ano 4(27), 2008, p24-27.
- FERRAROTTI, F. Las Historias de Vida como Método. **Revista Convergencia**. México: UAEM, 14 (044), 2007, p15-40.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.
- FREITAS, H. JANISSEK, R. MOSCAROLA, J, BAULAC, Y. **Pesquisa via web: reinventando o papel e a idéia da pesquisa**. Canoas: Sphnix, 2006, 204p.
- FREITAS, H. M. R. **Pesquisa interativa e novas tecnologias para coleta e análise de dados usando o Sphnix**. Canoas: Sphnix, 2002, 200p.
- GERHARDT, C. ALMEIDA, J. A problemática do meio ambiente nos espaços rurais: o exercício do poder e a legitimidade da dominação em áreas naturais protegidas. **Raízes Campina Grande**, 25 (1 e 2), 2006, p10–25.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia; crítica a moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982, 240p.
- GÜLTEKIN, N.; Inowlocki, L. & Lutz, Helma Quest and Query: Interpreting a Biographical Interview with a Turkish Woman Laborer in Germany [55 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 4(3), 2003, 21p.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologia qualitativa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995, 224p.
- IBGE. **Mapa dos Biomas Brasil**. 2004. <http://www.scribd.com/doc/6755865/Mapas-Cobertura-Vegetal-Brasil>. Acesso em maio de 2009.
- LEIVAS, J. F., BERLATOL M. A, FONTANA, D. Risco de deficiência hídrica decendial na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande: DEAg/UFCG, 10(2), 2006, p397–407.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizonte Antropológico**. 12(25), 2006, p85-103.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. 1991, p55-88.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Formação dos Assentados Rurais no Brasil: Processos Sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999, 279p.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. INCRA, Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. **Relatório Ambiental dos projetos de Assentamentos em Santana do Livramento**. Porto Alegre, 2005, 64p.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. INCRA, Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. **Relatório Ambiental dos projetos de Assentamentos em Santana do Livramento**. Porto Alegre, 2006, 62p.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Monitoramento dos biomas brasileiros: Bioma Pampa**. IBAMA. Brasília, 2010.

NABINGER, C, FERREIRA, E. T, FREITAS, A. K. CARVALHO, P. C. F, SANT'ANNA, D. M. Produção Animal com base no campo nativo: Aplicações de resultado de pesquisa. In: PILLAR, V. P, MULLER, S. C, JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009, p175-198.

NEGRINE, A. Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: (Org.) NETO V. M, TRIVINOS, A, GIL, J. M. S.; NEGRINE, A, MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa na educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p61-93.

NETO, G. F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, 154p.

NETO, J. A. F., DOULA, S. M.. **Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação**. Viçosa: UFV/DER 2006, 307p.

NETO, V. M. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física. In: (Org.) NETO V. M. TRIVINOS, A, GIL, J. M. S, NEGRINE, A, MOLINA, R. M. K. **Pesquisa qualitativa em educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p107-139.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985, 434p.

OLIFIERS, N.; CERQUEIRA, R. Fragmentação de habitats: efeitos históricos e ecológicos. IN: ROCHA, C. F. D.; BERGALHO, H. G.; SLUYS, M. V.; ALVES, M. A. S. **Biologia da conservação**. Essências. São Carlos: RiMA, 2006, 582p.

OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula – **Reforma Agrária**, v.33, 2006, p165-201.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007, 184p.

PESCI, R. Um novo humanismo e o planejamento Ambiental. In: (Org.) MENEGAT R., ALMEIDA, G. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, p99-128.

RAMBALDI, D. M. & OLIVEIRA, D. A. S. **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. MMA/SBF, Brasília, 2003, 510p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985, 287p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2003, 896p.

RIEMANN, G. A Joint Project Against the Backdrop of a Research Tradition: An Introduction to Doing Biographical Research. **Forum Qualitative Sozialforschung /Forum: Qualitative Social Research**, 4(3), 2003, 20p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. Lei 9.519 – **Código Florestal Estadual de 21 de Janeiro de 1992**. Código Florestal do estado de Rio Grande do Sul e providências. http://br.oocities.com/ambientche/lei_9519.htm. Acesso outubro, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. Lei 11.520, de 03 de agosto de 2000. **Código Estadual do Meio Ambiente**. Porto Alegre, 2000, 107p.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Projeto de Lei n. 154/2009** Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Diário Oficial da Assembléia da Legislativa. Porto Alegre, 03 de agosto de 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Decreto 47.137, de 30 de março de 2010**. Programa Estadual de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Diário Oficial do Estado nº 061, de 01 de abril de 2010.

RODRIGUES, S. G. Impactos das atividades agrícolas sobre a biodiversidade: causas e conseqüências. IN: GARAY, I., DIAS, B. **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Petrópolis: Vozes, 2001, 430p.

SACARRÃO, F. G. **Ecologia e biologia do ambiente: A vida e o ambiente**. Portugal: Europa-América, 1991, 322p.

SCHAFFER, W. B. Sociedade deve fiscalizar empresas. **A monocultura do eucalipto. Deserto disfarçado de verde?** Cadernos IHU em formação. UNISINOS, 4(27), 2008, p24-27.

SEMA/FEPAM/FZB. Zoneamento Ambiental para Silviculturais: Estrutura, Metodologia e Resultados. **Relatório**. Porto Alegre, 2010, 126p.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artemed, 2009, 376p.

STRAUSS, A. & CIRBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: Técnica e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008, 288p.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M., HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006, 592p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 172p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**: Idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis. Porto Alegre, 2001, 151p.

VIANA, G, Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Averiguar a Aquisição de Madeiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 1998, 206p.

WCU - WORLD CONSERVATION UNION. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Valores das Áreas Úmidas: The Netherlands Committee for IUCN, 2004. http://WWW.nciucn.nl/english/funds/wetlands/portuguese/glossário_htm>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

WILSON, O. W. **Diversidade de vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 359p.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In. ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. E.; VILELA, R. A. T. (Orgs). **Itinerários de pesquisa: abordagens qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro, 2003, p287-309.

4. CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS COQUEIRO E SÃO JOAQUIM/NOVA SANTA RITA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a análise da construção do programa de Educação Ambiental (PEA) em dois assentamentos rurais no município de Santana de Livramento do estado do Rio Grande do Sul. Este programa foi construído nos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita. A educação ambiental inicialmente foi organizada a partir da percepção da realidade do lugar para que a formação a ser realizada pudesse contemplar temáticas indicadas pelos agricultores como: legislação, resíduos, agrotóxicos e agroecologia. A participação e o envolvimento dos agricultores foi uma ação fundamental ao longo do processo da construção do PEA. A educação ambiental nos assentamentos rurais no município de Santana do Livramento significou um desafio, ao pensar metodologias apropriadas à realidade dos agricultores. O desafio se situa no percurso da construção de um programa de educação ambiental, na perspectiva de produzir novos saberes e conhecimentos implicados na reflexão da práxis em um processo dialógico. Os agricultores assentados têm características específicas relacionadas ao pertencimento no lugar anterior, e isso acarreta alguns problemas como o respeito às questões ambientais no que concerne à transposição dos conhecimentos agrícolas e das formas do uso da terra. O enfoque no desenvolvimento da produção do programa foi compartilhar conhecimentos, criando diferentes momentos para a reflexão, de modo a explicitar o que fora aprendido e a estabelecer relações com as proposições de alternativas ecológicas para a qualidade ambiental do assentamento. Esse foi um processo educativo de construção coletiva que resultou em alternativas específicas de preservação para cada assentamento.

Palavras-chave: assentamentos rurais, legislação, preservação, educação ambiental.

Introdução

A educação ambiental emerge como uma possibilidade para discutir e repensar o meio ambiente, dentro de um movimento de reflexão sobre o colapso ambiental, diante do esgotamento dos recursos naturais que ameaça a sobrevivência humana. Nos últimos anos, tem sido um tema de grande repercussão, nos meios de comunicação, científico e entre a população. A natureza se converte em conhecimentos para a compreensão da vida nas dimensões, histórica, ecológica, econômica, social e cultural.

A concepção de natureza e sociedade torna-se um tema recorrente nas pesquisas em educação ambiental para atribuir significado à perspectiva de interação entre natureza e sociedade. Para Carvalho (2004) superar a marca de educação ambiental de tradição

naturalista exige esforço para modificar a visão de dicotomia entre natureza e sociedade, considerando o meio ambiente como um espaço relacional, em que as interações entre seres humanos e natureza se modificam dinâmica e mutuamente. Nessa abordagem, as ações de intervenção humana no meio ambiente, passam a ser entendidas como socioambientais, em que as dimensões do social, cultural e natural são articuladas. Portanto, a visão socioambiental permite discutir a problemática ambiental percebendo os seres humanos como agregadores de uma dupla dimensão como ser da vida e criador de cultural (Brandão, 2005). Assim, as questões ambientais tomam uma dimensão de amplitude que integra uma rede de relações de complexidade que instauram diferentes significados ao ambiente.

O meio ambiente, no desenvolvimento agrícola é compreendido como uma multiplicidade de sentidos e representações dos modos de apropriação dos recursos naturais em um processo dinâmico sócio-histórico com relação a uma determinada sociedade. No Brasil, a apropriação dos recursos naturais ocorreu de maneira predatória, com a intensa degradação da terra pelo desmatamento desordenado e extração das riquezas minerais de forma a contaminar os solos e água (Romeiro, 2004, Graziano, 1999). Essa forma de exploração do ambiente causa processos degenerativos da natureza como a perda da fertilidade dos solos, a destruição do patrimônio genético, da biodiversidade e modifica as características das paisagens (Ehlers, 1999). De acordo com Brandão (2005, p.83), “os seres humanos transformam os ambientes de forma polissemicamente consciente e planejada, interessada e utilitária, sistemática e cumulativa, tanto nos ganhos e perdas para si mesmos, quanto nas perdas e raros ganhos para a natureza”.

A agricultura agroecológica, emerge como uma possibilidade de romper com o processo contínuo de exploração dos recursos naturais que alteram o meio ambiente e fragilizam os ecossistemas. Segundo Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia é um estilo de agricultura menos agressivo ao meio ambiente. Esse enfoque fundamenta-se no conceito de agroecossistema como unidade de análise, com base teórica científico, com o propósito de auxiliar a transição do modelo de agricultura convencional para estilo de agricultura sustentável. De acordo com Altieri (2004) os sistemas de cultivo e as técnicas adequadas aos agroecossistemas resultam em uma agricultura com base em um mosaico de variedade genética tradicional, insumos locais e técnicas ajustadas especialmente para cada nicho ecológico, social e econômico. A intenção é potencializar o uso dos recursos disponíveis com a combinação de diferentes componentes do sistema agrícola como plantas, animais, solo, água, clima e população propiciando maior sinergismo possível. A agroecologia se configura como um novo paradigma para uma agricultura sustentável com

base em princípios de justiça social, éticos e de solidariedade para o equilíbrio ecológico e a autossustentância das comunidades rurais (Leff, 2002). O desenvolvimento da agricultura com orientação na agroecologia pode se configurar como um estilo de agricultura sustentável para as comunidades rurais para aumentar a potencialidade da terra com estratégias ecológicas que contribuam para a qualidade do ambiente.

A educação ambiental para as comunidades rurais também se constitui em um instrumento pedagógico para estabelecer novas relações com o ambiente, pois promove a integração dos saberes, conhecimentos, atitudes e habilidades para a qualidade ambiental (Dias, 1993). Nesse sentido, a educação ambiental em uma comunidade rural com disposição de desenvolver agricultura agroecológica, ou para sensibilizar grupos de agricultores a realizar cultivo com práticas agroecológica, podem ser uma possibilidade de construir propostas de ações coletivas que integrem a comunidade para a preservação da biodiversidade e dos agroecossistemas.

A educação ambiental nas comunidades de assentamentos rurais faz parte dos planos de ação e programas de preservação do meio ambiente (Brasil, 2006). Essa proposição tem como objetivo desenvolver educação ambiental com a finalidade de propor ações para recuperação de áreas degradadas e preservação do ambiente.

A educação ambiental tem-se caracterizado por uma multiplicidade de abordagens epistemológicas e metodológicas no campo da pesquisa. Por essa diversidade, surgem as contribuições para o processo de constituição de um novo campo de conhecimento e saberes, instigante e desafiador. É nesse terreno, que ainda se encontra em construção, que me aventuro a analisar o Programa de Educação Ambiental (PEA) para Assentamentos Rurais no município de Santana do Livramento.

Área de Estudo

A área de estudo desta pesquisa compreende dois assentamentos rurais no município de Santana do Livramento, situados no sudoeste do Rio Grande do Sul, inserida no bioma Pampa que, no contexto regional, é denominado Campanha Gaúcha (Figura 19). Nesse território de baixa densidade populacional e de grandes extensões de terra, inicialmente ocupadas com a criação de gado, desde a colonização europeia, o INCRA iniciou o processo de instalação de assentamentos rurais neste município a partir da década de 90, por meio de aquisição de grandes propriedades.

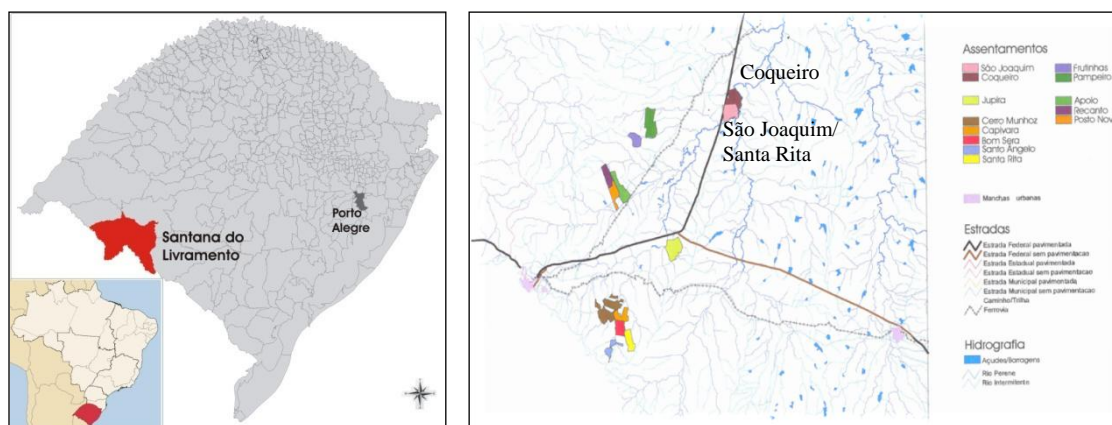


Figura 19. Localização dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Santa Rita no município de Santana do Livramento, RS.

Os dois assentamentos pesquisados formam uma comunidade de, aproximadamente, 72 famílias, excluídas de áreas de barragem, de áreas pertencentes aos índios e de agricultores meeiros. As famílias assentadas passaram pelo processo de acampamento no final da década 80 a 90 e são descendentes de europeus: 60% são de origem italiana, alemã e portuguesa; e os demais (40%) são descendentes da miscigenação entre portugueses, indígenas e negros. Estabeleceram-se em comunidades que têm a cultura do gaúcho e a influência da cultura espanhola, pelo fato de o Uruguai ser um país que faz divisa com o município de Santana do Livramento.

As famílias se instalaram em lotes de, aproximadamente, 24 hectares e construíram casas de madeira, as quais estão sendo substituídas por alvenaria, e junto das quais há um galpão para guardar os materiais agrícolas e a produção, bem como um estábulo para o gado leiteiro. Ao redor das casas, têm flores ornamentais e uma variedade de plantas com árvores frutíferas, tais como laranjeiras, pessegueiros, parreira e outras árvores como eucaliptos como barreiras ao vento e lenha, e uma horta para o consumo familiar.

No começo, os agricultores reproduziram o modelo agrícola que desenvolviam no lugar de origem, mas, com o passar do tempo, perceberam que era inviável, dadas as diferentes condições de clima e solo e a não adaptação das culturas ao calendário agrícola local. A solução encontrada pelos agricultores foi, primeiro, diminuir o plantio de grãos, adaptando-o ao calendário da campanha, e, segundo, expandir a criação de gado leiteiro, investindo no plantio de pastagem. Atualmente, a renda familiar tem origem na produção do leite e é restrita a participação da agricultura.

No cotidiano, os agricultores seguem uma rotina de trabalho com atividades agropastoris; no final da tarde, tomam chimarrão, e, à noite, assistem às notícias e às

novelas na televisão. O lazer está associado aos finais de semanas e aos feriados, nos quais realizam atividades como: visitar os vizinhos, jogar futebol e bocha, assistir a programas na TV, ler, passear e pescar. A maioria das famílias (75,5%) são católicas; 20,8%, evangélicas e 3,7% não se identificam com nenhuma religião. Com frequência, acontecem festas religiosas comemorativas do assentamento, do movimento dos Sem Terra (MST) e comemorações esportivas.

Caminho Investigativo

Metodologia

A pesquisa está integrada ao Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais¹³, um programa de intervenção de construção coletiva de propostas alternativas para a qualidade ambiental e ecológica nos assentamentos rurais. Este programa está associado ao processo de licenciamento ambiental do assentamento, pelo INCRA-RS, junto ao órgão ambiental do RS (Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM). É importante salientar que participo do programa mencionado como pesquisadora, atuando no processo de construção e desenvolvimento deste. A inserção da pesquisadora no processo de intervenção possibilitou uma aproximação com os agricultores, estabelecendo vínculos de confiança, o que permitiu empatia nos diálogos em diversas situações, como, por exemplo, nas residências familiares, nas festividades no assentamento, nos cursos e encontros de formação.

O caminho metodológico deste estudo insere-se na pesquisa qualitativa (Flick, 2009; Silverman, 2009; Gibbs, 2009), privilegiando os métodos participativos, nos quais encontro eco para a integração teórica metodológica nas reflexões e análises do Programa de Educação Ambiental (PEA).

A observação participante foi uma ferramenta utilizada na coleta de informações. Caracteriza-se como um instrumento do contato direto com os sujeitos, observando e registrando as vivências e os acontecimentos presenciados (Neto, 2004; Chizzotti, 1998). Constitui-se uma forma de aproximação para observar as manifestações e as formulações dos participantes, assim como para perceber particularidades que podem conduzir a novas

¹³ O Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais destina-se a 13 assentamentos, localizados no município de Santana do Livramento, RS. O desenvolvimento do Programa iniciou em 2007, com a realização de um diagnóstico socioambiental nos assentamentos, em parceria com o Núcleo de Estudos em Educação Ambiental do Centro de Ecologia/UFRGS, com o apoio do Departamento de Meio Ambiente do INCRA-RS.

formulações e perspectivas de análise. Os registros das situações observadas foram feitos no Diário de Campo, no qual as anotações poderão ser retomadas sempre que necessário.

A construção do PEA, inicialmente, ocorreu nos assentamentos São Joaquim/Nova Santa Rita e Coqueiro. Estes assentamentos foram indicados pelo INCRA-RS, pois se encontravam em relativa estabilidade socioeconômica e produtiva, por estarem receptivos a discutir as questões ambientais e pela localização de fácil acesso.

Procedimentos Metodológicos

Para conhecer a identidade regional dos agricultores e as lideranças, em janeiro de 2007, foi realizada uma pesquisa exploratória nos assentamentos São Joaquim/Nova Santa Rita e Coqueiro durante dois dias. Essa pesquisa teve a finalidade de fazer um levantamento preliminar que subsidiasse o roteiro de entrevistas na elaboração de um diagnóstico socioambiental da população local. Piovesan e Temporini (1995) esclarecem que esse tipo de pesquisa permite a elaboração de instrumento investigativo mais adequado à realidade. A entrevista foi elaborada com um roteiro de perguntas previamente definido em quatro partes, o que imprime maior coerência dos dados a serem coletados. O roteiro inicia com: (i) a identificação da vida familiar com informação do lugar de origem e a comunidade atual; (ii) os aspectos da vida cotidiana relacionados à infraestrutura familiar, incluindo a situação da moradia e acesso à água; (iii) o sistema de produção e comercialização; e (iiii) o manejo dos recursos naturais, o extrativismo e a percepção ambiental. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e junho de 2007.

Os dados foram sistematizados e analisados, provendo um diagnóstico socioambiental dos assentamentos. Os resultados obtidos foram apresentados, discutidos e validados em cada comunidade. A análise dos dados e o resultado das discussões, nos assentamentos, permitiram a seleção dos principais temas ambientais, a saber: resíduos, agrotóxicos, áreas de preservação permanente (APP) e agroecologia, os quais integraram os aspectos a serem desenvolvidos nos cursos de formação ambiental. Os cursos foram ministrados em encontros mensais com a comunidade, na sede do assentamento, entre os meses de agosto a novembro de 2007. Ao mesmo tempo, eram realizados encontros com representantes escolhidos pelos agricultores de Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita, formando a comissão de cada assentamento para a construção do Programa de Educação Ambiental (PEA). Foram concretizados seis encontros com as comissões, entre agosto e dezembro, nos quais se elaboraram a justificativa, os objetivos e a metodologia para o PEA.

Como as mulheres não conseguiam expressar as suas ideias nos encontros, foi avaliado como importante organizar um grupo de mulheres, para que sua participação fosse mais ativa nas formações e comissões. O PEA foi discutido integralmente com as comissões para a superação de conflitos a respeito das definições propostas e sistematizadas nas reuniões das comissões. Os representantes, ao repassarem as informações para o núcleo familiar, não conseguiam esclarecer algumas dúvidas e isso gerou insegurança, principalmente nas definições da demarcação das áreas de preservação permanente (APP), motivo pelo qual foi necessário participar da reunião do núcleo para desmistificar entendimentos equivocados. Existem duas instâncias de poder no assentamento: os núcleos familiares, que são grupos de famílias que se reúnem e fazem as primeiras discussões, e a assembleia, a que são remetidas as discussões para as deliberações.

Foi realizada uma reunião específica para a comissão rever o documento final e verificar uma série de questões como: os nomes dos agricultores que constariam no documento, os dados referentes às particularidades de cada assentamento, a introdução, a justificativa, os objetivos e a ordem de prioridade por meio de temporalização. Além das atividades necessárias para a implantação e dos recursos financeiros e humanos para execução destes objetivos, também foi organizada a forma de apresentação desse documento para a comunidade, visto que os próprios agricultores contariam à comunidade toda a trajetória da construção do PEA em 2007. Para isso, explicitaram as etapas de execução do Diagnóstico Socioambiental, dos Cursos de Formação de Educação Ambiental e dos encontros da Comissão para elaboração do PEA. Cada comissão organizou uma dinâmica para apresentação do PEA à comunidade.

Em assembleia, o PEA foi apresentado pelas comissões dos assentamentos e, em seguida, a comunidade tinha um tempo para se manifestar. As argumentações feitas pelas pessoas enfatizavam a continuidade do trabalho para que as ações fossem efetivadas. Os representantes de cada assentamento conduziram a votação, resultando na aprovação do Programa de Educação Ambiental. Nos meses de abril, maio e junho de 2008, ocorreram reuniões com as comissões dos assentamentos para definir as primeiras ações do PEA a serem executadas.

Resultados e Discussão

A Educação Ambiental é recente no meio rural e ainda necessita de maior incentivo para que seja efetivada. Muitas são as metodologias analisadas para o

desenvolvimento de trabalhos com educação ambiental, mas ainda é preciso maior aprofundamento nas discussões, a partir das experiências existentes, para que haja maior integração nos processos educativos, sejam formais ou não formais.

Historicamente, a educação no campo tem sido negligenciada, por não considerar as necessidades das pessoas do campo nas políticas públicas. As proposições de educação para os centros urbanos predominam nos currículos que são referência para o ensino em todas as escolas. Conforme Moreira e Silva (1994, p. 28), “o currículo é assim um terreno de produção e de política, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. O universo cultural do campo, os saberes, as experiências e as identidades deveriam estar entre os conhecimentos importantes nas práticas educativas, porém ainda predomina um conhecimento considerado ideal a toda a população. Pois, como afirma Caldart,

[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; pois o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (Caldart, 2002, p. 26).

A produção cultural do educando deve estar contemplada no currículo da escola e no fazer cotidiano, para que sejam respeitados os direitos sociais do grupo onde se insere. De acordo com Damaceno (2004), a forma adequada de redimensionar a educação no campo é considerar o produtor rural como sujeito do processo da recriação da educação e da escola, com objetivo de apropriação do saber e reconstrução deste, de acordo com os seus interesses. Deve haver uma integração do saber da prática social das pessoas do campo com o conhecimento sistematizado. A escola do campo deve ser pensada como produtora de conhecimento. Os educandos, por sua vez, devem ser vistos como sujeitos críticos que refletem sobre sua história e como participantes nas decisões de quais conhecimentos são relevantes para a sua formação.

Os agricultores investigados compartilham com a ideia de que as escolas precisam trabalhar, a partir de um currículo que contemple as necessidades e os saberes de seus filhos. Narram que as escolas estão precárias e que muitas delas não têm as mínimas condições de segurança e higiene para funcionar. Entendem que a escola deveria valorizar a participação de seus filhos na luta pela terra. Em vez disso, afirmam, eles são discriminados por fazerem parte do MST. Os agricultores gostariam que as escolas pudessem dar conta das questões referentes ao ambiente e a melhor maneira de preservá-lo. Estão lutando por ensino médio nas escolas dos assentamentos, para que seus filhos possam continuar os estudos (Diário de Campo, PEA, julho de 2010).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino básico (Brasil, 1998), a educação ambiental está prevista como tema transversal a ser trabalhado no currículo. No entanto, há resistência à inclusão das recomendações no cotidiano educativo, pela falta de formação necessária aos professores, já que priorizam outros projetos formativos ou não consideram relevante tal trabalho. O desenvolvimento da educação ambiental no currículo de ensino na escola do campo possibilita a integração entre o ambiente e as questões socioculturais, assim como a qualificação do conhecimento na busca de soluções de problemas e conflitos socioambientais na própria comunidade. Os agricultores narram que precisam da escola como parceira para solucionar os problemas socioambientais existentes nos assentamentos, pois, assim, estariam ajudando a preservação do ambiente (Diário de Campo, PEA julho de 2010). A integração da escola com a comunidade envolve os saberes e experiências da vida dos educandos, como ponto de partida para aprofundar a aprendizagem nas diferentes dimensões do conhecimento, incluindo de forma preeminente as necessidades da comunidade rural. Essa é, sem dúvida, uma educação ambiental dialógica na abordagem do conhecimento, (re)inventada para cada realidade em que é preciso pensar as diferenças de espaço e tempo do cotidiano.

As definições e as práticas de educação ambiental estão inseridas prioritariamente em duas perspectivas, que se diferenciam na forma de conceber o conhecimento, a natureza, a cultura e a sociedade. Na educação ambiental tradicional, o enfoque central é a ausência do conhecimento dos sistemas ecológicos que ocasionam um conjunto de problemas ambientais que precisam ser resolvidos com organização e desenvolvimento de tecnologias eficientes. Os fundamentos dessa abordagem restringem-se à transmissão de conhecimentos e à elaboração de atividades voltadas ao como fazer, sem estabelecer questionamentos sobre a crise ambiental.

A educação ambiental crítica insere-se nas teorizações que inquiram o *status quo* e visam desenvolver conceitos que permitam compreender a crise ambiental existente. A educação ambiental, nas teorias críticas, questiona os pressupostos presentes no ambiental e no social, e pautam proposições nas bases da função da reprodução ideológica, ou, então, na dinâmica da reprodução social e cultural. As investigações inserem-se em paradigmas de análise de cunho sócio-histórico e enfatizam as dimensões econômicas, sociais, culturais, éticas, estéticas, políticas, privilegiando a sustentabilidade e as relações de poder. Layrargues (2003) analisa a função social da educação ambiental e as mudanças sociais. Loureiro (2002; 2006a; 2006b) propõe a educação ambiental pensada com base no referencial da tradição dialética emancipatória. Reigota (2002) defende a educação

ambiental como uma educação política que prepara os cidadãos para reivindicar a justiça social e ética nas relações sociais e com a natureza. Bradenburgo e Ferreira (2004) discutem a agricultura e as políticas socioambientais rurais em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Almeida (2004) questiona se a agroecologia consegue responder às crises sociais, econômicas e ambientais com alternativas de substituição ou de adaptação a padrões técnico-produtivos convencionais. As análises têm como foco as organizações não governamentais, os organismos governamentais e as tentativas de políticas públicas e de reflexão acadêmica. Ruscheinsky e Costa (2002) discutem a educação ambiental com base na proposta de educação de Paulo Freire para a realidade no meio agrícola. Taglieber e Guerra (2004) defendem uma educação ambiental que resgate a dimensão cultural que valoriza as relações afetivas, a ética, a estética e a cidadania ambiental para a construção de sociedades sustentáveis.

As concepções de educação ambiental crítica acima citadas enfocam diferentes aspectos nas problematizações das relações sociais e de produção, ao mesmo tempo em que estão marcadas pela dimensão política na própria definição. Portanto, indicam elementos que contribuem para pensar caminhos de educação ambiental comprometidos com a responsabilidade e com a justiça social e a ética. Esta abordagem enfatiza a compreensão crítica dos contextos socioeconômicos, político e cultural para que haja transformação social.

Educação Ambiental: análise de uma experiência em construção

Ao pensar a educação ambiental para assentamentos rurais, há que se considerar a complexidade que envolve tal realidade e buscar quais as melhores ferramentas para a compreensão desse universo. A escolha metodológica é uma decisão fundamental que precisa estar de acordo com as concepções as quais envolvem todo o trabalho. O diálogo entre as abordagens e os métodos e as técnicas é importante para que haja fluidez nas questões significativas. Para melhor analisar a construção do programa de educação ambiental, portanto, dividi a análise do programa em três eixos, os quais nortearam todo o processo do programa. O primeiro eixo é a percepção da realidade local pelos agricultores; o segundo eixo é o dos conhecimentos científicos (formação) e o terceiro, a construção do PEA, com participação e envolvimento dos agricultores (metodologias participativas).

No primeiro eixo, havia a necessidade de sabermos o modo como pensa a comunidade dos agricultores, como foi sua trajetória e como se caracteriza o ambiente onde

vivem, no município de Santana do Livramento, tendo em vista que “cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa” (Fernandes *et al.*, 2009).

Os agricultores, ao tomarem posse de seus lotes, estabelecem uma relação individual com o ambiente onde estão inseridos. Essa relação está orientada pela percepção, ou seja, como se apropriam da terra, a partir da sua realidade e de seu conhecimento. A percepção ocorre no momento em que as atividades dos órgãos dos sentidos se associam com as atividades cerebrais. Sensações são estimuladas através dos cinco sentidos humanos: visão, olfato, paladar, audição e tato (Mellazo, 2005). A percepção pode ser desenvolvida mediante a funcionalidade dos sentidos, o que a torna diferente em cada indivíduo, pois o significado que os estímulos sensoriais despertam é o que distingue a forma como cada um compreende a realidade em que está imerso (Ribeiro, 2003). Esses significados, estimulados nos indivíduos, representam valores instituídos pela cultura, pela história, pela idade, pelo sexo, pela educação, pela erudição, pela classe social, pela economia, pela política, pela religião, pela individualidade, pelas preferências, atitudes e atribuições do meio ambiente (Mellazo, 2005; Addison, 2003; Ribeiro, 2003). A percepção ambiental é fundamentada no entendimento de que a vivência humana e seu entorno próximo são orientados por essa percepção. As análises de Marin e Lima (2009) sobre as filosofias contemporâneas, no que concerne aos fundamentos fenomenológicos da percepção propostos por Merleau-Ponty e as relações entre percepção e individuação de Simondon, constatam que as reflexões, com bases na complexidade da individuação e da percepção, auxiliam a experimentação do lócus de significação do mundo. Para Marin e Lima (2009), essas duas composições teóricas podem criar outros espaços de reflexão para as pesquisas em percepção ambiental.

A fim de elaborar o PEA, foi importante conhecer como os agricultores percebem e interpretam o mundo natural, sua interação e sua maneira de olhar o ambiente, suas expectativas, satisfação e insatisfação. Neste contexto, o estudo da percepção ambiental tornou-se uma importante ferramenta da educação ambiental porque oportunizou compreender como os agricultores adquirem conhecimento e são sensibilizados para as questões ambientais. Dias (2000) afirma que a pesquisa de percepção ambiental contribui para o planejamento seguro, abordando os aspectos sociais, econômicos, culturais e outros, revelando, assim, as prioridades da comunidade, o que deve dar origem aos objetivos e à

nomeação de estratégias. A elaboração do perfil ambiental a partir da ecologia humana garante uma melhor aproximação às carências reais de uma comunidade, a fim de traçar o mapa político local. Além disso, oportuniza identificar as lideranças comunitárias mais expressivas e destacar quais destas lideranças podem influir positiva ou negativamente na consecução do programa ou projeto.

No segundo eixo, a formação deve contemplar os conhecimentos indicados pela comunidade como significativos para sua realidade. As formações visavam proporcionar conhecimentos sobre legislação ambiental, atividades produtivas em áreas rurais, resíduos, agrotóxicos e agroecologia, considerando as relações de complexidade para a constituição do espaço formativo no assentamento. As formações caracterizavam-se pelo entendimento de que os agricultores não estão presentes para meramente absorver informações e transpô-las às tarefas do cotidiano, resultando na preservação dos ecossistemas e biodiversidade. Não havia a intenção, portanto, de somente transmitir informações, mas de possibilitar reflexões sobre a prática cotidiana, permeadas por referências de contextos socioculturais, dos conhecimentos sobre cultivo e produtividade e da relação com a natureza. A educação ambiental crítica, segundo Guimarães (2004, p. 30-31),

objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos.

O conhecimento da legislação ambiental foi um momento impar, que gerou grandes discussões em torno da legitimidade dos pequenos agricultores no cumprimento das normatizações referentes às áreas de preservação permanente. A preocupação centralizou-se na perda de área produtiva, e, durante a discussão, se fez presente a dicotomia entre a sobrevivência e as áreas de preservação permanente. As formações se estabeleceram em desafios para que os conhecimentos abordados não se constituíssem em verdades absolutas, mas para que as diferentes verdades pudessem ser problematizadas e, desse modo, fosse permitido avançar na elaboração de novos conhecimentos e saberes.

Na formação sobre resíduos, realizamos uma reflexão sobre a problemática dos resíduos e sobre a capacidade de suporte do planeta Terra, considerando os altos níveis de consumo atuais, pela escassez dos recursos naturais e pelos problemas ambientais advindos do excesso residual. Os resíduos secos estão se tornando um problema no meio agrícola; geralmente, são enterrados, queimados ou jogados na propriedade. Não há preocupação do

governo municipal na formulação de políticas para a reciclagem dos resíduos sólidos no meio agrícola.

No que concerne à formação sobre a temática de agrotóxicos, um tema solicitado pelos agricultores, foi possível perceber que esse assunto causava desconforto a um grupo, em vista de existirem dois tipos de posicionamento entre eles. Um deles, o dos inclinados a romper com o uso de agrotóxico, pois a ênfase do trabalho está na produção de leite, e outro, o grupo dos que ainda estão mais voltados para a produção agrícola com uso de agrotóxicos. Estes agricultores dizem que o uso do agrotóxico faz com que os agricultores se tornem dependentes desse modelo, por isso fica difícil abandonar as práticas atuais. As discussões giraram em torno das doenças e da falta de proteção adequada para o uso dos agrotóxicos, e também da saúde da terra, em decorrência da contaminação na cadeia trófica. Os problemas mais citados, decorrentes de uso de agrotóxicos, foram: perda de sensibilidade olfativa, alergias de pele, enjôos e depressão. Outro problema sério é a reutilização das embalagens para transportar diesel, água, leite e dessedentar os animais. Para Veiga (2007, p. 146.) o uso de agrotóxico pelos produtores rurais serve para compensar a perda da produtividade ocasionada pela degradação do solo e para o controle do aparecimento de doenças. No entanto, na maioria das vezes, tal utilização é realizada de maneira inadequada sem a real necessidade do solo e das plantas: “A diagnose de doenças de plantas no campo é tarefa difícil e um diagnóstico incorreto tem induzido à utilização de agrotóxicos de maneira e, em quantidades inadequadas, gerando resultados duvidosos e elevando o risco à saúde humana e ao meio ambiente”.

Na formação sobre agroecologia, foi realizada a contextualização histórica agrícola relacionada ao ambiente, trazendo os primeiros movimentos de resistência à agricultura industrial em defesa da agricultura biodinâmica e orgânica. Essa época foi marcada pelo desenvolvimento da indústria química e pela especialização agrícola no meio rural. Foram apontados os diversos conflitos e a disputa por terras na região do Pampa, protagonizados pelos indígenas e colonos. Foi lembrada a Operação Tatu¹⁴, ocorrida na década de 70, e a mecanização da agricultura no Rio Grande do Sul. Foi enfatizado que a reforma agrária deveria estar associada a um manejo agroecológico das terras e à efetivação de uma agricultura familiar, para que se obtenha um modelo sustentável, isto com base social, econômica e ambiental. Outros temas e questões abordadas foram: a) A agricultura

¹⁴ A Operação Tatu era um Programa estadual de Melhoramento da Fertilidade dos Solos. Era feita análise do solo e a correção do solo através da aplicação de calcário e adubo químico, combinados com novas técnicas de cultivo, manuseio do solo e seleção de sementes (Rotta, 1999, p. 74).

convencional faz do agricultor um produtor de mercadoria e retira dele o poder do manejo agrícola, descaracterizando os conhecimentos dos agricultores; b) Muitas das técnicas que eram postas em prática pelos agricultores ficaram no esquecimento, em função das novas tecnologias; c) Será possível fazer agricultura sem agrotóxico? Esta última pergunta suscitou a lembrança dos problemas gerados pelo uso de agrotóxico. Outra questão que mobilizou o grupo foi qual a relação do planeta e do solo. Os assentados disseram ter o desejo de mudar o método de cultivo, mas acreditam que ainda não se sentem seguros para seguir esse caminho. Esse momento de formação provocou muitas reflexões e diálogos, e todos expressaram o que pensam sobre a produção agrícola. Muitas vezes, o passado foi evocado como experiência aprendida e como sobrevivência necessária. Em diversos momentos, houve desafios para que os agricultores pudessem pensar e expressar saberes, ideias e indagações.

No eixo de metodologias participativas, foi proporcionado à comunidade um espaço de exercício dialógico para movimentar-se entre o passado (lugar de origem) e o presente (lugar atual) para a análise das transformações do assentamento, com a intenção da valorização dos diferentes conhecimentos e saberes. Por isso, ressalto a importância de revisitar o passado e resgatar as aprendizagens feitas e suas diferenciações de acordo com a família, a comunidade, crenças e cultura. Esse processo permitiu um caráter aproximativo das discussões teóricas feitas nas formações, entrelaçadas com as necessidades vividas no assentamento na relação com o meio ambiente. Não havia o propósito de esgotar os temas e as discussões que permeavam a complexidade de relações possíveis, a partir de outros olhares, outras abordagens e outra leitura. A busca se fazia por uma construção do PEA que tivesse sentido e significado para a vida dos agricultores e não apenas a elaboração de um documento legitimador da continuidade da exploração dos recursos naturais ou por, simplesmente, desejar consonância com a legislação ambiental. Os conhecimentos construídos deveriam produzir sentido para se constituir em uma experiência e obter, como resultado, o desdobramento em ações conscientes para a proteção da vida. A experiência é aqui entendida como aponta Jorge Larrosa Bondiá (2002, p. 24).

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar atenção e delicadeza, abrir os olhos e ouvidos, falar sobre que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Segundo o autor mencionado, vivemos num mundo em que o excesso de informação não permite a possibilidade da experiência. Todos os dias estamos envolvidos por muitas coisas e estas estão organizadas de tal maneira que nada nos aconteça. Nesse sentido, o processo do PEA era possibilitar o envolvimento dos agricultores assentados com novas descobertas, desafiando-os a romper a solidez e a repensar sua ação no ambiente. Os saberes da experiência são os “que se adquirem no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (Bondiá, 2002, p. 27). Portanto, o sujeito da experiência é aquele que se deixa afetar, aquele que inscreve marcas e tem a capacidade de formação ou de transformação, ou seja, um sujeito que permite se abrir para a própria transformação.

O diálogo foi o caminho seguido na construção do PEA, a fim de que os saberes e conhecimentos partilhados pudessem, de forma crítica, criar possibilidades para os problemas ambientais no assentamento. Ratificando essa afirmação:

É por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características da vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas ideias; conhecimento e cultura; dimensões do tempo e de expectativas de vida; níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução de problemas ambientais que preocupam a todos nós (Reigota, 2002, p. 28)

As metodologias participativas foram âncoras no processo da pesquisa e na produção do programa de educação ambiental, permitindo conexões entre as diferenças de ideias, valores, natureza e atividades cotidianas. Esse percurso metodológico partiu do pressuposto de que o programa somente teria significado com a participação dos agricultores na oportunidade de criação e intervenção, a fim de que as propostas de mudanças estivessem em conformidade com as necessidades, e de que se sentissem desafiados a um novo fazer cotidiano. Para a elaboração do programa ambiental, partiu-se da possibilidade da combinação de elementos importantes das metodologias da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Segundo Mendonça (2001, p. 125), uma abordagem que envolve a problemática ambiental, na dimensão da interação sociedade-natureza com profundidade, precisa romper com o postulado da ciência moderna de estabelecer a escolha de apenas um método na elaboração do conhecimento científico. Diz o autor acima mencionado: “Tal abordagem demanda tanto a aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências particulares como a formulação de novos”.

A pesquisa participante focaliza o envolvimento da comunidade para análise da própria realidade. O processo investigativo se desenvolve pela interação entre o investigador e os participantes nos encontros e pelas reflexões e pelo empenho no sentido de transformar “o sistema existente em sistemas que forneçam igual acesso ao poder e a outros recursos” (Gormeley, 2001, p. 3). O compromisso e respeito pela cultura dos investigados são fatores importantes, assim como a articulação entre o conhecimento científico e o saber popular (Brandão, 2001; 1999). Um dos aspectos relevantes da pesquisa participante presente no processo de construção do PEA foram as relações comunicativas com o grupo social envolvido.

A pesquisa-ação “é uma pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participante” (Thiollent, 1985, p. 14). Esse tipo de pesquisa consiste na comunicação dialógica entre o pesquisador e o grupo pesquisado para a resolução de problemas com a intenção de produzir novos conhecimentos que contribuam para orientação de ação que favoreça mudança ou transformação de um determinado contexto. Segundo o autor referido, são aspectos importantes na pesquisa-ação: (i) ampla interação entre todos os envolvidos na situação investigada; (ii) a resultante dessa interação: uma ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas; (iii) constituição do objeto da investigação pela situação social e pelos problemas encontrados nesta; (iv) elaboração de um objetivo norteador da resolução e do esclarecimento desses problemas; (v) acompanhamento das decisões, das ações, e de todas as atividades dos atores da situação; (vi) a pesquisa sem limite somente em uma ação, mas ampliada em conhecimento dos pesquisadores e conhecimento de todos os envolvidos no processo. Para Thiollent (1985), a pesquisa participante e a pesquisa-ação não podem ser denominadas como sinônimo.

A realização das atividades do programa como uma ação de cunho científico se traduz em um trabalho de dimensão pedagógica e política. A dimensão pedagógica influi nas aprendizagens, pela discussão e reflexão sobre os conhecimentos e saberes derivados do diálogo entre as pessoas. É nesse processo coletivo de construção que as pessoas ficam conectadas e partilham significados. Isso acontece em relação de poder que se estabelece no grupo social, ou seja, a dimensão política, articulada com análise crítica da situação problema (ambiente), está conectada à realidade social e econômica, sem deixar de lado a

reflexão da relação entre os atores envolvidos. Essa reflexão se faz no sentido de valorizar os diferentes processos de conhecimentos para a construção de novos conhecimentos.

A socialização das informações sistematizadas foi um princípio que permeou cada etapa do trabalho. Foram propostos momentos de retomar as elaborações do PEA, visando analisar e refletir se haveria necessidade de modificar algo, sempre visando às contribuições e às aspirações dos agricultores, para que estivessem contempladas no programa. De acordo com Hall (1981, p.14),

A informação é devolvida ao povo, de onde a mesma surgiu bem como na linguagem e na forma cultural daquele ambiente; o povo e o movimento de base passam a estabelecer o controle do trabalho; as técnicas de pesquisa tornam-se acessíveis ao povo; um esforço consciente é necessário para manter o ritmo da ação-reflexão do trabalho; aprender a escutar e a ciência tornam-se partes do dia a dia da população.

A devolução dos materiais (fotografias/filmagem, diagnóstico socioambiental, as produções escritas em cada etapa) nos encontros está relacionada à importância dos agricultores reconhecerem-se como sujeitos no processo educativo/formativo. A compreensão de se perceber como autor na construção do PEA significava valorizar os momentos de reflexão do saber/fazer implicado no compromisso de tecer coletivamente o programa de educação ambiental. Para registro desse processo, houve a necessidade de produção de material como mapas, carta ambiental e um documentário.

Destaco, como um movimento fundamental, a criação de um espaço específico para as mulheres manifestarem suas ideias e proposições ao PEA. Nos encontros de formação, as manifestações das mulheres eram quase invisíveis. Elas deixaram os maridos expressarem as dúvidas, as interrogações, os pensamentos e as divergências. Sempre que estimuladas a exprimir suas opiniões e ideias, elas o faziam com reticências. Era sabido que tinham muito para contribuir, fato percebido nas entrevistas, nas conversas informais na casa, nas festas e em outros espaços (Diário de Campo). Às vezes, divergiam da posição familiar quanto às questões ambientais, à organização do assentamento e à produção agropecuária. Ao terem um momento exclusivo para elas, houve expressiva mudança na forma como começaram a ocupar os espaços nos encontros seguintes. Expressaram e defenderam suas aspirações como a de resgatar a solidariedade vivida nos anos iniciais do assentamento, pois percebiam o programa de preservação ambiental como um lugar apropriado para remeter as suas utopias. O trabalho desenvolvido com as mulheres intencionava questionar o pressuposto da identidade de gênero que determinam e regulam a posição de mulher e homem no contexto sociocultural de uma sociedade. A constante

repetição de determinada maneira de se comportar é uma forma de regular os corpos, principalmente porque são apresentados com qualidades idealizadas para a feminilidade e para a masculinidade, se tornando uma forma de controle constante (Guerra, 2005). As mulheres, ao deixarem seus companheiros se manifestar pela família se sustenta na representação de gênero amplamente difundida e compartilhada culturalmente na nossa sociedade, os homens ao ocupar os lugares sociais são valorados no grupo que convivem e se relacionam. Para essas mulheres, era natural que os homens no espaço de formação de educação ambiental expressassem os desejos e as decisões sobre a preservação da unidade produtiva, pois entendem que a eles cabe a responsabilidade e autoridade sobre o lote, o cultivo agrícola e os cuidados com os animais. Para Laclau (1993, p.201)

Desconstruir uma identidade significa mostrar o exterior constitutivo que habita, quer dizer, um exterior que constitui essa identidade e que ao mesmo tempo a põe em questão e isto não é outra coisa senão afirmar sua contingência, sua radical historicidade.

A desconstrução das identidades significa trabalhar com a multiplicidade de sentidos produzidos para feminilidades e masculinidades, nem sempre convergentes. As mulheres e os homens podem viver suas feminilidades e masculinidades de diferentes formas, articuladas a outros marcadores sociais em relações de poder, tais como classe social, religião, nacionalidade e outros. As feminilidades e masculinidades são construídas social, cultural e lingüística, vinculado aos processos que definem e produzem as identidades sociais, aos processos que instauram diferenças entre mulheres e homens, aos processos que fabricam seus corpos (Guerra, 2005).

A construção do PEA nos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita foi uma experiência resultante de um processo criativo coletivo que desencadeou movimentos diversos de diálogos em relação à ecologia, à vida, à agricultura, à cultura, à identidade, à legislação ambiental, à política e à sociedade contemporânea. Havia um tempo alongado para a realização de cada etapa do programa, aspecto que permitia reflexões e distanciamento para, após, repensá-las, agregando novos elementos. Nesse processo produtivo, a síntese das questões que retratariam a perspectiva dos agricultores para o PEA foi um dos muitos momentos significativos.

Construindo o Programa de Educação Ambiental Coqueiro e São Joaquim/Santa Rita

O primeiro encontro das comissões para a construção do programa ocorreu em agosto de 2007, com o objetivo de elaborar a justificativa do Programa de EA. Para isso, foi utilizada uma dinâmica, durante a qual foram distribuídas dez fotos para cada grupo.

Essas fotos traziam momentos importantes na trajetória dos agricultores como: locais de suas cidades de origem, acampamentos e marcha do MST, paisagem atual do assentamento, assentados coletando frutos, lavouras, ordenha e imagens do encontro de devolução dos resultados do Diagnóstico Socioambiental realizado pela equipe da NEEA/UFRGS.

Os grupos deveriam organizar as fotos e colá-las em papel pardo. A seguir, deveriam contar a história de suas trajetórias até o presente momento, baseando-se no cartaz. Outro ponto importante é que os agricultores deveriam identificar itens do porquê elaborarem um Programa de EA para aquela comunidade. Os grupos trabalharam por 20 minutos na montagem de seus cartazes com fotos e figuras. Após, apresentaram a sua proposta. A partir dos porquês, foi elaborada a justificativa do Programa.

O segundo encontro com as comissões ocorreu em setembro e teve como meta construir os objetivos do Programa de EA. Foram utilizadas duas dinâmicas de grupo: primeiro, a dinâmica de um objeto na mão (laranja), na qual a pessoa que estivesse com a fruta deveria falar algo que lhe remetesse as lembranças sobre a natureza na infância. Após, o objeto deveria ser arremessado para outro componente do grupo. A segunda dinâmica consistia, primeiro, em dividir os grupos dos assentamentos e oferecer-lhes figuras e fotos sobre temas relacionados às questões ambientais, organização econômica, produtiva, social e paisagens dos assentamentos. A atividade proposta foi a separação, pelo critério temporal (curto, médio e longo prazo), da realização de ações às quais cada imagem remetia, estas, posteriormente sendo coladas no painel. Todas as imagens foram selecionadas de acordo com a realidade de cada assentamento.

Em outubro, no terceiro encontro com a comissão para a continuidade da elaboração dos objetivos, essa atividade seguiu a mesma dinâmica do encontro anterior. Nessa ocasião, os membros de cada comissão empenharam-se, por meio das fotografias e imagens de revistas, em relacionar as atividades, as produções e as situações com o prazo para serem realizadas, conforme estipulado nos objetivos de curto, médio e longo prazo.

No quarto encontro com as comissões, em novembro, após a sistematização dos objetivos em eixos temáticos, deu-se início, por escrito, à metodologia, conforme os objetivos propostos nos dois últimos encontros (setembro e outubro). Os dois assentamentos foram divididos e cada um recebeu uma planilha com os objetivos anteriormente elaborados, bem como um espaço no qual deveria representar como era possível realizar cada ação proposta nos objetivos. As comissões de cada assentamento

reuniram-se e discutiram sobre cada ação e sobre como seria possível realizá-las. Por fim, apresentaram suas propostas ao grupo.

No quinto encontro, em dezembro, considerando as alterações e a inclusão de novas ações nos objetivos propostos pela comunidade, continuou-se a elaboração e a qualificação da metodologia. Assim, as duas comissões levaram para a coordenação de cada assentamento todos os itens, a fim de haver discussão e aprofundamento das propostas e os ajustes necessários. Seguiu-se a mesma dinâmica do encontro anterior, com a discussão em grupo, qualificação e apresentação.

No sexto encontro, em dezembro, foi finalizada a elaboração da metodologia. Após novas contribuições das coordenações presentes e da comunidade, encaminhou-se para janeiro de 2008 o encontro de apresentação e aprovação do Programa de Educação Ambiental – PEA pelas comunidades de cada assentamento. Discutiram-se as etapas de construção do Programa e a sua importância para a vida, assim como a organização dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita.

Durante esse processo, houve a necessidade de organizar um grupo de mulheres para debater as questões ambientais do assentamento conforme suas perspectivas. Foram realizados dois encontros em cada assentamento, nos meses de novembro e dezembro, os quais envolveram dinâmicas de sensibilização e de reflexão sobre temáticas nos cursos de formação e da comissão que diz respeito à dinâmica cotidiana do assentamento e suas consequências para as futuras gerações. Os encontros foram os seguintes:

No dia 24 de novembro, no primeiro encontro com as mulheres na sede dos assentamentos realizou-se uma dinâmica com objetivo de restabelecer a autoestima e os laços afetivos entre elas e suas famílias, valorizando importância dessas na construção do Programa. As atividades envolveram música, expressão corporal, dramatização, falas individuais e trabalhos em grupo voltados para a qualificação do Programa de EA.

O segundo encontro ocorreu no dia 15 de dezembro, à tarde. O objetivo principal desse encontro foi a reflexão sobre as diferenças, nos recortes: ser pessoa, pertencer a uma família, a grupos e ao assentamento. A atividade desse dia foi realizada com música, expressão corporal, depoimentos pessoais e trabalho em grupos.

Todos os presentes participaram das discussões e dos apontamentos, com maior ou menor ênfase. A construção feita por meio da comissão dos agricultores, e por etapas, motivou conflitos, principalmente nos momentos de repassar e trazer as ideias e propostas do assentamento. A comissão não se fazia entender, ao repassar os aspectos mencionados

para seus pares. Os conflitos foram retomados nas formações e, quando necessário, foram feitos esclarecimentos nos núcleos familiares. A disposição de constantemente retomar as questões polêmicas imprime confiança, porém é preciso entender que as relações de poder sempre vão permear as produções coletivas. Esse processo envolveu aprender com o outro nas diferenças, nas indagações, nas discordâncias, na cumplicidade, no desencontro, nos afetos e na criatividade. É uma ação de perceber que existem limites nas intervenções, o desafio encontra-se, por conseguinte, no respeito ao processo do grupo.

Para a organização da apresentação do PEA, a comissão reviu aspectos importantes para constar no documento final como: os nomes dos assentados, dados referentes às particularidades de cada assentamento (número de famílias, localização, área), introdução contendo a justificativa para a elaboração do Programa. Também se explicitaram os objetivos listados e a respectiva ordem de prioridade destes, por meio de temporalização, as atividades necessárias para a implantação, e os recursos financeiros e humanos imprescindíveis ao alcance desses objetivos. Junto à comissão, foi organizada a maneira como seria apresentado o documento para a comunidade, visto que os próprios agricultores fariam um relato sobre toda sua trajetória ao longo de 2007. Foi apontado que deveriam ser explicitadas as etapas de execução do Diagnóstico Socioambiental, os Cursos de Formação Ambiental e os encontros da Comissão do Assentamento para uma eficaz elaboração do PEA. Cada comissão estabeleceu a dinâmica que compreendia mais adequada para apresentação do PEA à comunidade. A apresentação do Programa de Educação Ambiental foi feito com a contextualização mediante um histórico das atividades realizadas no ano de 2007, salientando a construção coletiva dos assentados juntamente com a equipe NEEA/UFRGS.

As atividades iniciaram com a mostra de um vídeo criado pela equipe, mostrando imagens de toda a trajetória da construção do programa. A apresentação do PEA foi realizada pelas comissões dos assentamentos sendo destinado, em seguida, um tempo livre para a manifestação da comunidade. Após as manifestações, foi realizada a votação, conduzida pelas lideranças de cada assentamento, resultando na aprovação do Programa de Educação Ambiental.

Com base no documento do PEA, foi elaborada a Carta Ambiental da Terra e o Documentário. Esses instrumentos foram uma forma de oficializar o PEA para que os agricultores pudessem dispor facilmente do documento, além de consubstanciarem um material facilitador para a apresentação na busca de prováveis financiadores. A linguagem da Carta foi formatada de maneira acessível, para que se tornasse de fácil consulta pelos

agricultores. O conteúdo desta abrangeu a trajetória do trabalho, entretanto, sem incorrer na densidade de escrita, constando dela muitas imagens dos assentamentos e informações explicativas de termos mais técnicos. O documentário foi organizado por meio de gravações das atividades do cotidiano e das entrevistas realizadas nos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita. Foram utilizadas filmagens que contemplassem paisagens, o uso do solo, as pessoas do assentamento, as opiniões dos agricultores e o momento de apresentação do PEA. A edição das imagens foi feita por profissionais da área, a partir de um roteiro criado pela equipe do NEEA/UFRGS. Os esforços foram concentrados na seleção de imagens contendo opiniões e paisagens que representassem, da forma mais fidedigna possível, o processo de construção do Programa até sua apresentação à comunidade. Também foi importante captar imagens que expressassem as expectativas criadas pelo PEA para as pessoas do assentamento.

Ocorreram reuniões com as comissões nos meses de abril, maio e junho de 2008 para início da efetivação de ações previstas no PEA nos assentamentos. A primeira reunião de abril foi para esclarecimentos sobre a possibilidade de organizar um centro de formação no assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita e sobre a organização de um viveiro no assentamento Coqueiro. A demarcação das APP foi outro assunto a ser considerado pela comunidade e o projeto de recuperação das APP, no assentamento Coqueiro, ficou a cargo de um projeto elaborado por um técnico contratado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e INCRA. Os assentados do Coqueiro, em reunião, apontaram conflitos entre os dois assentamentos, no que concernia à construção do viveiro e do centro de formação. Eles criticaram a posição adotada pelo Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita por realizar reunião com o INCRA para definição de pontos importantes do PEA sem a presença de seus representantes.

Na reunião de maio, com os representantes dos dois assentamentos, a equipe do PEA e uma representante do INCRA se reuniram para esclarecimentos e encaminhar os trabalhos. Foram dadas informações sobre a situação para início da demarcação das APP. Os agricultores fizeram questionamentos sobre a instalação do centro de formação à representante do INCRA, sendo esclarecido que não será construído o centro de formação por este projeto, somente o viveiro. A principal manifestação dos assentados focalizou as reuniões, sugerindo-se que essas fossem realizadas sempre de forma conjunta com a participação dos dois assentamentos e o INCRA.

No mês de junho, concretizou-se mais uma reunião com as comissões dos dois assentamentos, a equipe do PEA e uma representante do INCRA. O mês de julho foi

escolhido pelas comissões dos dois assentamentos para o lançamento do documentário e do Programa de Educação Ambiental, evento a ser realizado na sede do Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita (Figura 20). A comissão de cada assentamento selecionou duas ações para iniciar a efetivação do PEA. O assentamento Coqueiro optou pela ação relativa aos resíduos e pela construção de espaço de horta coletiva com plantas medicinais, enquanto que o assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita escolheu a reforma da sede e a questão das embalagens de agrotóxicos. Foram confeccionados convites para o lançamento do documentário. Todas as famílias receberam os convites para participar do lançamento.



Figura 20. Convite para o lançamento do documentário

Apresentação do Programa de Educação Ambiental

A partir da aprovação do Programa de Educação Ambiental pela comunidade dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita, os resultados desta etapa puderam ser registrados na forma de documentos. São eles a Carta Ambiental da Terra e o documentário intitulado Educação ambiental nos assentamentos rurais no Bioma Pampa: construindo futuros. Estes documentos apresentam como foi organizada a construção do programa e explicitam, principalmente, a motivação e o envolvimento da comunidade para

transformar a realidade socioambiental desses assentamentos. No trecho *“Este documento tem como princípios a justiça social e as questões ambientais, como agroecologia e conservação da natureza, observando na família o estímulo para autoestima e vontade de realizar mudanças”*. (Comissão do Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita e Coqueiro), já podemos verificar o que subjaz a essa ação.

Carta Ambiental da Terra do Assentamento Coqueiro

Na Carta Ambiental do Assentamento Coqueiro (Figura 21), são apresentadas as aspirações da comunidade quanto às ações focadas na educação dos jovens, atividades de integração entre os assentamentos e a luta pela melhoria do acesso à saúde. O documento contém alternativas visando à recuperação, à conservação e ao manejo adequado do ambiente, bem como à proposta de uma reflexão sobre a situação socioambiental da comunidade. Isso se visualiza em: *“Peço o apoio e a colaboração da comunidade, pois o avanço desse Programa de Educação Ambiental depende de todos. Precisamos da água e da terra, então devemos preservar a natureza. Peço que esse projeto seja aproveitado pelo Assentamento Coqueiro, pois é uma grande oportunidade”* (José Pereira da Silva).

Um momento de grande importância e envolvimento da comunidade foi a participação das mulheres que criaram ações para o cotidiano do assentamento, na esperança de deixar um ambiente melhor para seus filhos/as. A significância da participação das mulheres na construção do PEA foi trabalhada de forma a recuperar a autoestima e os laços afetivos entre elas e seus familiares.

Carta Ambiental do assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita

A Carta do assentamento São Joaquim/ Nova Santa Rita (Figura 22) apresenta os desejos dos integrantes do assentamento de reconstruir a união entre os agricultores, pois estavam desmobilizados para a reorganização da comunidade. Tinham vivenciado conflitos entre eles, os quais causaram discordâncias entre algumas famílias que antes trabalhavam de forma coletiva, prática que fora rompida. Havia esperança de que, com o movimento de construção do PEA, houvesse a possibilidade de alcançar o objetivo de uma nova aliança entre as diferentes posições de grupos no assentamento. Um dos integrantes diz: *“Nosso primeiro objetivo era a terra. Agora é preservar a terra”* (Ari Muller).

Nos encontros das mulheres, foi possível debater as questões socioambientais com a utilização de dinâmicas de sensibilização e de reflexão, para, assim, resgatar a importância dessas participantes neste processo.



Figura 21. Capa da Carta Ambiental da Terra – Assentamento Coqueiro (Guerra *et al.*, 2008)

Lançamento da Carta Ambiental e do Documentário

Para a apresentação do Documentário e das Cartas, foi organizada uma cerimônia com os representantes de cada assentamento. O evento, realizado no dia 12 de julho de 2008, na sede do Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita, no turno da manhã, iniciou-se junto com a Comissão dos Assentamentos São Joaquim/Nova Santa Rita e Coqueiro, com anterior organização do espaço e dos equipamentos para realização do lançamento do PEA. A abertura do lançamento do Documentário e da Carta Ambiental da Terra contou com a fala da coordenadora do NEEA/UFRGS, de representantes das Comissões do PEA de cada assentamento e do representante do INCRA. Foram manifestadas as considerações da Comissão do Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita e expostas as ações eleitas para implantação na comunidade: reforma da sede da comunidade, construção de local para descarte de embalagens de agrotóxicos, alternativas à geração de renda dos agricultores. Os

representantes do Coqueiro apresentaram as ações escolhidas para efetivação: a construção de um local para o depósito de resíduos e a implantação de uma horta medicinal comunitária. Em seguida, a Carta Ambiental da Terra foi distribuída para cada integrante das Comissões. Após esta cerimônia, iniciou-se a projeção do documentário “Educação Ambiental nos assentamentos rurais no Bioma Pampa: Construindo futuros” (Figura 23).

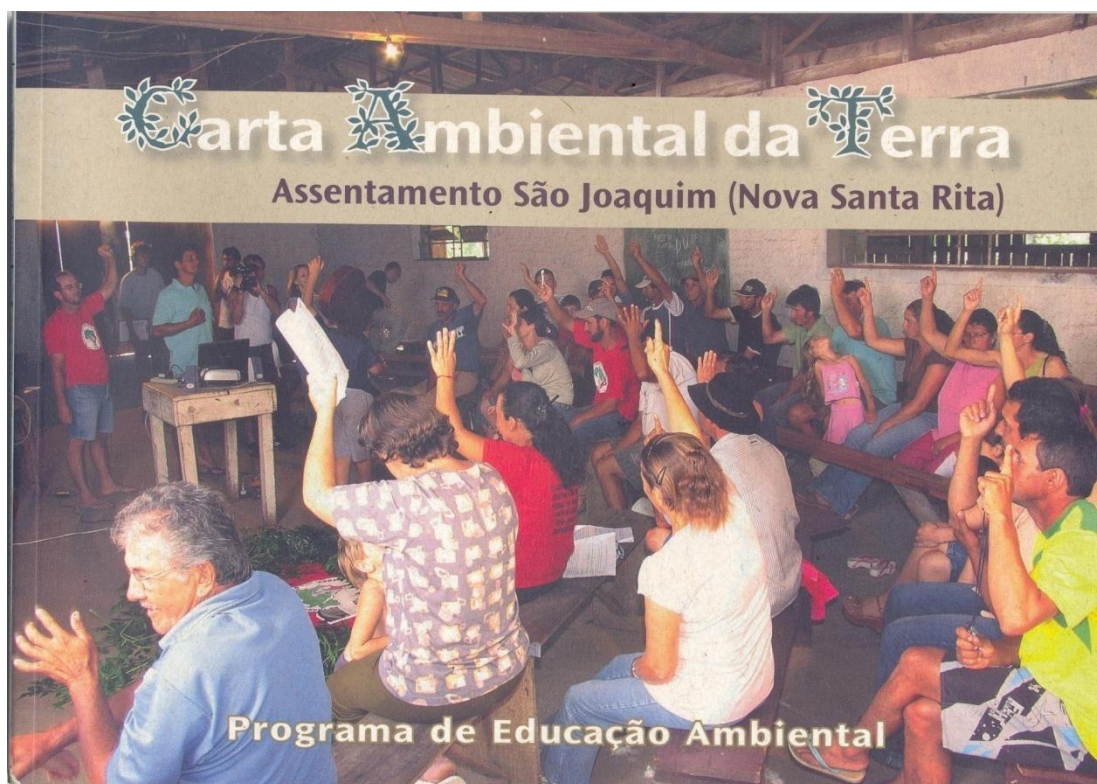


Figura 22. Capa da Carta Ambiental da Terra – Assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita (Guerra *et al.*, 2008).

Terminado o documentário, foram feitas algumas considerações sobre a apresentação. Observou-se a satisfação e alegria das pessoas da comunidade que sorriam ao ver as imagens do assentamento e o depoimento de seus pares. As comemorações prosseguiram com o almoço coletivo organizado pelas comissões para todos os presentes e, depois, a dança e os cantos invadiram a sede com o contentamento.

Atualmente, as reformas das sedes de ambos os assentamentos estão quase prontas. Já foi elaborado o projeto de recuperação das áreas de preservação permanente do assentamento Coqueiro, tendo em vista que é o onde se mostram os maiores problemas de erosão do solo, causada pelo pisoteio do gado devido à dessedentação. Ainda não foi definido o local para os resíduos de agrotóxicos e a horta de plantas medicinais, condimentares e aromáticas está em fase de implantação, bem como o cronograma das

oficinas sobre essa temática. No assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita, foi construída uma cancha de esportes para os jovens da comunidade, a fim de que a juventude tenha um espaço de lazer, principalmente nos finais de semana. Esse empreendimento foi elencado no PEA, para que os jovens se sintam motivados a permanecer no assentamento. O assentamento Coqueiro, ao comemorar os quinze anos de assentamento, inaugurou a igreja e a reforma da sede, um sonho, desde o início da implantação do assentamento.

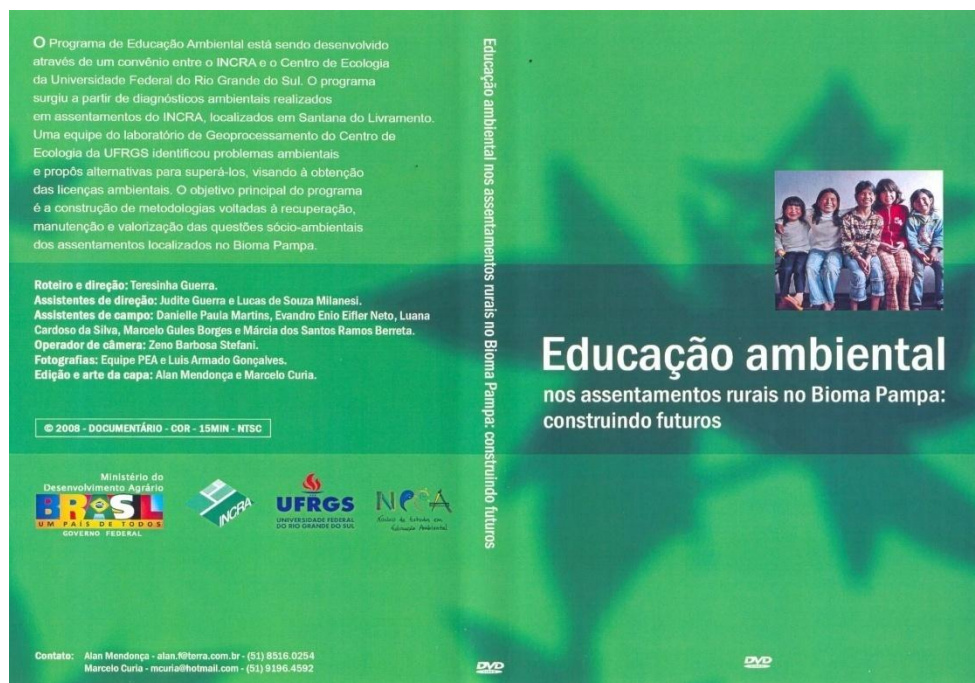


Figura 23. Capa do documentário (Guerra *et al.*, 2008).

Enfim, o PEA, de acordo com o ritmo de cada assentamento, vai sendo realizado à medida que as necessidades forem estabelecidas. O mais significativo é a mudança que está ocorrendo no assentamento Coqueiro, que, no decorrer da construção do PEA, tiveram muitos problemas para motivar a participação dos assentados em todo o processo. No ano de 2011, com a ajuda da equipe, o grupo conseguiu se fortalecer, definir e socializar encaminhamentos relacionados ao projeto de recuperação de APP. Já foi realizada a demarcação da APP e a construção de uma igreja e a reforma da sede. O assentamento São Joaquim/Nova Santa Rita caminha lentamente na reorganização da comunidade porque precisa restabelecer laços de solidariedade para desenvolver o Programa de Educação Ambiental de forma coletiva, da mesma forma que foi construído. Eles já reformaram a sede e construíram uma cancha de futebol.

Considerações Finais

A construção do PEA nos dois assentamentos mobilizou a comunidade dos agricultores que passou por diferentes momentos, tais como: de confiança/ desconfiança; de mostra da trajetória e da diversidade de aprendizagem na superação de dificuldades para alcançar a terra; do confronto entre conhecimentos e a prática agrícola na formação, do confronto entre informações e descobertas, das relações entre o antigo e o novo, da dificuldade de as mulheres expressarem suas ideias para o programa e dos conflitos entre o fazer e o ideário, principalmente no que concerne à legislação ambiental.

Na elaboração de cada etapa do programa, a discussão e a negociação permearam os encontros e também os núcleos familiares, com vistas a reinventar antigas ideias e estabelecer uma rede interligando-as com as questões ambientais, assim como para desfazer mal-entendidos.

O processo de produção coletiva e o exercício dialógico permitiram que as pessoas partilhassem conhecimento, aprendizagens e saberes, mas também as dúvidas, as incertezas e a necessidade de encontrar saídas para a preservação do ambiente. A reflexão sobre a realidade mostrou uma nova forma de ver o assentamento e originou a vontade de resgatar antigos princípios de convivência estabelecidos no início do assentamento, a saber: a partilha, a solidariedade e a confraternização.

Os agricultores que estavam envolvidos na construção do programa passaram a ter a esperança de poder mudar muitos aspectos que não deram resultado na organização da comunidade. As ações estavam se tornando cada vez mais individualizadas, dadas as desavenças ocorridas na comunidade. Os grupos começaram a perceber que era possível retomar as relações entre os vizinhos agricultores e sonhar com uma comunidade com sedes que pudessem oferecer momentos de lazer, formação, exercer a religiosidade e a produção coletiva, seja pelo cultivo de chás e ervas aromáticas, seja pela confecção de artesanato entre outras atividades. Enfim, ao construir o programa, foram lançando pontes para resgatar utopias perdidas no tempo, abandonadas nas agruras do recuo para a sobrevivência, deixadas na sombra e, agora, aguçadas pelo movimento da preservação do ambiente, da vontade de transformar o assentamento em um espaço com qualidade de vida.

Referencias Bibliográficas

- ADDISON, E. E. A Percepção Ambiental da População do Município de Florianópolis em Relação à Cidade. **Dissertação de Mestrado**, PPG em Engenharia de Produção, UFSC. Florianópolis, 2003, 151p.
- ALMEIDA, J. A. Agroecologia: Nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social? In: (Org.) RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p88-101.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, 117p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 436p.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A. (org.): **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p62-78.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, 252p.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001, 211p.
- BRANDRÃO, C. R. **As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, 205p.
- BONDÍA, J. L.. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. ANPED, **Revista Brasileira de Educação**, 2002, p20-29.
- CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas. **Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Do Campo, 2002, p18-25.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, 163p.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004, 256p.
- CAPORAL, R. F.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In: (Org.) RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p46-60.
- DAMASCENO, M.N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, 30(1), 2004, p73-89.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental. Princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1993.400p.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000, 551p.
- FERNANDES, R. S., SOUZA, V. J., PELISSARI, V. B., F.FERNANDES, S.T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental. Rede CEAS. 2009, 15p. http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf. Acesso 03 de agosto de 2011.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405 p.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198 p.

- GRAZIANO N. F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1999, 154p.
- GORMLEY, K. J. Research as a Democratic Process: Educational Community Development in Brazil through Participatory Research. **Convergence**, 34(4), 2001, p41-57.
- GUERRA, J. Dos “segredos sagrados”: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. **Dissertação de Mestrado**. PPG Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2005, 128p.
- GUERRA, T., GUERRA, J., BERRETA, M. S., BORGES, M. G., CARDOSO; M., L. S.; EIFLER NETO, E. E. **Carta Ambiental da Terra: Assentamento São Joaquim (Nova Santa Rita)**. Porto Alegre: INCRA-RS/UFRGS, 2008, 64p.
- GUERRA, T., GUERRA, J., BERRETA, M. S., BORGES, M. G., CARDOSO; M., L. S.; EIFLER NETO, E. E. **Educação Ambiental nos assentamentos rurais no bioma Pampa: construindo futuros**. Porto Alegre: INCRA-RS/UFRGS, 2008, 15min.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica In: **Identidades da educação ambiental brasileira/Ministériodo Meio Ambiente**. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156p.
- HALL, B. L. **Pesquisa participativa, o conhecimento popular, e poder: uma reflexão pessoal**. *Convergência: Revista Internacional de educação de adultos*, 4(3), 1981, p6-19.
- LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la evolución del nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993, 139p.
- LAYRARGUES, P. P. A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental. **Tese de doutorado**. PPG Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 2003, 111p.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, 3(1), 2002, p36-51.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo, 2002, p69-98.
- LOUREIRO, C. F. B. **Movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006a, p159.
- LOUREIRO, C. F. B. **Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental**. In: *Educar*, Curitiba, UFPR. 2006b, p37-53.
- MARIN, A. A.; LIMA, A. P. Individuação, percepção, ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 25(3), 2009, p265-281.
- MELLAZO, G. C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, 2005, p45-51.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. *Revista terra Livre*. **Associação dos geógrafos brasileiros**. São Paulo, 2001, p113-132.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 1994, p7-37.
- NETO, V. M. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física. In: (Org.) NETO V. M. TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.;

- NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K **Pesquisa qualitativa em educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p107-139.
- PIOVESAN A.; TEMPORINI E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública** v. 29(4) São Paulo, 1995, p318-325.
- REIGOTA M. **Meio ambiente e representações sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, 88 p.
- RIBEIRO, L. M. O papel das representações sociais na educação ambiental. **Dissertação de Mestrado**, PPG Educação da PUC. Rio de Janeiro, 2003, 199p.
- ROMEIRO, R.; A. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: (org.) STÉDILE J. P, Gorender, J, OLIVEIRA, A, VEIGA, J. E, ABROMOVAY, R. ROMEIRO, A, SILVA, SONDRONI, P, SILVA, J. G, MULLER, G, PACHECO, M. E. L, GRAZIANO NETO, F, CARVALHO, H. M, GERMER, C, GRZYBOWSKI, C. **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, p105-136.
- ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de integração entre regional e global**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999, 188p.
- RUSCHEINSKY, A., COSTA A. L. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: (org.) RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: Abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artemed, 2002, p73-90.
- SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artemed, 2009, 376p.
- TAGLIEBER, E. J. e GUERRA, A. F. S. Apresentação. In: (orgs.) TAGLIEBER, E.J., GUERRA, A. F. S. **Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisa em educação ambiental**. I CEPEASul - Colóquio de pesquisa em educação ambiental da região Sul). Pelotas: Universitária/UFPel, 2004, p9-13.
- THIOLLENT. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985, 185p.
- VEIGA, M. M. Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental. **Ciências saúde coletiva**. 12(1), 2007, p145-152.

5. ANÁLISE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BIOMA PAMPA, REGIÃO SUL DO BRASIL

Resumo

Neste trabalho é realizado a análise da construção de educação ambiental em onze assentamentos rurais localizados no município de Santana do Livramento no sul do Brasil. A construção do programa de Educação Ambiental nestes assentamentos rurais requereu reflexões sobre a prática cotidiana nos assentamentos. A elaboração do programa tinha um caráter educativo na problematização dos conhecimentos e da práxis com a finalidade de questionar as concepções relacionadas à natureza-agricultor. As compreensões de educação ambiental apontada pelos agricultores permearam entre uma educação ambiental voltada aos conhecimentos ecológicos, resolução de problemas e análise crítica. As análises das definições de natureza pelos agricultores mostraram uma relação às normatizações ambientais, pelo processo de licença ambiental do qual estavam envolvidos, pois os assentamentos rurais estão buscando se adequar a legislação ambiental. As formações mostraram a importância da apropriação do conhecimento da legislação ambiental, os problemas causados pelos agrotóxicos, a problemática dos resíduos e a prática de agricultura. A partir das temáticas como: o uso da água e área de preservação permanente, agrotóxicos, percepção do solo e educação ambiental, os agricultores definiram alternativas para a preservação que se constituirá na Carta Ambiental de cada assentamento. As metodologias participativas foram ferramentas pedagógicas importantes para a condução do processo educativo de produção coletiva, para a construção de educação ambiental em comunidades rurais, na elaboração de alternativas específicas de preservação ambiental.

Palavras-chave: assentamentos rurais, legislação, preservação, educação ambiental.

Introdução

A crise ambiental sistematicamente tem feito parte das discussões que envolvem a produção de sobrevivência humana em nosso planeta, marcada pela contínua exaustão dos recursos naturais, pela poluição das águas, do ar e do solo. A das discussões sobre a crise ambiental implica problematizar as antigas certezas e afirmações absolutas no campo do conhecimento. Isso significa questionar os valores, comportamentos, posturas assumidas na convivência cotidiana entre homens, mulheres, crianças, velhos e a natureza. O modelo civilizatório ocidental compreendeu o ser e as coisas, produziu um mundo fragmentando, dividido entre a razão e a emoção, uma construção de disjunção entre seres humanos e a natureza. Segundo Guimarães,

a crise ambiental reflete a crise deste modelo de sociedade urbano-industrial que potencializa, dentro de sua lógica, valores individualista, consumeristas,

antropocêntricos e ainda como componente desta lógica, as relações sociais de poder que provocam dominação e exclusão, não só nas relações sociais como também nas relações sociedade-natureza (Guimarães, 2000, p.24)

A crise ambiental expressa os problemas sociais e ambientais advindos do modelo de desenvolvimento econômico com princípios de acumulação e expansão. Essa compreensão reflete a racionalidade com que a ciência e economia concebem a natureza. A natureza é coisificada não existindo limites na sua exploração. A ênfase no mercado impõe uma única cultura para todos os povos, descaracterizando as culturas locais nas suas especificidades e diferenças, forjando a homogeneidade. Portanto, desconstruir o que está instituído como verdade, principalmente a ideia que os recursos naturais são infinitos, e que sempre haverá diversidade das espécies dentre outras verdades é bastante complexo, pois essas mudanças passam pela construção de um novo paradigma e por mudanças na sociedade. Nessa perspectiva a educação ambiental se constitui na disputa de sentidos e significados nos discursos do campo ambiental, nas políticas de desenvolvimento sustentável, nas instituições e nos diferentes campos do conhecimento.

O questionamento das teorias que instrumentalizam e legitimam a construção do conhecimento são importantes para a compreensão do mundo, abrindo novos caminhos para o não pensado. Nesse contexto, a Educação Ambiental configura-se como uma possibilidade para problematizar o pensamento moderno, para desconstrução da cultura dominante e hegemônica. Assim como para a visibilização dos conflitos e disputa de poder na produção e reprodução dos conhecimentos e saberes ambientais. Uma Educação Ambiental que não esteja voltada somente para a resolução dos problemas, principalmente para compreender os diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos que estão envolvidos na trama da utilização dos recursos naturais. Isto é, pensar de maneira crítica as estratégias, os procedimentos, as atitudes e as contradições para construir novas formas de pensar a cultura, o meio ambiente, o conhecimento, o poder, a natureza e a educação.

Convém apontar que os conhecimentos e saberes culturais ambientais dos agricultores assentados são construídos e reconstruídos nas diferentes relações que estabelecem com as pessoas da região da Campanha, com os técnicos que assessoram o assentamento, com o ambiente e entre eles.

Neste trabalho apresento uma reflexão focada especialmente na compreensão dos agricultores a respeito de natureza e educação ambiental e a análise da construção do Programa de Educação Ambiental (PEA) nos onze assentamentos rurais.

Caminhos Investigativos

Metodologia

Esta pesquisa está integrada ao Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais¹⁵, um programa de intervenção para a construção coletiva de propostas alternativas para a qualidade ambiental e ecológica nos assentamentos rurais. Este programa está associado ao processo de licenciamento ambiental do assentamento, pelo INCRA-RS, junto ao órgão ambiental do RS (Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM). É importante salientar que participo neste Programa como pesquisadora, envolvida no processo de construção e desenvolvimento deste. A minha inserção como pesquisadora no processo de intervenção possibilitou maior aproximação com os agricultores e o estabelecimento dos vínculos de confiança, o que permitiu empatia nos diálogos nas diversas situações, nas residências familiares, nas festividades no assentamento, nos cursos e nos encontros de formação.

O caminho metodológico, neste estudo, insere-se na pesquisa qualitativa (Flick, 2009; Silverman, 2009; Gibbs, 2009), privilegiando os métodos participativos, nos quais encontro eco para a integração teórico-metodológica nas reflexões e análises do Programa de Educação Ambiental. Para Pedrini (2007, p. 75), a abordagem qualitativa “pressupõe o inter-relacionamento constante entre o sujeito e o objeto, sendo possuído de significados e relações que sujeitos concretos geram em suas ações”.

A observação-participante foi uma ferramenta utilizada na coleta de informações. Caracteriza-se como um instrumento do contato direto com os sujeitos, oportunizando observar e registrar as vivências e os acontecimentos presenciados (Neto, 2004; Chizzotti, 1999). Esta é uma forma de aproximação para observar manifestações e formulações dos participantes, assim como para perceber as particularidades que podem conduzir a novas formulações e perspectivas de análise. Os registros das situações observadas foram feitos no Diário de Campo, em que as anotações podem ser retomadas sempre que necessário.

¹⁵ O Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais nos Assentamentos Rurais destina-se a 13 assentamentos, localizados no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento do Programa iniciou em 2007, com a realização de um diagnóstico socioambiental nos assentamentos, em parceria com o Núcleo de Estudos em Educação Ambiental do Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com o apoio do Departamento de Meio Ambiente do INCRA-RS.

Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de conhecer a identidade regional dos agricultores e as lideranças, foi realizada uma pesquisa exploratória nos assentamentos. O levantamento preliminar tinha o intuito de subsidiar o roteiro de entrevistas para elaboração de um diagnóstico socioambiental da população local. Segundo Piovesan e Temporini (1995), esse tipo de pesquisa permite a elaboração de instrumento de pesquisa mais adequado à realidade. A entrevista do diagnóstico socioambiental foi elaborada com um roteiro de perguntas, previamente definido em quatro partes, o que permitiu maior coerência dos dados a serem coletados. O roteiro inicia com (i) a identificação da vida familiar com informação do lugar de origem e a comunidade atual; segue com (ii) os aspectos da vida cotidiana relacionados à infraestrutura familiar, incluindo a situação da moradia, acesso a água; continua, com (iii) o sistema de produção e comercialização; e finaliza com (viii) o manejo dos recursos naturais, o extrativismo e a percepção ambiental.

Em março de 2008, teve início a pesquisa exploratória com vistas a conhecer a realidade socioambiental e a identificar as lideranças e os coordenadores nos onze assentamentos. As reuniões aconteceram nos assentamentos com a finalidade de estabelecer um cronograma de trabalho junto com os agricultores e coordenadores dos núcleos familiares.

A primeira reunião ocorreu no assentamento São Leopoldo/Jupira, na qual se efetivou a entrega pelo representante do INCRA de uma cópia da Licença Ambiental, emitida pela FEPAM, o qual expressou um alerta sobre a importância do PEA para a renovação do Licenciamento Ambiental.

No assentamento Recanto, a reunião foi realizada juntamente com representantes dos agricultores de Posto Novo e Apolo. A coordenadora do PEA apresentou ao grupo as atividades a serem desenvolvidas nesses assentamentos. O representante do INCRA informou que não fora aprovado o licenciamento do assentamento Apolo, em vista do arrendamento de terras para o plantio de arroz, contrariando as normas que regem os assentamentos. Por isso, justificou o representante, foram suspensos os investimentos desde 2007. Essa questão terá desdobramentos em outras reuniões do assentamento.

A reunião de apresentação do projeto na sede do Cerro dos Munhoz aconteceu juntamente com os representantes dos assentamentos Bom Será, Capivara, Santa Rita e

Santo Angelo. Nessa reunião, estiveram presentes a coordenadora estadual/regional do Movimento dos Sem Terra (MST), uma assistente técnica da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTec), duas professoras da escola, o representante do INCRA-RS e a coordenadora do projeto com a equipe do PEA/UFRGS. O representante do INCRA-RS alegou a exigência de licenciamento ambiental determinada pelo Tribunal de Contas da União, enfatizando a importância do acesso ao crédito rural. A coordenadora do PEA/UFRGS explicou o processo de construção do programa de educação ambiental dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita e apresentou a dinâmica planejada para os onze assentamentos, propondo o mês de abril para início das entrevistas. Durante a discussão, os agricultores manifestaram preocupações com a expansão do plantio de eucalipto na região e o intenso uso de agrotóxico no cultivo. Os representantes se encarregaram de indicar famílias para as entrevistas do diagnóstico socioambiental.

Nos assentamentos Frutinhas e Pampeiro, foi apresentado o projeto realizado nos assentamentos São Joaquim/Nova Santa Rita e Coqueiro, vinculando ações ao licenciamento ambiental. Os agricultores do Pampeiro indicaram algumas famílias para a realização das entrevistas. Os agricultores do Frutinhas igualmente sugeriram famílias e queriam mais informações sobre Área de Preservação Permanente (APP). Nesses assentamentos, foram canceladas várias vezes as entrevistas, dada a dificuldade de acesso aos locais no período de chuva, porque as estradas ficam intransitáveis e os cursos d'água impedem a passagem. O acesso foi possível apenas com veículo mais robusto e com tração nas quatro rodas. Por isso, apesar da curta distância, perde-se muito tempo para chegar aos assentamentos, em vista das péssimas condições das estradas.

As entrevistas do diagnóstico socioambiental começaram no mês de abril e se estenderam até novembro de 2008. Nesse período, entrevistaram-se 12,6 % das famílias em cada assentamento. Os dados foram digitados e sistematizados no *software* Sphinx®, que é uma ferramenta de apoio para o processo de pesquisa e análise de dados acadêmicos (Freitas *et al.* 2002; 2006).

Durante o ano de 2009 foram realizadas as análises e organizado as formações e o contato com os assentamentos eram através de representantes dos assentamentos para esclarecimentos de alguns dados que precisavam ser esclarecidos e informações sobre qual a melhor maneira de reunir os agricultores para as formações.

No primeiro semestre de 2010, teve início a Formação em Educação Ambiental e as atividades foram realizadas em espaços diferenciados (sede, escola e igreja), de acordo com

a realidade de cada assentamento, com a presença dos agricultores e coordenadores dos núcleos. Por solicitação dos coordenadores dos assentamentos Apolo, Recanto e Posto Novo, as ações relativas à formação ambiental aconteceram na sede do assentamento Recanto no mesmo dia. A união de assentamentos para a formação ambiental também ocorreu com Capivara, Bom Será e Santa Rita, por ser mais propício realizá-la na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Conselheiro, localizada no assentamento Bom Será. A equipe desenvolveu atividades de educação ambiental com os alunos e professores da escola e com os agricultores.

A formação de educação ambiental ocorreu em dois momentos distintos: no período da manhã com a apresentação das análises do diagnóstico socioambiental, mediante a participação da comunidade na discussão dos resultados e na validação destes. Em seguida, procedeu-se à discussão da legislação ambiental do Brasil, priorizando conhecimento sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) e a abordagem de estudos de casos relativos a este tema. Os participantes poderiam interagir por meio de perguntas, dúvidas e considerações no decorrer das apresentações. No período da tarde, os agricultores formaram grupos para discutir quatro temáticas e apontar proposições para estas. Em cada grupo, havia um coordenador para orientar e uma pessoa para registrar as discussões e as proposições do grupo relativas às temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Solo e (iv) Educação Ambiental. Após o trabalho em pequenos grupos, os participantes retornavam para o grande grupo e apresentavam as discussões realizadas. As proposições construídas nos grupos para as temáticas constituirão subsídio para o documento Carta Ambiental da Terra (PEA), para cada assentamento.

Resultados e Discussão

As concepções de preservação e conservação, muitas vezes, são compreendidas como sinônimos, mas sua origem se encontra em movimentos distintos. A corrente preservacionista aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, tendo como ênfase a reverência à natureza, no sentido estético e espiritual da vida selvagem. As teorias que dão embasamento ao preservacionismo têm base no respeito à natureza como uma comunidade da qual os humanos também fazem parte. Essa ideia de igualdade entre homens e animais, reconhecida como biocêntrica, ganha apoio da história natural e da teoria da evolução. O preservacionismo sofreu influência da concepção de ecologia cunhada pelo alemão Haeckel, em 1866 e, mais tarde, pela definição de ecossistema criada por Tansley, em 1935 (Acot, 1990). A conservação dos recursos

naturais iniciou com a proposição do uso racional dos recursos naturais, com fundamento em uma perspectiva de que a natureza é lenta, e os processos de manejo podem torná-la eficiente. O pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, sendo alicerce às propostas de políticas de desenvolvimento sustentável que garanta a qualidade de vida hoje, e a manutenção dos recursos necessários às gerações futuras. Tem como princípios a redução do uso de matérias-primas, uso de energias renováveis, redução do crescimento populacional, combate à fome, mudanças nos padrões de consumo, equidade social, respeito à biodiversidade e inclusão de políticas ambientais no processo de tomada de decisões econômicas como a proposição de áreas de preservação em ecossistemas frágeis, com espécies endêmicas e/ou em extinção.

No Brasil estas discussões começaram a ter espaço em meados da década de setenta e, posteriormente, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA. A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000) que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, objetiva proteger áreas naturais. Define *preservação* como o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam à proteção, a longo prazo, das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” e conceitua a *conservação* da natureza como “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo o potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, bem como garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (Brasil, 2000).

O INCRA, ao organizar os planos de assentamentos rurais em Santana do Livramento na década de 90, não delimitou as áreas de preservação permanente e reserva legal estabelecida pela legislação ambiental. Os lotes têm uma área aproximada de 24 ha, com problemas ambientais como erosão, desmatamento, escassez de água, acesso de animais aos recursos hídricos e ocupação das APP. Em relação às APP foi proposto a construção de um programa de educação ambiental, com vista a elaboração de alternativas, pelos agricultores, a fim de solucionar os problemas ambientais. Quanto à reserva legal, o INCRA está discutindo uma proposta de aquisição de uma área representativa no bioma Pampa para a criação de uma Unidade de Conservação (UC) a ser administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esta proposta contribuirá com a manutenção da biodiversidade biológica e genética do bioma Pampa, se

houver a participação dos moradores locais na discussão e proposição da UC, e se houver respeito à diversidade cultural dessa comunidade. É preciso socializar os conhecimentos científicos advindos das pesquisas neste ecossistema, para que este grupo considere importante se envolver na preservação e conservação do Pampa.

Concepções de Educação Ambiental dos Agricultores

Para esclarecer as concepções dos agricultores sobre educação ambiental, busco subsídio nos conceitos epistemológicos de educação ambiental. Entre as diferentes proposições, destaco três orientações que estão presentes na maneira de conceber, de intervir e de praticar a educação ambiental: (1) conhecimentos ecológicos, (2) resolução de problemas e (3) análise crítica.

A abordagem da educação ambiental com enfoque principal nos Conhecimentos Ecológicos contribui para ampliação dos conhecimentos que, sem dúvida, é importante, mas não suficiente para repensar a relação entre o homem e a natureza, e muito menos as problemáticas socioambientais que precisam ser questionadas nas diferentes dimensões que as envolvem.

A educação ambiental, que se inscreve no processo de Resolução de Problemas, focaliza a solução destes com embasamento científico, sem agregar a contextualização da realidade social, econômica e cultural. Ao se ater à produção de habilidades para resolver os problemas, não fornece elementos fundamentais para a intervenção na perspectiva de transformação.

As proposições de educação ambiental com ênfase na Resolução dos Problemas e nos Conhecimentos Científicos integram um enfoque na análise sistêmica voltada para os conhecimentos no campo ambiental. O cognitivo é tomado como o centro do trabalho educativo. Não há preocupação em dirimir a distância entre a teoria e a prática e os atores sociais não são envolvidos para reivindicação de transformações sociais.

A educação ambiental fundamentada na Análise Crítica proporciona meios para a interpretação do mundo fragmentado pelo questionamento dos princípios instituídos pela racionalidade. Desafia a romper com o pensamento unificador e constrói novas referências, do ponto de vista das quais o sujeito possa perceber suas ações como um ato político. Por isso, uma educação ambiental sob uma perspectiva de uma nova forma de entender as relações do homem com a natureza que reflete sobre a riqueza ecológica e cultural, estas

inscritas nas teorias com sustentação no pensamento crítico. Tal construção produz caminhos diferenciados, com o intuito de gerar processos de transformação social.

Estas três orientações foram utilizadas para subsidiar a análise, e categorizar as definições de educação ambiental dos assentados, que a seguir passo a apresentá-las.

As concepções de educação ambiental dos agricultores movimentaram-se nos paradigmas de cunho conservador e sócio-histórico. Os traços que marcam a diferença de perspectivas, muitas vezes, não ficaram nítidos, uma vez que os elementos apontados na concepção são tênues na demarcação da fronteira entre os paradigmas.

Os agricultores do Cerro dos Munhoz compreendem que a discussão do ambiente deve estar relacionada com o econômico. Educação ambiental é conhecer o meio ambiente, as alternativas de geração de renda e significa, para eles, ter mais informação sobre a realidade ambiental do lugar onde vivem, a fim de realizar ações concretas.

A definição de educação ambiental dos agricultores do Pampeiro está associada aos cuidados com a natureza (animais, árvores e água). Para eles, as pessoas precisam se instruir, se reeducar e se conscientizar para cuidar da natureza e de si mesmas.

Para os agricultores do Frutinhas, a educação ambiental é o estudo do meio ambiente que tem a finalidade de conservá-lo. É fazer ações produtivas integradas de conservação na produção. Além disso, sublinham que esse tema deve desenvolver a capacidade de se reunir e discutir as interferências no dia a dia. É saber como produzir sem degradar a natureza e, acrescentam: só é possível realizar educação ambiental se houver recursos financeiros e ferramentas.

Os agricultores do São Leopoldo/Jupira acreditam que a humanidade precisa se conscientizar sobre as consequências do desmatamento e a morte de animais. Para realizar educação ambiental, há necessidade de recursos econômicos.

A educação ambiental, para os agricultores do Recanto, significa conhecer o meio ambiente, saber respeitar as pessoas e os limites, e não jogar lixo em qualquer lugar porque prejudica o que é bom na natureza. A atitude de respeito à natureza, como não cortar árvores e cuidar das nascentes, depende de cada agricultor.

Para os agricultores do Apolo, a educação ambiental pode ser definida como formação sobre o meio ambiente, incluindo o cuidado com o uso dos agrotóxicos para mostrar que tem consciência disso e que é responsável pelo seu uso. É ter formação sobre a

importância da produção orgânica na agricultura familiar e realizar ações para resolver os problemas no ambiente.

Para os agricultores do Posto Novo, a educação ambiental é zelar e preservar a natureza, cuidar dos animais e cercar os arroios.

A educação ambiental, para os agricultores de Bom Será, Capivara e Santa Rita, é aprender e saber mais sobre o meio ambiente. É ser mais educado com as pessoas adultas e respeitar o planeta, a natureza, a água e a terra. É cuidar do meio ambiente e fazer reciclagem. A educação ambiental se faz com recursos e o incentivo deve vir do governo.

Para os agricultores do Santo Angelo, a educação ambiental é educar, manter o ambiente, não jogar o lixo em qualquer lugar, cuidar da propriedade e evitar o assoreamento. É proteção que envolve o cuidar do ambiente, do solo, da água e também plantar árvores. Envolve também parar de usar agrotóxico, pois o assentamento é rico em água. Para eles, é também conservar o que há em volta do lote, o que é nativo, e não fazer queimada e não jogar lixo, pois o agricultor depende dos recursos naturais.

Ao expressar a compreensão de educação ambiental, os agricultores transitaram entre a necessidade de *conhecimentos ecológicos, resolução de problemas e análise crítica da realidade*. Em relação aos Conhecimentos Ecológicos, a centralidade da educação ambiental encontra-se na aquisição de conhecimentos: o ambiente é relacionado aos cuidados, proteção e respeito com a natureza, o que foi apontado pelos assentamentos de Bom Será, Pampeiro, São Leopoldo/Jupira, Recanto, Apolo, Posto Novo, Capivara, Santa Rita e Santo Ângelo. A apropriação dos sistemas ecológicos e seu funcionamento por meio dos recursos naturais ampliam os conhecimentos sobre o ambiente; essa instrumentação técnica auxilia os agricultores no desenvolvimento agrícola. Entretanto, esse conhecimento não pode ser adquirido sob a forma conservadora de educação, já que está associado a uma aprendizagem fragmentada.

A educação ambiental baseada na resolução de problemas ambientais deixa muito a desejar, por empreender esforços na restauração do ambiente desvinculado das condições que produziram esses problemas. É nessa abordagem que os assentados do Apolo se inserem na forma como entendem a educação ambiental. Para Layrargues (2009), o enfoque do problema ambiental descontextualiza a situação em relação aos atores sociais, havendo uma compreensão facilitada das assimetrias com relação ao poder, deixando de lado os mecanismos de exclusão social, de opressão social e cultural que perpetuam as desigualdades.

A educação ambiental, se desenvolvida somente para ampliar os conhecimentos ecológicos ou para solucionar problemas ambientais, perde o seu significado maior que é discutir e problematizar os aspectos econômicos, sociais e políticos que estão envolvidos na trama da utilização dos recursos naturais. Por isso, emerge a importância de pensar de maneira crítica as estratégias, os procedimentos, as atitudes e as contradições: “A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (Reigota, 2001, p. 10).

Na análise crítica, a educação ambiental se faz com base na historicidade e na reflexão sobre as formas de exploração da natureza. As indagações são consideradas significativas para o processo de construção dos novos saberes, resultando no movimento de transformar os modos de perceber e de agir no mundo. De acordo com Ruscheinsky e Costa (2002, p. 86), a “educação ambiental constitui-se em um espaço de coletividade em que os agentes buscam a articulação de comprometimentos plurais e a construção de bases científica para o relacionamento entre homens e natureza”. Os agricultores de Cerro dos Munhoz e Frutinhas compreendem a educação ambiental no seu fazer, como um processo que resulta na participação da comunidade para a preservação dos recursos naturais no assentamento.

As análises das concepções de educação ambiental apontadas pelos agricultores são indicativos importantes que mostraram as diferentes ideias e pensamentos associados a uma forma de compreender o mundo. Elencaram necessidades na relação entre as pessoas e a natureza, em um devir para a preservação do assentamento como cuidar da água, do solo, fazer reciclagem e o respeito entre as pessoas, permanecendo somente na reeducação comportamental.

Por vezes, o desencadeamento da educação ambiental toma uma dimensão estritamente financeira, sem a qual tudo fica enredado à impossibilidade da realização. Há também aqueles que se colocam como protagonistas na feitura de educação ambiental, tomando para a comunidade a responsabilidade da preservação do assentamento. Enfim, realizar educação ambiental sem os conhecimentos de como pensam os atores sociais envolvidos pode gerar dificuldades ao longo da execução, pois não há apropriação dos modos de ver e perceber desses atores e suas necessidades para a construção de novos saberes vinculados à realidade daquela comunidade.

Concepções de Natureza

As definições de natureza são múltiplas e produzidas a partir de diferentes discursos, em diferentes épocas históricas e com significados diversos. A natureza é um construto social e histórico cuja diferenciação se faz de acordo com a dimensão, seja ela científica, ecológica, biológica, educacional, econômica, jurídica, religiosa, filosófica, entre outras. O termo “natureza na ecologia” pode ser entendido com base nas relações dos seres vivos com o seu meio; nessa perspectiva, os seres vivos estão inteiramente integrados ao seu ambiente; além disso, as relações desses, entre si, apresentam-se como sistemas biológicos funcionais complexos, em termos funcionais e estruturais (Duvigneaud, 1980).

A ecologia é de interesse prático desde o início da história da humanidade. Na sociedade primitiva, todos os indivíduos necessitavam conhecer seu ambiente, ou seja, entender as forças da natureza, as plantas e animais ao seu redor – para sobreviver. O início da civilização, de fato, coincidiu com o uso do fogo e de outros instrumentos para modificar o ambiente (Odum e Barrett, 2007). Para Worster (1992 *apud* Lévêque, 2001), existem duas atitudes no que concerne à ecologia. Por um lado, a ecologia que exalta a natureza de forma “humilde e romântica” e recorre à investigação de um modo de vida em harmonia com a criação de um ponto de vista mais sentimental que científico e racional. Dá origem aos movimentos de proteção da natureza em que o homem faz parte integrante da natureza e esta, portadora de um valor intrínseco. Por outro, existe a atitude que considera que a natureza não tem outro valor senão aquele que lhe atribuímos para explorá-lo. Adota o conceito de ecossistema como dogma central e estuda o seu funcionamento de um ponto de vista produtivo. Nele se podem encontrar os valores da economia moderna, cuja ambição é a de estabelecer o domínio do homem sobre a natureza. Além do mais, geralmente as ciências ecológicas tendem a conduzir a diversidade de fenômenos a um pequeno número de princípios explicativos. As generalizações, quando possíveis, são quase sempre de natureza probabilística (Lévêque, 2001).

Segundo Kozel (2004), a noção de natureza é construída e se origina de diferentes matizes políticas, econômicas, simbólicas e míticas, entre outras. O ser humano entendido nessa linha representa a superação do conceito de natureza como objeto universal do trabalho, caracterizando-se como sujeito e objeto ao mesmo tempo. Cada grupo social define a relação homem-natureza, dependendo de sua cultura e da forma de relacionar-se com a natureza. A representação social desta está associada aos modos de como vão se estabelecendo as relações com ela. A percepção da cisão entre o humano e a natureza precisa de ruptura, para que a vida de todos os seres possa ser respeitada. De acordo com

Moscovici (2007), o ser humano produz cultura, conhecimento e representações na relação que estabelece com os outros. Essas produções são modificadas constantemente. Para o autor:

A natureza é como ela sempre foi, imediatamente acessível a nossos sentidos e a nossos pensamentos, o universo familiar das águas, das plantas e das árvores, a terra sob a qual encontram-se os homens (e mulheres) e os animais (não humanos) sob o céu chuvoso e ensolarado, segundo o ritmo das estações do dia e da noite, nosso habitat rico em cores e odores. Ao viver e trabalhar os homens (e mulheres) e a natureza constituem uma unidade, eles (elas) são natureza e não temos nenhuma dúvida a esse respeito (Moscovici, 2007, p. 83).

As concepções de natureza apontadas pelos agricultores (Tabela 7) expressam as discussões recorrentes que estão sendo realizadas nos diferentes espaços (congresso nacional, assembleia legislativa estadual, meios de comunicação e universidades, entre outros) sobre a legislação ambiental para o território nacional. A natureza, para esses, é uma fonte de recursos a serem utilizados para a sua sustentabilidade.

Tabela 7. Percepção da Natureza pelos agricultores de treze assentamentos em Santana do Livramento, RS.

ASSENTAMENTO	COMO OS AGRICULTORES PERCEBEM A NATUREZA
Pampeiro	Preservar a natureza; a natureza é perfeita. Cuidar da natureza, mas não deixar a natureza intocada; “a gente faz parte da natureza”. Cuidar da natureza porque “faço parte do meio ambiente”.
São Leopoldo/ Jupira	Não mexer com a natureza, não desmatar, não jogar lixo porque as mudanças de calor e o excesso de chuva são reação da natureza. Respeitar a natureza do jeito que ela está.
Frutinha	Preservar a natureza cuidando das nascentes. É preciso fazer tudo para melhorar o meio ambiente e conservá-lo.
Cerro dos Munhoz	Preservar a natureza é proteger as nascentes e cuidar do solo.
Recanto	É respeitar toda a natureza, a água, a terra, é fazer algo para respeitar mais a natureza porque tudo é da natureza. É preciso amar a natureza.
Apolo	A natureza deve ser preservada. Os problemas no ambiente existem e precisam de ação para resolvê-los. A erosão e voçorocas são provocadas pelo mau uso do solo, pela forma de cultivo e pela passagem do gado.
Posto Novo	A natureza precisa ser cuidada. Não pode cortar árvore e nem pôr fogo porque, se a mata for retirada, a nascente seca e a água acaba.
Bom Será/ Capivara/Nova Santa Rita	Tudo é da natureza. Preservar a natureza é proteger os rios. Respeitar a natureza é não desmatar, não fazer queimadas, não passar agrotóxico.
Santo Angelo	Proteger a natureza é cuidar das nascentes, das árvores, do solo, não desmatar e não fazer queimada.

Fonte: Elaborada pela autora a partir da formação ambiental em cada assentamento

Os agricultores do Pampeiro se colocam como parte integrante da natureza e como transformadores do ambiente pela ação no fazer agrícola para a subsistência. Acreditam que podem interferir no ambiente, produzindo e, ao mesmo tempo, cuidando-o, não havendo a

necessidade de deixar a natureza intocada. O mito da natureza intocada é um termo utilizado por Diegues (2001) quando aborda as unidades de conservação sem a presença dos povos tradicionais que habitam essas áreas. Quando os agricultores utilizam esse termo estão preocupados com a redução da área porque, no projeto de criação dos assentamentos, não foi prevista a demarcação das áreas de preservação permanente e área de reserva legal. Eles temem perder área da unidade produtiva para cumprir a legislação ambiental indicada nessa previsão.

Os agricultores de São Leopoldo/Jupira, ao expressarem o que entendem por natureza, fazem-no em associação com os discursos proferidos nos meios midiáticos sobre as mudanças climáticas e seus efeitos no ambiente. Estes agricultores relacionam a exploração inadequada com os problemas ambientais e, em decorrência desses, evocam a reação da natureza por meio de mudanças climáticas que interferem na sobrevivência humana. Os problemas ambientais são causados pelo mau uso dos recursos naturais e precisam de ação para modificar a situação atual. Os agricultores de Apolo, Frutinhas, Cerro dos Munhoz e Recanto têm uma visão sobre o tema que se pauta na legislação ambiental, em específico, no recorte relativo às áreas de preservação permanente. Para os agricultores do Posto Novo, Bom Será, Capivara, Santa Rita e Santo Angelo a noção de natureza também está relacionada com as áreas de preservação permanente e com as proibições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), no que concerne às queimadas e caça.

De um modo geral, as concepções de natureza analisadas estavam, invariavelmente, associadas à legislação ambiental dada a obrigatoriedade dos assentamentos rurais obterem a licença ambiental. Os conhecimentos dos agricultores sobre as normatizações ambientais são aquelas divulgadas pelos meios de comunicação. A falta do conhecimento ou o conhecimento distorcido sobre as leis ambientais demonstra que é imprescindível o acesso a essas informações, pois só assim podem se posicionar e construir possibilidades que estejam de acordo com sua realidade e as concepções descritas.

Uma Experiência em Construção: Programa de Educação Ambiental (PEA)

Para construir o PEA nos onze assentamentos, houve a necessidade de retomar as análises da pesquisa exploratória e do diagnóstico socioambiental, além de estabelecer ligação com os princípios essenciais elencados para a condução do trabalho, tais como: a participação da comunidade, o método dialógico, a apropriação do conhecimento

(formação) e a construção coletiva do PEA. Era necessário repensar a formação de maneira específica para esses assentamentos, pela imposição de limite, sobretudo no aspecto que remete à redução de metas, pelo órgão financiador INCRA. O tempo reduzido apresentou-se como uma dificuldade para a realização da formação de educação ambiental e para elaboração do programa na mesma forma metodológica dos assentamentos Coqueiro e São Joaquim/Nova Santa Rita. Naquela construção, não havia o fator tempo interferindo na proposição metodológica, fator que permitiu espaços diferenciados para a formação de educação ambiental e para a comissão do PEA. Como havia intervalo de tempo entre um encontro e outro, possibilitou-se que as discussões também fossem realizadas nos núcleos familiares do assentamento. Existem duas instâncias de poder no assentamento: os núcleos familiares, que são os grupos de famílias que se reúnem e fazem as primeiras discussões, e a assembleia, para a qual são remetidas as discussões visando às deliberações.

Nos onze assentamentos não havia intenção de seguir a brevidade da situação imposta, mas como romper com o instituído e estabelecer conexões com a criatividade e a produtividade? Não dispor de tempo necessário para o exercício de reflexão em que são estranhados os conhecimentos, as ideias, os valores, os procedimentos, os hábitos e as atitudes geravam preocupação, pois interessava o movimento educativo que atravessa as fronteiras de um resultado meramente positivo. A intenção estava centrada no (re)pensar as relações agricultor-natureza para que houvesse apropriação dos saberes socioambientais na reivindicação da sustentabilidade social e ambiental da vida no assentamento, traduzida para o PEA. A formação se constrói “através de trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência” (Nóvoa, 1992, p. 25). O importante na construção do PEA era considerar a práxis, com centralização na necessidade dos assentamentos tendo referência o fazer agrícola de cada grupo.

O processo de formação, juntamente com a elaboração do PEA, precisava se constituir em um espaço educativo capaz de estabelecer conexões, sem abandonar o pensamento crítico. Para Barbosa (2001, p. 11), a “aprendizagem acontece em situações concretas, de interação, como um processo contínuo e dinâmico em que se afirma, se constrói e desconstrói, se faz na incerteza, com flexibilidade, aceitando novas dúvidas, comportando a curiosidade, a criatividade”.

Para compreender o processo de construção do programa de educação ambiental desencadeado nos onze assentamentos, organizei a análise em três eixos. O primeiro eixo é apreender a olhar o assentamento (diagnóstico socioambiental); o segundo é estabelecendo

conexões: espaço de vida e conhecimento/saber (legislação ambiental associada a outras temáticas) e, finalmente o terceiro é assentamento reinventado (alternativas de proteção ambiental – Programa de Educação Ambiental (PEA)).

Aprender a Olhar o Assentamento: diagnóstico socioambiental

No primeiro eixo, apreender a olhar o assentamento, a devolução do diagnóstico ambiental tomou uma dimensão mais abrangente que meramente a validação dos dados. Era imprescindível que os agricultores, nesse momento, pudessem olhar para a realidade como uma imagem do assentamento e ou de seu lote com informações organizadas de uma forma diferente daquela percebida no seu cotidiano. Muitas vezes, as pessoas estão tão habituadas a conviver com uma situação, que passa a ser naturalizada, como se estivesse sempre ali daquela maneira, fica fazendo parte integrante da paisagem cujos detalhes essenciais passam despercebidos. O momento de socializar as informações e discuti-las tinha o objetivo de fazer a releitura da realidade do assentamento de maneira reflexiva para percebê-lo com outro olhar.

Na discussão das informações do diagnóstico socioambiental, os temas destacados são: a educação, a saúde, os resíduos, erosões (voçorocas), produção de leite e a água. Os assentados dizem que, desde o início do assentamento, têm realizado vários movimentos para terem acesso à educação e à saúde. Nos assentamentos São Leopoldo/Jupira, Bom Será, Posto Novo e Pampeiro, têm escola com vagas para as crianças e os jovens dos assentamentos próximos. Para os locais distantes, o Estado, por intermédio de convênio com o município, disponibiliza ônibus para o deslocamento das crianças a escolas próximas. As maiores dificuldades, nessa proposta, são as péssimas condições das estradas por onde o ônibus circula e a demora na renovação de convênio, o que ocasiona a inacessibilidade à escola para as crianças, por um longo período. Os agricultores gostariam que as escolas desenvolvessem os conhecimentos e que valorizassem a realidade deles, uma realidade de agricultura, de lutas históricas para a igualdade do direito de plantar, e de valorização dos recursos naturais locais. Para Hernández (1998), a escola é geradora de cultura, não somente de aprendizagem e de conteúdos, portanto o desafio de repensá-la deve considerar uma perspectiva relacional do saber. Esta supõe: (i) ensinar a questionar todo o pensamento único; (ii) estudar as concepções que regem os fenômenos; (iii) introduzir opiniões diferenciadas no estudo de qualquer fenômeno e; (viii) incorporar uma visão crítica. Essas ações, assim como a interpretação de fatos e acontecimentos não são

inocentes, estão amparadas e medeiam visões de mundo estreitamente ligados com a hegemonia de certos grupos.

No Cerro dos Munhoz, havia uma escola desativada pela Secretaria Estadual de Educação (SEC), obrigando os alunos a se dirigirem para a escola do assentamento Bom Será. A explicação do representante da SEC foi a de que havia falta de professores em outras escolas. Os agricultores entendem que a retirada dos professores da escola local tem relação com a falta de compromisso do Estado com os filhos de assentados.

O sistema de saúde no município de Santana do Livramento é complicado para aqueles que moram afastados dos centros urbanos, visto que as pessoas ficam horas na fila esperando pelo atendimento. Às vezes, precisam se deslocar mais de uma vez por semana até os centros urbanos para serem atendidos.

A discussão sobre resíduos provocou desconforto em alguns assentamentos, pois foram projetadas imagens mostrando a enorme quantidade destes esparramados ao longo das margens de cursos de água, próximo às moradias, nas estradas e no meio do campo a que os animais têm acesso. Os agricultores reconhecem que os resíduos sólidos como garrafas PET, sacolas plásticas e outros materiais estão se tornando um problema sério no seu meio. Disseram que, em alguns lotes, já não há mais espaços para enterrar, uma prática constante nos assentamentos. No assentamento Cerro dos Munhoz, afirmaram que não conseguiram mobilizar a comunidade para a mudança desta realidade. No campo, sempre houve a prática de queimar e enterrar os resíduos sólidos, porém, com as mudanças de embalagens e a proliferação de materiais derivados de petróleo, essa prática se tem tornado um problema sério em todo o mundo, pela demorada na decomposição desses materiais. Os municípios não têm elaborado políticas para a solução do problema dos resíduos sólidos para suas áreas rurais. Essa realidade pode mudar se os municípios ao elaborarem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) passarem a considerar o meio rural como um dos grandes geradores de resíduos.

A discussão sobre a água tomou uma boa parte do tempo, porque no sudoeste do Rio Grande do Sul ocorre escassez de água com muita frequência no verão. Este é um problema que está sendo enfrentado pelos agricultores que se agrava com a falta de investimento para que todas as famílias tenham acesso à água, o que prejudica a produção agrícola, especialmente a produção de leite. Algumas famílias dispõem de poços artesianos e, no período de estiagem, muitos deles secam. No assentamento São Leopoldo/Jupira,

pensam que é possível, como alternativa, realizar o tratamento da água da barragem para ser utilizada pelas famílias. Nesse assentamento, foi apontado um problema de contaminação da água com esgotos da cidade de Santana Livramento que são despejados no rio que atravessa o assentamento. Tal fato originou uma discussão importante para refletir sobre os problemas ambientais gerados em espaços distantes e que acabam interferindo na qualidade da água e do solo do assentamento. Geralmente, as pessoas encontram dificuldades para entender que as questões ambientais não têm fronteiras que delimitam a extensão da contaminação a um município, a um estado ou a uma nação. A perda de organismos que fazem parte de um ecossistema interfere na vida do planeta. Por isso, o trabalho de educação ambiental com intervenção dialógica é tão relevante: ele constrói pontes conceituais para gerar ações de caráter político. Ao discutir a realidade do assentamento, também se discutem as políticas a serem cobradas do governo municipal e do estadual.

Os agricultores perceberam a importância de discutir os problemas com a falta de água, no momento da socialização dos dados apontados no diagnóstico socioambiental. Eles se deram conta que nunca haviam discutido coletivamente no assentamento formas de preservar e cuidar da água. As questões de cultivo e a produção de leite tomavam centralidade nas reuniões do assentamento. Outra questão pouco discutida são as erosões (voçorocas) provocadas pela ação das pessoas e intempéries. Essa discussão foi polêmica porque, para os agricultores, a ocupação do gado com acesso aos recursos hídricos deve continuar da mesma forma, no entanto a legislação ambiental estabelece proteção a esses recursos e às matas ciliares. Isso significa que os agricultores precisam pensar em formas para continuar a atividade de agropecuária, preservando os cursos da água e as nascentes, pois a falta da água na época de estiagem pode ser agravada ao longo do tempo. Os recursos hídricos tornam-se vulneráveis com o permanente pisoteamento do gado no seu entorno, porque vai destruindo a vegetação que colabora para a retenção do excesso de sedimentos carregados pela água da chuva. Tal vulnerabilidade se acentua em vista da necessidade de permanência da diversidade de microorganismos importantes para a manutenção da vida naquele ecossistema. Preservar as nascentes e os cursos da água é contribuir para a diversidade biológica e manutenção da qualidade da água, a fim de que os impactos não prejudiquem a vegetação, os animais e a comunidade do assentamento.

Os agricultores disseram que a devolução do diagnóstico socioambiental foi importante para o conhecimento da realidade do assentamento. Além disso, contribuiu para,

mais tarde, se estabelecer uma comparação entre essa realidade e as atividades futuras com o objetivo de preservar a vida no assentamento.

Estabelecendo Conexões: espaço de vida e conhecimento/saber

No segundo eixo, estabelecendo conexões, o conhecimento da legislação ambiental, tornou-se o foco central, o qual deveria vincular relações com outros temas referenciados pelos agricultores, para um melhor aprofundamento. A legislação ambiental foi abordada de forma contextualizada, estabelecendo relações com o diagnóstico mediante os temas, em especial: a água; o solo; os insumos; a agricultura; os resíduos e a preservação. A todo momento os participantes podiam intervir com dúvidas, colocações, perguntas e discordâncias, pois o mais importante era produzir sentido nessa experiência. Segundo Hernández (1998), pensar criticamente requer aprender a compreender e interpretar a realidade, planejar ações, resolver problemas, criar novas organizações, e envolver-se mais no processo de aprendizagem.

A explanação sobre legislação ambiental iniciou com a evolução histórica e conceitual das leis ambientais no Brasil, enfocando o Código Florestal no que concerne aos recursos hídricos e aos conceitos de APP e RL, assim como aos limites impostos a estas áreas. A RL é de competência do INCRA, que deverá preservar 20% da área de cada assentamento. Em seguida, foi apresentada a proposta de recuperação de um arroio do assentamento Coqueiro no município de Santana do Livramento, que está no início do processo de demarcação da APP e com um projeto de recuperação financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e uma área já recuperada no município de Bonito, Mato Grosso do Sul. Alguns agricultores ficaram surpresos, quando souberam que, no bioma Pampa, existe apenas uma Unidade de Conservação (Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã), sendo o bioma com menor representatividade em áreas protegidas. Também foram abordados o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Brasil, 2000) e a lei de crimes ambientais (Brasil, 1998) que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Os agricultores tinham a prática da queimada e, atualmente, nesses assentamentos, estas não mais ocorrem, devido às multas previstas e aplicadas, mas ainda há a prática de caça e pesca.

A temática preservação suscitou um debate intenso e difícil porque os assentados afirmaram que a degradação provocada por suas atividades no assentamento são ínfimas, diante das ações dos grandes produtores e dos problemas causados pelo lixo nos centros

urbanos. Eles questionam - *“preservar tanto e viver do quê?”* - *“Só os assentados tem que preservar? Nós temos vontade, mas e os outros?”* - *“Não sou contra a lei, mas o que está sendo feito nas cidades, é só no meio rural que estão cobrando isso?”*

Foi destacado que as leis existem para todos, independentemente de ser pequeno ou grande produtor, ou mesmo um órgão público federal. O INCRA, como órgão responsável pelos assentamentos, deve ser o primeiro a cumprir a legislação ambiental. A argumentação traçada para a preservação dos recursos hídricos foi estruturada em torno da necessidade de água para a produção do gado leiteiro, que é a renda principal das famílias. Os agricultores disseram que existem casos de lotes que possuem muitas áreas com nascentes e cursos d’água, o que complica a produção da família, por ser pequena a área destinada ao cultivo. Eles estavam ansiosos para falar sobre os problemas de cada lote e perguntar sobre a legislação ambiental. Todos os agricultores se mostraram apreensivos quanto à subsistência, insistindo que podem perder área para o cultivo. Foi necessário retomar o que a legislação dispõe sobre os limites de APP para nascentes, topos de morros, e corpos d’água e problematizar se realmente a situação que estão visualizando é geradora de conflitos entre a sobrevivência e a proteção, abordando a possibilidade de existir uma forma possível para solucionar a equação.

Relataram os agricultores que participaram de muitos momentos de desmatamento durante seu período de infância e adolescência, pois seus pais derrubavam a mata. Diante disso, reconheceram um grande dano. Dizem que o incentivo à degradação do meio ambiente veio do governo, dos bancos e das próprias indústrias que lucraram com a destruição ambiental. Um agricultor diz: *“quando eu era pequeno, eu me criei plantando soja com meu pai, nós não usava nenhum veneno e vinha a plantação, hoje se não colocar veneno não vem nada, não dá um pé de planta”*.

Os agricultores afirmaram que não têm como efetivar a preservação de banhado, das nascentes porque não vão conseguir se sustentar preservando tudo. Otaviano diz: *“quem coloca comida na minha mesa sou eu, porque o INCRA deu essas terras molhada prá gente”*. *“Quando eu cheguei aqui queria que vocês vissem a quantidade de banhado, ninguém ia quere esse lote, os animais morriam tudo atolado”*. Novamente, era preciso refletir a partir das manifestações apresentadas porque eles estavam explicitando o quanto era angustiante temer a perda de área produtiva depois de enfrentar tantas dificuldades para a subsistência da família. Estava, também agregado a essas manifestações, o temor de que, por meio da legislação ambiental, houvesse a interferência do governo na maneira como deveria ser realizada a preservação ambiental no assentamento. Ao perceberem que eles

seriam os protagonistas na construção do programa, houve a possibilidade de uma melhor interlocução na reflexão dos problemas ambientais existentes no assentamento. Eles precisavam pensar e propor estratégias para os lotes porque a água é importante e, talvez, hoje seja difícil perceber isso. Entretanto, com tantas mudanças, dada a intervenção do homem na natureza, aquele que tem água na sua propriedade possui uma riqueza. É preciso compreender que os banhados fazem parte das características fisiográficas da região em debate e que a água exerce uma função importante no ecossistema, já que, no seu entorno, abriga enorme diversidade de espécies de fauna e flora, além de atuar na provisão e na reposição de água subterrânea e no controle das enchentes (WCU, 2004). Os recursos hídricos disponíveis devem ser cuidados porque, mais tarde, podem implicar na falta de água, escasseando e encarecendo o acesso à água de qualidade.

A questão dos agrotóxicos foi discutida, no recorte que concerne ao quanto este pode ser prejudicial para a saúde e para o meio ambiente, principalmente se chegar às águas superficiais e subterrâneas. Um dos grandes problemas identificados foi a reutilização dos galões de agrotóxicos para guardar o leite, para fazer cochos para os animais e para recipiente de sementes e resíduos.

Os agricultores destacaram que existem assentamentos com mais força política os quais conseguem benefícios mais facilmente, enquanto outros mais necessitados de ajudas específicas acabam perdendo. Um agricultor comenta: *“veio uma verba para furar poços no assentamento e levar água para as casas, mas o movimento fez uma reunião e decidiu que isso ia ser gasto na agrovila Nova Santa Rita, porque lá que tinham mais lideranças, então esses fizeram pressão para isso acontecer lá. A FEPAM chegou a vir no Pampeiro para medir e ver os lugares mais altos, mas foi desviada essa verba”*. Uma agricultora explica que o INCRA estabelece uma relação de desigualdade para com os assentamentos e exemplifica relatando que seu assentamento não recebeu mudas de árvores frutíferas, não teve boa distribuição de água e os agricultores não foram incluídos em projetos de infraestrutura, situações agravadas pela ausência do representante do INCRA no momento das demandas.

Durante a formação foi exposto um mapa do assentamento, com a divisão dos lotes e demarcação dos recursos hídricos. O mapa de cada assentamento foi relacionado com a importância de preservação das APP e ajudou aos assentados a visualizar o assentamento como um todo. Foi impressionante perceber o grande interesse dos participantes em analisá-lo, ao que foi revelador de equívocos já que não refletia a realidade de alguns lotes. O morador do lote 45 no Pampeiro disse que a sanga (corpo hídrico) que atravessa o terreno,

de acordo com o mapa, nunca existiu. Esse lote não tem arroio, apenas está com problema de vazamento da barragem, pois tem uma vertente que desce e atravessa o seu lote e segue para o lote 46. A água que escorre da barragem está provocando erosão e está se tornando um problema para o assentamento. As informações sobre o mapa, contendo discrepâncias em relação à realidade, foram encaminhadas ao INCRA para que sejam feitas as correções de localização dos corpos hídricos, bem como para que sejam tomadas providências quanto à barragem, a fim de interromper os impactos já mencionados e comprovados.

Defino este momento de discussões e análise com relação à legislação ambiental e a percepção dos agricultores acerca de sua realidade individual e coletiva como extremamente singular e imperativo para a construção do PEA. Entre tantos dilemas instaurados e expressos pelos agricultores, este espaço se constituiu no exercício de possibilidades permeado por problematizações, de memórias, resistências, socialização de saberes, interrogações, discordâncias, análise de situações, conhecimentos, enfim converteu-se em aprendizagem, em experiência com sentido e significado.

Assentamento Reinventado

No terceiro eixo, assentamento reinventado, as alternativas de preservação ambiental na centralidade deste momento se situou no processo interativo, permeando as discussões nos pequenos grupos para construir proposições a serem articuladas na elaboração do PEA. Os grupos iniciaram os trabalhos realizando discussões e reflexões sobre o uso da água e APP, os agrotóxicos, a percepção do solo e a educação ambiental. Todos os participantes fizeram uso da palavra para expressar suas preocupações, dúvidas e reflexões sobre os conhecimentos, conectando-os às discussões realizadas durante o período da manhã.

As mulheres participaram muito mais no pequeno do que no grande grupo, expressando seu posicionamento. Ainda houve a predominância das manifestações dos homens, relacionadas ao desenvolvimento produtivo e às situações decorrentes deste, embora as mulheres tenham sempre participado ativamente das decisões na família em todos os aspectos (Diário de Campo, 2009-2010). De acordo com Guerra (2005, p. 64), o modo de ser homem e de ser mulher foi construído por meio das múltiplas narrativas que os colocam em determinadas posições, condutas e sentimentos que são ensinados e apropriados de forma relacional mediante tudo que se refere ao feminino e ao masculino. As mulheres assentadas aprenderam, desde a infância, as formas mais adequadas de comportamentos em torno das questões de gênero, atribuídas culturalmente. No grande

grupo, elas se portavam reiterando a representação do ideal feminino, ou seja, expressando a feminilidade voltada para uma posição de não visibilidade social, uma maior subordinação, de silenciamento e de passividade. Assim: “Essas aprendizagens estão relacionadas com a representação de uma feminilidade idealizada, considerando que constituem a “natureza da mulher” a expressão de gestos delicados, a forma de sentar, o pudor, a responsabilidade com os filhos e os assuntos domésticos”. Desse modo, as mulheres estão capturadas pelas tramas de discursos e de concepções de feminilidade hegemônica, embora, em muitos momentos, seja possível escapar das concepções tão rígidas que lhes são impostas.

Os agricultores, nas discussões das diferentes temáticas, enumeraram alternativas que podem ser organizadas, abrangendo duas dimensões: uma relacionada à necessidade de conhecimentos específicos em determinadas áreas e a outra, relativa a ações importantes para a preservação ambiental no assentamento.

Os agricultores querem saber mais sobre energia solar, orientação para promover a união da comunidade, informações sobre a fauna e a flora nativas do bioma Pampa, a propriedade rural modelo em preservação, a produção orgânica na agricultura familiar, a reutilização dos resíduos sólidos, o adubo orgânico, a compostagem, o biofertilizante, para não utilizar agrotóxicos; os cuidados no uso de agrotóxicos; a produção de leite; o cultivo de horta medicinal (chás, secagem, embalagem) para venda e a produção de doces de frutas como geleias e compotas. Dentre as ações fundamentais para a preservação ambiental, foram anotadas: o controle do gado para não chegar aos cursos da água respeitando as APP; a reutilização dos resíduos sólidos; a instalação de bebedouros; os açudes para a reserva de água; o cultivo de pastagem rotativa, a pastagem perene, curva de nível com cana-de-açúcar ou capim-elefante para resolver as erosões; rotação de culturas; organização do piqueteamento; análise da qualidade da água e recuperação de áreas degradadas.

Ao retornar ao grande grupo, algumas proposições ainda geravam preocupação. Como exemplo, o alto custo para a implantação do cercamento das áreas de preservação permanente, pois dizem que nem o agricultor e nem o INCRA possui o valor para contemplar todos os assentamentos. Os agricultores se propõem a manter a mata ciliar e a respeitar a sucessão ecológica para que a mata se recomponha. Em cada lote, deverá ser feito um levantamento pelo INCRA sobre a realidade ambiental, e serão tomadas medidas específicas para cada caso. Foi enfatizada a importância dos agricultores manterem a área de preservação tanto para conservação da água, quanto para a permanência deles no lote. Apesar de toda a discussão girar em torno do tema preservação *versus* sobrevivência, os

assentados listam alternativas para a preservação dos recursos hídricos, ao perceberem que é possível pensar em preservação associada à produção econômica. O exercício de problematização e da explicitação das contradições por meio do diálogo foi determinante para construir alternativas de modo a reinventar o assentamento, a partir de alternativas de preservação ambiental.

As discussões e as proposições apontadas pelos assentados serão sistematizadas e organizadas em um documento denominado “Carta Ambiental”, para que eles possam desenvolver as ações indicadas e reavaliar quais são as prioridades e as urgências do assentamento.

Ao término da formação, os agricultores expressaram a alegria de poder discutir a realidade do assentamento onde vivem. Demonstraram alegria por expressar as suas preocupações, seu pensar e sentimentos. Disseram que ficaram satisfeitos pelas discussões e pelo respeito que a equipe teve na forma de encaminhar as discussões, por se tratar de questões complicadas e difíceis que envolvem a sobrevivência. Os agricultores finalizaram a formação com uma noção global do programa e isto foi importante para eles: saber que, dessa formação, foram definidas alternativas para o assentamento, nas quais eles foram os atores principais. Sentiram-se interpelados e envolvidos na construção de um programa de educação ambiental que expressa as necessidades mais prementes de cada assentamento. No entanto, para que as mudanças propostas aconteçam, sabem que é fundamental haver continuidade das formações para o desenvolvimento do programa, na direção de haver transformação conceitual associada às ações para a sustentabilidade do assentamento na perspectiva da preservação ambiental.

Formação em Educação Ambiental nos Assentamentos

As formações de educação ambiental nos onze assentamentos privilegiaram momentos significativos que podem ser compreendidos da seguinte forma: i) apresentação da dinâmica, ii) Diagnóstico socioambiental, iii) Legislação Ambiental, iv) proposições para programa de educação ambiental, v) socialização e aprovação das mesmas. A apresentação da dinâmica tinha o propósito de expor os objetivos do encontro, repassar ao coordenador do assentamento uma pasta contendo leis, mapas e resultado do diagnóstico, o mapa do assentamento e fazer combinações para o desenvolvimento da formação. A apresentação do diagnóstico socioambiental com debate sobre os resultados evidenciando questões importantes para os assentados bem como a validação e complementação dos dados. A explanação da legislação ambiental espaço fundamental para conhecer as leis que

dispõem a respeito do meio ambiente e discutir sobre a realidade dos assentamentos. Para construção das proposições para programa de educação ambiental e socialização com a aprovação destas para o assentamento foi organizado este momento a partir de quatro temáticas que comporão a Carta Ambiental. As temáticas propostas: Uso da água e APP; Agrotóxicos; Percepção do Solo; Educação Ambiental.

Formação Ambiental no Cerro dos Munhoz

A formação no assentamento Cerro dos Munhoz (Figuras 24) iniciou com a exposição dos objetivos do encontro. Em seguida, apresentou-se o conteúdo de uma pasta que foi entregue para o coordenador do assentamento, contendo leis, mapas e resultado do diagnóstico inicial e o banner do assentamento Cerro dos Munhoz. Após as apresentações e os encaminhamentos, procedeu-se à apresentação dos resultados do diagnóstico socioambiental. Na apresentação, foi destacada a destinação das embalagens de agrotóxicos que é bastante complicada, pois 100% das embalagens estão guardadas nos galpões ou acabam sendo reutilizadas pelos agricultores, nada é entregue ao fornecedor.

O diagnóstico apontou que 33,3% dos entrevistados declararam não ter problema ambiental no assentamento, mas os participantes manifestaram que os problemas ambientais existem em quase todos os lotes e, entre eles, o destino dos resíduos é uma das maiores preocupações.

Os agricultores já se reuniram para discutir sobre o destino dos resíduos que estão ao redor das casas, mas nenhuma iniciativa surtiu efeito até então. As maiores dificuldades citadas pelo grupo abrangem a questão de saúde e educação.



Figura 24. Assentados na formação no período da manhã.

Na área de saúde, o maior problema é a discriminação dos assentados no atendimento local em relação à população da região. Na área da educação, a única escola no assentamento foi fechada, dificultando o acesso à escola pelos filhos dos assentados. Durante a discussão, surgiu a preocupação quanto ao plantio de eucaliptos. Os agricultores observaram que, no entorno do assentamento, está sendo plantado muito dessa espécie e gostariam de conhecer o que a legislação delimita sobre o plantio de exóticas (eucalipto).

Para exemplificar a questão, foram expostas informações sobre o zoneamento ambiental, estudo realizado pela SEMA/FEPAM em 2010.

Na explanação sobre legislação ambiental, os participantes falaram sobre a dificuldade de identificar os animais e as plantas nativas do Pampa. Gostariam que fosse disponibilizado algum material sobre a fauna e flora nativas do bioma Pampa para maior conhecimento na hora da execução de recuperação de áreas. Os questionamentos remeteram à necessidade de outorga nos poços e nas represas de água (exigência Lei Estadual 10.350/1994 sobre o Sistema de Recursos Hídricos do RS (Rio Grande do Sul, 1994), e à possibilidade de os agricultores entrarem com uma ação pública contra a plantação de eucaliptos. Diante disso, surgiram alguns questionamentos sobre a legislação de áreas de fronteira nacional, em específico sobre o caso do assentamento situar-se próximo dos limites com o Uruguai.

Os agricultores falaram que suas dúvidas sobre a legislação ambiental foram esclarecidas, principalmente sobre a questão das áreas de preservação permanente. Citaram que gostariam de orientação técnica de como gestar melhor o seu lote, pois têm grandes dificuldades de conhecer as potencialidades do assentamento. Outra sugestão feita à equipe é que as ações no programa de educação ambiental fossem de curto, médio e longo prazo. Avaliaram que os dados trazidos pela equipe são riquíssimos e importantes para serem comparados com as atividades futuras e também para conhecer melhor o seu assentamento. Solicitaram auxílio técnico para o conhecimento sobre eucaliptos e sugeriram educação ambiental a ser realizada com as famílias para conhecer a importância do bioma Pampa, pois a informação é necessária à preservação.

No período da tarde os participantes dividiram-se em dois grupos (Figuras 25, 26 e 27) de discussão. Em cada grupo foram estabelecidas quatro temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental, descritas abaixo.

- Uso da água e Áreas de Preservação Permanente: Quando perguntados sobre a importância da água, a fala corrente é que a água é fundamental para a sobrevivência deles. Contaram que, quando chegaram ao assentamento, começaram a organizar a barragem e outras formas de acesso à água, mas ainda hoje têm problemas no assentamento, pois, em período de estiagem nem todos a possuem. Os agricultores não conhecem a qualidade da água no assentamento, pois não lhes foi fornecido nenhum laudo sobre a água do poço coletivo, mas presumem que é uma água de boa qualidade. Falaram da necessidade de uma análise dessa água, já que não é tratada. Perceberam-se algumas contradições, porque, ao mesmo tempo em que falaram que a qualidade da água é boa para fazer comida, disseram que foi feito um teste de qualidade, há dois anos, e o resultado indicou contaminação por coliformes fecais. Esse desconhecimento se estende à manifestação da preocupação do grupo sobre a forma como a água é transportada até as casas. Esse transporte é feito através

de mangueiras de PVC pretas, que ficam expostas ao sol e aquecem e, com isso, as partículas da mangueira são ingeridas quando as pessoas e animais tomam a água, o que origina, mais tarde, problemas para a saúde dos usuários.



Figura 25. Grupo 1. Discussão PEA



Figura 26. Grupo 2. Discussão PEA



Figura 27. Representante recebendo material do assentamento.

Os agricultores têm consciência de que precisam recompor a mata ciliar, principalmente das nascentes, pois estão sem proteção, porque o gado come tudo. Afirmou um agricultor que o que mais protege a mata ciliar é “capim rabo-de-burro” (*Andropogon bicornis*). Isso foi rebatido por outro agricultor que falou que esse capim não tem raiz forte para segurar a terra na época da chuva, o que acaba ocasionando o assoreamento. Falaram que, em épocas de chuva, as partes baixas do campo ficam encharcadas. Algumas famílias investem na construção de poços artesianos e, para o gado, é consenso que as famílias levem para a barragem. Eles contrataram empresas para construir poços, mas essas nem sempre são capacitadas para fazer o serviço bem feito, pois os poços acabaram gerando problemas, ao longo do tempo, pelas características do solo arenoso. Nem sempre foram feitos estudos sobre o local correto de perfuração, pois, no local, encontraram água salobra. Frente a isso, foi explicado o modo correto de construção dos poços e a forma adequada de isolar o poço com argila para não surgirem problemas de contaminação. Para eles, o principal fator de poluição da água do assentamento são as águas das pias que contaminam os poços, os insumos que penetram no solo e contaminam o lençol da água, além dos lixos e plásticos jogados no lote. O grande problema é a má distribuição da água para as famílias. Sugerem canalizar a água do poço da escola e encaminhá-la para as famílias que sofrem com a falta desta.

- **Agrotóxicos:** Foram alertados sobre os problemas gerados à saúde, pelo mau uso dos agrotóxicos e orientados sobre como se deve fazer a tríplex lavagem e a inutilização das embalagens. Demonstraram ter informação do uso correto e de como se proteger, mas acham que não poluem diretamente os cursos d’água, pois cuidam para não lavar as máquinas nos rios. Ao serem perguntados se existe relação no uso de agrotóxicos com a água, eles reconhecem que sim e, como exemplos, citam o banho do gado como uma fonte de poluição. Um assentado disse estar tentando usar homeopatia, mas é difícil, porque se tem um pensamento imediatista, e usar o veneno é mais fácil. Acreditam que os agrotóxicos prejudicam a qualidade da água e mostram preocupação, mas creem que existem culturas que se produzem somente com agrotóxico. Um exemplo dado é a fruticultura que não se poderia cultivar sem os venenos. Reconheceram que estão contaminando o ambiente, mas dizem que não têm como se sustentar somente com a renda das vacas de leite. Alegaram que grandes propriedades no entorno estão poluindo muito e que eles não usam tanto agrotóxicos. Já notaram a morte de abelhas em função desses venenos, o que dificulta o cultivo de mel na região. Pensam que é necessário começar a trabalhar com cultivo que utilize cada vez menos agrotóxicos. Relataram que tentaram utilizar ureia, cobre e formas menos nocivas de adubar a terra, mas não deu certo. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) fez testes em alguns lotes para a não utilização de agrotóxicos, mas fracassou. Um agricultor disse que em torno de 80% dos assentados participaram de

grupos sobre informações do uso correto de agrotóxico, mas salienta a importância da continuidade da discussão com a comunidade, pois, apesar da informação, não utilizam luvas e acham que só é necessária a lavagem das mãos. Relataram que fizeram reunião para pensar uma alternativa para a destinação dos resíduos recicláveis no assentamento. Estão pensando na possibilidade de solicitar à prefeitura enviar um caminhão uma vez por semana para fazer recolhimento dos resíduos e vendê-los.

- **Percepção do Solo:** O maior causador da erosão é o pisoteio do gado que com frequência vai a encosta dos córregos para beber água. Sugerem, para minimizar esse problema, o bombeamento da água para um bebedouro. Quando chegaram ao assentamento, tinham o hábito de revirar o solo. Usavam enxada e arado, mas agora não os usam mais e a terra tem melhorado. Não fazem curvas de nível, porque alegam que isso provoca erosão. Têm a cultura da faixa de retenção. Percebem que os banhados não possuem a vegetação típica de banhado, porque o gado come tudo. Observaram que, nos banhados com vegetação mais alta, o gado não come toda a planta, mas a extremidade das folhas. Sugerem que uma possível solução é isolar o banhado até a vegetação ficar adulta, e, depois, deixar o gado à vontade. Em época de seca, alguns banhados secam. As possíveis soluções seriam fazer cerca e mudar a rota dos animais. Em uma época do ano, quando ocorre seca, o gado fica permanentemente no banhado. Gostariam de conhecer como trabalhar com biodigestores para a produção de gás a partir dos resíduos orgânicos gerados pelos porcos e gado, e a utilização desse resíduo para a produção de adubo orgânico. A equipe PEA sugere que seja realizado um trabalho com as escolas para atingir as famílias que estão desvinculadas do grupo de discussão no assentamento. As três principais necessidades em relação aos resíduos correspondem à conscientização, à redução desses e a um local para armazená-los.

- **Educação Ambiental:** Os agricultores apontam mudanças necessárias para melhorar a terra com solo orgânico e o uso da compostagem, sendo que alguns já usaram essa terra no pomar. Discutiu-se a possibilidade de como fazer a composteira, utilizando o esterco dos animais. Os agricultores pensam que têm custos fazer compostagem, diante do que foi explicado que não é necessário investimento, apenas uma mudança de atitude. Falaram que *“se melhorar a terra, melhora o pasto e, com a melhora da pastagem, melhora a saúde do gado e, assim, o gado fica menos vulnerável ao carrapato, e se usa menos remédios para o gado”*. Gostariam de mais palestras sobre toda a questão de agrotóxicos (saúde, composição química e maneira correta de uso). Uma palestra sobre reciclagem, o que fazer com os resíduos e também alternativa de artesanato igualmente foi sugerida. Também solicitaram uma oficina de compostagem. Falaram que água é tudo para eles e que gostariam de saber mais sobre os cuidados que devem ter para preservá-la e sobre a utilização dos solos e agrotóxicos. Gostariam que, até o final do ano, o INCRA providenciasse uma análise da água do assentamento. Solicitaram um viveiro para a produção de mudas nativas, a serem usadas nas áreas de APP e a serem utilizadas como forma de educar a comunidade. Relataram a necessidade de investimento técnico e de melhorias nas estradas, com intuito de facilitar o escoamento do que produzem, já que a base do assentamento são a fruticultura e o leite. Citaram a importância da educação básica para os agricultores, pois defendem, adequadamente, que todos deveriam ter o ensino médio, pois assim seria mais fácil trabalhar com a preservação do meio ambiente. Quando perguntados se faz sentido falar em educação ambiental, comentaram que, se o ambiental vier ligado ao econômico, será motivo de atração de mais pessoas a se envolver no projeto. Acham que educação ambiental não é entendida no assentamento, que eles não têm noção do que esta seja exatamente. As mulheres julgam que ficam para trás nas discussões porque as reuniões são sempre para os homens. Gostariam de conhecer alternativas de geração de renda com base em atividades de artesanato. As proposições discutidas foram apresentadas e debatidas até chegar a um consenso para o assentamento. A coordenadora entregou para o

representante do assentamento o mapa do assentamento Cerro dos Munhoz e a pasta com as informações do assentamento, juntamente com cópias de leis ambientais.

Formação Ambiental no São Leopoldo/Jupira

A formação no assentamento São Leopoldo/Jupira iniciou com a apresentação da dinâmica das atividades e, em sequência, procedeu-se à apresentação do diagnóstico socioambiental (Figura 28). Os dados explicitados sobre a presença de cultivo nas margens dos rios (APP) (88,9%), a disposição inadequada dos resíduos sólidos (31,3% enterrados), e os problemas ambientais (erosão/voçorocas 22,2%) provocaram maior interesse dos participantes. Frisaram a falta de investimento/estrutura para tornar acessível a água potável às famílias, disseram que há quantidade de água considerável no assentamento, mas têm problemas de desvio e de poços que secam em períodos de estiagem. Quando apresentado o dado falta de água, os participantes apontaram que o percentual é maior do que 16,7%, conforme revelou o diagnóstico.



Figura 28. Formação no assentamento São Leopoldo/Jupira

O INCRA já fez levantamento para saber quantos poços existem, mas até o momento dizem que nada foi feito para solucionar o problema de falta de água. Salientaram o tratamento da água da barragem para ser utilizada pelas famílias como uma alternativa. Eloi, morador do assentamento, solicitou ao INCRA um mapa com as curvas de nível, porém não foi atendido. Com a possibilidade de cercar as APP, todos concordaram, mas alegaram que não querem ter o custo da recomposição das APP. Eloi acha que deveriam receber uma compensação para preservar essas áreas, na forma de uma contribuição mensal. Os presentes apontam que no lote 39 existem córregos que não aparecem no mapa; acham que deveriam aparecer para se realizar alguma medida de preservação. Os agricultores criaram uma associação da barragem para obter a outorga e o licenciamento.

Com a explanação sobre legislação ambiental foi apresentada a evolução das leis ambientais no Brasil, com enfoque no Código Florestal e nos recursos hídricos. Foram explicados os conceitos de APP e RL e os limites impostos pela legislação quanto às áreas que devem ser mantidas sobre os recursos hídricos. Finalizada a apresentação, iniciou-se a atividade dos pequenos grupos. Em cada grupo (Figuras 29, 30, 31 e 32) foram estabelecidas quatro temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental.

- **Uso da água e Áreas de Preservação Permanente:** Sobre a importância da água, defenderam que, se não existir água nos lotes, não há como sobreviver. Algumas famílias que possuem melhores condições constroem poços, na época de seca. Já as famílias com menos recursos buscam água na barragem ou pegam com vizinhos que possuem poço, porém estes, quando não são muito profundos, também secam em períodos de estiagem. O gado sofre, pois caminham quilômetros para beber água, e acabam produzindo menos leite, o que ocasiona a diminuição da renda familiar. Discutiram que existem problemas com a qualidade da água, mas não de falta de água em alguns lotes, relataram que há poços contaminados e isso foi diagnosticado mediante análises já realizadas. Um exemplo é o caso de um poço de mais ou menos 30m de profundidade que está contaminado, por situar-se próximo a uma latrina. Acham que tem uma grande contaminação com matéria orgânica (esterco). As famílias do assentamento investem em gado leiteiro e de corte e utilizam medicamentos químicos para o tratamento do gado. Relataram que, muitas vezes, não possuem o conhecimento de que estão poluindo com suas atividades. Os resíduos sólidos que ficam expostos à decomposição liberam substâncias que podem percolar no solo e chegar ao lençol freático e são diretamente jogados nos cursos d'água. Desse conhecimento, os assentados declararam saber que os resíduos devem estar, de fato, poluindo a água. O assentado Ivo citou um exemplo de reutilização de pneus para a destinação de resíduos sólidos, por meio da construção da fossa e da canalização de sua residência com pneus usados. O assentado Zeca relatou que reutiliza a água da pia da cozinha para a sua horta, porém reconhece que tal água possui excesso de elementos químicos, pois a família usa detergente para lavar a louça.

As soluções apontadas pelos grupos quanto à questão da falta de água são: a reforma da barragem para viabilizar a água a todas as famílias e o tratamento para torná-la potável (longo prazo); os poços artesianos a todas as famílias (curto prazo); as cercas para conservação das APP (os assentados acham que a natureza pode recuperar a área, não é necessário fazer plantio de mudas); uma parceria com a prefeitura e o INCRA para a utilização de maquinários para a construção de açudes e reservatórios de água; a abertura de quatro poços artesianos com tratamento de água, que sejam levados até as casas para abastecimento doméstico; para o gado, a solução sugerida são bebedouros em pontos adequados nos lotes. Defenderam que deve haver um corredor para o gado chegar até a água dos córregos. A assentada Jéssica exemplifica que, atualmente, o gado tem acesso aos cursos d'água e banhados. Em períodos de muita chuva, acabam atolando e morrendo porque os moradores não possuem condições de recolher o gado. Indicaram corredores ou locais para o gado beber água, sem ter acesso às áreas de preservação, pois, com o seu pisoteio provoca a erosão. Seria necessário estudos de viabilidade para a utilização da água dos córregos e a construção de açudes e de cisternas nas moradias e na sede para a captação de água da chuva.



Figura 29. Grupo de discussão 1



Figura 30. Grupo de discussão 2

- **Percepção do Solo:** Muitos salientaram a importância do solo e reconheceram que, se não houver cuidado, não haverá mais viabilidade de produção, pois tudo se tornará somente areia. Perceberam que o solo descoberto sofre erosão e há demora para a recuperação. O problema mais sério se acha no esgotamento do solo pelo mau uso. Quando chegaram ao assentamento, o solo estava degradado dada a utilização extensiva dos antigos fazendeiros. Os agricultores, por não terem recursos, deixaram a terra em processo de pousio por um longo período e, assim, ela se recuperou. Hoje, a quantidade de gado aumentou e, conseqüentemente houve o aumento da degradação ambiental. A qualidade do solo é ruim para a produção, pois tem de ser enriquecida com adubo. Os agricultores destinam os resíduos orgânicos à alimentação para os animais, porém acham que poderiam utilizar esses resíduos na transformação em composto orgânico. Para a preservação do ambiente, uma das mais recorrentes sugestões do grupo foi manter a cobertura verde nativa e recuperar o solo com gramíneas nativas. Já foram trabalhados com grupo da EMATER e da COPTec a formação e cuidados com o solo. Estão sendo feitos experimentos com gramíneas nativas e também com a técnica da biodinâmica por intermédio da EMBRAPA. Isso tem despertado interesse de alguns assentados, pois garantiria a substituição de agrotóxicos por produtos naturais propiciaria o enriquecimento do solo. Entre outras sugestões esta a elaboração de um plano de recuperação das estradas, cercamento das APP para diminuir a erosão do solo e a utilização de técnicas como a da biodinâmica ou adubação orgânica. Citaram que não sabem identificar a vegetação e os animais do local, então solicitaram uma lista de animais e plantas nativas do Pampa.

- **Agrotóxicos:** Os agricultores revelam que não utilizam proteção quando aplicam agrotóxicos na lavoura. No que concerne a esse uso, sabem que representa problema ao ambiente, mas, mesmo assim, empregam este produto, porque não sabem o que pode substituí-lo. Além disso, as embalagens dos produtos são reutilizadas para dar água para os animais, carregar esterco, plantar flores, quando não são queimadas, em especial as embalagens de um litro. Eles têm a consciência dos malefícios desse uso indevido de produtos químicos, pois, desde o acampamento, essas informações lhes eram fornecidas.

- **Educação Ambiental:** Os agricultores já realizaram reuniões para discutir o recolhimento dos resíduos reciclados, mas não deram andamento às soluções porque esperavam que o caminhão da prefeitura fosse recolher os resíduos e isso não aconteceu. Ações como esta provocaram a desmotivação dos assentados, o que resulta na menor participação destes nas reuniões. Já que não foi implantado o recolhimento, resíduos como vidros, lâmpadas, pilhas e alguns tipos de plásticos foram enterrados. Em meio às discussões sobre alternativas mais sustentáveis de geração de renda, falam sobre a possibilidade de desenvolver a piscicultura na região, tendo em vista que a produção por metros quadrados, na piscicultura, é maior do que a de gado de corte. Na visão dos agricultores, é menos impactante ao ambiente. Os

agricultores gostariam de ter mais informação sobre a produção de leite, principalmente por causa de obtenção da licença para a produção e a venda do produto. Eles almejam oficinas sobre a reutilização de materiais recicláveis e conhecimento sobre construções ecológicas, a partir de materiais mais baratos e ecologicamente corretos, respeitando a posição solar. Quanto aos resíduos sólidos, pensam que um galpão como ponto de coleta de resíduos e a disponibilidade de um caminhão da prefeitura para o recolhimento dos resíduos, seriam fatores que poderiam resolver esse problema ambiental. Indicaram as sacolas plásticas como um problema para o assentamento, principalmente para os animais. Um assentado exemplifica que todos deveriam se valer da forma mais antiga de carregar objetos, como se fazia desde o tempo da mala de pano que utilizam para transportar alimentos e outros produtos a cavalo. Querem conhecer mais sobre a utilização de energia solar e também fazer uma oficina de artesanato para reutilização de material reciclado. As atividades do dia se encerraram com a entrega do mapa do assentamento, diagnóstico e leis ambientais. Os participantes (Figura 32) fizeram uma avaliação sobre as atividades do dia e agradeceram a oportunidade de reflexão sobre sua realidade, visto que propiciou apontar possibilidades para mudanças.



Figura 31. Socialização e discussão das propostas



Figura 32. Participantes da Formação

Formação Ambiental no Apolo, Recanto e Posto Novo

Iniciaram-se os trabalhos com a apresentação das atividades do dia e a ênfase na importância da participação de todos. Em seguida, iniciou-se a apresentação do diagnóstico (Figuras 33, 34 e 35). Durante a apresentação do diagnóstico, os participantes opinaram e fizeram algumas considerações sobre os dados. No assentamento Apolo os participantes dizem que o dado de que 100% não utilizam agrotóxicos não está correto, pois plantam arroz e soja e para isso utilizam “*não podemos mentir*”. Sugeriram que o dado gira em torno de 60% a 80% que utilizam. No Posto Novo 50% utilizam, pois possuem gado leiteiro. Recanto disse que variam em torno de 45 a 50%. E o destino das embalagens de agrotóxico os agricultores do Recanto reutilizam para plantar flores. E o Apolo reutiliza as embalagens para óleo diesel, gasolina e água. Quanto aos resultados de extrativismo o Recanto não confirma, pois dizem não possuir pesca. Acrescentam que 15% também caçam. A maioria

pesca coletivamente na barragem. No Apolo é mais fácil de pescar, sugerem que se acrescente o índice pesca e que este represente 20% do extrativismo. Apolo confirma as informações sobre a qualidade do solo. Posto Novo dividiriam em três tipos a qualidade de solo: boa, regular e ruim. Os agricultores do Recanto relataram que precisa investir para a terra se tornar produtiva. No Recanto é menor, 50% sim, 50% não. Os agricultores do Apolo salientam que a estiagem e a seca prolongada são problemas ambientais existentes.



Figura 33. Apresentação do Diagnóstico socioambiental.



Figura 34. Discussão PEA



Figura 35. Representante recebendo material do assentamento.

Na discussão sobre a legislação ambiental um agricultor perguntou: *o lote do assentado encosta na barragem; de que maneira ele deve proceder?* Foi enfatizado que a faixa da APP depende do tamanho da barragem e explica as distâncias de preservação relacionada aos recursos hídricos. Os participantes fizeram vários questionamentos acerca dos problemas particulares de cada lote, no que concerne aos aspectos de preservação da APP. Foram apresentados os limites de APP para nascentes, topos de morros e corpos d'água. Por intermédio de uma imagem fotografada no assentamento Coqueiro, apresentaram-se os limites da APP nas margens de um curso d'água. Os participantes disseram que existem casos de lotes com muitas áreas de nascentes e cursos d'água, o que complica a manutenção da produção familiar, pois sobra pouco espaço para o cultivo. O assentado Cristiano, do lote 15, relatou a preocupação do cercamento das nascentes e dos rios, pois, dada a quantidade de água existente, sobraria pouca terra para cultivo. Assim como ele, os demais se mostraram apreensivos quanto à subsistência. Mota fez referência ao lote 42 do Apolo, que está com problemas porque a casa do morador foi construída muito próxima de nascentes, em área de APP. Ao final, todos concordaram que, para preservar a mata ciliar, seria necessário fazer o cercamento, entretanto, caberia ao INCRA resolver esse problema. Uma sugestão dada foi manter a APP e a mata ciliar e respeitar a sucessão ecológica para que a mata se recomponha.

No período da tarde os participantes dos assentamentos Recanto, Apolo e Posto Novo formaram grupos (Figuras) para a discussão. Em cada grupo foram estabelecidas quatro temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental. Abaixo serão apresentadas as discussões das temáticas e apontadas por cada assentamento.

Assentamento Recanto

- **Uso da água e Área de Preservação Permanente:** O assentamento não possui barragem, somente córregos e nascentes de água, também usam poços artesianos, cacimbas. Relataram que metade do assentamento sofre a falta de água. Na sede do assentamento, existe uma caixa da água que faz a distribuição para algumas famílias e, quando falta água, as famílias vão até a sede para coletar a água. No relato de Joseane, retratou-se a problemática da falta de água em períodos críticos, pois seu pai, com problemas cardíacos, não pode fazer esforço físico e, por isso, em época de seca, é preciso ajudá-lo a coletar água em uma cacimba distante para consumo doméstico. Os agricultores identificaram a poluição da água em função dos resíduos que são queimados, ao uso de agrotóxicos nas fazendas vizinhas que chegam aos cursos da água e por meio dos resíduos enterrados, que podem atingir até o lençol freático. Disseram os assentados que o maior problema é quando as cacimbas ficam abertas e o gado tem acesso ao terreno, pois solo é permeável. Isso resulta na poluição da água de consumo doméstico. Uma forma de amenizar esse problema seria cada família ter um reservatório de água no seu lote com a construção de açudes.

- **Agrotóxico:** Os agricultores disseram que não tinham conhecimento do quanto os agrotóxicos pudessem ser maléficos à saúde da natureza e do ser humano. No primeiro momento, o agricultores Dalmiro revelou que não adianta apenas guardar as embalagens, pois elas acabam sendo espalhadas nos lotes e, com isso, os animais entram em contato com elas e acabam se contaminando; o ideal seria o recolhimento das embalagens.

- **Percepção do Solo:** Os participantes disseram que é importante a preservação do solo porque, se quiserem conservar a água, devem, antes, cuidar. Pensavam que a água era infinita e que nunca haveria problema de escassez desta, mas, a partir da discussão concretizada na parte da manhã, perceberam que, se continuarem com as atividades em seus lotes, a chance de ocorrerem secas permanentes é grande. Disseram que, antes de serem assentados, drenar os banhados para fazer área de cultivo era uma prática comum em sua região de origem. Sugeriram que o primeiro passo deveria ser a proteção das nascentes e que a prioridade é o cercamento das APP dos cursos da água. Para solucionar os problemas, o segundo passo seria fazer a coleta seletiva dos resíduos. Demonstraram urgência em recolher os resíduos do assentamento e indicaram fazer uma parceria com a escola. A assentada Dolores deu o exemplo da escola que faz o recolhimento de embalagens recicláveis para a venda na cidade. Com isso, arrecadam verba para a melhoria na estrutura da escola e para compra de material didático para as crianças. Surgiu a ideia de que, a partir do exemplo da escola, as famílias se mobilizassem e organizassem uma pressão para que prefeitura passasse a realizar o recolhimento dos resíduos pelo menos uma vez por mês. O solo é tudo; se não possuem um solo bom, o gado não poderá sobreviver bem como os próprios assentados. O agricultor Eliseu comentou que era preciso cuidar da cobertura do solo como preservação, mas que ninguém o fazia. Para fazer a correção do solo, sabem que necessitam usar calcário e colocar adubo orgânico, mas a maioria não tem condições de fazer tal investimento e acaba esgotando o solo. No início, usavam a cultura de pousio, mas agora já não a fazem mais, por endividamentos na tentativa de produzirem

grãos. Na atual situação, a terra está morrendo! Reforçaram que uma possível solução seria ter o cuidado da cobertura verde do solo. E concluíram: *A terra desgastada acaba secando as nascentes*. Durante as discussões, foi relatada uma história como exemplo de contaminação humana pela ingestão de agrotóxico: começou quando um assentado passou secante para exterminar as rosetas nativas. No dia seguinte, ocorreu uma chuva torrencial e carregou esse resíduo até os cursos da água. Um rapaz tomou a água contaminada de um córrego bem distante do local onde foi utilizado o secante e passou muito mal. Acreditam que tenha sido em função da contaminação por agrotóxico.

- **Educação Ambiental:** Apontaram várias sugestões de atividades para o assentamento e aprendizagens que seriam importantes para os assentados: a assistência técnica mensal nos lotes para orientar nos cuidados com o solo; um curso para aprender a fazer uma horta orgânica para o tipo de solo da região; a aprendizagem da poda e do cuidado da terra e do meio ambiente para tornar o assentamento produtivo de forma sadia; o conhecimento sobre o tratamento do gado, diminuindo a dependência do veterinário para resolverem problemas simples. Citaram também a questão de não beber o leite da vaca logo após esta ser tratada com antibiótico. Alguns assentados não tinham a informação sobre a necessidade de um período de carência. Não só vendiam o leite como o tomavam. Alegaram que precisam de técnico com competência para orientá-los na abertura de poços artesianos. Relataram a experiência de um poço artesiano construído com muita profundidade, que secou e outro, com menos profundidade, ainda ativo. Disseram que não é a profundidade que mantém o poço, e sim a forma de como ele é construído. Declararam precisar de orientação para promover a união na comunidade e entre famílias.

Assentamento Apolo

- **Uso da água e Áreas de Preservação Permanente:** Dentre os principais problemas do assentamento, há a falta de água para a dessedentação animal. Os agricultores salientaram, no entanto, que não têm problema com a falta de água para consumo humano. Para as casas, eles possuem cacimba com motor de bomba submersa e o encanamento da água para as residências, todos benefícios financiados pelo PAC (Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos). Consideraram que não têm poluição das águas, pois eles são habituados a utilizar esterco como adubo. Para resolver o problema de falta de água para animais, a proposta foi a instalação de bebedouros por meio de pequenos açudes onde se reservaria água. Sobre a estrada de acesso, a solução dada foi a abertura da estrada pelo INCRA ou pela prefeitura. Quanto às enchentes, ainda não veem solução para o grave problema, mas disseram que os engenheiros do INCRA deveriam fazer uma vistoria no período de enchente, pois essas visitas só ocorriam no período de seca. Quanto à preservação das APP, alegaram que têm de cumprir a lei e aceitam cercar a APP.

- **Agrotóxicos:** Consideraram que os agrotóxicos prejudicam a qualidade da água, porém ressaltaram que quem a usa são os assentados da várzea. Não consideraram que haja uma solução, porque os assentados não vão parar de utilizá-lo. Confessaram que também não usam proteção ao utilizar agrotóxico e que as embalagens desse produto perigoso são reutilizadas.

- **Percepção do Solo:** Existe o problema de erosão, provocadas pelo mau uso do solo, pela forma de cultivo e pela passagem do gado. Sugeriram pastagem rotativa, pastagem perene, curva de nível com cana-de-açúcar ou capim-elefante, rotação de culturas e, em longo prazo, piqueteamento, procedimentos que poderiam ajudar na solução do problema. No entanto, declararam saber que a implantação deste último implicaria custos elevados.

- **Educação ambiental:** Eles opinaram a favor de uma educação ambiental com os assentados, porque, até o presente, de fato, não houvera trabalho efetivo. Seria importante que tivessem instrução e acompanhamento na aplicação de agrotóxicos. Gostariam de ter formação sobre o cuidado com o uso dos agrotóxicos para ter consciência e responsabilidade com o seu uso. Gostariam de ter formação acerca da importância da produção orgânica na agricultura familiar.

Assentamento Posto Novo

- **Uso da água e Área de Preservação Permanente:** Esses agricultores acham que a água é o elemento mais importante para as pessoas, os animais, as plantas e a limpeza da casa. Alguns lotes têm problema de falta de água, principalmente na metade da várzea do assentamento, pois há falta dela, principalmente para a dessedentação animal em alguns lotes. A alternativa que o assentamento encontra para esses problemas, principalmente no período de seca, é a redução do consumo para que todos tenham água, pelo menos, para o consumo humano. Existem lugares no assentamento onde a qualidade da água é ruim, é salobra. Afirmaram não poluírem as águas e alegaram preocupação com a qualidade da água, o que os faz evitar o agrotóxico próximo dos cursos d'água e das nascentes. Reconheceram que o agrotóxico polui a água e mata os peixes, mas se defendem dizendo que estão fazendo o correto, pois passam longe dos corpos d'água. Depois da discussão da manhã, expressaram que as APP são importantes, que não podem cortar as árvores e nem realizar queimadas porque se retirar a mata, a nascente seca. Eles reconheceram a importância de se preservarem as áreas de APP e consideram que seu assentamento é privilegiado na quantidade de água. Comentaram que, se houvesse algum auxílio financeiro, com uma espécie de compensação, seria mais fácil preservar a APP recomendada, sobriam poucas áreas para o plantio. A alternativa mais viável seria a desocupação de 4 lotes, realização de uma vistoria, a fim de que estes se tornassem áreas de preservação, já que possuem muitas nascentes, banhados e cursos d'água. As famílias ali instaladas poderiam ser realocadas em outras áreas do assentamento.

- **Percepção do Solo:** Os agricultores consideram o solo importante para os animais e plantas se criarem e para a sobrevivência em geral, já que o gado não consegue sobreviver sem a vegetação. Declararam que o solo tem uma relação importante com a produtividade e citaram que houve um projeto do PAC durante o qual fora aplicado calcário para correção de solo em quase todos os lotes. Disseram que o solo do assentamento tem mais ou menos 50cm de matéria orgânica e, abaixo, areia, o que aumenta a erosão, porque a água escava a areia por baixo. Reconheceram haver problema sério de erosão na área onde escorre a água do cerro que vai para a represa. Essa água tem muita velocidade e a falta de mata ciliar da sanga, por onde a água escorre, apresenta grande erosão.

- **Agrotóxicos:** Praticamente, todos afirmaram que utilizam agrotóxicos, com uma informação sobre a utilização destes, vinda apenas das fontes da mídia e do saber popular. Reclamaram que, até o dia desse encontro, não tiveram nenhum curso ou instrução no assentamento. As embalagens, segundo relataram, ficam guardadas ou são reutilizadas para levar água para os animais. Declararam que o grande problema é que a chuva que cai depois de passar agrotóxico vai para os rios e mata os peixes. Solicitaram palestras e informações sobre o uso de agrotóxicos para os assentados, pois acreditam que não vão parar de usar esses produtos porque, sem eles, as lavouras não produzem suficientemente.

- **Educação Ambiental:** Confessaram os agricultores assentados que não conhecem todas as árvores do Pampa, narrando que muitos trouxeram árvores da Mata Atlântica, do norte do estado. Gostariam de conhecer outros tipos de árvores na região. As estradas precárias são um problema para o deslocamento dos assentados, principalmente quando chove

porque provoca muita erosão. Opinaram que têm água até demais e que a qualidade desta é boa, mas, se a lei for aplicada, vai haver remoção de assentados dos lotes. Relataram que os resíduos sólidos não reutilizados no assentamento são queimados ou enterrados e acham que dessa forma está bom, porque produzem pouco resíduo sólido e seria muito complicado ter um local de recolhimento no assentamento. Os agricultores presentes disseram que gostam muito da região e, por isso, estão preocupados com mudanças, porque se adaptaram muito bem ao Pampa. Revelaram querer conhecer alguma propriedade rural que trabalhe respeitando a lei ambiental para saber como trabalhar em seu lote. Por fim, foi feita a entrega, aos coordenadores, de uma pasta com o diagnóstico socioambiental, a carta do seu assentamento e uma cópia das leis ambientais.

Formação Ambiental no Frutinhas

A formação em educação ambiental aconteceu no assentamento Frutinhas com a apresentação dos objetivos dessa atividade. Os participantes disseram guardar as embalagens de agrotóxico para não poluir o ambiente, porém, de fato, os agricultores os enviam a diversos destinos: 34% enterram, 33% guardam e 33% deixam jogados no terreno. Muitos reutilizam as embalagens para bebedouro, para guardar óleo, mas dizem trabalhar com pouco agrotóxico. Sugeriram que deveria existir recolhimento das embalagens, não só dos agrotóxicos, mas também de todos os resíduos sólidos.

As dificuldades são muito grandes principalmente na questão da saúde e distancia dos centros urbanos, relataram os agricultores. O local não tem escola, por isso as crianças vão à escola da Vila Pampeiro. Três vezes por semana passa ônibus, e, quando chove, não há aula. As estradas, segundo o que narraram os agricultores desse assentamento, são um problema, por isso não existem ônibus para ir à cidade; há ônibus apenas uma vez por mês.

Foi apresentada ao grupo a legislação ambiental com a cronologia de evolução desta, mostrando o primeiro código florestal e, posteriormente, o novo código florestal de 1965, que apresenta as delimitações de áreas de APP e RL. Os participantes contribuíram para o debate, relatando que detectam não existir matas na região. Pensam que existia apenas a mata ciliar nos cursos de água. Foram apresentados os conceitos de APP existentes no código florestal com sua respectiva importância. Perceberam que, na região, não existem muitas espécies de animais e muitos são diferentes da região de onde vieram.

Ao falar sobre a RL, alguns mostraram desconhecer a necessidade dessas áreas. Disseram: Se fosse tirada uma área do seu lote, iam chorar, porque ia sobrar muito pouco. Um morador relatou sua preocupação: Em um potreiro que tem uma nascente como é que vai se preservar? Outro asseverou: É melhor preservar tudo desse jeito. O técnico manifestou a preocupação com as áreas de APP, pois estas são usadas para o gado, que gera renda para as famílias, e, com a necessidade de preservá-las, vão ser reduzidas. Há a necessidade do INCRA cumprir a legislação por ser um órgão federal, porém, de acordo

com estudos já realizados, havendo controle, é possível que o gado acesse a APP. Para que isso aconteça, os casos tem que ser estudados. O assentado Valdir afirmou que conserva as áreas de APP no seu lote. O assentado inquiriu: *“Como que o gado vai beber água se cercar os rios?”* Portanto, os agricultores não concordaram em cercar as APP. Os representantes do INCRA se manifestaram dizendo que os agricultores devem ver a APP como algo diferente do potreiro, área de campo, pastoreio, pois acabam utilizando a área de mata como uma extensão do potreiro, o pensamento e a ação que devem mudar.

Os presentes (Figura 36) iniciaram uma discussão sobre a preservação de banhado e das nascentes e se manifestam que não há como se sustentar se houver que preservar tudo. Sr. Otaviano alegou: *“Quem coloca comida na minha mesa sou eu, porque o INCRA deu essas terras molhada prá gente. Quando eu cheguei aqui queria que vocês vissem a quantidade de banhado, ninguém ia querer esse lote, os animais morriam tudo atolado”*. Cenair Técnico da COPTEC expôs: *“Vão ter que ser decididas estratégias diferenciadas para alguns lotes, porque tem muita área para ser preservada. A água é muito importante, os moradores têm que ver a riqueza que tem no assentamento. Existem muitos problemas de erosão”*.

As mudanças climáticas foram lembradas pelos agricultores e a equipe explicou que são reais as mudanças do clima e que todos devem se preocupar com as transformações. Os participantes não concordaram com a APP em pequenos córregos de água, justificando que iriam perder muita área. Comentaram que a maior degradação é a das nascentes, pois estas estão descobertas de vegetação. Finalizadas as apresentações e as considerações, os participantes foram divididos em dois grupos para iniciar a discussão sobre as temáticas propostas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental.

- Uso da água e Área Preservação Permanente: Todos concordaram e se manifestaram que se não tem água não tem vida, a água é tudo, importante para todo ser vivo. O assentamento apresenta falta de água no período de verão, porque existem alguns lotes que não possuem água encanada. Eles têm cacimba, poços rasos e há um que usa água da valeta. Existem seis lotes que sofrem com a falta de água para consumo. A solução pensada pelos assentados é levantar ou modificar o lugar da caixa, porque ficou mal posicionada; há lotes que não recebem água porque a caixa está posicionada abaixo do necessário. Isso causa problemas, porque a falta de água provoca alta rotatividade de moradores no lote. Quanto à qualidade da água, os assentados relataram que apresenta boa qualidade, mas revelaram que nunca houve uma análise daquela. Identificaram, em uma pesquisa realizada pela COPTEC, que existem buracos em que o pessoal joga os resíduos e isso vai tudo para o lençol freático. Existe uma latrina do assentamento que está muito próxima do poço e eles justificaram que a utilizam pouco. Telmo revelou que existem uma nascente e um córrego em seu lote e que está preocupado com a preservação das APP, pois vai perder muita área. Opinaram ser importante preservar a APP das nascentes: *É a mesma coisa que os olhos e*

que se a gente cortar os cílios a gente não enxergar e, se a gente corta a mata, o rio seca. Ao final da discussão, concordaram em cercar as APP, caso haja verba.

- **Agrotóxico:** Os representantes do INCRA explanaram a questão dos agrotóxicos e alertaram que o seu uso indevido é cumulativo e provoca câncer. O assentado Telmo contou sua história sobre agrotóxicos: Trabalhei em lavoura e passei veneno para as lagartas e uma vez fiquei tão mal que fiquei 3 dias de cama, com febre de cama, mal, muito mal. Comentou que ainda utiliza veneno sem proteção (sem EPI), revelando que possui os equipamentos, mas que não os usa por relaxamento. Reconheceu que já apresenta alguns sintomas; sente que sua saúde está mal. Disse que não gostaria que coisa ruim acontecesse com a família por causa dos agrotóxicos. Outro assentado complementou: Os filhos vão olhar o pai e vão fazer igual a ele. Os agricultores confessaram que não se protegem direito para aplicar os agrotóxicos. Afirmaram que costumam ler os rótulos dos agrotóxicos para ver as medidas que precisam empregar. Todos disseram que sabem disso, mas não usam tal informação por relaxamento. A técnica da ATES contou que um morador do Cerro dos Munhoz está mal, e que, quando começaram a fazer exames, descobriram que o mal foi causado pelo agrotóxico. Os participantes fizeram algumas argumentações quanto a medidas relativas aos agrotóxicos, solicitando cursos com alternativas que substituam essas substâncias. Sugeriram o uso de proteção e a espera de que venha outro produto para substituir o agrotóxico. Telmo disse que “poderia ter uma casinha fechada para colocar as embalagens”, pois, normalmente, é reutilizada a embalagem, e quem compra no Uruguai “cambeia as embalagens”. Fazer um local para guardar as embalagens para onde todos deveriam levá-las foi outra sugestão.

- **Percepção do Solo:** Os agricultores comentaram que usam curva de nível no inverno e fazem terraço para não criar barroca (voçoroca) e para que a água não escorra com força. Também narraram que fazem um nivelamento para não provocar a erosão. A sugestão dada foi para plantar capim-elefante ou cana-de-açúcar nos terraços. Um assentado disse que plantar cana não dá certo porque não há como limpar. A maioria acha que colocar grama é o melhor. Outro assentado, Sandro, disse que alguns fazem pastagem perene e está dando certo (usam a braquiaria/capim-elefante como pastagem). Narrou que também começou a fazer o piquete rotativo, mas, por falta de recurso, parou. Os presentes disseram não perceber erosão no assentamento, mas reconheceram que a terra sofre bastante com a chuva: é lavada e se perde. Para diminuir o uso dos agrotóxicos e os problemas de lavagem do solo, explicitaram que usam a curva de nível para resolver a erosão.

- **Educação ambiental:** Os agricultores desse assentamento disseram saber dos problemas ambientais e mostraram ter consciência do que estão fazendo. Achem que os problemas que estão sendo discutidos nesta formação tinham que ser discutidos com as autoridades. Telmo perguntou se os adubos químicos são perigosos para a natureza. O representante do INCRA explicou que os adubos causam muitos problemas e eutrofização. Otaviano disse que, na próxima formação, seria necessário trazer solução e que exigem dos assentados o que eles não sabem fazer. Para completar: *Nós tamo aqui que nem uma criança que vai pra aula o primeiro dia, a senhora tem que pegar na mão da gente e ensinar a fazer as letras*. *“Acho que teria que mudar alguma coisa porque fico com pena da minha netinha, aquela ali que vai sofrer disse um participante”*. Apontaram como possíveis soluções: o controle do gado para não chegar às sangas e para proteger as APP; a aprendizagem de artesanato para reutilização dos resíduos descartáveis, a fim de não jogá-los fora ou queimá-los; a aprendizagem de preparo de adubo orgânico, compostagem, biofertilizante, evitando agrotóxicos; o intercâmbio com outros lugares para ver e aprender com outras experiências que estão dando certo. No final da formação foi entregue ao coordenador do assentamento

Frutinhas a pasta contendo cópias de leis ambientais, resultado do diagnóstico socioambiental e a carta-imagem do assentamento em formato de pôster.



Figura 36. Grupo participante do assentamento Frutinhas.

Formação Ambiental no Pampeiro

A equipe montou uma estrutura para a apresentação dos dados, porém não havia energia elétrica, diante do que houve uma rápida adaptação. O dia de formação iniciou com a exposição dos objetivos do encontro, em seguida, foram apresentados os resultados do diagnóstico, com o objetivo de devolver as informações aos agricultores e também efetuar a validação e a complementação destes com todo o assentamento. O diagnóstico apontou que 80% dos entrevistados utilizam cacimba e 20% utilizam poço artesiano, mas os participantes asseguraram que 100% utilizam cacimba. Foi encontrada água salobra em um poço de um lote, o qual, atualmente, está fora de uso. Em épocas de seca, torna-se difícil a distribuição da água nos lotes, e, em alguns desses, há falta desta. Também foi relatado que, quando chove entra sujeira na cacimba, o que compromete a qualidade da água. Segundo os participantes, a possibilidade de bombear a água para dessedentação dos animais é ineficiente, porque as bombas não duram mais que uma semana no assentamento.

Relataram que as plantações de arroz estão localizadas próximo ao arroio e a áreas de nascentes. Indicaram que 50% do assentamento têm cultivo próximo dos cursos d'água, semelhante ao dado do diagnóstico onde o percentual é de 60%. Quanto ao uso da água, 50% são provenientes de arroios, 45%, de cacimba e 5%, da barragem (Figura 37).

No que concerne aos resíduos domésticos, os dados foram confirmados: disseram que, de fato, queimam e enterram os resíduos. Os participantes apontaram que o dado numérico relativo às queimadas é menor do que o foi apresentado no diagnóstico; ainda disseram que o desmatamento quase não existe. Quanto às voçorocas, 100% disseram ter

esse problema nos lotes; comentaram que isso é uma coisa da região. Citaram que um lote teve um aumento bastante significativo de voçoroca nas “beiras” da sanga. Por esse motivo, acham que há alguns lotes que deveriam ser “condenados” (significa sem possibilidade de uso). Sugeriram que esses sejam transformados em áreas de preservação.

O diagnóstico revela que 80% utilizam as embalagens de agrotóxicos e essa informação foi confirmada pelos participantes que ratificaram esse procedimento. Muitos reutilizam as embalagens dos agrotóxicos para o armazenamento de óleo diesel. A principal fonte de renda das famílias do assentamento são os recursos vindos da venda do leite. Um agricultor se manifestou afirmando que esse dado mostra que tal assentamento não serve para o cultivo, apenas para a produção de leite. Complementou com a seguinte informação: o leite, quando em outros lugares está R\$ 0,60 o litro, aqui; é R\$ 0,45 por causa do frete e da distância; não se ganha nada.

A distância dos centros urbanos, com 80% de representatividade no diagnóstico, aparece como o fator de que menos gostam da região. Durante a apresentação dos dados do diagnóstico, muitas intervenções e discussões foram feitas pelo grupo. Os agricultores comentaram que, em 1999, o INCRA dividiu os lotes, mas que a configuração original é diferente da atual. Ocorreram muitas mudanças. Em torno de 40% das famílias são novas no assentamento. Um dado interessante que surgiu da discussão foi o referente à nomenclatura do assentamento. O nome da fazenda onde está alocado o assentamento era Estância Sarandí. O nome dado pelo INCRA ao assentamento é Pampeiro, mas, para os assentados, ele é chamado de Novo Pampeiro. Finalizada a apresentação do diagnóstico, foram feitas considerações pelos participantes e foi iniciada a apresentação da legislação ambiental.

Os participantes reconheceram a diferença entre o bioma Pampa (local atual) o bioma Mata Atlântica (local de origem). Disseram que no Pampa só tem macegas nos rios. O agricultor Nereu questionou se existe mesmo essa lei que não pode usar os arroios para dar água pro gado? Foram explicadas as delimitações e as permissões da lei e foi perguntado aos participantes, qual a importância da água para eles. Andrei, de 6 anos, rapidamente respondeu: “*para beber*”. Alguns assentados se pronunciaram e afirmaram reconhecer a importância da água para a vida.

Quando foi apresentada a distância de 30m de APP, houve muitas manifestações dos participantes. Coca (assentado) falou ter ouvido que essa lei iria mudar e que a APP diminuiria. A Coordenadora da equipe explicou que ainda não fora aprovada e que é

necessário respeitar a lei atual. Em meio às discussões, um morador ficou em dúvida sobre o gado usar a água da sanga, já que teria de haver a APP. Mas foi imediatamente esclarecido que o gado pode beber água, mas não pode ter acesso ao longo de toda margem do curso da água. Dentre as questões mais discutidas, o custeio da cerca predominou: alguns moradores perguntaram se o INCRA iria pagar a cerca, como no caso do arroio Tarumã, que possui grande área. Explicou-se a importância das APP para a conservação da água e também para o licenciamento ambiental do assentamento. Observando o mapa do assentamento Pampeiro, o morador do lote 45 (Figuras 38 e 39) disse que a sanga que cruza o terreno, de acordo com o mapa, nunca existiu. Relatou não possuir o corpo hídrico que ali estava representado. Mencionou, ainda, que a água que vazava da barragem estava provocando erosão e escorria para dentro do lote 45, seguindo para o lote 46. Mostrou-se preocupado, pois é um grande problema, achando que pode estourar a barragem. O mesmo morador disse que o INCRA colocou o marco divisor do lote dentro da sanga. Foi enfatizada a importância de respeitar os limites de APP, impostos pela legislação, ainda se esclarecendo que o INCRA é o primeiro a ser cobrado para cumprir a lei. Tal cumprimento é importante também em aspectos como para a obtenção de financiamento. Coca (assentado) observou: *“Tem um monte de fazenda que tem placa de licença ambiental, mas esses não respeitam nenhum rio”*.



Figura 37. Apresentação do Diagnóstico socioambiental.

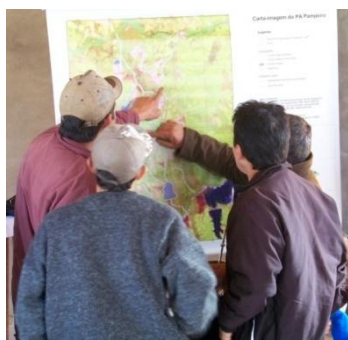


Figura 38. Assentados reconhecendo lotes no mapa.



Figura 39. Jairo localizando lote e barragem.

A barragem não está no local certo no mapa, fica um pouco mais acima, mais ao norte. Fica nos fundos dos lotes do Seu Canhão e do Seu Magro. O agricultor Nereu explicitou que não há barragem como é apresentado no mapa (Figura 39) no lote 45, cujo proprietário é Jairo, não há arroio, apenas existe um problema de vazamento da barragem, pois, desde ao sul da barragem, existe uma vertente que desce, cruza o lote 45 e vai para o lote 46. Ainda sobre o lote 45 e mais o 46, os assentados relataram existir bastante banhado

onde plantam arroz (Jairo). Gostariam que fosse feita uma vistoria sobre a situação dos lotes. Ainda Nereu questionou: “*Por que no meio rural não tem água tratada? Se na cidade todos tem?*”

O grupo participante do assentamento foi convidado a discutir as quatro temáticas que compõem a Carta Ambiental da Terra do assentamento (Figura 40). As discussões iniciaram, seguindo os tópicos propostos: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental.

- **Uso da água e Área de Preservação Permanente:** A água é fundamental para a vida da gente, disse uma assentada, participante da formação. Relatou a situação dos recursos hídricos no assentamento, como o caso dos lotes da várzea que secam inclusive no inverno. No verão, a situação é crítica, continuou ela, pois fazem economia (para ter por mais tempo a água. Também contaram que coletam água das chuvas, mas observaram ser uma solução que não faz muito que está sendo aplicada, pois ainda não existe esse hábito. Comentaram que, há dois anos, vieram técnicos da CPRM (Companhia de Pesquisa Recursos Minerais) para localizar pontos de captação e distribuição de água, mas que ainda não foi resolvido o problema. Sugeriram que a solução seria fazer poços artesianos. Foi feita análise da água, pela EMATER, e os resultados confirmaram que a água é imprópria para o consumo. Alguns participantes comentaram que o gado polui com a urina e o esterco. As cacimbas não foram bem feitas porque coletam a água diretamente da vertente de água. Essa água não possui altura suficiente para entrar no solo e subsolo, onde possa ser filtrada. O poço mais profundo do assentamento deve ter uns 30m, revelaram. Citaram também que os agrotóxicos igualmente poluem a água e ainda há os ratos dos paióis que bebem água nas cacimbas. Para Nereu, no assentamento Pampeiro tem todas as qualidades de ratos: quatro espécies. A terra sofre erosão frequentemente, e a água lava o solo. Muitos já pensaram em ir embora por falta de condições básicas de sobrevivência, como essa falta de distribuição de água. Foi explicada a importância da preservação da água, que é um bem finito, e que, em breve, se não se cuidar desse recurso, pode se esgotar. Um agricultor falou: “*O INCRA é culpado 100% por terem assentado a gente em terras impróprias. Agora o INCRA deve buscar recursos para remediar a situação*”. Os assentados reiteraram que deve ser feito um estudo para se conterem as erosões. Cada um tem que preservar um pouco e, no coletivo, isso será muito.

A coordenadora da equipe expôs que já se têm dados que estão efetuando a recuperação ao redor das barragens e dos córregos em muitos locais no Brasil. O conhecimento da qualidade da água do aquífero Guarani derrubou o conceito de que se tem água de boa qualidade e de que é infinita, pois, em muitos pontos, essas águas são salobras, possuem muito cálcio, ou muito flúor. As rochas, durante os movimentos se erodem e saturam o aquífero de minerais. Foi trazido à discussão o exemplo do município de Erechim, onde, no ano de 2005, a prefeitura perfurou o solo com profundidade superior a 900m para encontrar as águas do aquífero para, assim, acabar com a falta de água, mas encontraram apenas água salobra. O caso demonstra uma situação, na qual não se resolveu o problema. O poço ficou aberto contaminando essas águas, as quais não puderam ser distribuídas à população.

Ressaltou-se, também, a importância dos corredores ecológicos, e o fato de que já existe um tipo de compensação para quem tenha corredores. O dono da terra não está perdendo, tendo área de APP, e sim ganhando por deixar aquela mata em pé, protegendo os recursos hídricos e com reserva de água. Foi enfatizada a ideia de que não se pode pensar que se vai perder, mas, sim, ganhar: os filhos terão a compensação. Coca trouxe um

exemplo de onde morava; quando os pais eram crianças, nadavam e, hoje, é só erosão e contaminação. Os agricultores disseram, então, que muitas empresas estão adquirindo terras com muitas nascentes e as estão guardando para o futuro. O desmatamento da Amazônia e as mudanças climáticas têm reflexos no RS. Quando o choque das massas de ar é muito grande, ocorrem as tempestades e os ventos fortes. Um assentado falou que a sua casa foi toda levada pelo vento em 21 de março de 2010. Não tinham nenhum tipo de quebra-vento ou outra proteção para os ventos, que são muito fortes na região. Os resíduos são queimados e/ou enterrados, mas os agricultores indicaram sempre sobrar um pouco que infiltra no solo, contaminando os lençóis freáticos. Um dos participantes disse o seguinte: Não tem como enterrar todo o lixo, a decomposição é muito demorada. A poluição do meio ambiente acaba sempre retornando para a própria família.

Os agricultores elencaram prioridades: para a preservação das nascentes, possível fechar as cabeceiras e reflorestar os lotes 30, 32, 34, 45 e 46 (nem sempre a barragem verte água para o lote 46, ocorre apenas em época de chuvas); priorização de recuperação próximo às nascentes: é necessário recuperar a barragem do centro do assentamento, pois está estourada; construção de poço de água com qualidade, mas, se demorar demais, é necessário, urgentemente, construir e recuperar as cacimbas.

- **Percepção do Solo:** Os participantes relataram que não há animal nem planta que viva sem a terra. Tudo sai da terra. Como estão fazendo para cuidar as erosões? Cada um tem um jeito: Nereu disse que joga capim e macegas nos pequenos buracos. Alguns participantes contaram que, nos campos, é difícil de não acontecer erosão. O maior problema é a erosão nas estradas, pois a água faz canais no solo. Os presentes mencionaram que há lotes muito degradados, onde só se encontram areia e ladeira: Se ganha verba para produzir, mas se não cuida, perde tudo. Precisa se colocar solo bom para plantar. Foi comentada a possibilidade de fazer curvas de nível, ou rotação de culturas, mas os assentados, em geral, reclamam ser difícil. Um dos agricultores afirmou que há lugares nos quais seria necessário remover algumas pessoas. Nos lotes que apresentam maiores problemas, a solução seria o INCRA reavaliar o lote. Muitos gostariam de sair do assentamento, se tivessem opção de ir para outro lugar. Fazer o manejo da pastagem é difícil, teria que haver uma área maior e o remanejamento das famílias teria que ser reavaliado, como é o caso do lote 42, que possui muita área de APP. Nereu lamentou: “Esse assentamento tinha que ter o nome de miséria familiar, não assentamento familiar, porque é longe de tudo, a gente não consegue levar a produção pra cidade”. De acordo com o que asseveraram os presentes, ninguém faz compostagem, como forma de enriquecer a terra por meio de adubo orgânico. Complementaram que não há minhocas, tema sobre o qual um assentado relatou: Tentei criar minhoca, mas morreu tudo, fugiu tudo’. Outro alegou: O solo precisava de calcário, adubo orgânico, um monte de coisa, se eu for comprar eu não consigo, não tenho condições e não vou ganhar o retorno. E outro participante asseverou: “A nossa agricultura é extrativista, a gente não consegue o que tem na terra, a gente não tem recurso”.

Com relação às dificuldades locais, um agricultor relatou: *“Não tem mais ônibus, se não tem alguém que da uma carona, um carro, não dá pra ir pra cidade, o que a gente vende perde um monte no transporte, não tem lucro nenhum. Ficamos 4 anos sem luz, não tinha como vender leite, o clima aqui é muito diferente. Milho, se tu colher 10 saco não tem pra quem vende, feijão não tem pra quem vende, nos tamos a vive com a fé”*. Sobre a questão da produtividade do solo, disse: *“ Na região que nós morava produzia 100 saco por hectare; aqui a gente colhe 20, 30 saco por hectare. Como alternativa, os assentados sugerem: A única solução que a gente vê aqui é remanejar os lotes [...]Nós temos muita área de declive no assentamento, se fosse analisar mais de 30% dos lotes teria que ser separado”*.

- **Agrotóxico:** Os agricultores apontaram um mesmo fornecedor de quem compram os agrotóxicos, e, sobre a destinação das embalagens, eles confessam saber que a lei diz que devem ser devolvidas, mas reclamaram não haver recolhimento. Declararam que quem vem vende os agrotóxicos não leva as embalagens de volta. Foi, por essa razão, proposto um estudo da legislação para saber como melhor agir nesse caso, e, talvez, para promover uma reunião com o assentamento Frutinhas, o mais próximo, a fim de pensarem em uma solução juntos. Foi comentário de um assentado: “Nós temo que se sujeitar, porque tem fornecedor aqui que tá vendendo por pena de nós, se nos colocar eles contra a parede eles não vem mais vender pra gente, eles não tem lucro nenhum pra vender pra nos, vir até aqui”. “Outro assentado continuou: Eu acho que essa história dos galões é meio urgente mesmo, porque se tu compra 20 galão por ano, olha quanto galão que vai se ter”. Consideraram que seria importante construir um local para guardar todas as embalagens de agrotóxicos.

- **Educação Ambiental:** Os participantes expressaram que gostariam de conhecer o solo do assentamento e a aptidão destes para a produção. Qual o melhor cultivo para a região, já que os solos são diversos? Cursos e/ou oficinas sobre inseminação artificial, compostagem e apicultura foram requeridos. Julgaram válida e necessária uma visita do INCRA ao assentamento, para discutir as áreas que não têm solução nem alternativas de sustentabilidade, sabendo que todos serão cobrados, principalmente na questão da recuperação das APP.



Figura 40. Participantes do assentamento na composição da carta ambiental do Pampeiro.

Disseram que gostariam muito de ter as estradas em melhores condições, porque tudo depende disso, assim como apreciariam que a escola do assentamento fosse regulamentada. Para o fechamento das atividades do dia de formação, cada participante manifestou suas conclusões sobre as ações. Os comentários apontaram uma grande alegria com a formação da equipe técnica, pois, sentem-se abandonados, principalmente por técnicos que pudessem auxiliar nas atividades do assentamento. Disseram ter um acréscimo de informações que não tinham e concluíram com a expressão do desejo de continuidade dos trabalhos da equipe da UFRGS, considerando que o contrato deva que ser renovado, porque há muitas equipes que trabalham para o INCRA que não são sérias. Confessaram que sentem confiança neste trabalho realizado.

Formação Ambiental no Bom Será, Santa Rita e Capivara

A formação ambiental nestes assentamentos ocorreu em um formato um pouco diferenciado dos concretizados com os outros assentamentos. Dada uma demanda dos assentamentos, a formação atendeu às crianças da Escola Estadual de Ensino Fundamental

Antônio Conselheiro. Os alunos foram divididos em dois grandes grupos: enquanto um grupo assistiu à apresentação do diagnóstico, o outro grupo discutiu e fez desenhos, referente ao tema de educação ambiental.

A equipe apresentou os resultados do diagnóstico para os alunos e esses se manifestaram expressivamente acerca das temáticas. Em seguida, foram comentados alguns aspectos da legislação ambiental, mediante a apresentação do mapa como uma forma mais ilustrativa de explicar conceitos como APP, RL, banhado e de ressaltar a importância de proteger essas áreas. A lei de crimes ambientais, segundo a qual é proibido matar animais, desmatar, jogar lixo nas encostas, também foi abordada. A questão dos agrotóxicos foi discutida, e avaliada o quanto esse fato pode ser prejudicial para a saúde e para o meio ambiente, principalmente para as águas superficiais e subterrâneas.

O objetivo do trabalho era abordar a importância de preservar as APP para a proteção dos recursos hídricos. O aluno Romário comentou que, no verão, a sanga do assentamento seca (São João do Ibicuí, que faz divisa com o PA Capivara), e que tal fato já completara 4 anos. Foi explicado que algumas partes do solo dos assentamentos são argilosas e outras arenosas; por isso, a água escoar é fácil e os poluentes vão junto e chegam à água subterrânea. Os alunos perguntaram se a erosão pode ser provocada pelo gado, e a resposta propiciou falar sobre a erosão nos campos e sobre a melhor forma de evitar ou recuperar essas áreas, especialmente quando têm início das erosões.

Os alunos foram questionados sobre o problema ambiental dos assentamentos. Os resíduos foram citados com bastante frequência pelo grupo, inclusive com alunos que declararam jogá-los pela janela do ônibus. Já em relação ao PET, todos comentaram que suas famílias guardam e reutilizam em casa. Apesar da atitude de não destinar corretamente os resíduos, percebeu-se, pelos depoimentos, que os alunos sabem separar os resíduos. Um dos grandes problemas identificado nas falas dos alunos foi a reutilização dos recipientes de agrotóxicos; alguns disseram que, em sua casa, esses galões são utilizados para guardar o leite tirado das vacas e outros, destinam-nos para fazer cochos para os animais. Também foram encontrados galões atirados nos lotes e como lata para lixo. A utilização incorreta dos agrotóxicos foi relatada pela aluna Carla Tavares que contou o caso do seu tio que planta fumo e sempre tem bolhas nas mãos, por isso está sempre no hospital. Narraram a reutilização do óleo usado para fabricar sabão em muitas casas. Em uma das atividades da escola, foi realizada uma caminhada pela proteção do meio ambiente, como uma forma de sensibilizar as famílias de fazer com que cada um ajude um pouco para diminuir a poluição.

Nos comentários se percebeu que as informações sobre o bioma Pampa são bastante limitadas. Sabem que é um lugar para se criar gado e que tem bastante campo. Após a apresentação dos dados e da discussão sobre os temas pertinentes com as crianças, foi proposto que cada aluno elaborasse um desenho sobre o que é educação ambiental. (Figuras 41 e 42).

No período da tarde, as famílias dos três assentamentos participaram da formação, bem como o representante do INCRA (Figura 43). Foram apresentados os dados do diagnóstico e as questões pertinentes à legislação ambiental. O grupo se concentrou em discutir as quatro temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental.



Figura 41. Desenho de Andriara



Figura 42. Desenho de Everton Luis Cardoso Madruga

- Uso da água e Área de Preservação Permanente: Água é tudo, pra horta, pra vida, pros animais, a terra não tem valor sem água. A partir dessa frase tantas vezes proferida pelos participantes de todos os assentamentos, estes também apontaram extrema preocupação com o problema. Citaram lugares com banhado, e outros que necessitam de açude ou de reforma dos que ali existem, para poder segurar a água. Mencionaram que, quando há seca, levam o gado para o rio. Julgam que é necessário fazer um reservatório em cada lote. Quanto à APP, reconhecem que é importante preservar, pois aprenderam que, se quiserem ter água, precisam preservar. Açam que o governo deve incentivar economicamente as famílias para preservarem, e se defendem, dizendo não terem condições para poder preservar adequadamente o ambiente e sobreviver. Como primeiro passo para preservar, expressaram que é importante não mexer nas cabeceiras e, no segundo passo, indicaram a recolha de resíduos e sacos plásticos. Quanto aos cursos d'água, julgaram que não seria viável para o assentamento um projeto amplo como prioridade para garantir a água do futuro.

- Agrotóxicos: Os participantes reconheceram que os agrotóxicos prejudicam a vida. Apontaram como problemática a queima das embalagens, principalmente as das vacinas. Contaminam o solo e a água, portanto sugeriram que quanto àquelas, fosse obrigatório o recolhimento pelos veterinários. A assentada Dalmira disse: “A gente tem que se reunir para ver como fazer a reciclagem e se organizar”. A relação entre os agrotóxicos e a água é vista pelos participantes como problemática, pois manifestam que, mesmo passando

agrotóxico longe das águas, quando chove, vai tudo para os rios, o que os contamina. Mas, mesmo com essas alertas, os agricultores confessaram que, às vezes, não usam proteção para aplicar os agrotóxicos na lavoura.

- **Percepção do Solo:** Se o solo não for bom, o gado não poderá sobreviver e nós não fizemos nada. Tem que ser produtivo, é de onde tiramos nosso alimento. Os participantes mencionaram as formas de cuidar do solo: não fazer queimadas, não passar agrotóxico, não desmatar. Elizeu questionou: “*Vão cuidar como, se não fazem cobertura?*” Os participantes admitiram a importância do uso de calcário e do adubo orgânico para o cultivo, mas a maioria não tem condições de adquirir os produtos ou não sabe preparar o adubo natural, por isso se mostra muito desanimados. Informaram que fazem um sistema de rodízio, mas não há terra para todos.

- **Educação Ambiental:** O grupo enumerou como necessidades dos assentados: (i) presença de um técnico para acompanhar os assentamentos, ao menos uma vez por mês, para ensinar a lidar com a terra; (ii) a existência de um instituto que traria a possibilidade de aprender a fazer tricô, crochê, lidar com a horta, e também uma poda correta; (iii) os conhecimentos sobre o gado e as formas de resolver pequenos problemas, bem como a aplicação de antibióticos nos animais. O grupo sugere que seja feito um trabalho para incentivar a união dentro do assentamento. Cada participante manifestou-se sobre a atividade do grupo. Um assentado disse: “Aprendi mais da metade do que não sabia”.



Figura 43. Entrega do material para os coordenadores dos assentamentos Bom Será, Santa Rita e Capivara.

Formação Ambiental no Santo Angelo

Os trabalhos tiveram início com a exposição dos objetivos da formação, e com um comentário explicativo sobre a importância desse encontro. Tal documento será entregue ao INCRA para ser usado como demonstrativo do conhecimento de problemas dos lotes, pois a assistência técnica do INCRA tem ido muito pouco ao assentamento. Em seguida, apresentou-se o conteúdo de uma pasta a ser entregue para o assentamento, contendo os textos de leis, os mapas e os resultados do diagnóstico inicial. Juntamente apresentou-se o mapa do assentamento Santo Angelo. Finalizadas as apresentações e os encaminhamentos para o dia, iniciou-se a apresentação dos resultados do diagnóstico. O objetivo dessa

apresentação foi devolver à comunidade as informações obtidas e realizar uma complementação e atualização do diagnóstico com os participantes, na formação.

O primeiro item apresentado tem relação com o tipo de captação de água. A resposta mostra que 66,7% dessa é proveniente de poço artesiano e 33,3%, de vertente. Em relação ao uso da cacimba, os participantes disseram que ainda existem de 3 a 5 famílias que a utilizam. Os problemas relacionados à água são, principalmente, restritos a períodos de estiagem: no período de estiagem seca tudo. A forma como tentam resolver este problema está ligada, principalmente, ao racionamento da água. Relataram que cuidam para não utilizar excesso de água e que não a desperdiçam, por exemplo, quando lavam roupa, pois colocam nas plantas a água usada para aproveitar ao máximo. Alguns disseram guardar água da chuva. Relataram que há pouco plantio próximo aos rios, e que sempre deixam uma boa distância da margem deste, dada a umidade, já que o solo não revela boas condições. A água para pecuária é proveniente do açude e não da barragem, como haviam registrado no diagnóstico (66,7%, da barragem e 33,3%, do rio). O gado tem acesso e bebe água direto no rio.

A maior parte confirmou o uso de agrotóxicos. Um dos assentados relatou que os usa para fazer o plantio direto. O destino das embalagens de agrotóxicos é confirmado: 66,7% são reciclados. Relataram que existem dificuldades para conseguir adubo químico. A possibilidade do uso de biofertilizante foi informada pelos técnicos neste assentamento. Também comentaram que, por não existir aviário próximo, há certa resistência à adubação verde; dessa forma, consideraram que não há acesso à produção ecológica.

Dos problemas ambientais, 66,7% estão relacionados à erosão e às voçorocas. Outros 33,3%, aos agrotóxicos. Elizete demonstrou desejar mais conhecimento sobre como conter as voçorocas da sua região. Seu lote tem muitas valas que começam pequenas e aumentaram com o tempo. Os assentados gostariam de saber o que plantar para segurar o solo e impedir a erosão. A religiosidade, nesta comunidade, tem muita importância: são evangélicos da Assembleia de Deus.

Na explanação sobre as leis ambientais, o primeiro aspecto a ser apresentado foi o Código Florestal que tem como objetivo impedir o desmatamento, não apenas sobre a ótica da proteção das florestas, mas, principalmente, a água, e o meio ambiente, em geral. Foi esclarecido como é feita a delimitação do território por bacias hidrográficas e explicitada toda a relação existente entre a proteção das nascentes e a quantidade disponível de água. A região onde está inserido o assentamento exige reservatórios, pois esta região é muito seca.

Além disso, o assentamento está situado na cabeceira de nascentes da bacia hidrográfica do rio Santa Maria.

As discussões se concentraram em alguns tópicos: a preservação das margens das sangas, os rios, as formas de beneficiamento de pessoas com APP protegidas. Um participante comentou que o lote 3 deveria ser condenado, pois “*é puro banhado*”. O representante do INCRA Marcelo Bastos fez a ressalva de que, nestes casos, o procedimento ao qual é favorável é não retirar a família do assentamento, a não ser que ela queira sair. O representante do INCRA, dialogou com os participantes sobre a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe, pois essa atividade tem como principal objetivo a obtenção da licença ambiental do assentamento. Em sua fala, assumiu que o INCRA foi o primeiro a desrespeitar a lei ambiental, pois não previu as áreas de preservação permanente e a reserva legal. Entretanto, foram discutidas algumas possibilidades, principalmente no que concerne à recuperação das APP, como, por exemplo, o fechamento de uma parte das margens dos cursos d’água com alguns trechos para os animais terem acesso à água.

Os participantes comentaram que não têm acesso à adubação verde, afirmação diante da qual o representante do INCRA garantiu recursos para a compra de sementes para os assentados. Como técnica para recuperar o solo, o começo pode ser feito pela cobertura verde. Para essas solicitações, o assentamento deve fazer um projeto e solicitar ao INCRA, tendo em vista a recuperação ambiental dos lotes. Noeli iniciou uma discussão sobre igualdade entre os assentamentos, e reclamou que outros assentamentos foram beneficiados com recursos como mudas de frutíferas, boa distribuição de água, mas ela, assim como outros do mesmo assentamento, não receberam absolutamente nada. O assentado do lote 17 disse que não tem nascente no seu lote, ao contrário do que está no mapa. Marcelo voltou a falar sobre a importância da proteção das nascentes, pois, observando os mapas, verificou-se que o assentamento Santo Ângelo é o local das nascentes do rio Santa Maria. Ainda comentou que os assentamentos deveriam ser medidos novamente, respeitando-se as APP. De acordo com Marcelo, o INCRA pode fazer a recuperação de APP, como também das erosões, investir na questão do adubo verde e disponibilizar calcário.

No turno da tarde, os participantes (Figura 44) se reuniram em uma grande roda para discutir as questões propostas sobre as quatro temáticas: (i) Uso da água e APP; (ii) Agrotóxicos; (iii) Percepção do Solo; (iv) Educação Ambiental.

- Uso da água e Área de Preservação Permanente: Os agricultores responderam à pergunta feita pela equipe conserne à importância da água na vida de todos. Para João,

“água é tudo na vida, a água é vida”. Noeli confirmou isso, dizendo que o principal é a água, ninguém sobrevive sem água. A água está em primeiro lugar. Sem água não se consegue fazer nada. Os presentes apontaram alguns problemas do assentamento sobre esse tema, confirmando que há períodos em que falta água no verão, principalmente no lote 3. No verão, ela serve para dessedentação dos animais, que são levados para a sanga mais próxima.



Figura 44. Assentados construindo PEA.

Claudia disse que, em seu lote, tem água salobra. O poço artesiano, nesse local, é de, aproximadamente, 70m de profundidade. Foi explicado que deve haver outro tipo de rocha nesse local de onde provém a água salobra, em vista de rochas de milhares de anos e dos sais dissolvidos. Provavelmente, há milhares de anos atrás, poderia ter sido esse um ambiente marinho. As respostas recorrentes sobre o que achavam que pode poluir a água são citadas: o lixo, o esgoto, os agrotóxicos e a água que penetra facilmente no solo arenoso. Os participantes propuseram fazer análise da qualidade da água no assentamento. Quanto aos cuidados das nascentes, um participante disse que não fez nada para melhorar nem piorar a situação. Reconheceram que o ideal seria cuidar e proteger a terra, mas que isso não aconteceu depois que as enxadas se aposentaram. Como medidas para a proteção das sangas, aceitaram cercar e plantar mata nativa e não deixar o gado entrar. Elisete sugeriu que fosse criado um viveiro no assentamento e que as sementes fossem doadas pelo INCRA. Os agricultores assumiriam o trabalho e o cuidado do viveiro, assim como a distribuição das sementes. O importante, reiteram, é que o INCRA dê as condições para isso. Elisete disse que se sentem discriminados e esquecidos e que gostariam de ter um viveiro no assentamento, não só de mudas nativas, mas também de flores e frutíferas. No entanto, revelou que gostaria de ter garantidas as mudas, já que o viveiro pode demorar.

- **Percepção do Solo:** João iniciou a discussão sobre a temática, enfatizando que não lavram muito, fazem plantio direto, achando essa região muito difícil, pois o solo é muito pobre. Disso, é certa a importância de ter adubação verde. Dentre os cuidados para cuidar do solo, narraram não praticar a queimada, pois, assim, protegem a umidade. Contudo, alguns participantes confirmaram que há pessoas que ainda fazem queimada. Claudia revelou que gosta de queimar para matar o caraguatá (*Bromelia balansae*), mas o marido não gosta que ela faça isso. Notou que, depois que queima o solo, fica sem nada, só com as cinzas, e que as *pestes* acabam nascendo com mais resistência. Existe uma grande quantidade de cobra cruzeira na região, fato diante de que Lizete relatou: *achava que queimando se eliminavam as cobras, ação que empobrece o solo*. O problema das erosões foi intensamente discutido, por ocorrer principalmente nos lotes lote 15, 11 e 8. Foi sugerida uma proposta de fazer alguma experiência de recuperação, da qual Lizete (lote 15) e Teresinha (lote 11) aceitaram participar. Claudia, do lote 13, expôs que abriu um buraco, uma grande valeta (voçoroca) e que sente um agravamento dessa situação no seu lote.

Sobre os resíduos do assentamento, foram questionados: o que é possível pensar na questão dos resíduos domésticos? Vocês acham que é importante essa questão? O orgânico, em geral, é destinado para a alimentação dos animais e, muitas vezes, também é depositado na horta. Noeli sugeriu ensacar os recicláveis e transportar para algum lugar para não ficar jogado no solo. João disse que eles começaram a ensacar, mas ninguém vinha buscar, então começaram a queimar. Lizete apontou que gostaria de aprender a fazer trabalhos de reutilização, por exemplo, das garrafas PET, por meio de oficinas. Sugeriram que houvesse uma separação de lixo orgânico e seco.

- **Agrotóxicos:** A maioria declarou usar secante, mesmo sabendo dos cuidados necessários que não cumprem, como usar as luvas. Elisete narrou que tem tudo e não sabe usar, que sempre passou agrotóxico, algumas vezes, até de chinelo de dedo, declarando achar difícil a utilização de EPI. Os participantes da formação disseram que sabem dos malefícios, inclusive alguns conhecem casos de pessoas que tiveram problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos, como, por exemplo, o esposo da Mari, de outro assentamento, que quase perdeu a mão. Lizete comentou que o agricultor não vive só das plantações; acha que as cooperativas de leite (Consulate e o Cooperforte), por exemplo, não dão muito incentivo ao produtor. Sugeriram que as cooperativas deem incentivo para o aumento dos ganhos do produtor, e, assim, cada vez menos, o assentado precisará usar os agrotóxicos. Abaixo, são apresentados alguns pontos que propiciam aumento de produtividade, sugeridos pelo grupo: oficina de artesanato com jornal e pet; oficina de criação de frango; oficina sobre cuidados adequados com o gado de leite, por exemplo, como dar os remédios e os cuidados com o leite ou como usar o sal mineral; produção de remédios caseiros, plantas medicinais e o cultivo de horta medicinal (chás, secagem, embalagem) para venda, como necessárias atividades que geram renda no assentamento; oficinas de culinária, de produção de doces como chimias, geleias e compotas, já que tem bastante pêssego; oficina de produção de mel.

- **Educação Ambiental:** Para esses agricultores, a educação ambiental consiste em educar, manter o ambiente, não jogar o lixo em qualquer lugar. É cuidar da propriedade, não fazer assoreamento. É proteção, cuidar do ambiente, do solo, não poluir, cuidar da água, não usar agrotóxico. O assentamento é rico em água, por isso é necessária sua proteção: plantar árvore é uma ação possível, já que há bastante umidade. Educação ambiental é conservar o que há em volta do lote, o que é nativo. Conservar, não fazer queimada, não jogar lixo em qualquer lugar. O agricultor depende dos recursos naturais, por essa razão consideram prioridade para o assentamento a qualidade e a disponibilidade de água; as mudas de árvores frutíferas e nativas; a melhoria das estradas; a educação, pois há grandes deficiências do único colégio estadual a que têm acesso.

Finalizadas as discussões para a construção do PEA do assentamento, cada participante expôs a sua percepção sobre a importância das atividades do dia (Figura 45). Nas declarações, a grande queixa é o abandono, pelo INCRA, em que se encontra o assentamento e o quanto ficaram gratos pelo trabalho desenvolvido com o grupo, pois serviu como estímulo à continuidade de suas atividades.



Figura 45. Participantes da Formação do assentamento Santo Ângelo

Considerações Finais

A educação ambiental definida pelos agricultores girou em torno de uma leitura de mundo ligada aos impactos da ação humana no ambiente, relevando disso a necessidade de aprimorar as informações e ampliar os conhecimentos e a mudanças comportamentais para preservação do assentamento como um dever. Essas concepções são importantes como um ponto de partida para desenvolver educação ambiental, mas devem ser problematizadas, a fim de que sejam compreendidas de forma crítica, desafiando o estabelecimento de novos significados. Outro aspecto é o fato de que essas ações estejam estreitamente entrelaçadas com a vida de cada pessoa e com seu grupo de pertencimento – a comunidade de assentados.

A participação do grupo de agricultores não foi uma mera estratégia para desencadear o processo de construção do PEA, mas se inscreve em um pensamento teórico com uma abordagem de construção coletiva de conhecimentos para a mudança de uma determinada realidade. A escolha é decorrente da concepção assumida tanto pela pesquisadora como pela equipe que considera os agricultores atores no processo educativo e na construção do programa.

Os agricultores investigados, ao definirem o que é a natureza, fizeram-no mediante elementos associados às questões vinculadas à legislação para obtenção de licença ambiental. Isso mostra a preocupação preeminente com a forma de utilização dos recursos naturais e das proibições do IBAMA, principalmente as queimadas. A natureza, para eles, é uma fonte de recursos a serem utilizados para a sua sustentabilidade. As preocupações dos agricultores são procedentes, por desconhecerem as implicações presentes na legislação ambiental e por historicamente haver uma cobrança através de multas, sem um trabalho anterior de educação ambiental. A política ambiental ainda não se consolidou no que se

refere à APP e à RL, e isso se percebe não apenas nos assentamentos com os quais foi desenvolvida a formação em educação ambiental, mas um reflexo da realidade rural brasileira, pois interesses econômicos dos grandes produtores que pretendem continuar a exploração da natureza, sem nenhum compromisso com a preservação, estão prevalecendo. Outro fator é a falta de informações corretas aos agricultores e a insuficiência de ações públicas para a aplicação das leis em prol da proteção ambiental. A proposta de construção de programas de educação ambiental nos assentamentos rurais é uma forma de ação que contribui para a formação de conhecimentos ambientais, mas é necessário políticas públicas para Educação Ambiental que integre diferentes ações para que sejam desenvolvidas práticas sustentáveis de preservação ambiental.

Referencias Bibliográficas

- ACOT, Pascal. **Historia da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 212p.
- BARBOSA, M. C. S. Por que voltamos a falar e a trabalhar com a Pedagogia de Projetos? **Projeto – Revista de Educação: Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Projeto, 3(4), 2001, p15-19.
- BRASIL. Decreto lei 9.985, 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 19 julho de 2000.
- BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasília (DF): Diário oficial da União, 3 de agosto de 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, 163p.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Huicitec, 200, 162p.
- DUVIGNEAUD, P. **A Síntese Ecológica**. Lisboa, Instituto Piaget, 1980, 787p.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.
- FREITAS, H. JANISSEK, R. MOSCAROLA, J, BAULAC, Y. **Pesquisa via web: reinventando o papel e a idéia da pesquisa**. Canoas: Sphinx, 2006, 204p.
- FREITAS, H. M. R. **Pesquisa interativa e novas tecnologias para coleta e análise de dados usando o Sphinx**. Canoas: Sphinx, 2002, 200p.
- GIBBS, G. **Analise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198 p.
- GUERRA, J. Dos “segredos sagrados”: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. Dissertação (mestrado). UFRGS, 2005.128 p. Porto Alegre.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas: Papyrus, 2000, 87 p.
- HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 150 p.
- LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO,

- R. S. de (orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009, p11-31.
- LEF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 555p.
- LÉVÊQUE, C. **Ecologia: do Ecossistema à Biosfera**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 572p.
- MOSCOVICI, S. **Natureza: Para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X/Gaia, 2007, 254p.
- NETO, V. M. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física. In: (Org.) NETO V. M. TRIVINOS, A.; GIL, J. M. S.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K **Pesquisa qualitativa em educação física: Alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p107-139.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, 158p.
- ODUM, E. P. & BARRETT, G. W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Ed. Thomson 2007, 612p.
- PEDRINI, A. G. O estudo de caso como unidade metodológica na educação ambiental. In: (Org) Pedrini, Alexandre de Gusmão. *Metodologias em educação Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2007, p74-94.
- PIOVESAN A. e TEMPORINI E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 29(4). 1995, p318-325,
- RUSCHEINSKY, A.; COSTA A. L. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: (org.) RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: Abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artemed, 2002, p73-90.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001, 62p.
- SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artemed, 2009, 376p.
- WCU - WORD CONSERVATION UNION. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** (IUCN) Valores das Áreas Úmidas: The Netherlands Committee for IUCN, 2004. http://WWW.nciucn.nl/english/funds/wetlands/portugese/glossário_htm>. Acesso em 19/08/2009.

FIOS ENTRELAÇADOS - Considerações Finais

A formação de assentamentos rurais, uma das conquistas dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, um fenômeno de organização e mobilização pela reforma agrária. Os assentamentos rurais se configuram como espaços sociais dinâmicos e complexos com uma diversidade de intervenção de agentes e instâncias sociais com intuito de tornar este lugar produtivo. A pesquisa realizada com os assentamentos me permite tecer algumas considerações, que devido à dinâmica de complexidade, expressa as compreensões que emergiram das reflexões que entrecruzam as biografias com o acesso às memórias do vivido, do grupo social e a dimensão cultural e ambiental dos conhecimentos construídos.

Evidencio os fios entrelaçados que conlucio das leituras dos treze assentamentos em Santana do Livramento, entreteço fragmentos de lembranças tornando visível a constituição do novo território, com a reprodução social e cultura do sistema de colônia que rege as práticas cotidianas dos assentados. Eles percorrem de volta ao aprendido com seus antecedentes e reconstroem a tradição na organização da comunidade, na agricultura, na prática da religiosidade e nas relações sociais afetivas como forma de tornar idêntico as origens, afastando as diferenças, retomam a continuidade do vivido. Ao mesmo tempo, são confrontados pela cultura do Pampa, com uma linguagem, costume, ambiente e ecossistema diferente do território anterior. Inicialmente, neste novo território o que prevalecia era a dicotomia entre agricultores assentados e moradores do município de Santana do Livramento, sendo estabelecidas diferenças que deslegitimavam a identidade dos agricultores Sem Terra. As oposições dicotômicas em que foram classificados, traduzem a mesma lógica de compreensão do Estado, aos Sem Terra, uma ameaça ao ordenamento e à segurança da vida social. Com o passar do tempo, o confronto das representações em relação de disputa por significados marcaram as posições e perspectivas na definição das identidades e diferença do grupo. As identidades dos agricultores tornam-se híbridas e há um constante movimento para fixar e estabilizar a nova construção das identidades, no entanto, são constantes as disputas em relações de poder para dar sentido ao vivido, às experiências e para interpretação do mundo. O processo de produção identitário é dinâmico e fluído, tanto para reconciliar as novas identificações com as antigas, não subjugando uma identidade pela outra, quanto para desestabilizar e subverte estas identidades. As identidades híbridas se movimentam na articulação daquilo que os agricultores assentados

são, como naquilo que podem tornar-se. Portanto, na tessitura dos inúmeros fios que constituem o assentamento, evidencio os conflitos ambientais por serem reveladores dos embates dos agricultores com órgãos governamentais, a respeito da prática de manejo e gestão na exploração dos recursos naturais, na perspectiva da legislação ambiental. Nessa teia dos conflitos ambientais, está implicada a reprodução de uma tradição cultural na apropriação do território pelos agricultores assentados, e a falta de política na implantação dos assentamentos rurais pelo Estado. O INCRA como órgão governamental não considerou fatores importantes na ocupação da terra com vista à sustentabilidade econômica e ambiental dos assentamentos. Os agricultores, ao serem assentados, não tiveram conhecimentos sobre o ecossistema para a redução de impactos ambientais, e a não delimitação das áreas de preservação permanente comprometeu a capacidade regenerativa da vegetação e contribuiu para o aumento das erosões. As práticas de agricultura tradicional dos agricultores com a ocupação da totalidade da unidade produtiva, com o cultivo próximo dos cursos da água, o acesso do gado aos corpos hídricos e a drenagem dos banhados ampliou a vulnerabilidade dos lotes. Estas ações não são percebidas pelos agricultores, como práticas que podem gerar degradação ao meio ambiente. O que está em jogo, é a demanda de subsistência do grupo familiar, e tudo que significa (re)pensar os conhecimentos construídos na organização do trabalho agrícola, tende a ser rejeitado, não havendo predisposição para novas ideias e experiências, que possa desestabilizar um conjunto de representações, de práticas sociais e culturais estruturante da vida dos agricultores. Assim, pode se explicar porque a preservação do meio ambiente produziu dispositivos de resistência e insegurança ao serem confrontados com outro modo de olhar para o fazer agropecuário. Para que os agricultores venham a perceber a importância de preservar os assentamentos, exige questionar as certezas e caminhar em paisagens que não são familiares em uma direção sem a garantia prevista. A preservação do ambiente, não somente como possibilidade de garantir um lugar sustentável econômico e ambiental, mas a preservação de toda a forma de vida em um ecossistema, como um modo de vida, assim entendo ser a definição mais ampla de preservação.

Os agentes e instâncias sociais que atuam nos assentamentos têm compreensões a respeito de preservação ambiental e muitas vezes são semelhantes às posições dos agricultores, até porque muitos são assentados que exercem a função de técnicos orientadores nos projetos que estão em desenvolvimento nos assentamentos. O INCRA, como responsável coloca em risco uma grande área do Pampa Gaúcho, ao tomar decisões de cunho político, sem fundamento técnico científico, o que justifica não ter considerado a

perspectiva de preservação ambiental na implantação dos assentamentos rurais nessa região, com restrição na produção agrícola, pelas características físicas e biológicas.

Destaco o exercício dialógico que perpassou o programa de educação ambiental nos assentamentos, privilegiando as metodologias participativas na condução de todo o processo. As teias tecidas na construção da educação ambiental são reveladoras da vida dos agricultores, a memória coletiva, o engajamento na luta pela terra, a concepção que perpassa a relação com os recursos naturais, os confrontos com as normatizações e as representações identitárias sociais e culturais que definem seus modos de pensar e agir. Os sentidos imprimidos na produção do programa, pelos agricultores, se configurou na desconstrução de uma visão de imposição de um projeto de preservação ambiental, dissonante da realidade dos assentamentos. Nesse processo educativo a visibilidade das contradições e os questionamentos contribuíram para refletir, não somente os problemas ambientais, mas a sua práxis com a releitura dos lotes e dos assentamentos, sobretudo, as transformações feitas no lugar onde vivem e os efeitos que nem sempre remetem a resultados de positividade.

As formações de educação ambiental foram acontecimentos singulares, nas proposições de alternativas ecológicas para a preservação dos assentamentos. Mas significou também espaço de exposição das interpretações e compreensões de tudo que envolve o desenvolvimento econômico social e cultural dos assentamentos. Por vezes, o confronto de visões diferenciadas e a multiplicidades de recortes apontados, colocava em suspenso a unidade aparentemente que reivindicava a legitimidade da não intervenção na gestão dos assentamentos. Estes momentos, também contribuíram para o estabelecimento de correlações com recursos naturais disponíveis nos assentamentos com a sua finitude.

Considero que recuperar áreas degradadas em assentamentos rurais, deve estar associado ao trabalho de educação ambiental, construído com a participação dos agricultores e, no decorrer de seu desenvolvimento deverá haver o exercício constante de reflexão crítica das proposições e ações, remetendo o que considero mais significativo, as mudanças paradigmáticas. Estou me referindo, as mudanças que vão ocorrendo com os sujeitos, a partir de novas compreensões que vão dando sentido às vivências permitindo a reinvenção da vida, pela continuidade da vida no planeta.

Concluo as tramas da pesquisa entendendo que os espaços dos assentamentos são dinâmicos e as experiências e vivências no processo de elaboração do programa de educação ambiental produziram conhecimentos e saberes que fizeram sentido para os

agricultores. Este processo de construção de educação ambiental nos assentamentos rurais, representa o ponto de partida de um caminho a ser percorrido, mesmo apontando que os momentos educativos se constituíram em novas aprendizagens, não significa a ruptura com determinados conhecimentos e certezas na organização dos assentamentos.

Como pesquisadora, chego ao final desse trabalho com novas perspectivas de continuar as reflexões de modo crítico e colocar também minhas certezas de forma provisória. No trabalho com educação ambiental, em comunidades rurais, encontrei um caminho que me pareceu promissor na construção da autonomia e da emancipação dos grupos sociais, a participação dos sujeitos num processo dialógico para a transformação da realidade.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____ aceito participar da pesquisa intitulada **OS SABERES CULTURAIS E AMBIENTAIS DOS AGRICULTORES ASSENTADOS NA REGIÃO DO BIOMA PAMPA NO RIO GRANDE DO SUL** (título provisório), de autoria de Judite Guerra (pesquisadora), aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada pela professora Dra. Teresinha Guerra.

Como principal objetivo (mas não exclusivo) desta pesquisa entender as relações dos assentados com a natureza, os conhecimentos que possuem e as formas de agricultura e manejo relacionados com a fauna, a flora e os recursos hídricos, bem como informações existentes a partir da mídia e dos técnicos das instituições estatais que os acompanham.

Declaro ter sido devidamente informado pela pesquisadora dos objetivos da pesquisa, das metodologias e dinâmicas que seriam empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos da mesma.

() **Autorizo a utilizar as informações que forneci** (em encontros coletivos, entrevistas individuais ou em grupo, gravados) na elaboração da sua tese de doutorado e de outras possíveis publicações.

() **Autorizo a utilizar minha imagem** (registrada através de fotografias e filmagens) na elaboração da sua tese de doutorado e de outras possíveis publicações.

() **Autorizo a utilizar**, em sua tese de doutorado e em outras possíveis publicações, **meu nome verdadeiro**.

() Concordo que as filmagens das entrevistas coletivas (das quais participo) e/ou individuais integrem o Banco de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, podendo para servir para futuros estudos acadêmicos.

Data: _____

Nome completo: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Judite Guerra (pesquisadora)

Assinatura (pesquisado/a)